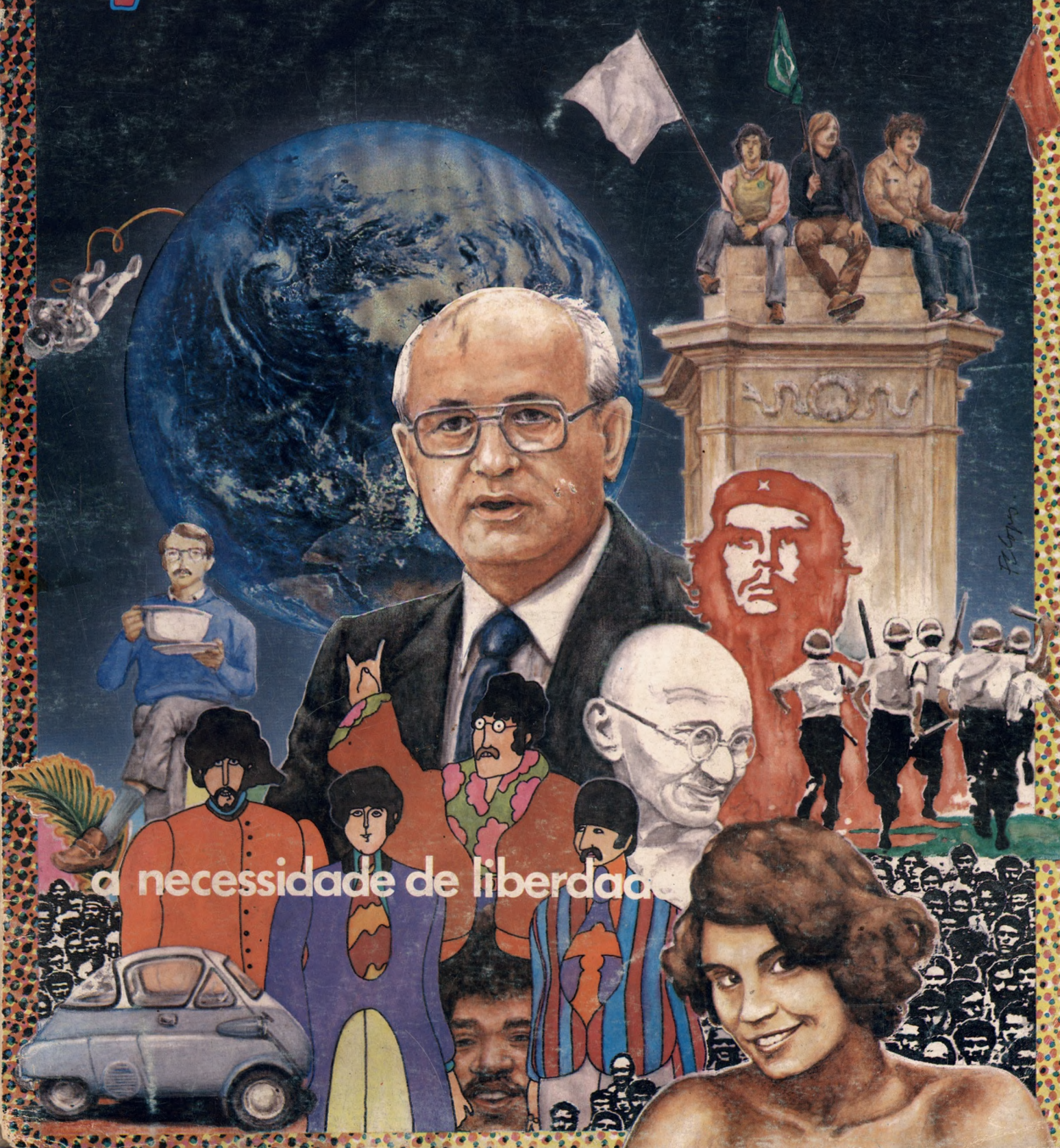


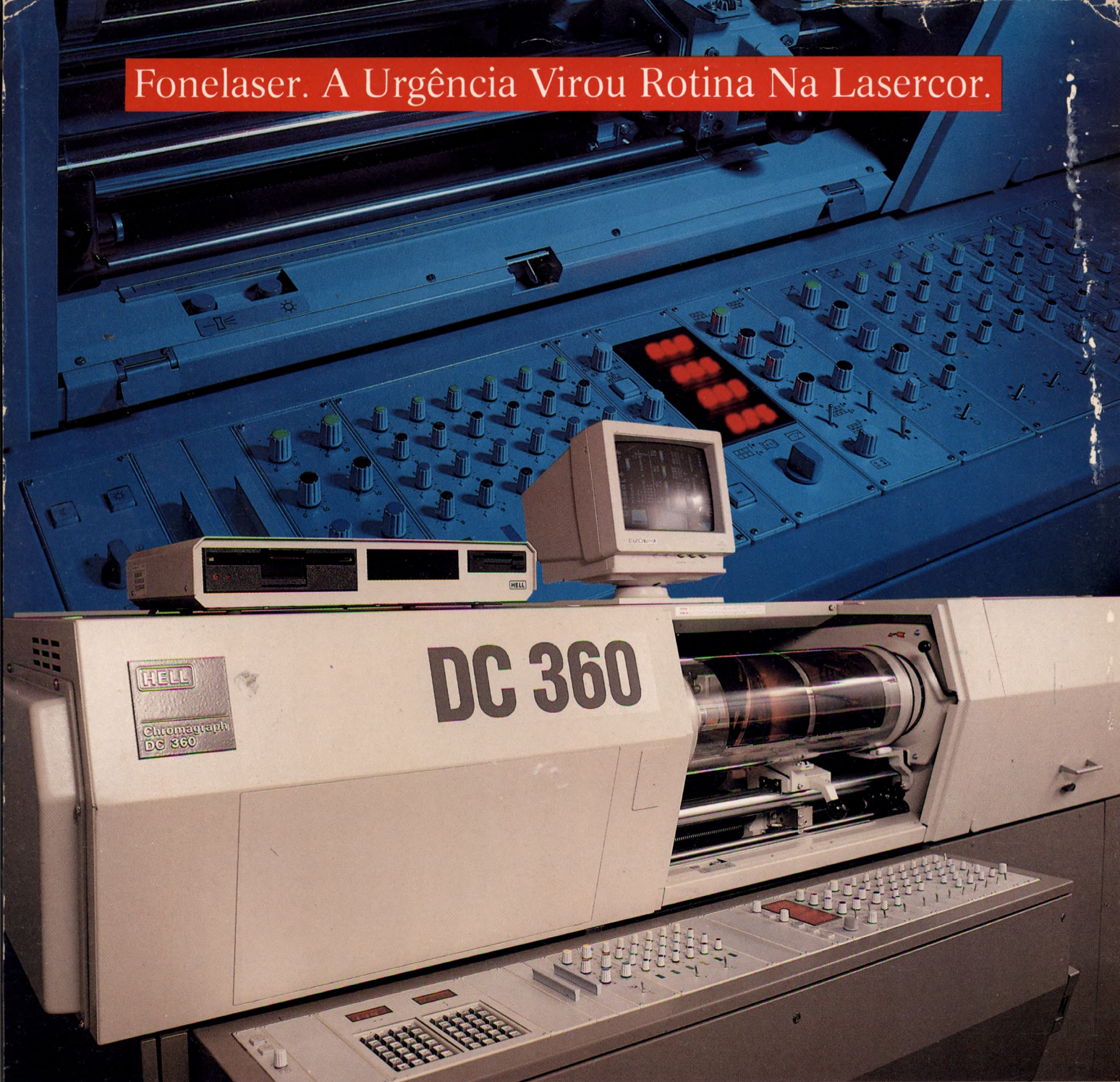
VOLUME 7 • NÚMERO 1 • 1990 • ISSN 0102-9479

Humanidade



a necessidade de liberdade

Fonelaser. A Urgência Virou Rotina Na Lasercor.



Não importa onde você esteja, o seu problema de fotolito a laser está resolvido. Instalada em Brasília e trabalhando 24 horas por dia, a Lasercor recebe o seu pedido num dia e no outro o fotolito já está seguindo, através de avião, ônibus, malote, encomendas expressas ou

sistema noturno da ECT. Tudo com a velocidade do laser e a exatidão que o seu pedido exige.

Para se comunicar conosco, use o **Fonelaser (9061) 225-4442**. A ligação é grátis. E pode marcar os prazos com seus clientes, porque para nós a urgência é apenas uma rotina.

LASERCOR

T E C N O L O G I A E M F O T O L I T O

SIG Quadra 03 — Bloco C — Nº 09 — 2º Andar — Fones: (061) 225-4442 e 224-2681 — Telex: (61) 4698 — Brasília-DF

A revista HUMANIDADES é uma publicação da Editora Universidade de Brasília

Editor Executivo: Alirton Lugarinho de Lima Camara
Conselho Editorial: Ana Maria Fernandes, Antônio Agenor Briquet de Lemos, Hugo Mund Junior, Isaura Belloni, Samuel José Rodrigues.
Versões: Mark Ridd e Sara Almarza
Edição de Texto e Revisão: Serviço de Editoração da Editora Universidade de Brasília
Direção de Arte e Planejamento Visual: Luís Eduardo Resende e Nanche Las-Casas
Arte-Final: Carla Wolff, Luís Eduardo Resende e Nanche Las-Casas.
Marketing e Comercialização: Deusa Ribeiro
Secretaria Gráfica: Antonio Batista Filho e Elmano Rodrigues Pinheiro
Promoção, Vendas e Assinaturas: Alexandre Lima
Apolo Administrativo: Elias Romcy Perelra
Cadastro de Assinaturas: Rosa Maria Dantas de Oliveira e Gilmair Castelo Branco
Preço: Cr\$ 500,00 (exemplar avulso)
Cr\$ 2000,00 (assinatura – quatro números)
Endereço: Revista HUMANIDADES – Editora Universidade de Brasília, Campus Universitário – Asa Norte – Prédio Multitubo, sala B. 1 – 54
Caixa Postal 15-3 001
70910 Brasília, DF
Telefones: (061) 274-5352 (direto) e 274-0022, ramal 2576
Telex: (61) 1083 UNBS BR
Composição: Edilson Oliveira Silva – Editora Universidade de Brasília
Fotolitos: Lasercor, Brasília
Impressão: Escopo Editora, Brasília

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores

Editora Universidade de Brasília: Antonio Agenor Briquet de Lemos (Diretor)
Universidade de Brasília: Antonio Ibañez Ruiz (Reitor)

Estamos iniciando uma nova década com algumas propostas de mudanças em nossa revista. **Humanidades** iniciou sua existência em 1982 com uma linha editorial que visava à publicação de textos clássicos, em sua maioria traduzidos e não originais.

Na segunda metade do ano de 1986, já na gestão do primeiro reitor eleito da Universidade de Brasília, a revista retoma seu espaço, após um hiato de dois anos. A primeira fase da revista foi até o número 9. Retomando a numeração, começou sua nova fase, em 1986, com o número 10, e estamos agora chegando no vigésimo-terceiro número de **Humanidades**.

A partir deste número, nossa revista está mudando o sistema de numeração. O presente fascículo, que seria o 23, passa a ser o número 1 do volume 7. A designação de volume substitui a designação de ano. Assim, a cada ano e a cada quatro fascículos se formará um volume.

Com este número também introduzimos um novo espaço para a expressão artística. Nossa página de humor transforma-se em um **Espaço Aberto** para que desenhistas, ilustradores e artistas plásticos possam expressar sua arte livremente. Teremos estas manifestações em nossas páginas e esperamos receber colaborações de todo o Brasil.

A matéria de capa trata de um tema que teve seu início nas grandes mudanças dos anos 60's. Até nossos dias, chegam as conseqüências do que foram aqueles anos conturbados e importantes para o Brasil e para o mundo. com o início dos últimos dez anos deste século, muitas expectativas e esperanças brotam em nossas mentes, preparando-nos para o fim do segundo milênio. Os acontecimentos recentes mostram que uma onda de liberdade e democracia se expande pelo planeta.

Uma semente plantada há quase trinta anos começa a germinar...

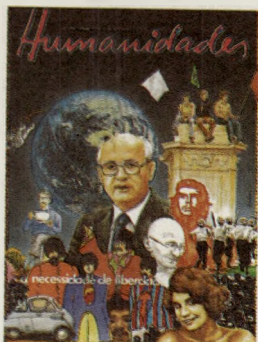
apoio financeiro da
Fundação Banco do Brasil.

FBB

*Humanidades está nas principais bancas e livrarias.
Mas você pode receber em casa. Basta preencher
o cupom no final desta edição e enviar à Editora
Universidade de Brasília*

Humanidades
a revista séria que dá prazer

Sumário



Capa. FERNANDO LOPES

- 4 SARAU DA REPÚBLICA**
Marie Thérèse Odette Ernest Dias
- 10 NOTAS SOBRE UMA CIVILIZAÇÃO PRÉ-HISPÂNICA**
Fredys Orlando Sorto
- 14 PARA ALÉM E PARA AQUÉM DA DISCIPLINA**
Chaim Samuel Katz
- 18 FÍSICA E FILOSOFIA: UMA APROXIMAÇÃO**
Mário Novello
- 23 A PATENTE**
Cristovam Buarque
- 29 CRÍTICA LITERÁRIA COM NOSTALGIA**
Tânia Maria Piacentini
- 36 A REVOLUÇÃO CULTURAL DOS ANOS 60: CONSEQUÊNCIAS ÉTICO POLÍTICAS**
Francisco Di Biasi
- 48 ESPAÇO ABERTO**
Evandro Salles
- 49 O SIGNIFICADO MÍSTICO DA ÁRVORE**
José Imaña Encinas
- 54 A VOLTA DO MITO E SEUS SIGNIFICADOS**
Maria da Glória M. Gohn
- 61 O QUE QUER UMA MULHER? UM ESCOTOMA FREUDIANO**
Francisco Martins
- 67 PROCESSO SAÚDE DOENÇA**
Volnei Garrafa
- 76 BRASÍLIA E MOSCOU: CAPITAIS QUE SE APROXIMAM**
Ronaldo Mota Sardenberg
- 84 MANAUS: IMPASSES DA MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA**
Brasilmar Ferreira Nunes
- 97 PAINEL**

Hymno à República/Marselhesa: Brasileira/Ilustração de Décio Villares/Música de
Rougei de L'isles/Arquivo da Orquestra Ribeiro Bastos/São João del Rey

sarau da REPÚBLICA

UMA ANTROPOFAGIA MUSICAL

Odete Ernest Dias

Passados cem anos de República, reunimos neste 'sarau' algumas peças musicais que retratam fatos e pensamentos daquela época, nas letras e na própria linguagem. Velhos álbuns de música, caprichosamente encadernados, filetados a ouro, roídos pelas traças, manchados de velas. Vamos abrir um outro desses álbuns e deixar que deles saia a voz de outros tempos.

O povo brasileiro, talvez mais que qualquer outro, se expressa e se reconhece na sua música, parte de seu comportamento, de seu 'gestual'.

O Brasil, como todos os países colonizados pelas grandes potências ocidentais, recebeu, num espaço de tempo curto, os resultados de uma cultura elaborada ao longo de séculos. Ele teve que aprendê-los rapidamente pela imposição, mas, a partir destes, criou, num processo digestivo acelerado, produtos mestiços completamente originais, especialmente na música. Esta música, hoje em dia, conserva, dentro de uma evolução constante, traços melódicos, rítmicos e harmônicos em que o brasileiro se identifica e é identificado.

Em trabalhos anteriores,¹ tentamos mostrar a evolução dessas características num processo de assimilação e reelaboração constante de elementos estrangeiros.

Comemorando o Centenário da República, reunimos neste 'sarau', algumas peças que retratam fatos e pensamentos da época, nas letras e até na própria linguagem musical. Velhos álbuns de música, caprichosamente encadernados, filetados a ouro, roídos pelas traças, manchados de velas, esquecidos quase sempre ao lado do piano importado, francês ou inglês, do século XIX, remanescente da mobília de sala de alguma bisavó, nos falam com saudade dos 'bons tempos' passados. Vamos abrir um ou outro desses álbuns e deixar que deles saia a voz de outros tempos.

São modinhas elundus brasileiros, romances estrangeiros, árias de ópera, valsas, polcas, xotes e quadrilhas que retratam não somente o gosto pessoal das 'sinhazinhas' que, pacientemente, fizeram a coletânea, mas também os acontecimentos de uma época, vividos e comentados no ambiente leve e alegre dos salões. José de Alencar dizia, num folhetim em 1858: "No salão recebem-se todas as visitas de ceri-

mônia ou de intimidade, dão-se bailes, reuniões dançantes e concertos. Conversa-se ao som da música, conferencia-se a dois no meio de muita gente, de maneira que nem se fala em segredo, nem em público..."

[...] "Se além de políticos, musicais e dançantes não foram os salões brasileiros especialmente literários como os franceses, bastava terem sido assim politicamente conciliantes e sedativos para merecerem todo o louvor como elementos de cultura e civilização."

A curiosidade musical fica aguçada ao abrir esses álbuns. A emoção cresce e surge o desejo de uma nova leitura à procura dos significados passados e presentes dessa mensagem musical.

No Brasil, na segunda metade do século XIX, a vida de salão se desenvolve no Rio de Janeiro e nas capitais, não somente na aristocracia, mas também na burguesia em ascensão social. Os acontecimentos políticos tiveram seu reflexo e sua expressão na música que era consumida no dia-a-dia das festas íntimas ou até nos bailes mais formais.

O Brasil caminhava para a República guiado pelas idéias novas que circulavam até nas reuniões sociais.

O positivismo de Augusto Comte, com o seu lema "O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim", a guerra do Paraguai, na qual o exército se afirmou, e o movimento abolicionista levaram, quase sem choque, a Nação a uma mudança radical cujas conseqüências se fazem sentir até hoje.

Da guerra do Paraguai, duas peças nos dão o reflexo de sentimentos bem opostos:

- um *Hymno da victoria* em forma de passo dobrado, composto para "festejar os triunfos das armas brasileiras no Paraguai", com letra de A. E. Zaluar e música de um "alto personagem brasileiro". Trata-se de peça cheia de exaltação política e guerreira:

letras, quase sempre, apresentavam (como nesse) uma crítica política de forma satírica.

Nesse fim de século o teatro se populariza e Artur Azevedo⁶ (1855-1908) lota teatros dando ao público o que ele quer ver: a movimentação cênica do *vaudeville* e a alegria do canção francês, junto com uma arguta observação do mundo moderno. A movimentação republicana é assunto de *A República; Revista dos acontecimentos de 1889* (de parceria com seu irmão Aluísio).

O Tango dos caipiras nos conta a seguinte história, com letra de Artur e Aluísio Azevedo e música do maestro H.A. de Mesquita.⁷

"Somos paulista de Jundiá
Viemos à corte nos divertindo
Quando pra roça nós dois voltamos
Bem boas coisas tem que contar
Lá no Campo de San'Ana um salafrário
Quis roubar-me o tal conto-do-vigário."

A revista *Frotzmac* ou *Fritzmac*, de 1889, foi o grande fenômeno do ano no teatro. Composta sobre música de Leocádio Raiol,⁸ ela apresenta uma sátira de personagens conhecidos como os industriais Fritz e Mac, envolvidos num famoso caso de falsificação de bebidas, e uma crítica aguda e bem humorada dos principais fatos do ano.

Destacamos as sucessivas figuras da quadrilha *Frotzmac*, onde ao lado de danças de caráter bem francês aparecem já umas outras com balanço nitidamente brasileiro como a *Habanera de Mademoiselle Frotzmac*.

Lundu dos progressistas da Cidade Nova

Eu não sou nenhum gabola
Sou modesto e faço bem
Dar não pode o mais pachola
Mais do que tem
Se a madama no meu carro
Quer ir cheia d'ouropéis
Imediatamente escarro
Trinta mil réis

— E o *Tango dos jornalistas*

— São cavalheiros finos
Os argentinos etc...

Uma das peças mais expressivas deste sarau é a 'polca republicana' *Cresça e apareça*⁹

"composta e oferecida ao preclaro Partido Republicano por um republicano

O ÚLTIMO BAILE DO IMPÉRIO NA ILHA FISCAL

— 9 de novembro de 1889 —

Deixando falar Wanderley Pinho em *Salões e damas do segundo reinado*, aparece o que foi o ocaso do Império:

"Em uma monarquia, o rei e a família reinante devem dar o tom da vida social. Pedro II esqueceu esse dever. Poderíamos dizer que não deu nem tom nem som.

[...] Assim se escoou por aquelas salas do Paço da Cidade, de São Cristóvão, de Petrópolis, o Segundo Reinado no que ele foi ou pretendeu ser: mundano, alegre, socialmente artístico, divertido.

[...] O tom predominante da corte foi o lilás de uma meia melancolia. E para que não lhe faltasse um paradoxo do destino, aquela dinastia que parecia ter rompido relações com a dança, expira, por assim dizer, num baile, e Pedro II assinala a última semana de seu poder com a mais pomposa festa de seu reinado [...]

[...] Não era bem da Corte, mas do governo. Valia, porém, o mesmo — o baile da ilha Fiscal.

[...] Há na história circunstâncias trágicas e esquisitas simultaneidades. Aqueles que entre focos elétricos, flores e sedas, nos terraços da ilha gótica (que fulgia como num sonho, alegre como um brinquedo) ou nos salões repletos de graça feminina e harmonias orquestrais, vo-luteavam em quadrilhas, valsas e polcas, se apurassem mais o ouvido talvez percebessem, entre os compassos de uma dança alegre, os tons cavos de um canto-chão de réquiem e, se mirassem o horizonte ofuscado por aquelas luminárias, perceberiam porventura sombras pressa-gas, como espessas nuvens do ocaso próximo da monarquia no Brasil.

Na ilha Fiscal 'dançava-se sobre um vulcão'."

intransigente". De ritmo extremamente sincopado — já é um 'maxixe' — que era considerado dança proibida.

Para o baile da ilha Fiscal, Ernesto Nazaré escreveu a quadrilha *Chile — Brasil* "oferecida" a oficialidade da esquadra chilena" do cruzador Almirante Cochrane.

Foi provavelmente dançada também a quadrilha *O Príncipe Imperial*, "nova quadrilha francesa", com a marcação das figuras em francês:

"— La chaîne continue des dames
— À droite et à gauche
— Visite et salut à droite
— Traversé vis-à-vis
— Chassé croisé huit et tour de mains
— En avant deux et tour de mains
— Traversé à trois et tour de main (gauche)
— En avant quatre et en arrière
— Demi-chaîne des dames
— La double-pastourelle
— En avant et salut
— Le tourbillon
— La corbeille
— Balancé sur place [...]"

Resquícios da influência da cultura francesa aparecem ainda hoje nas mar-

cações (em ortografia foneticamente adaptada) das quadrilhas caipiras das festas de São João.

A ligação tão forte com a França teve uma expressão singular no dia da Proclamação da República com a execução da *Marselhesa*, cantada pelo povo, como o relata Evaristo de Moraes em *Da Monarquia à República*:

"Cerca das 3 horas da tarde foi deliberado por um grupo de que participavam Aníbal Falcão, José do Patrocínio e Pardal Mallet convidar o povo para acompanhá-los à Câmara Municipal onde seria a República proclamada, hasteando-se uma bandeira simbólica. Oferecida a bandeira do Clube Lopes Trovão partiu o préstito da rua do Ouvidor em frente à redação da *Cidade do Rio* e rumou para a Câmara Municipal no campo da Aclamação.

Aí foi de fato proclamada a República e hasteada a bandeira.

Tinha sido previamente escrita na redação da *Cidade do Rio* a moção popular endereçada a Deodoro, Benjamin Constant e Wandenkolk.

Mais tarde formou-se um cortejo de milhares de pessoas, percorrendo a cidade e cantando a *Marselhesa*."

Humanidades

Essa mesma *Mãrselhesa* foi suporte de um dos hinos da República apresentados em concursos e entre os quais o marechal Deodoro preferiu 'o velho', de Francisco Manuel.

Essa marselhesa é uma adaptação da música de Rouget de l'Isle a uma letra brasileira, positivista e republicana, de Montenegro Cordeiro.⁹

"Salve, bravos do presente
Que nos clarões da liberdade
Ergueis a Pátria florente
Em face da Humanidade
Pra dar-lhe expansão inteira
A que ela fazia jus
Nesta auriverde bandeira
Traçais a esfera da luz

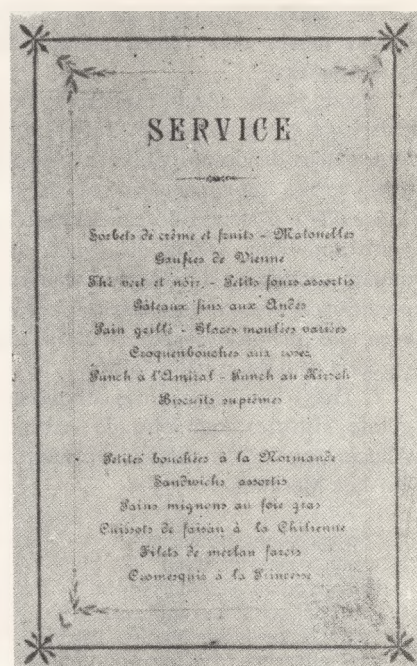
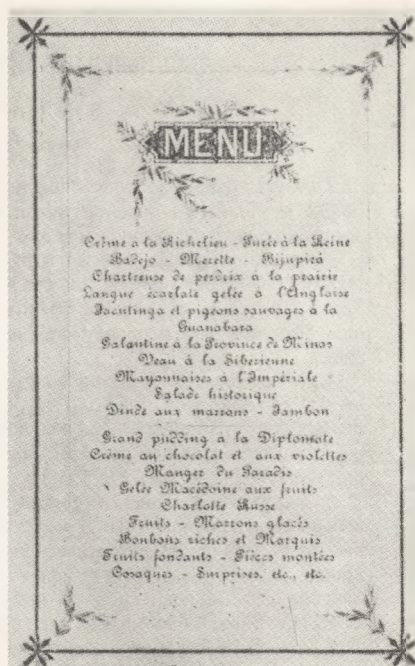
A glória cidadões
Amor nos mova assim
E Ordem, e ordem
Tendo por base
Será Progresso o fim."

No fim dessa marselhesa positivista, há um texto curioso, de Montenegro Cordeiro :

"A edição deste hino consta de 1 000 exemplares que serão vendidos a 1 000 réis. Do produto resultante 1 000 000 será empregado em auxiliar o pagamento da dívida interna da República e 100 000 ao estrito custeio da impressão. A isso se prestaram gentilmente os srs. Bushamnn e Guimarães que, atendendo ao patriótico intento da empresa resolveram publicá-lo, salvaguardando apenas despesa bruta da edição. No caso de esgotar-se far-se-ão outras em identidade de fins e edições.

Adaptamos a letra à música da *Marselhesa* porque destinando-se o hino sobretudo a cultivar o civismo nas almas virgens dos nossos concidadãos das escolas primárias, que serão os patriotas de amanhã, era mister que ele fizesse sentir, sem parodiar as estrofes guerreiras de Rouget de l'Isle, mas sim através de um conto de paz e amor, quanto a nossa pacífica revolução achasse filialmente presa à violenta explosão de 1789.

Não havia outro meio de conciliar tais dificuldades senão sujeitando versos que traduzissem fielmente a nossa situação histórica à música do hino dos hinos republicanos – o da maternal e veneranda França, pois esta pátria universal, que pôs em discussão, há um século, o duplo



problema político e religioso, comum a todos os povos do Ocidente do globo e que estes, cada um por seu turno, irão resolvendo em obediência a uma invariável lei científica."

CARACTERÍSTICAS DAS LETRAS E DAS MÚSICAS

Se as letras e os títulos retratam obviamente os fatos históricos, a sátira política e a emoção, as músicas, na sua linguagem específica, também representam os acontecimentos e as transformações sociais.

A influência francesa era marcante: dançou-se *Os lanceiros da república* (*Les Lanciers* foi a mais célebre quadrilha parisiense) com a marcação em francês. Mas, na alternância característica das figuras da quadrilha, aparece um quase chorinho. As polcas são bem sincopadas e já o lundu e o tango criam seu espaço nos salões mais requintados anunciando o maxixe, a dança proibida.

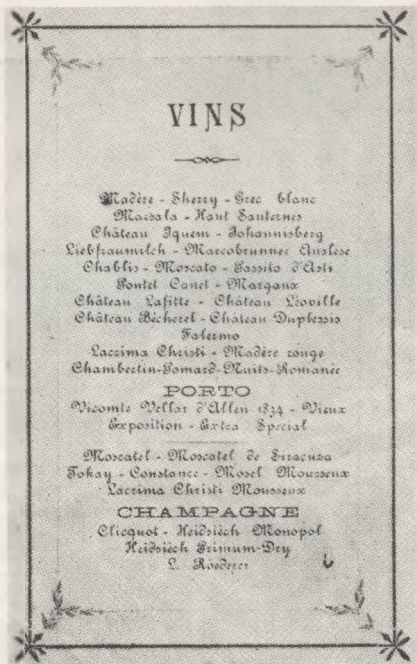
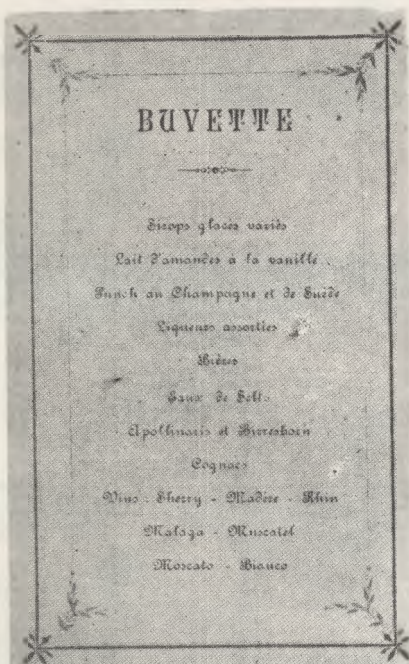
Esses novos fatos musicais são testemunhas da movimentação e das transformações sociais. A pequena burguesia em ascensão gostava de imitar os salões franceses: era mais fácil, agora, com os meios de comunicação mais modernos receber os *derniers-cris* da música européia (francesa e italiana, principalmente). Mas, ao mesmo tempo, essa classe média, mestiça, se expressava

numa música mais ligada a suas raízes africanas, como o lundu. Os caminhos da República foram marcados também pelo reconhecimento social de novas formas musicais de expressão mais popular, precursoras do choro e do samba.

Odette Ernest Dias é flautista e professora da Universidade de Brasília desde 1974. Já gravou vários discos e vem se dedicando ultimamente a pesquisas sobre música brasileira.

Notas

1. a) DIAS, Odette Ernest. *M. A. Reichert; aflições brasileiras*. Brasília, Editora Universidade de Brasília; CNPq, 1985, 24 p. Estudo sobre o flautista virtuoso e compositor belga Matheus André Reichert (1830-1880) que veio para o Brasil, em 1859, tendo falecido no Rio de Janeiro. Foi músico da Corte de Dom Pedro II. Na sua linguagem musical aparece, além de títulos bem sugestivos, como *Souvenir do Pará* e *Souvenir da Bahia*, um abrasileiramento evidente nos ritmos sincopados e numa ginga bem tropical. Acompanha este estudo um disco com a gravação de algumas das suas obras (flautista: Odette E. Dias; pianista: Elza K. Gushikem; violonista: Jaime E. Dias).
- b) DIAS, Odette Ernest. Presença musical da França no Brasil no século XIX. Projeto apresentado na França e no Brasil em 1988, em forma de concerto camerístico comentado, dentro dos acordos Fran-



ça-Brasil, e também no III Encontro de Pesquisa em Música, organizado pela Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais, em Ouro Preto, de 5 a 9 de agosto de 1987. Publicado sob o mesmo título, em 1989, pela Imprensa UFMG (p. 229-335).

2. Louis Moreau Gottschalk. New Orleans, 1829 – Rio de Janeiro, 1869. Pianista e compositor norte-americano, o primeiro a alcançar renome internacional. Percorreu diversos países e, em 5 de maio de 1869, chegou ao Rio, onde faleceu, atacado de febre amarela. Sua composição mais conhecida no Brasil é a *Grande phantasie triomphale sur l'hymne brésilien*. Ver: *Enciclopédia da música brasileira erudita, folclórica e popular*. São Paulo, Art Editora, 1977, v. 1, p. 328.

3. Joseph Fachinetti. Compositor italiano, nascido em 1810, chegou ao Brasil em 1834 e falecido na Bahia em 1870. Ver: Jaime C. Diniz *Um compositor italiano no Brasil*. Tempo brasileiro 1986 e Fundação Cultural do Estado da Bahia.

4. Abdon Milanez. Areias, PB, 1858 – Rio de Janeiro, 1927. Compositor, teatrólogo. Além de partituras para operetas (colaborou com o escritor Artur Azevedo), compôs música sacra, marchas, hinos, valsas, quadrilhas, lundus, etc. Ver: *Enciclopédia da música brasileira, erudita folclórica e popular*. São Paulo, Art Editora, 1977, v. I, p. 484.

5. Artur Azevedo (1855-1908). Escritor, nascido em São Luís (MA). Foi, com Moreira Sampaio, o introdutor no Brasil do teatro musicado, escrevendo operetas, burladas e revistas que alcançaram enorme popularidade.

– Alfúcio Azevedo (irmão de Artur) 1857-1913, romancista típico do naturalismo brasileiro. Autor de *Casa de pensão*, *O cortiço*, *O mulato* e outras obras.

6. Henrique Alves de Mesquita, Compositor (1830-1906). Escreveu modinhas, peças sinfônicas e músicas teatrais. Foi o primeiro aluno do Conservatório de Música a receber, em 1857, prêmio de viagem à Europa, para aperfeiçoar-se. Em Paris, envolveu-se em problemas pessoais, perdendo a pensão e regressando ao Brasil em julho de 1866. Foi o primeiro compositor brasileiro a usar a palavra tango para designar o tipo de música teatral até então conhecido como *habanera* ou *havaneira*, quando assim intitulou sua composição *Olhos matadores* em 1871. Ver op cit., v. 1, p. 477.

7. Leocádio Rayol. São Luís (MA), 1849 – Rio de Janeiro, 1909. De uma tradicional família de músicos do Maranhão, foi violinista, regente e compositor. Membro do Clube Beethoven. Compôs duas operetas *Fritzmack* ou *Frotzmack* e *Amor por anexins*, sobre texto de Artur Azevedo. Ver op. cit., v. 2, p. 644.

Referências Bibliográficas

1. PINHO, W. *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo, Martins, 1959.

2. LAGARRIGUE, J. *La dictature républicaine d'après Auguste Comte*. Fonds typographique, Aug. Comte. Rio de Janeiro, 1937.

3. BOEHRER, G. C. A. *Da Monarquia à República*. Rio de Janeiro Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1959.

4. TAVARES, L. *Brasil – França ao longo de cinco séculos*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1979.

5. LIMA, M. de O. *Aspectos da história e da cultura do Brasil*. Lisboa, Livraria Clássica editora, 1923.

6. MENDES, T. Benjamin Constant. *Esboço de uma apreciação histórica da vida e da obra do fundador da República Brasileira*. Sede Central da Igreja positivista do Brasil. Rio, 1913.

7. LIMA, M. de O. *O Império brasileiro 1822-1899*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.

8. LIMA, M. de. *Les français dans l'histoire du Brésil*.

9. COSTA, J. C. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

10. MORAES, E. de. *Da Monarquia para a República – 1870-1889*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985.

11. MORAES, E. de. *A campanha abolicionista 1879-1888*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.

12. Arquivo Nacional. *Dom Pedro II e a cultura*. Rio de Janeiro, 1977.

13. CARELLI, M. *Brésil epopée métissée*. Paris, Gallimard, 1987.

14. MELLO, G. T. P. de. *A música no Brasil desde os tempos coloniais até o primeiro decênio da República*. Bahia, Typ. de São Joaquim, 1908.

15. REIS, M. de M. *A música militar no Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro, Imprensa militar, 1952.

16. *Enciclopédia da música brasileira erudita, folclórica e popular*. São Paulo, Art Editora, 1977. 2 v.

Pesquisas de documentos musicais realizadas em:

1. Seção de Música da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
2. Arquivo da Orquestra Ribeiro Bastos, São João del Rei (MG).
3. Arquivos particulares (álbuns de música do século XIX).

Abstract

Soirée for the Republic

One hundred years on from the founding of the Brazilian Republic, we have selected for this soirée a number of songs and other pieces of music whose words and language portray facts and attitudes of the day. They are taken from old moth-eaten, wax-stained, daintily bound, gold embossed scores and song books. Let us dip into one or other of these albums and let the voice of times past waft out.

Resumen

Sarao de la República

Después de cien años de República, reunimos en este sarao algunas piezas musicales que retratan hechos y pensamientos, de la época, en las letras y en el propio lenguaje. Son viejos álbumes de música, encuadrados caprichosamente con filetes de oro, comidos por las polillas y hasta manchados de velas. Abriremos uno de estos álbumes y vamos a dejar que emerge la voz de otros tiempos.

notas sobre uma civilização
PRÉ HISPÂNICA



Ilustração: ANTONIO WANDERLEI

Fredys Orlando Soto



A história da civilização maia pode ser dividida em três períodos: o pré-maia (200 a. C. até o início da arquitetura de pedra), o maia clássico do Sul (300 d. C.) e o maia-tolteca do Norte. Este último se deu um século depois de ter sucumbido o período clássico, por isso constitui uma espécie de renascimento da cultura maia, que se desenvolveu entre os séculos X e XIV. Este reflorescimento cultural (Maiapán, Uxmal, Chichén-Itzá) teve lugar na península de Yucatán para onde convergem as migrações maias do período clássico e as toltecas, procedentes de Tula, devido também ao declínio daquele império. Conhece-se o estágio cultural maia-tolteca também pelo nome de Novo Império. Nele a classe sacerdotal, que havia sido preeminente, será destronada pelos guerreiros, em face ao processo belicoso instituído e alastrado até a chegada dos castelhanos.

O período maia clássico do Sul, do século IV ao IX, produziu-se quase que inteiramente no espaço hoje compreendido pelo estado da Guatemala, mais exatamente localizado na triangulação formada pelas cidades maias de Palanque (México), Tikal (Guatemala) e Copán (Honduras).

RELIGIÃO

De um modo geral, o nativo americano criou ao seu redor um ambiente densamente povoado de coisas sagradas. Para os maias, as manifestações divinas correspondiam a uma inflexível graduação de nomes poderosos,¹ às vezes comuns a vários povos, e humildes deuses domésticos. Não seria demais supor que a geografia centro-americana, violentamente sísmica e eruptiva, tenha exacerbado ainda mais esta mania de deificar tudo. Em razão disso, o aborígene encontrava-se mergulhado num espaço propício a sobressaltos, repleto de tensões e fantasias. Todo este animismo foi eficazmente canalizado por uma classe sacerdotal astuta, traduzindo-o em fórmulas teológicas cada vez mais avançadas e

As altas culturas americanas impressionam pela pujança em certas áreas do conhecimento humano, notadamente a matemática, a astronomia e a literatura. A civilização maia, objeto destas reflexões, representa, melhor do que qualquer outra, o vigor intelectual de uma sociedade que, mesmo desconhecendo a roda e o ferro, teve o mérito de medir o tempo com perfeição e exprimir o primeiro conceito de zero.

complexas.

Sacrifícios humanos sucediam, obrigatoriamente, duas vezes ao ano: no início do inverno e do verão. Nestas cerimônias, eram oferecidas crianças em sacrifício na presença do cacique e de seus assessores mais próximos, tornando a solenidade mais importante. As imolações aos deuses estendiam-se, impiedosamente, aos prisioneiros de guerra. Com eles praticava-se canibalismo, ao som de uma melodia e ao ritmo de uma dança especial chamada *mitute*.

DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Notáveis foram os progressos das altas civilizações americanas, méritos que precisam ser anotados, se bem que se deva reconhecer identicamente que tanto avanço também fora obstaculizado pelo desconhecimento de alguns instrumentos, como o arado e a roda. Traço negativo também foi o fato de terem ignorado as grandes potencialidades e possibilidades de seu mundo animal e mineral. A domesticação de alguns animais teria melhorado o transporte. O uso variadíssimo de metais, como o ferro, os teria impulsionado para uma fase tecnológica diferente. O conhecimento que tinham do ouro ou do cobre não os coloca à frente de outros povos contemporâneos seus.

A agricultura constitui sua base econômica, centrada principalmente na cultura do milho (*Zea mays*) e

do feijão, além de outros produtos, como a cebola, a mandioca, ou o algodão, este para fabricação de tecidos. Do milho fabricavam *tortillas*,² base alimentar insubstituível ainda hoje. Estes produtos agrícolas, além de servirem na alimentação, eram também negociáveis. O comércio realizava-se nas cidades grandes, em lugares chamados *tianques*, onde se comercializava o excedente da produção agrícola, artesanatos, penas e escravos. Serviu-lhes como medida de valor o cacau e, eventualmente, penas de aves.

A arquitetura maia, pelo seu traço singular, constitui um estilo próprio. Nela se descobriu, por exemplo, um modelo arquitetônico que inclui o emprego de colunas, de arcos e da falsa abóbada (falso teto). As pirâmides de estrutura quadrangular, em sua maioria desaparecidas, eram templos com escadarias e não tumbas como foram as egípcias. Na decoração predominam os hieróglifos. A serpente é um elemento comum como motivo ornamental. Todavia, parece ser o 'tigre' o seu animal totêmico, muito enfatizado nas manifestações artísticas. Toda revelação de arte atrela-se a conceitos teológicos. O aspecto religioso é o crivo por onde passa toda e qualquer manifestação intelectual.

Possuíam inúmeras ciências. Dominavam-nas, da cultura do milho à matemática, desta aos conhecimentos astronômicos. Com efeito, tiveram os maias grande inclinação e talento para a matemática: elaboraram um sistema de numeração vigesimal, além de exprimir o primeiro conceito de zero. Foram, do mesmo modo, atentos observadores dos movimentos dos corpos celestes, de modo que chegaram a medir o tempo com razoável exatidão. O seu complexo calendário, baseado em seu sistema vigesimal, foi o mais bem elaborado entre os aborígenes americanos, constituindo-se fonte de inspiração para outros, inclusive para a civilização asteca.

Para regular sua vida espiritual e intelectual, os maias elaboraram dois calendários: um religioso e outro solar. No religioso, chamado

tzolkin, constavam 260 dias, divididos em 13 períodos de 20 dias cada um, e, além de outros propósitos, era usado para vaticinar. O ano solar tinha 365 dias (*haab*), divididos em 18 períodos de 20 dias cada um e mais 5 dias adicionais (*uayeb*) considerados nefastos, formando ciclos de 52 anos, divididos em períodos de 13 para a adição dos dias remanescentes.

VIDA SÓCIO-POLÍTICA

A vida familiar estava sujeita à autoridade absoluta do homem. Afora a esposa legítima, o homem podia ter várias concubinas.³ Quando a mulher enviuvava, casava-se com o irmão do morto, mesmo sendo casado, ou com o parente mais próximo.

A sociedade do período dito clássico estava hierarquizada com grande rigidez, sendo a classe sacerdotal predominante. Esta inflexibilidade social será mudada pelo constante exercício bélico que caracterizou a fase maia-tolteca, razão pela qual os guerreiros ascenderam à condição de classe dominante. O direito à educação, à propriedade privada e a prerrogativa de habitar as cidades eram privilégios da classe dirigente. A maioria da população estava formada por agricultores e artesãos especializados. Finalmente, vinham os escravos. Não só existiam escravos como povos inteiros foram subjugados e tributados pesadamente.⁴

O governo era aristocrático-hereditário. A organização política alicerçava-se na cidade-estado, tendo no novo império o caráter de uma confederação, certamente forçada pelo próprio estado de beligerância em que se vivia. A cidade-estado era governada por um soberano (*Halach Uinic*), cujo cargo era, como já foi dito, hereditário. Abaixo do monarca, o poder era distribuído entre um conselho de notáveis (*Nacón*) e os chefes das aldeias periféricas, os quais também eram chefes militares, eleitos pelo soberano dentre a nobreza hereditária (*Batab*).

LÍNGUA E LITERATURA

Quiché, cakchiquel, pokomán, nahuatl, pipil, chontal e mais uma grande variedade de idiomas e dialetos eram falados pelos aborígenes da América Central. Em El Salvador particularmente, falaram-se pipil, nahuatl ou mexicano, chortí ou pokomán. Da raça maia é o quiché, o idioma mais perfeito, contendo 27 caracteres para a formação das palavras, do qual brotaram obras notáveis como o *Popol Vuh*.

Ao falar-se da produção literária destes povos é imprescindível fazer referência especial aos códices. São eles faixas de papel de amate,⁵ de agave, de izote⁶ ou de pergaminhos de pele de cervo ou de coelho, com dimensões que oscilam entre dois e seis metros de comprimento por vinte centímetros de largura. Dos códices maias apenas conservam-se três, a saber: Códice de Dresda, que é um tratado de astronomia; Códice Tro-cortesiano, referente à vaticinação sacerdotal; e o Códice de Paris (Peresiano), de conteúdo ritualista.

Os códices ou manuscritos correspondem à produção literária do período pré-hispânico. Os escritos posteriores compreendem uma segunda etapa, sendo eles de extraordinária importância na percepção desta notabilíssima cultura. São deste período, entre outros, os livros de Chilam Balam de Chumayel, escritos em língua maia-iucatego e de conteúdo variadíssimo; os Anales de los Cakchiqueles e o Rabinal Achí. O *Popol Vuh*,⁷ no entanto, constitui o ponto de maior culminância das letras desta civilização, celebrizado ainda mais por seu teor religioso. Esta obra foi descoberta por frei Francisco Ximénez, em 1688, no departamento de Chichicastenango (Guatemala). Escreveu-se em idioma quiché, porém com caracteres latinos. Em seu bojo, o *Popol Vuh* alberga a mitologia das origens dos quichés, a cosmogonia, a vida política e, fundamentalmente, religiosa da raça maia-quiché. Note-se que a produção cultural, neste caso, também está ligada à idéia religiosa, às for-



ças superiores ao homem, onde se guardam as explicações necessárias para elucidar as manifestações boas ou más de sua realidade cotidiana intransponível e inexplicável de outra maneira.

Por outra parte, fora o valor literário, é preciso dizer que o Popol Vuh para os quichés equivale ou tem o mesmo valor que a Bíblia para os cristãos. Esta obra engloba, em seu interior, a experiência de vários séculos, que não necessariamente são religiosos, mas o são na medida em que toda criação intelectual ecoa nas suas concepções teológicas.

Toda ciência e toda realização artística da sociedade repercutirá no sagrado, de modo que qualquer tentativa de interpretar o sagrado significará também interpretação da realidade verdadeira desta sociedade.

A criação do homem, no Popol Vuh, passa por várias tentativas em vão: homem de argila, de madeira até chegar ao homem de milho. “[...] De maíz amarillo y de maíz blanco se hizo su carne; de masa de maíz se hicieron los brazos y las piernas del hombre.”⁸ Em vez de um casal para a procriação, o livro dos quichés relata que foram criados quatro homens bons e formosos na seguinte ordem: Balam-Quitze, Balam-Acab, Mahucutah e Iqui-Balam. Eis a origem e o princípio da raça maia-quiché.⁹

Fredys Orlando Sorto é advogado e aluno do curso de pós-graduação em direito internacional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Notas

1. Entre os deuses mais conhecidos estão: Kinich-Anh, Quetzalcoatl, Chac Mool, Tonatiuh, Kukulcán (nome dado ao deus Quetzalcoatl, no período maia-tolteca), Tlaloc e Xochipili. Em El Salvador, as principais divindades foram: Tonatiuh (o Sol), Quetzalcoatl (Vênus) e Itzqueye (a Lua).
2. *Tortilla*. Elaborada com massa ou farinha de milho. Base alimentar das classes populares da América Central e México. A fabricação se inicia a partir de uma bola de massa

de milho entre as mãos, sobre a qual se bate rápida e compassadamente, até tomar a forma de uma obréia circular. A seguir, coze-se sobre o *comal* (disco de barro especialmente para este fim). Para a produção de grande quantidade de *tortillas*, empregam-se máquinas para realizar o trabalho.

3. A poligamia não era generalizada. O escravo que cometia adultério, por exemplo, era punido com a morte. A pena para este crime dependia da posição social do adúltero.
4. A escravidão e a tributação praticadas pelos aborígenes aparecem em várias passagens do Popol Vuh. Transcrevo a seguir uma delas: “No fue poco lo que hicieron [os reis quichés], ni fueron pocos los pueblos que conquistaron. Muchas ramas de los pueblos vinieron a pagar tributo al Quiché; llenos de dolor llegaron a entregarlo[...]” (Popol Vuh, p. 160).
5. *Amate* (do mexicano *amatl*). Figueira comum das regiões cálidas. Corresponde a distintas espécies de Moráceas do gênero *Ficus*: *petiolaris* (amarelo), *bonplandiana* (branco) e *tecolutensis* (preto). Da cortiça do *amate* fizeram os maias e astecas umas lâminas finas que lhes serviram como papel.
6. *Izote* (do mexicano *iczo*). Planta americana da família das Liliáceas, ornamental, comestível e de caule simples, às vezes ramificado; galhos em forma de leque com pouca de folhas compridas, fortes, ensifórmes, hirtas, pungentes e ásperas nas bordas. Sua principal aplicação está no aproveitamento das fibras das folhas.
7. *Popol Vuh*. Literalmente, o livro da comunidade. Ximénez interpreta-o como o Livro do Conselho.
8. *Popol Vuh: las antiguas historias del Quiché*. 6ª ed. San Salvador, UCA Editores, 1985. 168 p. (Colección Gavidia, 7). p. 118.
9. *Popol Vuh*, op. cit., p. 118-20.

Abstract

Notes on a pre-hispanic civilization

The strength of high American cultures in certain branches of human knowledge, notably mathematics, astronomy and literature, is impressive. The Maya civilization (the object of this article's reflections) better than any other, demonstrates the intellectual vigour of a society which, despite its ignorance of the wheel and of iron, succeeded in measuring time with absolute precision and expressing the first concept of zero.

Resumen

Notas sobre una civilización pre-hispánica

Las altas culturas americanas impresionan por la pujanza en algunas áreas del conocimiento humano, especialmente en la matemática, la astrología y la literatura. La civilización maya, objeto de estas reflexiones, representa, mejor que cualquier otra, el vigor intelectual de una sociedad que, aunque desconociendo la rueda y el hierro, tuvo el mérito de medir el tiempo con perfección, y revelar el primer concepto del cero.



PARA ALÉM E PARA AQUÉM DA DISCIPLINA

Chaim Samuel Katz



Ilustração. FERNANDO LOPES

Por volta do século VII de nossa era forja-se a organização dos saberes em torno de disciplinas. É indiscutível que esta formação está na origem da Universidade, e que por isso seu modo de se fazer delimitou, de modo estrito, a organização oficial dos conhecimentos. Mas, observa-se que isto já não satisfaz, nem de longe, aos reclamos da produção contemporânea de saberes.

Desde sua instalação acadêmica, a filosofia se pensou como hierarquia e divisão de saberes. Com efeito, Platão, fundador da Academia, distinguia entre vários níveis de conhecimento. Por exemplo, no chamado 'mito da caverna' mostra como o conhecimento dos que estão dentro da caverna é precário e insuficiente.

A realidade só se manifesta em sua plenitude desde o sol que ilumina a caverna. Os homens que estão ali dentro só vêem as sombras esparsas do que acontece na realidade, mas vivem o que enxergam como se fosse a verdade.

Por isso, diz Platão, é preciso sair da semicegueira da vida cotidiana e se dirigir para o sol, lugar (*topos*) originário da verdade e do bem. Esta passagem da percepção dos fenômenos (*phainómenon*, o que aparece) para o pensamento das essências que os possibilitam não pode ser feita imediatamente por aquele que está na semi-escuridão. Habitado a perceber a realidade unicamente como esta sombra atenuada que se projeta nas paredes da caverna, se olhasse diretamente para as verdades seria cego.

Assim se faz necessária a produção de um método para alcançar as essências, uma dialética ascendente, que alcançará o conhecimento verdadeiro através de caminhos-para (métodos). Distinguindo entre o conhecimento que vem das sombras e que corresponde à mera opinião (*doxa*), e o saber verdadeiro que se faz desde o conhecimento das essências (*episteme*), Platão funda uma separação radical entre os diversos modos de pensamento; e instala a filosofia (amor à sabedoria), como determinado tipo de produção de regras para alcançar as leis do saber. Ao mesmo tempo que anuncia um novo tipo de sábio – o filósofo – que, conhecendo os procedimentos para alcançar o sol, inicia o retorno à caverna (dialética descendente), para ensinar aos que ali se encontram os métodos de ascender à verdade.

Poderia mostrar como esta hierarquização de saberes, a separação estrita entre pensamento imediato e mediato, são produções *também* de um certo tipo de relação de poder.¹ Mas para o que nos interessa aqui, o pensamento platônico é o *topos* originário das disciplinas

Por volta do século VII da nossa era, forja-se a organização dos saberes em torno de disciplinas. Genericamente, pode-se distingui-las em dois grupos, o *trivium* e o *quadrivium*. As primeiras se ligariam aos saberes especulativos, e as últimas aos saberes práticos. Sua variedade foi exercício de várias elaborações, que não podemos acompanhar aqui. Mas são os saberes determinantes para alcançar as realidades

essenciais, dadas desde a filosofia.

Deve-se também dizer que disciplinar teve (e ainda tem) o sentido de adestramento, de responder imediatamente a certas questões (é assim que se inscreve, e se fabrica, por exemplo, nas pedagogias ou nas práticas e no pensamento militar).

Se o seu desenvolvimento se fez de modo diferenciado em seu processo histórico, poder-se-iam marcar duas características que foram comuns às disciplinas, uma, é que cada uma delas se relacionava a objetos e práticas específicas, mas que eram todas determinadas desde a filosofia como saber geral. Porém, mesmo que disciplinadas desde o centro filosófico, tiveram que elaborar seus campos próprios. Outra, é que em todas elas o saber abstrato se sobrepôs absolutamente às práticas manuais.

É indiscutível que a formação das disciplinas está na origem da universidade, e que por isso seu modo de se fazer delimitou de modo estrito a organização oficial dos conhecimentos. Mas observa-se imediatamente que isto já não satisfaz, nem de longe, aos reclamos da produção contemporânea de saberes. Permito-me indicar três pontos críticos, sem desenvolvê-los em demasia:

1º – Na divisão atual dos saberes, nenhum deles (disciplinas) pode atender aos reclamos de produzir um arcabouço teórico próprio, ou se determinar desde uma teoria filosófica unitária que os organizasse. É impossível estabelecer – tal como experimentou fazê-lo toda uma direção epistemológica contemporânea – para cada um dos saberes a problemática, pertinência, objeto próprio e conceitos específicos.

Nem elas se deixaram determinar por saberes universalizantes, como o seriam (por exemplo) o materialismo histórico ou a epistemologia. Elas se articularam mutuamente, e sua influência teórica se ampliou enormemente, sem respeitar as pretensas dominações de saberes universais. Assim, seu denominador comum não é mais uma filosofia subjacente que as unificaria enquanto sua medida comum (*ratio*), mas a hegemonia de um ou outro saber. Por exemplo, a indiscutível influência da teoria da informação (Shannon) em quase todas as disciplinas contemporâneas, o que as põe a produzir no seu modo

2º – Cada saber se subdividiu em outros, que nem sempre se recortam apenas com a teoria que foi sua matriz originária. Como exemplo, se se tomam as inúmeras variedades de saberes que têm como fundamento a teoria específica e seu objeto específico, o inconsciente – análise de grupo, dinâmicas de grupo, terapia familiar, bioenergética, análise de casais, ludoterapia, análise de esquizofrênicos, intervenção

institucional, socioanálise, psicologia dinâmica, etc., ver-se-á que elas se recortam com outras teorias, saberes, práticas e, especialmente, com demandas concretas da vida social. Fazer a história da psicanálise em torno de três ou quatro princípios que a organizariam, é esquecer tudo o que de psicanalítico se faz à margem de seu saber cêntrico, e cuja história e criatividade são pelo menos tão intensas e válidas como os acontecimentos produzidos pelo seu centro organizador, Freud e a Associação Psicanalítica Internacional.

3º – Enquanto na formação das disciplinas a teoria explicava e dominava ‘suas’ práticas, hoje em dia temos práticas importantes que ainda clamam por uma teoria. Há pouco tempo, um dos inventores dos supercondutores, Alex Müller, pedia uma teoria para explicar seu funcionamento.

As práticas da genética contemporânea ainda não se estabilizaram em torno de uma nova teoria, em função mesmo da velocidade de suas invenções. Seu saber fundado na velha genética é inteiramente insuficiente para dar conta do novo campo, que se faz especialmente centrado nas biotecnologias. E suas novas teorias ainda não se mostraram bastante capazes de uma generalização para abranger seu domínio.

Se estes três critérios apontados são necessários (se bem que ainda são insuficientes), ver-se-á que há problemas e teorias parciais *fortes* que não se enquadram em nenhuma disciplina. Exemplifico com o que acontece na psicanálise.

Ao formular seus primeiros esboços teóricos na psicanálise, Freud postulou que as bases de todo comportamento psíquico se constituiriam de defesas (*Widerstände*). Uma das causas de rompimento e reorganização da defesa (o que causaria perturbações psíquicas), segundo Freud, era um momento traumático. Isto é, uma experiência vivida pelo ‘portador’ das perturbações, e que obrigaria o remanejamento dos processos psíquicos. Pensando a articulação (*Zusammenhang*) dos processos psíquicos como uma unidade de funcionamento homeostático (*avant la lettre*, pois o conceito de homeostasia é de 1905), vê-se a importância que ele atribuía ao trauma psíquico.

Contudo, a partir de 1896 Freud estabelece o conceito de fantasia, como aquilo que organizaria a unidade do aparelho psíquico. Então, o trauma psíquico não se referiria mais aos acontecimentos vividos, mas ao modo de repercussão destes nos processos psíquicos. Ou seja, o momento traumático passava a ser da ordem da organização das fantasias (*Phantasien*), cujo modelo maior, como sabemos, é o complexo de Édipo, e que seria superdeterminador dos afetos (relembro que todo momento traumático é da ordem do afeto).

Bem, com as novas concepções dinâmicas, podemos aprender que determinadas intensidades, sob certas condições, podem forjar outras realidades psíquicas (tais como os sintomas). O próprio Freud se deu conta disto mais tarde, em 1924 (*A perda da realidade na neurose e na psicose*), ao mostrar que quando há um conflito insuportável entre o eu e a



realidade dá-se a psicose (o que é distinto de suas concepções sobre psicose estabelecidas no chamado 'caso do presidente Schreber'). Admitia assim a necessidade não apenas de pensar o momento traumático em sua dimensão energética (não determinada pela organização das fantasias), como de repensar as condições da formação de sintomas.

Ora, se se toma, na física atual, a discussão entre os modelos (e modos) dinâmico e termodinâmico, vê-se que algumas das dificuldades teóricas e técnicas que enfrentamos na psicanálise, já estão ali postas. É este o exato momento de nos dirigirmos a este saber, para aprender com ele. Mas, quando o fazemos, observamos que a discussão sobre este tema não se deu unicamente no interior da física, e que até as concepções da psicanálise contribuíram para que ela se repensasse e se refizesse.² Não se trata, portanto, de trocar idéias entre disciplinas, mas de tomar questões que foram (im)postas em inúmeras delas, e que não poderiam receber um estatuto específico numa única.

Organizações oriundas de acúmulos ou perdas de ordem quantitativa não podem se pensar apenas com um instrumento que desse prioridade a sistemas de representações. Esta questão não pertence unicamente ao quadro de uma disciplina, mas de várias. As questões energéticas não cabem no estatuto teórico de uma disciplina, são transdisciplinares.

Chaim Samuel Katz é psicanalista e escritor; entre suas obras publicadas encontram-se: *Ética e Psicanálise*; *Psicanálise e Instituição* e *Nazismo e Psicanálise*.

Notas

1. Ver, entre outros, NIETZSCHE, A *Genealogia da Moral*; CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*; KATZ, C. S. *Psicanálise e Instituição*.
2. Ver discussão teórica em PRIGOGINE, Ilya e STENGERS, Isabelle, *A Nova Aliança. A Metamorfose da Ciência*.

Abstract

Beyond and Before the Academic Discipline

The organization of different forms of knowledge into distinct disciplines began to take shape around the VIth century A. D. It is undeniable that this development lies at the origins of the University and that for this reason its form of evolution established strict bounds for the official organization of knowledge. But it is clear that this by no means satisfies the demands of the present-day production of forms of knowledge.

Resumen

Más allá y más acá de la disciplina

Aproximadamente en el siglo VII de nuestra era, surge la disposición del saber alrededor de disciplinas. Es indiscutible que dicha formación originó las universidades y la delimitación estricta de la organización oficial de los conocimientos. Sin embargo, ello no satisface en absoluto los reclamos de la producción contemporánea de saberes.



FÍSICA e FILOSOFIA

uma aproximação

Experimentos decisivos que levaram a respeitadas teorias deste século, permitiram o desmoronamento da abordagem clássica do universo inteiramente predizível. A mecânica quântica, de Planck, de Broglie e Bohr, a teoria do contínuo espaço-tempo quadridimensional, de Minkowski, a teoria da relatividade, de Einstein, causaram uma verdadeira revolução conceitual. Transformações que desvendaram um novo panorama observacional do mundo físico. "O domínio macroscópico do imensamente grande e o mundo microscópico do infinitamente pequeno tornam-se assim as modernas fronteiras do conhecimento físico."



Mário Novello
L. A. R. Oliveira
J. M. Salim

A SUPERACÃO DA COSMOVISÃO NEWTONIANA

As primeiras décadas de nosso século testemunharam a deposição e substituição de alguns dos fundamentos mais acreditados da visão de mundo termomecanicista que, a partir da obra gigantesca de Newton, os físicos haviam diligentemente consolidado para abarcar e interpretar, com considerável sucesso, as evidências físicas e astronômicas até então disponíveis. Desfrutando na época do auge de sua maturidade, o conjunto de princípios e técnicas que hoje denominamos 'instrumental ou paradigma clássico' acumulara importantes triunfos em inúmeros domínios de investigação, sendo tão bem-sucedido em assimilar uma variedade de fenômenos térmicos, elétricos e mecânicos, numa escala abrangendo desde a queda de maçãs ao movimento das plantas. Estes princípios terminaram por instalar-se e difundir-se na cultura do Ocidente, em correspondência a uma cosmovisão qualitativa, materialista e reducionista segundo a qual o universo físico não passaria do análogo de um vasto mecanismo, rigorosamente determinado, analisável com ilimitada precisão e, por conseguinte, inteiramente predizível – refletindo assim uma ambiciosa aspiração a uma totalização maquínica do mundo físico que, como se sabe, logo viria a encontrar sua *hybris*.

De fato, a partir da virada do século, experimentos decisivos demonstraram a inadequação das abordagens clássicas, referentes tanto à descrição detalhada da estrutura da matéria e de seus componentes microscópicos, quanto à medição de processos compreendendo altas velocidades relativas ou grandes energias, costumeiros em fenômenos astronômicos. Estas observações preludiaram a demolidora conclusão de que, para que se pudesse lograr a correta descrição destas classes de fenômenos alheios à perspectiva humana habitual, seria necessário proceder a uma revisão radical dos próprios princípios segundo os quais as leis clássicas haviam sido edificadas. Assim, doravante os processos microscópicos deverão ser descritos de acordo com as regras descontínuas de quantificação, da natureza essencialmente probabilística, da mecânica quântica, de Planck, de Broglie e Bohr; o quadro newtoniano clássico de um espaço tridimensional euclidiano, no qual partículas maciças, estáveis e impassíveis coordenam-se pela ação instantânea de forças mecânicas ao longo de um tempo universal e absoluto, cede lugar ao contínuo espaço-tempo quadridimensional de Minkowski e à possibilidade de conversão mútua entre massa e energia, defendidos pela teoria da relatividade especial, de Einstein, e, um pouco mais tarde, ao espaço-tempo curvo de Riemann e à identificação entre gravitação e geometria propostos pela teoria da relatividade geral.

O domínio macroscópico, do imensamente grande, e o mundo microscópico, do infimamente pequeno, tornam-se assim as modernas fronteiras do conhecimento físico.

As consequências dessa revolução científica ou transformação de paradigmas (para empregar a denominação de Thomas Kuhn) foram vastas e profundas, descortinando todo um novo panorama conceitual e observacional do mundo físico cuja correta apreciação constitui ainda hoje motivo de densas polêmicas. Com efeito, aspectos como a dessubstancialização da noção de partículas elementares e a indeterminação intrínseca dos processos microfísicos, compreendidos no princípio da incerteza, de Heisenberg; o caráter dinâmico adquirido, na cosmologia relativística, pela estrutura geométrica global do espaço (identificada ao cenário gravitacional de fundo para os eventos físicos locais), o que torna admissível a concepção de um cosmos ativo e evolutivo; a descoberta de fenômenos de transição cataclísmica de ordem em sistemas complexos ou fora do equilíbrio; a revisão radical das noções de vazio, de caos e de previsibilidade são alguns exemplos dos agudos problemas de representação e interpretação que estão no cerne das preocupações contemporâneas e que sugerem o questionamento da própria noção básica de realidade física. Procuraremos no que se segue traçar um panorama de algumas das inter-relações mais nítidas entre aspectos da física e da filosofia buscando abordar, ainda que de forma necessariamente abreviada, certas questões que no cotidiano de nossa atividade de pesquisa nos parecem pertinentes a um domínio propriamente transdisciplinar dos saberes e das ciências.

LÓGICA DO PARADOXO (A FÍSICA QUÂNTICA)

“Quem não se sentiu chocado com a teoria quântica não pode tê-la compreendido.” Este enunciado de Niels Bohr, um dos construtores da moderna teoria quântica, exprime com precisão a perplexidade que costuma acometer os que tomam contato com as peculiaríssimas concepções envolvidas na descrição quântica dos fenômenos microfísicos. No entanto, é hoje em dia quase unanimemente admitido que a formulação quântica constitui a mais eficaz e bem verificada teoria física já elaborada, tendo sido testada e comprovada num sem-número de experimentos e observações abrangendo desde a estrutura íntima dos núcleos atômicos até as características de objetos estelares como estrelas de nêutrons e pulsares, e cujas consequências práticas vão dos *chips* eletrônicos e da biologia molecular aos *lasers* e à bomba atômica. Assim, um tanto paradoxalmente, nossa formulação mais compreensiva dos processos físicos parece ser também a menos imediatamente compreensível.

A raiz desta dificuldade provém do fato de que, na perspectiva quântica, os objetivos fundamentais sob considerações – átomos, moléculas ou núcleos, por exemplo – não possuem ‘existência’ definida senão *a posteriori* da observação experimental; além disso, o próprio ato de conhecimento – ou seja, o procedimento experimental – inevitavelmente introduz uma perturbação no sistema observado, de modo a ser impossível, mesmo para o mais sofisticado dos aparatos de medida imagináveis, extrair senão uma quantidade limitada de informação acerca do sistema em questão. A introdução desta indeterminação ou incerteza numa instância fundamental de nossa descrição é equivalente – ou poderíamos talvez dizer, manifesta – a uma aleatoriedade básica que seria intrínseca a todos os eventos em escala microscópica. Esse aspecto de indeterminação – e a conseqüente previsibilidade limitada da evolução dos sistemas quânticos – é um ‘fato da natureza’ na medida em que é uma característica essencial e incontornável de nosso *conhecimento* da natureza. Não podemos apreender mais que uma fração da informação em princípio disponível num dado sistema, e portanto as próprias concepções de ‘realidade’ e de ‘existência’, bem como outras categorias clássicas a que estamos habituados terão que ser vistas sob uma nova luz.

Consideremos um exemplo sugestivo do que significa um procedimento de observação em termos quânticos: temos um dado sistema, digamos, um átomo, e num dado instante observamos que um de seus elétrons se encontra no estado A. Decorrido um certo período, voltamos a inspecioná-lo e verificamos que o elétron se encontra agora num estado B. Pois bem: *nada* temos a dizer sobre o sistema *entre* os instantes de observação; não sabemos como o elétron transitou de A para B, ou quais processos intervieram para que a transição se realizasse – não podemos dizer, sequer, se se trata do *mesmo* elétron. Ainda mais, o conhecimento de que num dado instante o elétron se encontrava no estado A não nos permite determinar com precisão que, na observação posterior, o elétron deverá encontrar-se no estado B; devido à própria interferência sobre o sistema ocasionada pela observação original, só podemos prever a *probabilidade* de que o elétron, dentre uma variedade de

estados possíveis, venha a ocupar o estado B. Quanto mais forcamos a determinação precisa de uma dada propriedade do elétron, digamos, sua posição, tanto mais tornamos imprecisa uma grandeza complementar (no caso, sua velocidade). Esta perturbadora conclusão, consubstanciada no princípio da incerteza de Heisenberg, implica tamanha revolução das concepções fundamentais da física Clássica que muitos cientistas eminentes – Einstein à frente de todos – se recusaram por longo tempo a admitir qua a descrição quântica pudesse ser completa e que fosse de fato irrecuperável a superação das noções tradicionais, tão eficazes em nosso mundo do dia-a-dia.

A ‘realidade’ quântica, assim, não exhibe objetos com propriedades *a priori* estáveis e bem definidas; há que abandonar a noção aristotélica de *substância* como o extrato fundamental de que se compõem as coisas do mundo, bem como toda ambição de uma previsibilidade e determinismo absolutos: o futuro é, inexoravelmente, imprevisível. O que chamamos de ‘mundo objetivo’ seria uma manifestação macroscópica de uma trama infundável de relações quânticas que não padecem, elas mesmas, de ‘objetividade’. A explícita reaparição do *observador* (e para alguns, de sua *consciência*) como integrante inseparável da operação de definição de ‘realidade’ é outro aspecto intrigante acarretado pela teoria; do mesmo modo, a implausibilidade da construção de uma causalidade estrita (ver adiante) e a recente verificação de que correlações entre sistemas quânticos que estiveram em interação parecem suceder de uma maneira que extravasa os limites de uma física *local* (introduzindo assim algum tipo de ‘ação – intercâmbio de informação – à distância’) conduziram um autor recente a reformular a célica declaração de Einstein (“Deus não joga dados”) pela locução quase borgesana de que “Deus não só joga dados, como também esconde os resultados”. Enfim, os múltiplos e difíceis problemas que concernem as diferentes ‘interpretações’ que se podem associar ao instrumental quântico constituem tema demasiado vasto e complexo para que possa ser tratado aqui.

COSMOS E TOTALIDADE

Em 1917 Albert Einstein, exclusiva-

mente a partir de princípios primeiros e independentemente de quaisquer evidências astronômicas, produziu em forma definitiva aquela que para Max Born seria “o maior feito do pensamento humano sobre a natureza, a mais impressionante combinação de penetração filosófica, intuição física e habilidade matemática”: a teoria da relatividade geral. Procurando exprimir de forma operacional a noção de que as leis da física deveriam ser invariantes para observadores em estado arbitrário de movimento, Einstein termina por promover uma fecunda e imprevisível relação entre a interação gravitacional (a força universal de atração entre as massas descoberta por Newton) e a estrutura geométrica do espaço-tempo (o cenário global dos eventos físicos), através da qual os observadores podem estabelecer o conceito fundamental de separação ou intervalo entre eventos. Os notáveis sucessos da teoria, no que se refere a fenômenos gravitacionais e eletromagnéticos na escala de nosso sistema solar, a instalaram como o quadro conceitual de fundo no interior do qual se pôde assimilar a extraordinária observação de Hubble de que o universo cósmico se encontraria, como um todo, num estado *dinâmico* de expansão.

Com efeito, ao principiar as aplicações da relatividade geral à cosmologia, o próprio Einstein procurou desenvolver um modelo de um cosmos finito e estático, por ele considerado como o mais pertinente dos pontos de vista da simplicidade e elegância filosófica. As observações de Hubble (o chamado ‘afastamento uniforme das galáxias’) logo inviabilizaram o modelo de Einstein, que valeu lugar à concepção do universo expansivo e homogêneo de Friedman e Lemaitre que iria servir para consolidar, até a década de 70, o chamado modelo-padrão da ‘grande explosão quente’ (*hot big bang*).

O que nos interessa aqui é que a inauguração por Einstein dos modelos cosmológicos relativísticos gerou na física uma figura nova: a idéia de uma *totalidade*, o espaço-tempo, que se estruturaria através das equações da gravitação da teoria da relatividade, constituindo assim um modelo matemático do universo. Com o modelo de Friedman, esta concepção foi suplementada, recebendo o universo uma dimensão *dinâmica* – o que significa que a configuração dessa

totalidade é mutável, o universo evolui, evolve, de acordo com um tempo cósmico global caracterizado pelo afastamento mútuo das galáxias, e referido em termos de uma estrutura privilegiada de 'observadores fundamentais', de que a Cosmologia, curiosamente, não pôde ainda se desvencilhar.

A entrada em cena deste conceito de totalidade introduzido por Einstein vai provocar uma série de questões delicadas, algumas ainda não resolvidas. Por exemplo, ao longo dos anos 70 argumentava-se que o universo teria tido um começo único explosivo num dado instante finito do passado – a teoria do *big bang* – no qual tudo o que existe deveria ter tido sua origem, inclusive a própria estrutura espaço-tempo. Todavia, os aspectos extremamente problemáticos acarretados por um tal 'estado singular originário' ou singularidade inicial – como a divergência (valores infinitos) de grandezas representativas como temperatura e densidade de energia, a ocorrência de horizontes causais que impediriam a homogeneização do cosmos tal como vemos hoje, e a violação, nessa origem, de leis fundamentais como a da conservação da energia – motivaram diferentes tentativas recentes de modificar alguns dos ingredientes básicos que empregamos para representar as características primordiais da totalidade cósmica, de modo a serem suplantadas as dificuldades intrínsecas da abordagem padrão.

Ao longo dos anos 80 a idéia de um universo eterno, sem 'começo' nem 'fim', ganhou substância teórica e vem sendo apontada como a nova visão cósmica que a física produziu. Neste último caso, o universo se estenderia a partir de uma região no infinito passado que, em um modelo simples, pode ser identificada com o vazio do espaço-tempo e tornaria a esse vazio no infinito futuro. Nosso universo seria assim nada mais do que uma flutuação naquela estrutura do espaço-tempo que identificamos com o vazio minkowskiano: uma região isenta de matéria ou de qualquer ação dinâmica, e portanto privada de qualquer manifestação de existência ou processo físico.

Paralelamente a essa revolução nas nossas idéias sobre a totalidade espaço-tempo, os físicos vêm examinando a possibilidade de um casamento entre a teoria quântica da matéria e a cosmolo-

gia, provocando, por sua vez, questões de fronteira extremamente delicadas. Entre estas, e só para citar um exemplo notável, a idéia francamente audaciosa – mas, cientificamente respeitável, porquanto produzida no contexto da ciência – de que nosso universo seria a consequência de um processo que, embora proibido dentro das leis da física clássica, ganha na física quântica uma probabilidade de ocorrer (a criação do universo por 'tunelamento quântico').

Assim, nosso universo teria uma probabilidade não nula de existir a partir de uma flutuação do vazio. Mas quem mediria essa probabilidade? Quer dizer, se definimos nossa totalidade cósmica como um evento quântico, que procedimento observacional a teria retirado do 'limbo' quântico dos estados não-observados, do oceano de universos possíveis, mas irrealizados (pelo menos por nós), associados a outras flutuações?

Alguns cientistas foram obrigados, por essa e outras questões análogas, a reverem os dogmas da interpretação tradicional da mecânica quântica, para que a concepção de um cosmos quântico (uma totalidade que se auto-observaria) pudesse ganhar sentido.

Finalmente, ainda no campo dos problemas da totalidade deveríamos citar a idéia de unidade do mundo, que vem dominando o pensamento teórico nos últimos anos. Segundo essa idéia, a física deveria ser descrita por uma única estrutura física, da qual todos os fenômenos observados seriam exemplos especiais não essenciais (ou seja, subordinados e fortuitos) dela derivados. Se, por um lado, tal pode ser entendido como um truque matemático de simplificação lingüística da física, em seu aspecto mais profundo, isso nos projeta imediatamente na questão da unidade do mundo: teriam efetivamente todos os fenômenos que observamos uma mesma causa ou proveniência física?

Ainda que a aspiração por uma explicação abrangente, por uma base comum que permitisse a descrição unificada de todos os processos naturais, tenha acometido pensadores de múltiplas matizes ao longo dos séculos, a preeminência dessa busca em nossa época impregnada pelas concepções harmônicas e globalizantes de Einstein nos induz a denominá-la de 'programa da unificação de Einstein'. É talvez importante citar aqui

que uma tal procura de unidade está longe de constituir um programa adotado pela unanimidade dos físicos. De fato, vamos encontrar a origem desta busca de unidade na antiga aspiração por uma unificação das causas dos fenômenos físicos.

TEMPO E CAUSALIDADE

O pressuposto básico de que conhecer o mundo é conhecer as causas dos fenômenos observados traduz com exatidão a posição preeminente do conceito de causa na física. Já com Galileu e Newton esse conceito tinha ganho um conteúdo novo e um outro valor na constituição da representação do mundo físico moderno. O conceito de causalidade passa então a ser ligado de modo indissociável aos conceitos de força e de ação a distância, exprimindo, com nitidez, a natureza abstrata das noções que estão na base da física moderna. A idéia de causalidade se traduz pela afirmação de que todo evento é produzido pelos corpos em suas interações (contigüidade), e tem em um acontecimento necessariamente anterior a sua causa (antecedência); desse modo, constitui-se um critério de ordenação segundo uma anterioridade e uma posterioridade que permite representar os acontecimentos por séries de eventos denominados séries causais. A natureza da causa dos eventos é, desse modo, colocada entre parênteses; o conteúdo explicativo da nova física se reduz assim à ordenação dos eventos e à eficácia preditiva introduzida pelo conceito de força e pelos demais conceitos abstratos, como trabalho e energia que dela decorrem. Esse modo de abordar o mundo físico atende, de maneira eficiente, às necessidades de um pensamento que, mantendo a tradição cartesiana, visa introduzir na matéria caótica do mundo a ordenação inequívoca do pensamento matemático.

A representação do mundo físico que se obtém com esses conceitos é determinista e elimina totalmente a natureza virtual e a duração (*durée*) dos acontecimentos; o tempo se reduz a um parâmetro, uma coordenada destinada apenas a marcar os eventos cuja existência é *a priori* garantida pelos movimentos que se observam na matéria. Esse modo de construir a representação do mundo físico e implementar a noção associada de estrita causalidade é realizado de ma-

neira definitiva e rigorosa pelo matemático francês Cauchy, expressando os fenômenos do mundo físico por equações diferenciais e pelo problema de dados iniciais a elas associado. Dessa forma se produz, de modo transparente, a eliminação cabal da questão da natureza do tempo.

Como mencionamos anteriormente, essa concepção do mundo físico e a atualização da idéia de causalidade elaboradas pela física clássica (especialmente a mecânica) sofreram a sua primeira grande crise quando do advento da mecânica quântica, cuja natureza, essencialmente probabilística, elimina a possibilidade de uma previsibilidade absoluta ou determinação ilimitadamente precisa do futuro (embora a noção de complementaridade e a interpretação estatística da escola de Copenhague constituíssem uma tentativa renovada de manter essa previsibilidade e determinismo típicos da física clássica). Apesar do intuito da física de construir uma representação inteiramente determinista onde o futuro é completamente determinado pelo passado, não restando nenhum papel criativo e produtivo para a duração e a virtualidade, há atualmente diferentes exemplos de situações que rompem com esse modelo do mundo. Entre esses, os mais dramáticos não são somente aqueles que derivam da mecânica quântica, mas também os que decorrem da teoria da relatividade e, paradoxalmente, da própria mecânica clássica em sua versão moderna. De acordo com a teoria de Einstein, um sistema físico em um estado bem definido pode, depois de um intervalo de tempo finito, transformar-se em um estado não-físico denominado singularidade onde as noções de espaço e tempo tornam-se sem sentido (como no caso do *big bang* que citamos acima). Não é possível saber o que ocorre em uma singularidade e o que dela pode emergir no mundo físico, impedindo totalmente a previsibilidade do futuro (ou a recuperação do passado). Na mecânica clássica, outros exemplos são conhecidos, especialmente na moderna teoria dos sistemas dinâmicos onde problemas de estabilidade em sistemas muito complexos ou muito afastados do estado de equilíbrio impedem, do mesmo modo, o conhecimento determinístico da evolução do processo, pois aspectos como bifurcações, transições globais de ordem e

regimes 'caóticos' tornam o futuro imprevisível.

'Comunicação instantânea à distância', que, como vimos, foi recentemente constatada em fenômenos não-locais de correlação em processos microfísicos. Os exemplos citados constituem nítidas evidências de que o quadro causal e determinista herdado da cosmovisão clássica e ainda dominante na física contemporânea necessita ser reavaliado e ampliado. Em nossos dias, diferentes esforços e abordagens críticas buscam concretizar esses objetivos renovadores, sugerindo que a manutenção de uma postura totalizante, estritamente causal e determinista manifesta não a natureza dos eventos físicos ela mesma, mas sim uma necessidade de dominação e previsão dos fluxos de acontecimentos, trazendo ecos do antigo dogmatismo cristão.

M. Novello, L. A. R. Oliveira, e J. M. Salim são pesquisadores do grupo de Cosmologia e Gravitação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, CBPF/CNPq, Rio de Janeiro – RJ.

Abstract

Physics and Philosophy: An Analogy

Decisive experiments that led to some of this century's most respected theories have overthrown the classical notion of an entirely predictable universe. The quantum mechanics described by Planck, Broglie and Bohr, Minkowski's Theory of the Four-Dimensional Space-Time Continuum and Einstein's Theory of Relativity have worked a veritable conceptual revolution. The transformations they have brought about have unveiled a new vantage-point for observing the physical world. "The macroscopic domain of the immensely large and the microscopic world of the infinitely small have thus become the modern frontiers of physical knowledge".

Resumen

Física y filosofía: una aproximación

Respetadas teorías de este siglo llevaron a cabo experimentos decisivos que permitieron desmoronar el acercamiento clásico a un universo enteramente previsible. La mecánica cuántica de Planck, de Broglie y Bohr, la teoría del continuo espacio-tiempo cuadrimensional de Minkowski, la teoría de la relatividad de Einstein causaron una verdadera revolución conceptual. Estas transformaciones revelaron un nuevo panorama de observación del mundo físico. "El dominio macroscópico, de lo inmensamente grande y el mundo microscópico, de lo infinitamente pequeño llegan a ser ahora las modernas fronteras del conocimiento físico."

Humanidades

humanidades

A Patente

Albert Einstein e a teoria da Relatividade
têm inspirado cientistas e escritores.
Suas revelações e possibilidades que
muitas vezes aproximam-se da
fantasia se mostram presentes
 neste conto.

kurze elektromagnetische Wellen

Hans Malinowski, München (Deutschland), sind als Erfinder genannt worden

Senhor Diretor:

Como é de seu conhecimento, há 23 anos trabalho na agência, usando uma mesa que dista não mais de três metros daquela onde, em seu tempo, sentou o grande Einstein. Muitas vezes, na hora do chá ou quando me vinha uma certa letargia, parei para pensar onde estaria, naquele momento, o espírito do grande homem. Apesar de materialista convicto, tenho a sensação que seu poder de gerar idéias está ainda presente, ... e certamente pensando.

Foi a partir destas preocupações que um dia comecei a interessar-me pelos papéis que Einstein tinha analisado, no começo do século, em função igual à minha. Não tinha nenhuma outra pretensão, salvo a simples curiosidade. Ver os pareceres que elaborou, sua opinião sobre inventos que depois se justificaram apesar do que ele escreveu, conhecer sua caligrafia, seu estilo. Talvez no inconsciente, Sr. Diretor, já fosse meu desejo descobrir se não estava naqueles trabalhos a semente da idéia genial que ele teve ao imaginar que o real não é como nós o vemos, e que coisas impossíveis ocorrem na natureza.

O senhor já sabe que aos poucos fui me interessando pelo assunto. Substituindo o chá pela visita ao arquivo, as conversas com os amigos pela pesquisa nos dossiês. Depois, os almoços. Fui chegando mais cedo e saindo mais tarde, até o dia em que passei a não fazer outra coisa, graças a sua compreensão, ao encarregar-me de organizar o volume dos papéis de Einstein como analista em nossa agência.

O que eu não poderia imaginar é que iria descobrir exatamente onde o grande cientista foi buscar sua idéia. Muito menos imaginava que isto teria algo a ver comigo, nem que me levaria a escrever esta solicitação, saindo da mesa de analista, para o outro lado do balcão, onde os inventores protocolam seus pedidos de patentes.

Até aqui, Sr. Diretor, foram três anos de pesquisa. Três anos e quatro meses, para ser exato. Três anos até chegar ao dossiê do meu avô, e quatro meses até fazer a ligação que me levou ao direito que aqui venho reivindicar, com todos os privilégios a que tenho direito como inventor.

Para mim foi uma surpresa ver o meu sobrenome entre os papéis de Einstein. Ainda maior foi descobrir que se tratava de meu avô. O velho Kruger era conhecido na família como um guarda-livros organizado e dedicado aos seus clientes. Um homem cuja única idéia era não deixar as idéias atra



Friedrichstrasse 13
BERN - SCHWEIZ

EGE

Eidgenössisches Amt
für Geistiges Eigentum

PATENT
Nr. 458 455



Friedrichstrasse 13
BERN – SCHWEIZ

palharei o cuidado com que anotava e comparava os números das firmas para as quais trabalhava. Nunca soube que tivesse o menor interesse em inventar. Muito menos em inventar algo que justificasse uma patente. No máximo, sua criatividade se limitara a arrumar diferentemente as coisas de seu bem cuidado escritório, ou as colunas de seus livros. Mesmo isto eu duvido que tivesse acontecido. Ele era cuidadoso demais para inventar qualquer coisa que fosse.

Digo isto com o maior carinho das lembranças que tenho ao vê-lo, já velho, quando eu ainda tinha olhos de criança.

Ao tomar a pasta, minha surpresa foi maior. No lugar reservado para descrever o objeto da invenção, estava escrita a palavra IMPRENSA. A própria caligrafia de Einstein tinha, embaixo, repetido e sublinhado a palavra IMPRENSA.

No primeiro momento não entendi. Se pensei algo foi no sentido de que meu avô havia sido intermediário de alguma gráfica de Berna. A gráfica teria conseguido algum avanço no seu processo, e queria proteger-se contra possíveis concorrentes que usariam os benefícios de sua invenção.

Mas ao ler o requerimento, cuidadosamente manuscrito com a letra de meu avô, tive a maior surpresa de minha vida. Superada quando, meses de pois, descobri o fato que me leva a este requerimento.

Meu avô pedia, em seu requerimento, que a Imprensa, o processo Gutenbergiano de reprodução por tipos, a maior invenção da história, porque foi a invenção que permitiu inventar as invenções, fosse registrada em seu nome. E que pelo uso de cada um dos bilhões e bilhões de palavras impressas no mundo se pagasse direitos.

Ao ler, perguntei-me como aquele velho tinha conseguido esconder de todos, por tanto tempo, sua loucura desvairada. Mais calmo, e mais irritado, perguntei-me por que meu pai tinha escondido de mim a loucura de seu pai. Temi por minha própria sanidade, ao lembrar as idéias de que toda forma de loucura é transmissível geneticamente. Olhando distante, cheguei a pensar com assombro se aquela minha busca por Einstein não era em si um caminho já iniciado em direção a minha total esquizofrenia. Mas não resisti a continuar a leitura.

Minha surpresa apenas começava.

Ao ler o requerimento eu tremia e suava. Olhava para os lados perguntando se alguém me olhava. Se os outros já não sabiam. Se o senhor não teria me dirigido àquela descoberta como forma sutil de mostrar-me quem eu era. Fiz força para lembrar gestos de loucura que pudessem ter sido percebidos na agência, sem que eu por acaso notasse. Afinal, a loucura jamais é percebida pelo insano. Pensei esconder o dossiê para que só a poeira o conhecesse, mantendo-o por séculos longe da vista dos curiosos. Pensei até mesmo o absurdo de destruí-lo mesmo sabendo dos riscos que isto traria. Queria apagar a minha vergonha.

Sr. Diretor, meu avô justificava o seu pedido com base em uma viagem de bonde realizada em 16 de março de 1903, entre o bairro onde mora

EGE

Eidgenössisches Amt
für Geistiges Eigentum

PATENT
Nr. 458 455



Friedrichstrasse 13
BERN – SCHWEIZ

va e o seu escritório no centro de Berna. Dizia que saiu de casa às 7h 5 min e, como sempre, ia lendo sua Bíblia, quando de repente estava em um ambiente totalmente desconhecido e diferente de tudo o que conhecia. Um ambiente totalmente estrangeiro no tempo e na geografia. E que tomou algum tempo até perceber que já não estava em Berna ou na Suíça, nem em 1903 ou no século XX. Ele conta no dossiê que estava de repente, em Mainz na Alemanha e era uma manhã do ano da graça de Deus de 1436. Tudo isto está escrito desta forma, com pouco valor literário e ainda menos valor técnico, do ponto de vista dos padrões previstos para preenchimento de formulários. Quanto mais lia, mais a loucura se fazia clara e presente.

Foi então que, preocupado, entrou na primeira casa, para perguntar como poderia ir de volta a Berna, em 1903. A casa tinha a porta aberta, com uma placa em cima escrita Herr Johann Gutenberg, mestre de ourivesaria.

Ele entrou e viu o homem. Tinha perto de 40 anos. Usava um avental de couro e estava sentado em frente a uma mesa onde trabalhava em uma pequena peça de metal. Ao ver o meu avô ele não se levantou. Não manifestou surpresa com a sua chegada, sua roupa, seus óculos. Ficou hipnotizado olhando fixo para o ponto exatamente em baixo do braço esquerdo de meu avô.

Impressionado e pensando que se tratava de um cego, o velho demonstrou a entender que era para sua Bíblia que o homem olhava. Querendo um contato, passou o livro para o homem.

Diz meu avô que Gutenberg ficou deslumbrado. Levantou-se, chamou todos da casa, andava e andava, passando com cuidado cada página, até que voltou ao meu avô e perguntou como se fazia aquilo. Dentro dos limites de seu conhecimento de guarda-livros de diversas gráficas, ele explicou como se fazia um livro. Mas o homem não entendeu. No seu requerimento meu avô sublinhou esta parte, como para chamar atenção ao fato que depois ele usaria para justificar seu direito. Gutenberg não entendia como uma letra podia ser feita fora do papel ou de uma placa. Sempre escrita. Para ele, uma letra era um desenho e nunca um pedaço de chumbo. Meu avô teve de desenhar com as linhas cuidadosas que sabia traçar. E o homem deu um grito. Um grito radiante. E correu para sua mesa de trabalho.

Neste mesmo instante meu avô se viu de volta no seu rotineiro trabalho em direção ao escritório. Suando apesar do frio da manhã daquele ano de 1903.

Isto, ele diz no seu requerimento, era suficiente para provar que tinha sido ele quem ensinara Gutenberg a fazer a 'primeira' (assim está escrito, entre aspas) Bíblia.

Mas ele tinha outra prova. Perguntava no requerimento por que Gutenberg iria começar seu trabalho por um livro tão grande e complexo como a Bíblia. Ainda mais em tipos góticos de tão difícil elaboração, em vez de um outro mais simples já em uso desde Charlesmago, meio milênio antes. Por que não reproduzir um dos pequenos panfletos tão em moda na Europa, especialmente na Alemanha daquele tempo?

Humanidades



Eidgenössisches Amt
fuer Geistiges Eigentum

PATENT
Nr. 458 455



Friedrichstrasse 13
BERN – SCHWEIZ

Por isto, meu avô exigia, esta era a palavra, todos os direitos legais sobre a invenção da imprensa no mundo.

Estive chocado da primeira à última palavra do requerimento. E fiquei olhando fixamente o parecer elaborado por Einstein. Dizia simplesmente: ARQUIVE-SE.

Só depois descobri que ele arquivou a pasta, mas não arquivou a idéia.

Einstein já sabia, as experiências mostravam, que a velocidade da luz não variava fosse qual fosse a velocidade do corpo que a emitisse. Sabia também que era impossível imaginar-se algo cuja velocidade nunca variasse. O que deixava os cientistas com um grande paradoxo. Até o dia quando teve a idéia de que "só se a velocidade da luz for o limite de todas as velocidades". Mas não havia como explicar que, ao atingir esta velocidade, o objeto parasse de repente sua viagem. Nem havia como explicar que toda energia que continuasse aplicada caía no vazio de não conseguir impulsionalo. Salvo, pensou Einstein, se neste momento o tempo parasse. A energia movia o objeto, mas o tempo não refletia sua velocidade crescente em teoria. Foi isto o que o funcionário Einstein, meu colega de mesa, pensou: "o tempo pararia para o objeto que atingisse a velocidade da luz".

Mas ele não disse jamais como teve esta idéia que se choca com todo o senso comum.

Eu sei.

Como foi que ele teve a idéia? O próprio Einstein, no dia de seu 70º aniversário, escreveu que o trabalho na agência de patentes deu-lhe "a oportunidade de pensar sobre física". Que queria ele dizer com isto? O senhor sabe, Senhor Diretor, em que consiste nosso trabalho. Não é diferente do começo do século. Talvez então fosse ainda pior. O trabalho se limitava à análise dos modelos das pretensas invenções. E seu antecessor, o velho Haller, não tinha a simpatia que o senhor tem demonstrado. Era um homem duro e ranzinza. Não ia deixar tempo livre para um menino fazer elocubrações teóricas. Não fossem as pressões dos Grossmanns, pai e filho, amigos de Herr Haller, estou certo de que Albert não teria sido nem ao menos empregado na agência. O próprio Haller reconheceu que ele não tinha a necessária formação de engenharia. Não esqueçamos que foi reprovado em zoologia e línguas modernas no primeiro vestibular da politécnica. O que gostava era de sonhar. E soube aproveitar o sonho de meu avô.

Ao perceber que meu avô tinha viajado ao passado, ele pensou: "isto aconteceria se alguém viajasse além da velocidade da luz". Para esta pessoa o tempo voltaria ao passado. Foi isto o que pensou ao arquivar o requerimento de meu avô. Arquivando, mas tendo a mais importante idéia que alguém teve neste século. A idéia que mudaria automaticamente todos os conceitos que nós temos de universo em que vivemos. A luz é o limite de todas as velocidades, de qualquer corpo. O resto foi apenas deixar que as fórmulas matemáticas pensassem. Fazendo o espaço encolher, as massas aumentarem, dando curvatura ao vazio, desenhando uma geografia do espaço e uma

EGE

Eidgenössisches Amt
für Geistiges Eigentum

PATENT
Nr. 458 455



Friedrichstrasse 13
BERN - SCHWEIZ

elasticidade do tempo. Tudo em função da teoria da relatividade surgida do simples texto de meu avô descrevendo sua viagem.

Não é por acaso que o seu maior biógrafo e admirador, R.W.Clark, intitula como "A Viagem da Descoberta" o capítulo onde escreve a descoberta da teoria da relatividade. Não foi por acaso. Ele sabia. Apenas não quis explicitar. Poderia ter colocado qualquer outro título, mas fez questão de usar um trocadilho. Para salvar, no futuro, sua reputação. Ele pôde dizer que o capítulo chamava-se "A Descoberta da Viagem". A mudança teria sido de um erro do tipógrafo. No texto ele volta a levantar suspeitas. Na página 102 da edição de bolso em inglês, diz que "2/3 de um século desde que Einstein enviou seu artigo para a revista Annalen der Physik, a dúvida ainda continua sobre o que o inspirou".

Lembre, Sr. Diretor, que, diferentemente de qualquer cientista ou acadêmico sério, Einstein fez um artigo de 9000 palavras, sem citações, sem notas de pé de página, sem referências às dezenas de grandes físicos que na época pesquisavam sobre as imperfeições de Newton, sobre os desafios de avançar o conhecimento da matéria, do espaço, do tempo. E nenhum deles citado.

Ainda mais grave, ele apenas agradece a uma única pessoa: um amigo pessoal, desconhecido, de nome Michelangelo Besso. Um desconhecido sendo agradecido por ter influenciado e ajudado na elaboração do artigo que mais revolucionaria, neste século, a maneira como o homem vê o mundo. Os biógrafos nunca entenderam claramente o porquê.

Eu sei. Veja a rotina de encaminhamento do processo de meu avô. Foi Besso, seu colega aqui na agência, que passou para ele. Não na linguagem burocrática de sempre. Neste caso está escrito: "Para Albert conforme pedido." Eles eram colegas, iam e vinham juntos para o trabalho. Foi em uma dessas conversas que devem ter falado, em tom de burla, do pedido de meu avô. Einstein ficou curioso.

Há uma carta de Einstein, para Carl Seelig, de 1951, onde se refere ao fato de que, de repente, depois de anos pesquisando, "chegou-me a idéia de que o tempo era suspeito". Não diz como nem por que, nem graças a quem. Por que ele e não Michelson, Morley, Maxwell, Fitzgerald, Poincaré, Lorentz? Todos tinham noção de que algo havia com o espaço e o tempo. Eles deboraram, interpretaram, especularam sobre as fórmulas de transformação. Poincaré chegou a dizer, em 1904, que "a velocidade da luz seria um limite impossível". Nenhum deu o salto, porque nenhum teve a ousadia de pensar ou a sorte de saber da viagem de meu avô Kruger. Como também durante séculos pesquisou-se como reproduzir a escrita, mas ninguém teve a ousadia ou a sorte de Gutenberg, ao ver um texto impresso e tomar conhecimento, à frente de todos os outros homens de seu tempo, que uma letra poderia ser algo mais que um desenho, poderia ser um pequeno tipo de metal carregado nas mãos.

Einstein sempre reconheceu que sua descoberta não foi fruto de pesquisas experimentais. Tampouco, segundo ele, foi fruto de instrumentais

EGE

Eidgenössisches Amt
für Geistiges Eigentum

PATENT
Nr. 458 455

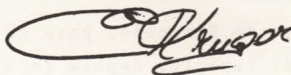
matemáticos. Até o final de sua vida, ele esteve ambiglo quanto à importân-
cia da experiência de Morley-Michelson sobre a velocidade da luz. Há mo-
mentos em que diz que a conhecia; outros, nega que tivesse jamais escutado
falar sobre o assunto. E, em outros, vai ainda mais longe e diz que ao to-
mar conhecimento apenas considerou como mais uma prova do que já vinha pen-
sando. Ele agiu, diz, com a curiosidade e com o sentimento de um artista,
olhando, vendo e descobrindo o mundo. O mundo foi meu avô e sua viagem. A
grandeza do gênio, não podemos negar, está na interpretação. Em vez de pin-
tar o viajante em dois momentos do tempo e dois locais do espaço, imaginou
o tempo negatizando-se na direção onde foi meu avô. Desprezou o problema
do deslocamento no espaço. Isto já não o interessava.

Por isso, Sr. Diretor, como único herdeiro de meu avô, reivindico todos os direitos, sobre todas as descobertas decorrentes da teoria da relatividade. Ninguém pode provar que meu avô viajou no tempo. Que ele ensinou Gutenberg a imprimir sua Bíblia. Pode-se dizer que foi pura loucura. Que sonhou tudo isto durante sua viagem de bonde. Mas seu requerimento está aqui, na agência. Arquivado há 85 anos. E Einstein o leu. Está registrado com sua letra, enviando-o ao arquivo. Dois anos antes de publicar sua primeira formulação da relatividade simples. Isto é fato. Não é invenção, sonho ou desvario.

Reivindico direitos autorais sobre tudo que no mundo foi, é e continuará sendo feito graças à teoria da relatividade. Cada quilowatt decorrente de energia nuclear, cada bomba atômica construída, todas as máquinas que permitam viagens futuras pelo hiperespaço, cada livro que se escreve sobre o tempo, tudo se deve a meu avô. E, por herança direta, a mim.

Nestes Termos

Peço Deferimento.



E. Kruger.



Friedrichstrasse 13
BERN - SCHWEIZ

Cristovam Buarque é economista, ex-reitor da Universidade de Brasília, escritor e presidente do Conselho da Universidade para a Paz das Nações Unidas.

Humanidades



Crítica Literária....com Nostalgia.

Tânia Maria Piacentini

Foi feita a 12 ficcionistas brasileiros contemporâneos a pergunta: “**Que influência tem (ou teve) a crítica literária no seu trabalho de escritor?**” As respostas dadas a essa pergunta permitem verificar e analisar como se dão as relações entre o escritor e a crítica literária e discutir o papel desta no fenômeno literário.

Instância legisladora de significativa importância, principalmente para o público mais especializado ou estudioso da literatura, capaz de influenciar e mesmo determinar a formação do próprio *corpus* literário, a crítica é muito mais que um simples instrumento de divulgação da obra e do autor. Com a intenção de saber o que os escritores pensam da crítica literária que se pratica no Brasil, perguntei, em 1981, a um grupo deles qual a influência que esta crítica tem (ou teve) em seu trabalho, em que medida e como eles a consideram. As respostas iniciam a discussão.

ELIAS JOSÉ – Quase não temos crítica literária. Hoje, temos mais resenhadores que críticos. Se hoje a crítica exerce pouca influência no meu trabalho de criador, ela é fundamental para a divulgação da obra. Nos meus três primeiros livros, a crítica me valeu demais, tanto como incentivo como orientação para melhorar o texto. Consegui boa crítica; em termos de Brasil, a melhor Fausto Cunha, Laís Correa de Araújo, Hélio Pólvora, Geraldo Galvão Ferraz, Temístocles Linhares, Assis Brasil, Otávio de Faria, José Afrânio Moreira Duarte, Aires da Mata Machado, Roberto Reis, Vítor Giudice, Mário da Silva Brito, Nelly Novais Coelho, Moacir Cirne, Maria Consuelo A. Prado e tantos outros críticos mais me auxiliaram, estudaram meu trabalho, colaboraram na divulgação dele. Foi a crítica o meu único acesso aos jornais, pois nunca freqüentei redações, nem pedi que publicassem qualquer nota sobre livro meu. Dois prêmios importantes que ganhei (Jabuti e Governador do Distrito Federal) foram apontados pela crítica, sem que houvesse inscrição. Agora, é uma pena que a crítica literária esteja acabando, que não haja

espaço para ela, como há para a crítica de música e televisão, nos jornais e revistas. É uma pena que os suplementos estejam desaparecendo. Com uma geração de críticos formados em letras, capaz de estudar o texto sem os ‘achismos’ da crítica impressionista, acho que a colaboração para o autor seria bem maior, se houvesse hoje maior espaço crítico para a literatura.

DEONÍSIO DA SILVA – Ouço muito os críticos. Leio seus comentários com atenção, sejam de livros meus, sejam de outros. Remy Gorga Filho, Fábio Lucas, Geraldo Galvão Ferraz, Antonio Hohlfeldt, por exemplo. Leio-os **sempre**.

ANTÔNIO TORRES – Assim como reivindico total liberdade de criação, também reivindico total liberdade de crítica. Nenhuma literatura se exerce e cresce sem a contrapartida do exercício e do crescimento da crítica. Presto muita atenção quando um crítico aponta defeitos no meu trabalho. Pondero seus argumentos. Tento superar os defeitos apontados no próximo trabalho. Mas jamais viria a escrever uma única linha que fosse *para* a crítica. Mesmo porque a resposta da crítica é sempre posterior ao livro. Acho o seguinte, para completar: o que está faltando é mais espaço para a crítica, assim como está faltando livreria, público, professor voltado para a literatura brasileira, e por aí vai

MOACIR SCLIAR – Sou muito sensível à crítica, mas isso, principalmente, por imaturidade. Repito: o escritor só aprende consigo mesmo e lendo outros escritores.

ANTÔNIO CARLOS VILAÇA – Sinto que devo muito a Tristão de Ataíde, a Álvaro Lins, com seu *Jornal de Crítica*, a Wilson Martins no tempo do *Estado*. Essa crítica hebdomadária me ajudou a ver as coisas, a despertar.

HOLDEMAR DE MENESES – A crítica não sabe se existo. Também nunca me preocupei com ela.

TÂNIA FAILLACE – A crítica profissional, nenhuma. A crítica de íntimos tem influência, no sentido de que leva à discussão e à reflexão sobre a eficiência da comunicação.

DOMINGOS PELLEGRINI JR. – Só tive uma crítica desfavorável até agora, que considere correta: Renato Pompeu, na *Veja*, apontou em meu terceiro livro, *As Sete Pragas*, falhas de lógica e coerência, e tinha toda razão. Pretendo que o quarto livro de contos, a sair agora, tenha resolvido o problema. De resto, acho que a crítica me estimulou, embora eu não fosse um novato: estreei, em livro, aos 27 anos, depois de uma prática intensa, quase diária, desde os 13 anos, quando comecei a escrever poesia, e desde os 14 anos, quando comecei a rascunhar contos.

HERBERTO SALES – A crítica literária, quando feita com honestidade, pode ter muita influência no trabalho de um escritor.

MODESTO CARONE – Como crítico, torno-me mais alerta enquanto escritor: sem dúvida a crítica literária desempenhou um papel importante na minha maneira de criar.

RUBEM MAURO MACHADO – A crítica literária praticamente não existe mais. Ou temos a resenha apressada das revistas e jornais, com muitos adjetivos (positivos ou negativos) e pouca substância, ou a crítica universitária, aprisionada num formalismo rígido.

JOÃO ANTÔNIO – Não há – e não estão sendo criados – espaços nos jornais e nas revistas para a literatura e a crítica literária. Os suplementos literários desapareceram ou agonizam em poucas linhas de registro de obras recém-lançadas. ... Vivemos num país de literatura cuja crítica reage bem quando o autor publica a obra que se aguardava dele. Faça o contrário e o esperam na esquina para tomar satisfação, ou praticar o pior tipo de farisaísmo que se pode cometer com um trabalho qualquer: a omissão.

a diversidade de opiniões sobre a influência que a crítica literária possa ter, ou teve, no trabalho literário de cada escritor e as diferentes visões sobre a produção crítica atual podem refletir, a meu ver, tanto a velha dicotomia entre escritor e crítico quanto a própria evolução do gênero

Entre os escritores que valorizam a crítica, levando em consideração sua análise, ponderando e aceitando suas sugestões e julgamentos, colocam-se, de modo geral, os que confessam ter recebido boas e numerosas críticas, principalmente no início do trabalho de criação literária, que lhes valeram tanto como orientação e incentivo pessoais como enquanto divulgadoras de seus livros. Esses mesmos autores ressaltam ainda a importância que a crítica tinha nos meios culturais, os espaços que ela ocupava nos jornais e suplementos literários, destacando também alguns críticos cujas publicações se salientavam e tiveram uma influência maior em seu trabalho.

Temos, pois, a opinião de que “nenhuma literatura se exerce e cresce sem a contrapartida do exercício e

do crescimento da crítica”, de Antônio Torres, corroborada por Elias José, Deonísio da Silva e Domingos Pellegrini, por exemplo, ao lado da opinião enfática de Moacir Scliar de que “o escritor só aprende consigo mesmo e lendo outros escritores”. Há também quem diga não se preocupar com a crítica, pois que esta o ignora como escritor, como Holdemar de Meneses; e há quem negue qualquer influência da crítica profissional em seu trabalho, considerando mais válida a crítica feita por leitores íntimos, porque oferece oportunidade de discussão e reflexão sobre as formas de comunicação literária, sobre sua maior ou menor eficiência, como escreveu Tânia Faillace.

Entre estas posições quase extremadas, há ainda outras duas variações destacáveis: a de Modesto Carone, que conjuga em sua própria prática da linguagem o exercício crítico e o fazer literário, destacando a influência daquele em sua “maneira de criar”, e a de João Antônio, cuja declaração aponta para uma crítica da crítica, sugerindo que ela pode ser facciosa, tendenciosa.

A situação privilegiada de Carone pode exemplificar uma forma de corporificação do desejo de Osman Lins, que vislumbra para a maioria dos escritores o exercício da função crítica de forma não ocasional, simplesmente, mas como uma decorrência da sua profissionalização. Sua colocação pode ser lida como um incentivo à crítica de divulgação, destacando as consequências vantajosas para todo o circuito literário. Diz ele, textualmente:

“É legítimo supor que a atividade, em caráter exclusivo, da literatura permitiria que os escritores, provavelmente mais numerosos, tomassem conhecimento das novas obras publicadas pelos seus companheiros, lendo com a desejável tranquilidade as que lhes parecessem mais importantes e escrevendo sobre elas (artigos estes merecedores também de remuneração digna), reduzindo o espaço de silêncio que tanto retarda a divulgação das obras literárias de valor, atraidando sobre elas o interesse do público e incentivando a leitura, com as naturais decorrências: edições maiores das novas obras representativas, vendas mais rápidas e a instauração, ou a possibilidade de instauração, para o escritor, de bases financeiras mais estáveis para o exercício regular de sua atividade.”¹ A estes resultados, poder-se-iam acrescentar os benefícios que adviriam da aprendizagem através da leitura, análise e julgamento dos textos alheios, como observam Scliar e Carone, embora com intenções diferentes, o que, se analisado até as últimas deduções, pode ser encarado como a exacerbação de um truismo: todo autor é crítico e leitor de sua obra, antes de entregá-la para edição e para o público, e só pode ser autor e crítico porque foi anteriormente leitor e crítico de outras obras. Não me parece condenável, porém, o paroxismo de Osman Lins, mesmo com seu caráter pragmático, pois a veiculação de diversas críticas sobre diferentes obras certamente contribuiria para incrementar o fenômeno literário,

além de diluir as distinções entre papéis tão personalisticamente desenhados, fazendo também retornar uma tradição no mundo literário brasileiro: durante muitas décadas, a crítica literária foi feita, principalmente, por escritores. Basta lembrar Machado de Assis e Mário de Andrade.

Foram bastante enfatizados, em vários depoimentos, a diminuição de espaço na imprensa escrita para a crítica da literatura, o desaparecimento de suplementos literários e a transformação da crítica em mero resenhismo. As observações dos escritores a esse respeito coincidem, em alguns aspectos, com argumentos analíticos sobre a crítica literária feita no Brasil por críticos e intelectuais ligados à produção literária.

Em primeiro lugar, temos a constatação óbvia do predomínio da resenha, da sua institucionalização, em detrimento do artigo de análise, interpretação e julgamento das obras. A definição do que é resenha, feita por Rubem Mauro Machado, em artigo que anexou a seu depoimento, é concisa e contundente: “Trata-se de, em 50, 70 linhas, fazer a ligeira apresentação de um livro, seguida de sumária apresentação crítica que, por motivos evidentes, não pode ser aprofundada, em geral sequer justificada. Fica-se freqüentemente no ‘achismo’ mais irresponsável, já que isento de comprovação. Não admira assim que o ato crítico tenha se tornado, para criticando e criticados, uma demonstração de amizade ou uma oportunidade de ajuste de contas”² (o que remete à crítica de João Antônio, antes citada).

Estas considerações são corroboradas por Alfredo Bosi quando avalia as mudanças por que passou a crítica literária, principalmente na década de 1980, alertando para a transformação de um documento de cultura em documento de barbárie: “Das três funções da crítica: análise, interpretação e julgamento, só restou a última. Mas a forma de produzir esse julgamento, reduzindo-se a uma apreciação sumária, sem um exame detido do texto, revela de modo brutal o gosto ou a

ideologia do crítico, ou simplesmente o grupo de apoio a que pertence. Sem mediações que relativizem sua opinião pessoal, o jornalista acaba virando um agente de barbárie.”³

alguns outros julgamentos, enfatizando a banalização da crítica, o seu empobrecimento via resenha, poderiam ser acrescentados, tal como a definição de Fábio Lucas do que seria o crítico atual: “um fermentador da onda consumista”, reduzido a resenhista: “um fator de excitação do efêmero”.⁴ E, ainda, a constatação, feita por Alberto Dines, do desaparecimento da crítica como crítica cultural, que possibilitava “um acréscimo, um adensamento da obra, referindo-a, situando-a num quadro mais amplo do processo histórico-cultural, o que permitia uma leitura de encadeamento, de continuidade da produção literária”.⁵ A que adiciono ainda a opinião de Fábio Lucas: “o crítico, esse que estabelece um diálogo constante com o passado, das obras umas com as outras, pois toda literatura é co-presença do que já foi escrito, inexistente ou hiberna”; e também a de Paulo Francis: “A crítica humanista, essa que vê e pensa a literatura como algo relacionado à vida dos indivíduos e ao conjunto da vida social, a crítica de Tristão de Atafé, ou Franklin de Oliveira, entre outros, é quase inexistente hoje no Brasil.”⁶

Perpassa, tanto em alguns dos depoimentos dos escritores como na discussão feita por críticos, professores e jornalistas, a constatação das mudanças não só nas formas de registro da produção literária quanto nos espaços dedicados a estes registros. Houve, além de uma redução drástica do espaço, o deslocamento dos suplementos literários e das páginas especializadas para a página de serviços dos jornais. O que se constata, nos últimos anos, principalmente a partir da dé-

cada de 1970, é a inserção da crítica, transformada predominantemente em resenha, nas páginas de “Variedades”, “Divirta-se”, “Entretenimentos”. Os livros tornaram-se mais fato jornalístico, a literatura virou notícia, *show business*, propaganda, espetáculo.

Tentar rastrear em profundidade estas modificações, acompanhar a movimentação da crítica literária, dos suplementos literários às páginas de variedades e seus aligeiramento resenhístico, seria, sem dúvida, um trabalho instigante e necessário. Além das relações entre a literatura e a crítica que se produziu no país nas últimas décadas, tal estudo certamente apontaria para a diversificação do conceito de cultura, a fragmentação da produção cultural e o relacionamento das formas culturais de prestígio mais tradicionais, como a literatura, com a indústria da cultura de massas.

Reconhecendo a importância e a atualidade de pesquisas desse porte, devo limitar-me, nas contingências e características da proposta deste meu trabalho, à constatação das transformações da crítica literária, ao estabelecimento de possíveis causas e conexões de tal fato e suas implicações para o escritor e para o fenômeno literário em sua totalidade, nos dias atuais.

Um estudo muito importante, tal a sua profundidade e abrangência, sobre a crítica literária no Brasil é o ensaio de João Alexandre Barbosa, “A Paixão Crítica”,⁷ publicado como introdução ao livro que organizou, selecionando textos críticos de Augusto Meyer. Nele, o autor acompanha a história da “nossa jovem tradição crítica”, mais interessado, segundo sua própria explicitação, “em estabelecer um quadro técnico de reflexão em que alguns dos problemas que constituem a evolução da crítica possam ser melhor visualizados, do que em elaborar uma relação de nomes e/ou obras representativos desta mesma produção”.⁸ A questão básica que permeia todo o ensaio – a crítica como leitura integradora da forma e da historicidade da obra – mostra as relações que se estabeleceram entre literatura e história ao

longo da evolução das formas críticas: naturalista, impressionista, estético-sociológica ou estilístico-sociológica, bem como as suas manifestações e permanências na produção crítica nacional. Acompanhar as diversas configurações que a crítica assumiu, concretizadas em autores e obras e, ao mesmo tempo, fazer uma leitura das concepções de história e de texto literário de que os críticos estavam imbuídos, de seus embasamentos e suas crenças, de seus posicionamentos histórico-culturais, é o que nos permite, num resumo simplificado, o ensaio de João Alexandre.

Depois de sua leitura fica mais fácil compreender a nostalgia de alguns escritores e analistas do fenômeno literário quanto à ausência de determinados críticos ou de uma crítica à moda da que era feita nas décadas de 1940 e 1950, nos jornais, suplementos literários e revistas especializadas, e que tentou persistir mesmo com a supressão dos grandes suplementos literários na década de 1960, através de publicações esparsas e acidentais, que lhe retiraram sua principal característica: a periodicidade e regularidade. Refiro-me à chamada crítica de rodapé, onde sobressaíram nomes que também são destaque pela publicação em livros: Otto Maria Carpeaux, Álvaro Lins, Augusto Meyer, entre outros.

A explicação de como era a crítica de rodapé, dada pelo mesmo João Alexandre Barbosa em entrevista a *Leia*, faz concomitantemente a sua distinção da predominante resenha atual. Vale a transcrição integral: “A crítica regular de jornal, a crítica ou nota de rodapé, e que era o lugar privilegiado antes ocupado pelo velho folhetim de jornal, em que eram publicados romances, contos, novelas, é uma experiência da maior importância não só para a literatura como para o próprio crítico. Tendo um espaço para, com pontualidade e regularidade, expressar-se acerca dos mais variados temas a propósito dos livros, autores e idéias, o crítico aprendia, de modo insubstituível, a escrever para um público que, dada a continuidade, terminava por ser

um parceiro certo e um interlocutor provocativo para a sua mais íntima experiência de literatura. De certa forma, a solidão do leitor, necessária e fundamental para que a leitura seja realizada em toda a sua plenitude, transformava-se em algo solidário. [...] Sem a obrigação de ir resenhando tudo o que fosse publicado, mas com a responsabilidade de não se ausentar das páginas do jornal, o crítico ia aprendendo a ler em público, socializando as suas leituras pessoais num espaço de discussão coletiva para o qual eram convocados outros leitores que acabavam por estabelecer os parâmetros das escolhas e dos juízos dos próprios críticos. A crítica não imediatista interessava ao crítico por razões as mais diversas e, pelas mesmas razões, vinha interessar outros leitores. Não era assim apenas mais um título bibliográfico que vinha se acrescentar, mas todo um conjunto de reflexões despertadas e intensificadas pela literatura.”⁹

É claro que um trabalho deste tipo exigia, e tinha, nos jornais e suplementos, espaço adequado para o seu exercício. Fato provavelmente reflexo da importância da literatura no conjunto da produção cultural da época, os críticos dispunham de espaço correspondente a cinco ou seis páginas de papel offício para uma reflexão mais consequente, onde conseguiam transmitir ao leitor a paixão pela literatura.

Se até então era difícil traçar ‘o perfil’ do crítico ou sintetizar as características do seu trabalho, a situação começa a se tornar mais complexa a partir da década de 1960, e principalmente na de 1970. O rodapé literário viajou em todas as direções e se tornou crônica, panfleto, notícia, às vezes oscilou entre o ensaio e a nota, de qualquer modo assumiu um caráter assistemático, dispersivo. A crítica passa a atuar em várias frentes, dos jornais liberais aos

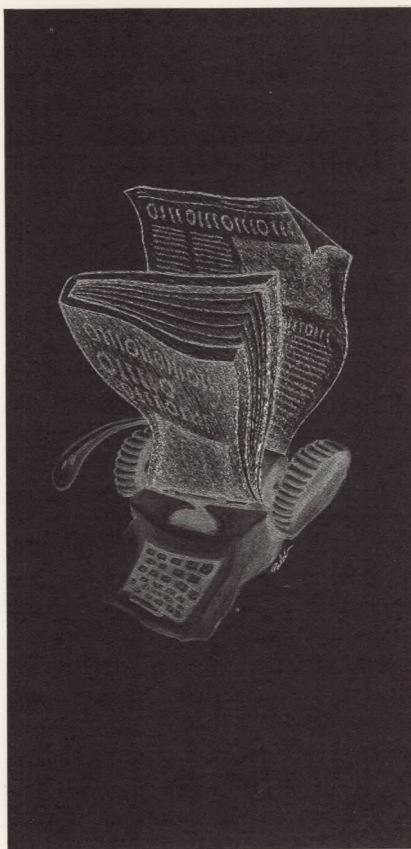
jornais alternativos, das revistas semanais aos artigos e ensaios especializados, dirigidos a uns poucos leitores dos círculos letrados esclarecidos. Sucederam-se, no mundo cultural e político do país, várias crises entre produtores culturais sob o regime ditatorial: a questão nacionalista ou da ‘consciência nacional’, a polêmica do estruturalismo, as patrulhas ideológicas, para citar as mais estrepitosas.¹⁰

Inserida num contexto histórico-social em ebulição (golpe de 64, AI-5/68, “Pra frente Brasil”, ditensão, anistia), efervescência causada tanto pela situação político-econômica como aquecida pelas mudanças de valores culturais, a crítica como que perdeu o pé num torvelinho de modificações e que-relas. Flávio Aguiar consegue mostrar bem a ‘agitação’ da época e os diferentes posicionamentos críticos, nesta parte de um depoimento que me concedeu em 1981, no qual faz uma longa e rigorosa análise da crítica literária contemporânea: “[...] o neopositivismo capenga da tecnocracia triunfante (posteriormente com a ajuda paradoxal das vanguardas e dos estruturalismos) anunciou o fim do prestígio do mundo letrado, ridicularizou o prestígio do letrado e alardeou que estar em dia com o mundo não era ler Anatole France, mas saber se Farah Diba (agora a princesa Diane) estava grávida ou não. Nesse torvelinho dançou, ou melhor, dançaram muitos dos pilares sobre os quais se assentaram os ‘valores’ do mundo literário. Traduzindo em termos mais elevados, a literatura, na sua vulgata, sempre foi valorizada como fator de progresso e educação, do indivíduo e do país, como fator de inserir ambos (país e indivíduo) no ‘concerto civilizado’, nos ‘tempos modernos’, e também como elemento de fortalecimento, senão de descoberta, da ‘consciência nacional’, voltada para ‘o progresso’. Se uma obra se adequava a esses valores – em sua particularização para cada crítico – ela era boa; se não, ela passava ao largo. Chacoalhado esse mundo, o crítico (para quem o problema do ‘valor’ é

imediatamente: no fundo ele deve dizer se tal livro deve ou não ser lido, e por quê) ficou meio sem pé. O crítico engajado saiu a elogiar o livro correligionário; o crítico liberal, que aparece com alguma frequência em *Veja* e também no *Jornal da Tarde*, passou a afetar um desdém pedante pela esquerda e pelo estar-no-mundo; o crítico de vanguarda saiu a dizer que a literatura brasileira recém fora ou ia ser inventada – igualmente pelo correligionário, pelo grupo, pela claqué. E disso ainda não sabemos. De modo que penso que a crítica, atualmente, mais ‘reflete’ do que ‘forma’: foram-se os ‘áureos tempos’ em que Machado ‘instruía’ o público leitor discutindo Alencar.”¹¹

Com o fim dos suplementos literários, decretado tanto por problemas financeiros dos jornais como pela perda de prestígio da literatura, sobrou a crítica universitária, que, entretanto, não preencheu o vazio deixado. Pelo contrário, de acordo com a opinião de Flora Süssekind, o que se teve foi “uma profusão de trabalhos de qualidade discutível e autodefinidos como ‘análise estrutural de...’, cheios de gráficos, quadros de ‘actantes’, linguagem pseudocientífica, repetições do que se lera no último número da revista *Poétique*, e, na verdade, preocupação teórica quase nula e descaso pelos seus eventuais objetos de análise. O importante era seguir a voga generalizada, usar o pensamento estrutural como um método e nada mais. Era estar atento ao vocabulário acadêmico e às correntes mais recentes, acompanhando o ritmo frenético e desastrosável das flutuações da moda universitária.”¹² Talvez a melhor – e a mais irônica – síntese da qualidade da produção acadêmica da década de 1970 seja os “19 Princípios para a Crítica Literária”, em que Roberto Schwarz arrola os dogmas críticos vigentes, sob a forma de conselhos aos ‘iniciados’.¹³

Este predomínio da mediania e da sectarização críticas certamente estão por trás da resposta ácida de Flávio Köthe à minha pergunta sobre o que significa fazer crítica lite-



rária no Brasil: “Significa badalar os amigos, os amigos dos amigos e os aliados. Significa ignorar ou vilipendiar quem não é do mesmo partido literário. Significa só poder publicar o que está de acordo com a linha da editora, do jornal, da revista. Se a crítica é honesta, isto é, crítica, ela é uma sementeira de inimigos.”¹⁴

A exacerbação parece ter atingido seu auge e entre mortos e feridos, recolhidos os cacos, o que começa a se tornar nítido é uma acomodação da crítica, com uma produção mais equilibrada. Sintoma desse movimento é a grande publicação, pelas nossas editoras, em 1986 e 1987, de livros de ensaios de críticos nacionais ou estrangeiros: Edmund Wilson, Berman, Sontag, Antônio Cândido, Davi Arigucci, Flora Süssekind, João Alexandre, entre outros. É sintomática, também, a retomada do espaço de publicação da crítica em alguns jornais, de maneira regular, coexistindo com a resenha, mas dela se diferenciando radicalmente: não é gratuita a declaração de princípios

que Wilson Martins faz em sua estréia, em 3.10.87, na coluna de crítica literária do *Jornal da Tarde*. A mesma Flora Süssekind, embora lamentando a ainda presente despreocupação com a literatura brasileira contemporânea, percebe a nova situação assim: “Acho que está ocorrendo um flerte novo entre o jornal e a universidade. De certa forma estão se fortalecendo novamente os suplementos literários em ligação estreita com o crescimento do mercado editorial e vários intelectuais professores estão começando a reaceitar a veiculação de seus textos por esses suplementos. O que poderia ser interessante e não está ainda acontecendo é o jornal desencadear em algumas pessoas da área acadêmica uma produção mais ágil e mais no calor da hora, obrigando o intelectual brasileiro a interferir nas mídias, convivendo com todos os riscos (de banalização, diluição e equívocos) que isso traz.”¹⁵

Sinal dos tempos, a convivência entre academia e jornais começa a ser apregoada; resenhas e rodapés críticos necessariamente não são excludentes. Ao lado da divulgação das edições, em serviço e estilo jornalísticos, pode existir a produção cultural para o artista, o intelectual, o produtor cultural.

talvez a visão empobrecida que os escritores desta pesquisa, em sua maioria, manifestam sobre a crítica seja um reflexo ou sintoma da situação igualmente pobre que a produção crítica vivenciou, e que, por extensão, seja também a imagem especular de todo o fenômeno literário nacional, nas últimas décadas...

A crítica literária enquanto ensaio analítico, interpretativo e de julgamento de uma obra, mesmo com os limites de alcance do público mais especializado a quem se dirige, tem certamente influência sobre a formação do conjunto de obras literárias de uma determinada época, na medida em que legisla sobre os valores do texto literário e em que legitima, em nome desses mesmos valores, a obra que se

pretende literária. Ao abrir um espaço para a leitura e a releitura, tende a estabelecer novos padrões de percepção e aproveitamento da produção literária. É certamente verdadeiro o que disse Osman Lins: “um texto, sem perder a sua individualidade, é também, em certa medida, o que sobre ele se escreveu”.¹⁶

Como gênero literário, a crítica exige de seu autor também criatividade, estilo e imaginação, aliados a um sólido conhecimento de e sobre literatura. A análise crítica pode e tem revelado, muitas vezes *post mortem* do escritor, qualidades antes insuspeitas em uma obra, pelo seu público contemporâneo e até pelo próprio autor. Ela aponta direções, zonas a serem exploradas tanto em uma obra como em toda uma corrente literária, ressaltando linhas comuns, convergências, avanços, estabelecendo parentescos, traçando caminhos históricos. Repara, às vezes, erros clamorosos de avaliação de uma obra ou de um autor. Resolve – ou pode ou tenta resolver – impasses que transcendem a própria literatura: em *O Martin Fierro*, Jorge Luis Borges¹⁷ passeia, com a costumeira elegância, entre a ensaística e a crítica de rodapé, resolve um ressentimento ancestral entre culturas urbanas e rurais absolvendo um assassínio (“hay gestos que calumniam un hombre”); dá uma origem literária ao poeta José Hernández, assinalando seus antecessores; estabelece a(s) diferença(s) entre plágio e referência, homologando ao maior *best-seller* de então a grandeza de Homero, à saga da colonização rio-platense a grandeza dos tempos heróicos gregos. “O crítico é esse que faz o gesto de continuidade no interior de uma cultura, que faz esse encadeamento”, para usar a boa síntese de Alberto Dines.¹⁸

Para o escritor, a crítica é importante, mesmo quando a influência sobre o seu trabalho é peremptoriamente negada. Mesmo que ela tenha um poder reduzido de difusão, que não tenha influência sobre a edição de obras e tenha muito pouca sobre as reedições, o crítico

é sempre um leitor especial. Receber uma crítica significa que o livro venceu a primeira barreira, a da distribuição, que de alguma forma o trabalho do escritor repercutiu no mundo literário. Aceitar ou não a análise e a avaliação feitas pelo crítico, concordar ou não com a sua opinião, sentir-se ou não lisonjeado são atitudes e sentimentos que vão variar muito, pois estão diretamente relacionados com a escala de valores – profissionais, literários, afetivos – de cada um.

O fundamental, porém, é a manifestação da crítica, pois o silêncio pode significar juízo unânime e certamente terá repercussão sobre a vida profissional do escritor. O exemplo do escritor italiano Italo Svevo, que ficou 25 anos sem escrever porque seu romance *Senilità* não obteve uma única palavra de louvor ou de reprovação por parte da crítica, embora sua primeira publicação, *Uma vida*, tenha sido elogiada por críticos autorizados, pode ser considerado extremo, se assim o quiserem. O prefácio que escreveu para a segunda edição italiana, e que consta da edição de 1986 da Rio Gráfica, oferece, porém, uma ótima amostra do significado que o trabalho crítico tem para um escritor e das relações que se podem estabelecer entre as duas produções, a da literatura e a da crítica sobre a literatura.

Quer sob a forma de resenha, quer como ensaística, a crítica tem uma repercussão diferenciada, é claro, sobre públicos também diferentes em relação à leitura e ao consumo das obras. Sua influência sobre a formação, o gosto e o julgamento dos leitores certamente ocorre, embora seja difícil tornar precisas a intensidade e a constância desse prestígio da crítica e crédito ou confiança do leitor

Tânia Maria Piacentini é mestra em educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professora na Universidade Federal de Santa Catarina. O presente artigo faz parte de sua dissertação *Literatura: o universo brasileiro por trás dos livros*.

Referências Bibliográficas

1. LINS, Osman. *Guerra sem testemunhas: o escritor, sua condição e realidade social*. São Paulo, Ática, p. 90.
2. MACHADO, Rubem Mauro. *Resenha e espaço literário*. Porto Alegre, Jornal Zero Hora, sem data.
3. BOSI, Alfredo. In: José Maria Cançado. A perda da aura. *Leia*, nº 100, fev. 87, p. 20.
4. LUCAS, Fábio. *Ibidem*, p. 20.
5. DINES, Alberto. *Ibidem*, p. 23.
6. FRANCIS, Paulo. *Ibidem*, p. 20.
7. BARBOSA, J. A. A paixão crítica, forma e história na crítica brasileira. In: *Textos críticos/Augusto Meyer*. São Paulo, Perspectiva, Brasília: INL, Pró-Memória, 1986.
8. *Idem*, *Ibidem*, p. XI.
9. BARBOSA, J. A. O elogio da crítica. Entrevista ao *Leia* nº 100, fev. 87, p. 24.
10. Ver, a respeito dessas polêmicas, a análise que Flora Süssekind faz no 1º capítulo de *Literatura e vida literária: polémicas, diários e retratos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985, na Coleção Brasil, os anos de autoritarismo.
11. AGUIAR, Flávio. Depoimento sobre a crítica literária, em resposta a questionário que lhe enviei. Manuscrito de 1981.
12. SÜSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária...*, p. 30.
13. SCHWARZ, Roberto. “19 princípios para a crítica literária”. In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 93-4.
14. KÖTHE, Flávio. Depoimento sobre a crítica literária, em resposta a questionário feito em 1981. Manuscrito.
15. SÜSEKIND, Flora, em entrevista a Nelson Ascher. *Folha de S. Paulo*, 25/9/87, p. A-38. *A literatura sob o exame do cinematógrafo*.
16. LINS, Osman, op. cit. p. 180.
17. BORGES, Jorge Luis. *O “Martin Fierro”*. Porto Alegre, LPM, 1985.
18. DINES, Alberto, op. cit. p. 23.

Abstract

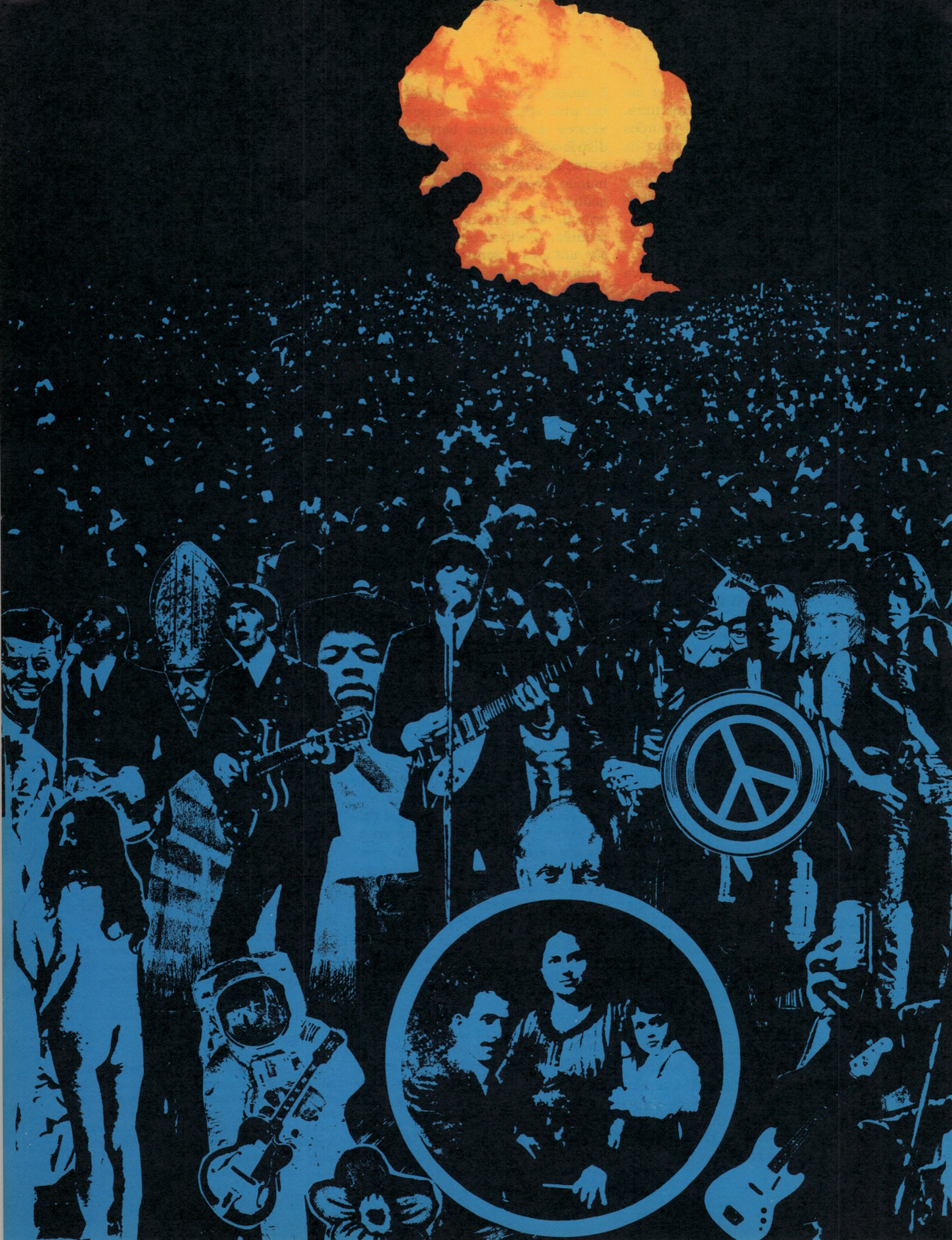
Literary Criticism. Nostalgically

“What influence does literary criticism have (or has it had) on your work as a writer?” The replies of twelve contemporary Brazilian writers enable one to observe and analyze writer vs. literary criticism relations and so discuss the role of the latter in the literary phenomenon.

Resumen

Crítica literaria, qué nostalgia

¿Qué influencia tiene (o tuvo) la crítica literaria en su trabajo de escritor? Las respuestas de doce ficcionistas brasileños contemporáneos permiten verificar y analizar cómo se establecen las relaciones entre el escritor y la crítica literaria, y discutir el papel de esta última en el fenómeno literario.



a revolução cultural dos anos

60

A crise de valores em nossa civilização alcançou o seu auge com a revolta de maio de 1968 na França, que se alastrou como uma reação em cadeia pelas grandes capitais do mundo. Emergiu como tentativa de preencher o abismo existente entre a ciência do século XX e os sistemas éticos ultrapassados, destruídos por esta mesma ciência, mas ainda utilizados pelas sociedades. Da efervescência cultural nasceu uma nova consciência ecológica, novos comportamentos e costumes sociais e uma nova moral. Decorridos mais de 20 anos ainda podemos sentir as reverberações desta explosão inconsciente do ego social de toda uma geração. As experiências socialistas atuais, com mercado livre e iniciativa privada, que estão em curso na Espanha e na França, têm suas raízes na contestação social de 1968. Podem ser o prenúncio de um novo humanismo socialista, mais natural, liberto das encarquilhadas ideologias do século XIX, e fundamentado na verdadeira natureza humana, demonstrada pela ciência de hoje.

Francisco Di Biasi



A CRISE DE VALORES EM NOSSA CIVILIZAÇÃO



abismo existente entre a ciência atual com suas conseqüências filosóficas e as subculturas estanques – impostas ao homem contemporâneo pela sociedade tecnocratazante – é gerador de um sentimento complexo: mistura de medo, angústia, insegurança, revolta e inferioridade perante uma tecnologia que lhe traz conforto e bem-estar, mas que ele não compreende muito bem, a não ser, e nem sempre, nos aspectos particulares que lhe são mais próximos. Esta intranquilidade é agravada ainda pelas concepções éticas primitivas que lhe são transmitidas, e que aceita apenas por tradição, ou por não ter nenhuma outra como alternativa, pois sua educação, voltada apenas para a produtividade econômico-social, não lhe permite, nem sequer lhe dá, condições de analisar profundamente o problema. A crise em que se debate atualmente a humanidade tem origem na defasagem entre a ciência, geradora de tecnologia, riqueza e poder, e os sistemas de valores ultrapassados, destruídos por esta mesma ciência mas que as sociedades ainda utilizam como padrão de conduta.

O historiador Arnold Toynbee afirma, em *Revolutionary Change*: “a tecnologia projetou-se muito à frente da religião e da moral”. Os registros históricos estão aí para provar que se trata de um fenômeno recente; no século VI a. C. o espírito do homem projetou-se muito além da própria técnica. Este descompasso entre a ciência e valores ético-morais situa-se na base das contradições que tornam uma sociedade potencialmente revolucionária. Vivemos atualmente uma época de proliferação de movimentos contestatórios que refletem os últimos estertores de uma civilização antiecológica, agonizante, incapaz de controlar o lixo industrial e sociocultural gerado pela imposição da tecnologia científica a uma sociedade com um sistema de valores falido. Uma sociedade dita afluente e de consumo que desembocou no absurdo pragmatismo de ser obrigada a criar condicionamentos psicológicos de massa, manipulando os indivíduos através do consumo, para continuar mantendo sua velocidade de produção e lucro, e sobreviver.

Na raiz desta inversão social, em que ao invés de a sociedade ser moldada segundo padrões humanos o indivíduo é que se torna teleguiado dela, encontramos a ética místico-econômica de nossa civilização. Baseada numa mistura de religiosidade e lucro, esta ética, imposta há séculos ao homem comum, tentou massificá-lo e adaptá-lo a modelos sociais antibiológicos, alheios a sua vontade e a seus anseios naturais. Através de toda a história esteve na origem das violações dos direitos do homem, ferindo sua dignidade e visando sempre à manutenção de um *status quo* fa-

vorável aos interesses econômicos e/ou religiosos das classes dominantes. Anti-humanística, antinatural e anticientífica, toma em consideração interesses adversos e mesmo contrários à harmonia homem-biosfera e biosfera-universo. Foi geradora de guerras, por vezes ‘santas’. Originou sistemas sociais cruéis, inumanos, tentativas políticas de manter seus adeptos no poder. Institucionalizou a miséria, a fome, a injustiça e o favoritismo político. Criou os *auchwitzs*, as *biafras*, os *vietnãs* e os arquipélagos *gulags* que enlutaram a raça humana pela história afora. Com tudo isto, atrasou a evolução natural do homem em alguns milhares de anos. Graças à ciência evoluímos com uma certa orientação, mas nossa ética e nossa moral permaneceram voltadas para os mesmos valores que prevaleceram na aurora da civilização.

Todas as sociedades humanas testemunham a tentativa do homem em negar, consciente ou inconscientemente, seu sistema natural de valores, a herança genética, o projeto teleonômico selecionado durante milhões de anos de evolução ao acaso e codificado na molécula de ADN (ácido desoxirribonucleico) de cada célula de todos os seres vivos. O projeto teleonômico, afirma Monod, “é, explicitamente ou não, suposto em todas as construções ideológicas (religiosas, científicas ou metafísicas) concernentes à biosfera e às suas relações com o resto do universo” (Monod, 1971), pois coloca em questão a origem acidental ou transcendental da vida, indagação inerente a todos os sistemas filosóficos que procuram explicar o significado do homem e do universo.

O CÍRCULO VICIOSO DA MISÉRIA

Metade da humanidade, senão dois terços, sobrevive em estado de subnutrição, submetida a regimes de trabalhos indignos da condição humana. Mais doloroso ainda é a desesperadora certeza, o conhecimento de que a carência alimentar, as condições subumanas de higiene e habitação, a promiscuidade em que vive a maior parcela do rebanho humano, por si só, sejam geradoras de novas formas de miséria moral e cultural. As carências nutritivas durante a gestação concorrem para um desenvolvimento imperfeito do embrião, que, persistindo no período pós-natal, acarreta um hipodesenvolvimento psicossomático limitador da atividade física e do pleno desabrochar da inteligência. E mais, a miséria cultural do ambiente provoca, como Piaget o demonstrou exaustivamente, uma paralisação do desenvolvimento da inteligência em níveis primitivos. Segundo ele (Piaget, 1979) “não existem [no homem] estruturas cognitivas *a priori* ou inatas: somente o funcionamento da inteligência é hereditário e ele somente engendra estruturas através de uma organização de ações sucessivas

sobre os objetivos. Resulta que uma epistemologia de conformidade com os dados da psicogênese não saberia ser nem empirista nem preformista, só podendo consistir em um construtivismo, com a elaboração contínua de operações e de estruturas novas". A própria moral, no contexto piagetiano, desenvolve-se paralelamente à inteligência, através da tomada de consciência do comportamento individual e do grupo (Lima, 1980; Piaget, 1974). Estigmatizada desde antes do nascimento, a criança torna-se incapaz de evoluir nas mesmas condições que uma outra sadia. Relegada à deficiência biopsicossocial, formará futuramente nas legiões de subempregáveis e 'inempregáveis' que pululam pelo mundo afora. E quando não tendo mais nada a perder revolta-se contra sua condição subhumana, resulta nos milhões de ladrões, delinquentes, assassinos e psicopatas inadaptados à nossa 'evoluída' civilização, que, embora os tenha criado, é incapaz de fornecer-lhes condições mínimas de sobrevivência e dignidade humanas. Serão geradoras de um novo ciclo do qual não têm consciência nem possibilidades de escape, reativando e provocando novas formas de miséria biológica e sociocultural.

É monstruoso constatar que a hipocrisia, a ganância econômica, a sede de poder e a indiferença para com o semelhante e as gerações futuras assumiram tais proporções. O próprio equilíbrio ecológico do planeta está próximo à ruptura, devido aos despejos industriais desta sociedade 'altamente civilizada'. O desprezo dos governos de quase todo o mundo pelas consequências sociais e ecológicas de um progresso ambíguo é assustador. Ignoram simplesmente o problema, ou quando muito situam-no num plano inferior em seus projetos políticos, muito aquém dos programas 'prioritários' de desenvolvimento industrial e militar. Nenhum estado, hoje

em dia, principalmente nos países do Terceiro Mundo, é capaz de arcar com a responsabilidade de relegar a segundo plano o desenvolvimento industrial, elevando para primeiro a instituição de medidas visando à proteção e desenvolvimento das relações do homem com o meio ambiente. Presenciamos uma catastrófica inversão de valores: o homem e a biosfera estabelecidos como fatores secundários à política econômica e ao desenvolvimento do poderio industrial-militar. Um mundo em que os países 'ricos' chegaram ao limite de seu desenvolvimento e os países pobres a um endividamento tão considerável que cerca de 120 países do Terceiro Mundo, à beira da bancarrota, estudam a melhor maneira de declarar-se em estado de insolvência (Servan, 1980).

Tudo isto demonstra a decadência e a falência das formas de organização e estruturação socioeconômica utilizadas pelas sociedades atuais, sejam elas baseadas na economia privada ou na economia de Estado. O fenômeno da anestesia das massas populares através da vulgarização e da alienação cultural a que assistimos hoje em todo o mundo é um exemplo concreto da tentativa de forçar a permanência de sistemas fracassados. Trata-se de uma bem conhecida fórmula de desespero político da qual os governos lançam mão para tentar manter o equilíbrio social, quando sentem ameaçada sua estabilidade política. A explosão totalitária, anuladora do homem, característica da nossa época, é a demonstração histórica da *débâcle* de nossa civilização e da necessidade de uma nova ordem mundial.

NECESSIDADE DE UMA REVOLUÇÃO CULTURAL

Como superar esta inconsequência ético-sociológica? Esta irresponsabilidade humanística? Como erguer o homem dos escombros

desta civilização? Será necessário desbravar novos mundos. Novos horizontes do conhecimento. Evadir-se dos grilhões "civilizatórios" que sufocam a eclosão do novo homem, há muito em gestação nos corações e mentes de toda a humanidade.

Os movimentos de contestação e contracultura nascidos na década de 1960 emergiram como uma manifestação espontânea da necessidade de mudanças nos valores antinaturais arcaicos e cristalizados que regem as sociedades atuais. Foi uma época maravilhosa, repleta de grandes anseios e esperanças para toda uma geração de jovens que não havia sido ainda marcada e massacrada pela ambição, pela hipocrisia e pela sordidez das elites dominantes, e que acreditou no sonho de um novo homem, livre das antigas taras socioculturais. Foi uma época de sonhos e tragédias. "The dawning of the age of Aquarius", conforme cantada em 'Hair'. Uma época de revolução, de participação na mudança do mundo, de refazer o mundo, de viver a história no momento em que ela acontecia. Época dos Beatles, de Robert Kennedy, de Martin Luther King, do DOPS, das torturas, de Biafra, de Janis Joplin, de Bob Dylan, dos Panteras Negras, de Macluhan, de Woodstock, dos Rolling Stones, de Mrs Robison (Simon and Garfunkel), dos *hippies* e de Allen Ginsberg, do LSD, do Vietnã, da Primavera de Praga e também do homem orbitando a Lua com a Apollo 8. O terremoto da revolta se alastrou por todo o mundo, por locais tão distantes como Paris, Tóquio, Rio, Berkeley, Columbia (Mark Rudd), Chicago, Saigon, cidade do México.

Envoltos no desprendimento poético da época e no sonho ancestral de liberdade esquecemos que o antigo homem estava vivo e atuante. Atingido em seu calcanhar de Aquiles, em sua ultrapassada ética místico-econômica, forçado a

vislumbrar sua verdadeira face, “os monstros submarinos e as algas pegajosas” de seu ego social, reagiu de forma violenta exteriorizando toda a agressividade de seu complexo industrial-militar. Então, como disse um líder da época: “o sonho acabou” No entanto, o sonho, apesar de não se ter materializado, criou raízes. A contestação cultural e ético-moral provocou profundas transformações no comportamento do homem comum, que se tornou menos ingênuo, mais inquisidor, mais consciente de seus direitos, da relatividade dos valores estabelecidos e da necessidade de um melhor controle político da sociedade. Acima de tudo, nasceu uma nova consciência ecológica por meio da qual os povos de todo o mundo pressionam cada vez mais os governos excessivamente divorciados da natureza e dos anseios de dignidade do homem. Esta mudança no comportamento social naturalmente gerou reações, e os estados totalitários encobertos por vernizes democráticos deflagraram toda a repressão que caracterizou os anos 70. Hoje, a perspectiva histórica nos permite afirmar que a abertura conseguida nos anos 60, apesar de ter ocasionado a repressão dos anos 70, nos proporcionou o sentimento de liberdade e nos forneceu audácia e condições para tentar reorganizar, repensar tudo.

Como afirmou Lance Morrow (*Time*, Jan 11 1988): “1968 foi mais do que uma parada de eventos densamente compactada, mais do que o alinhamento acidental de planetas. Foi uma tragédia de mudança, uma luta entre gerações, de certa maneira, uma guerra entre o passado e o futuro, e mesmo para toda uma sociedade, uma luta violenta para crescer.” Nossa meta agora será reestruturar, restabelecer, reconceber o que foi ignorado, desprezado, classificado como selvagem e animalesco, indigno do homem e sua ‘requintada’ civilização. Negar todos os sistemas que aviltaram o homem biológico, minimizando sua herança genética. Rever tudo com as bases fornecidas pela ciência do século XX. Alargar os limites arcaicos e anticientíficos

da concepção antropológica estabelecida, e, nesta revolução, refazer todas as ciências ditas humanas. Os fundamentos em que se basearam, os alicerces éticos que sempre as regeram, comprovaram exaustivamente sua ineficácia através de toda a história da civilização. Não existe mais lugar no mundo atual para tais concepções, após a revolução epistemológica ocorrida no reino das ciências exatas na primeira metade do século XX, que permitiu o vertiginoso desenvolvimento da física e da biologia modernas nas duas últimas décadas. Torna-se necessário, através de uma nova síntese, baseada na física, na química e na biologia molecular, recriar a antropologia, revelando-a como bioantropologia que realmente é, e ampliando os limites sociológicos por meio de uma biopsicossociologia (aliás, neurosociologia), estabelecer uma nova concepção cultural humanístico-biológica com bases ético-científicas, capaz de fundamentar uma verdadeira ciência do homem.

O SALTO EPISTEMOLÓGICO

A aplicação da teoria quântica, descoberta por Max Planck em 1900, à genética moderna, iniciada também em 1900 com a redescoberta dos papéis de Mendel por de Vries, Correns e Tschermak, fecundada ainda pelo significado estático da entropia, conexão revelada pelas investigações termodinâmicas de Boltzmann e Gibbs, eclodiu na biologia molecular, reestruturando toda a concepção antiga sobre os seres vivos. Já em 1944, Erwin Schrodinger (1967), um dos criadores da mecânica quântica, afirmava em seu trabalho *What is life?*: “todas as leis físicas e químicas que desempenham um papel importante na vida dos organismos são do tipo estatístico; qualquer outra forma de concordância com as leis e a ordem que alguém possa imaginar está sendo perpetuamente perturbada, e torna-se inoperante, pela incessante energia cinética (*heat motion*) dos átomos”. Esta nova concepção dos

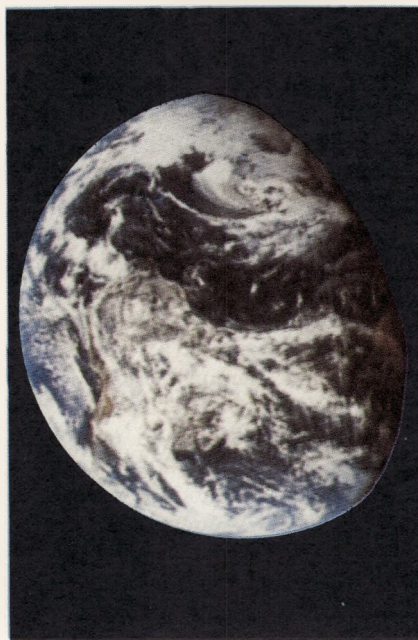
sistemas biológicos forneceu as bases que conduziram à descoberta, em 1953, por Watson e Crick, da estrutura molecular helicoidal do ADN (Crick, 1971), permitindo a revelação do código genético, a ‘linguagem da vida’, conforme foi, poeticamente, denominado por George Beadle (1966). Acrescenta-se que a significação completa da teoria darwiniana da evolução seletiva só foi possível graças a esta descoberta.

Uma nova perspectiva teórica, aplicável às máquinas artificiais, aos sistemas biológicos e aos fenômenos psicológicos e sociológicos, foi aberta por Shannon, em 1949, com a teoria da informação (Atlan, 1972) e por N. Wiener, em 1948, com a cibernética (Wieners, 1950). Em 1959, Léon Brillouin (1959), retomando e desenvolvendo trabalhos anteriores de Szillard, estabeleceu, a partir da noção de informação, a equivalência entre informação e neguentropia,¹ concepção fundamental para a compreensão dos sistemas biológicos. Todas estas junções epistemológicas permitiram uma nova compreensão total e integrada da vida (Di Biase, 1978), pois mostraram que “da bactéria ao homem, a maquinaria química é essencialmente a mesma, tanto em suas estruturas quanto por seu funcionamento. Em sua estrutura: todos os seres vivos, sem exceção, são constituídos pelas mesmas duas classes principais de macromoléculas, proteínas e ácidos nucleicos. Além disso, essas macromoléculas, em todos os seres vivos, são formadas pela reunião dos mesmos radicais, em número finito: vinte aminoácidos para as proteínas, quatro tipos de nucleotídeos para os ácidos nucleicos. Por seu funcionamento: as mesmas reações, ou melhor, seqüências de reações, são utilizadas em todos os organismos para as operações químicas essenciais: mobilização e reserva do potencial químico, biossíntese dos constituintes celulares” (Monod, 1971). Compreendeu-se ainda que a biosfera e o cosmo são fases de um mesmo sistema regido por princípios físicos universais, e que a emergência da vida neste sistema

representa um acidente natural perfeitamente compatível com seus princípios físicos, como demonstra a termodinâmica dos estados de não-equilíbrio e as estruturas dissipativas de Prigogine (1972 e 1979). Portanto, constitui parte da história natural do cosmo a ocorrência espontânea de condições físico-químicas capazes de gerar sistemas moleculares com as propriedades dos ácidos nucleicos, de 'conservar o acaso', ou seja, passível de guardar (codificar) em sua estrutura as alterações ocorridas aleatoriamente nesta mesma estrutura, transmitindo-as aos descendentes, e permitindo que por meio do processo de evolução por seleção natural as mutações benéficas ao aperfeiçoamento do desempenho do sistema possam gradativamente impor-se através do tempo. E mais ainda, todas estas convergências epistemológicas revelaram que somos depositários de um fantástico projeto, denominado projeto teleonômico, nascido das profundezas intangíveis do acaso, o qual representamos em nossa bioarquitetura e cumprimos com nosso desempenho, quintessência do projeto primitivo de conservação e multiplicação da espécie (Monod, 1971 e 1975).

A NOVA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA

A todo este conjunto juntou-se uma nova consciência ecológica que revelou a biosfera como uma totalidade auto-organizadora (Atlan, 1972b; Di Biase, 1981) constituída por ecossistemas inter-relacionando-se através de ciclos biogeoquímicos fundamentais e estruturada como um organismo vivo sem elementos estanques e com uma relação integrativa dinâmica entre os diversos sistemas, de tal forma que cada um participe ativamente na regulação do outro constituindo um todo homeostático. Compreendeu-se o homem como um sistema aberto, com uma riqueza muito grande de relações de todos os tipos com o meio ambiente, e vice-versa. "Da mesma forma como a ecologia modificou a idéia de natureza, a etologia modificou a idéia de animal" (Morin, 1973), re-



velando na natureza todo um complexo organizacional de comunicação social, com comportamentos de corte, de cooperação, amizade, ameaça, submissão e fenômenos de regulação demográfica, distribuição e proteção do território. Sebeok (1973) demonstrou como os comportamentos evidenciam uma complexidade semiótica muito desenvolvida, que se manifesta por vezes até por mensagens simbólicas, como é o caso dos gansos estudados por Lorenz (1970 e 1977). Tais revelações oriundas das pesquisas etológicas demonstram a ocorrência natural, entre os animais, de uma estruturação social extremamente complexa e auto-organizadora.

A partir deste modelo conceitual é possível desenvolver-se uma noção de biossociedade com bases científicas, pois, como afirma Morin (1973), "a sociedade com todo seu rico sistema de comunicação não é um fenômeno humano isolado, mas uma forma amplamente disseminada de auto-organização dos sistemas vivos. Neste contexto, 'a sociedade humana aparece como uma variante e um desenvolvimento prodigioso do fenômeno social natural' (Morin, 1973) 'e a sociologia - ciência humana - perde então sua insularidade e passa a ser a coroação da sociologia geral - ciência natural' (Moscovici, 1972).

UM NOVO HUMANISMO

Como consequência do conhecimento atual, podemos inferir que vivemos num universo frio e sem deus, com um diâmetro que nem os anos-luz conseguem medir, onde a única ordem se manifesta através de princípios físicos orquestrando uma fantástica sinfonia quântico-relativista (Di Biase, 1983)! Extraordinário!! Mas ao mesmo tempo... terrivelmente dilacerante. Incapaz de ser suportado pela grande maioria da raça humana. Para uma humanidade movida por concepções teológicas, tal compreensão seria geradora de angústia e desespero infinitos. "Tratando-se do pedregulho, isto nos basta. Mas não se tratando de nós mesmos. Queremo-nos necessários, inevitáveis, ordenados desde sempre. Todas as religiões, quase todas as filosofias, inclusive uma parte da ciência, testemunham o incansável e heróico esforço da humanidade em negar desesperadamente sua própria contingência" (Monod, 1971). A recente síntese do físico Fritjof Capra (1985 e 1987) sobre o pensamento científico ocidental e o pensamento místico oriental demonstra estar a resolução desta dilacerante solidão na autolibertação do homem. Capra demonstrou que a analogia existente entre a moderna física subatômica,² os atuais conceitos sistêmicos (holísticos) da medicina, da biologia, da psicologia e da sociologia, e as tradições místicas orientais revela que tanto o método racional objetivo e experimental do homem ocidental, quanto o método intuitivo, subjetivo e também experimental, do homem oriental, são diferentes vias capazes de atingir a mesma realidade última do universo (Brahma no hinduísmo, Dharmakaya ou Tathagata no budismo, Tao no taoísmo). Para se entender esta colocação é fundamental a compreensão de que as tradições místicas orientais não são religiões no sentido ocidental, ou seja, um meio para se alcançar alguma divindade (algo acima do homem). As 'religiões' orientais são muito mais filosofias e métodos, desenvolvidos para se atingir a autolibertação, que é al-

Humanidades

cançada por meio da integração da mente a uma totalidade mais ampla a que não temos acesso por meio de nossos sentidos, no estado normal de vigília. Este estado dito 'iluminado' é alcançado através da meditação, da ioga, do tantra, do t'ai chi ch'uan, e outros métodos desenvolvidos especialmente para este fim. Este estado alterado, mais elevado, de consciência ('consciência cósmica') leva o praticante a transcender a noção de um ego (*self*) isolado e a identificar-se com a realidade última, "tornando-se consciente da unidade e inter-relação de todas as coisas". "Não é somente um ato intelectual, mas uma experiência que envolve toda a pessoa e é religiosa em sua natureza última" (Capra)

A BIOÉTICA

Graças ao uso do método científico, o homem conseguiu, pela primeira vez, vislumbrar uma concepção ampla da natureza do universo, dele mesmo e da interdependência vital de ambos. Esta nova concepção da vida e do universo contém todo o material necessário ao desenvolvimento de um novo humanismo de bases científicas, pois é capaz de orientar o desenvolvimento de uma bioantropologia que desemboca naturalmente em uma biosociologia e uma biopsicologia verdadeiramente científicas, e radicalmente humanísticas.

Pela primeira vez na história humana nos tornamos aptos a desenvolver as bases éticas de um humanismo fundamentado na ciência, "valor supremo do homem e sua maior criação" (Monod, 1967). Uma ética desenvolvida a partir do conhecimento biológico pode selecionar metas que melhorem nosso desempenho biopsicossocial e nos orientem no transcurso da evolução. Esta bioética pode ser colhida na natureza, bastando para isto estabelecer como norma de valor o conhecimento científico da natureza humana. Assentada no conhecimento da vida e do universo, mais especificamente, da filogênese do sistema nervoso e suas manifesta-

ções comportamentais (Di Biase, 1986; Laborit, 1970 e 1974; Mac Lean, 1952, 1970 e 1974), esta bioética emana da natureza humana sendo capaz de orientar o futuro da evolução do homem. Com efeito, a partir do estudo da evolução do comportamento animal e humano e do conhecimento de seus significados filogenéticos é possível desenvolver-se uma base conceitual ética, capaz de orientar a sociologia e a psicologia. Jacques Monod (1967 e 1971) propôs uma 'ética do conhecimento' baseada no postulado de objetividade da natureza, pedra angular do método científico. Afirma ele: "A ética do conhecimento não se impõe ao homem, ao contrário, é ele que a impõe a si, tornando-a axiomáticamente a condição de autenticidade de todo discurso ou de toda ação." A bioética é a consequência neurobiológica da ética do conhecimento, e se imporia ao homem como condição de todo discurso ou toda ação que não queira desviar-se dos rumos da verdade cientificamente estabelecida. Não podemos ensinar às crianças e à sociedade uma moral que só leve em conta os grandes valores transcendentais, esquecendo-nos do homem fisiológico, de seus comportamentos biológicos, das suas necessidades naturais. Uma bioética é, por natureza, 'orgânica', 'ecológica', 'holística'. Monod (1967) acreditava que "uma ética do conhecimento que colocasse o conhecimento, particularmente o da fisiologia e o da psicologia, em primeiro plano certamente seria mais capaz do que qualquer outra de formular não só um grande sistema ético sobre o qual as sociedades possam fundar, por exemplo, um sistema político, mas seria também capaz de formular uma moral pessoal infinitamente mais viável do que aquela que ainda nos é imposta".

CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS

Uma bioética que estabeleça o conhecimento científico da natureza humana como condição para a autenticidade de todo discurso ou

de toda ação implica, necessariamente, a possibilidade de existir uma sociedade capaz de aceitar o método científico como fundamento de sua organização. Os movimentos socialistas, mesmo em suas formas mais criticáveis, estabelecem o conhecimento, pelo menos em princípio, como fundamento de sua ideologia. Na prática, não é o que se tem observado, mas é possível concebermos uma sociedade socialista regida por uma ética baseada na natureza humana. Uma das características do comportamento humano é a sua atividade criadora que necessita de estimulação contínua para não automatizar-se em condicionamentos impostos pelas sociedades que, neste aspecto, são intensamente repressoras. Um dos fatores capazes de estimular continuamente esta atividade criadora que é, em última instância, o fundamento neural da liberdade social é a competição. Consequentemente, esta sociedade socialista fundamentada no conhecimento da natureza humana, diferentemente das classicamente propostas, deverá necessariamente possuir normas de regulamentação da economia de caráter eminentemente competitivo, do tipo mercado livre. Talvez as estruturas econômicas de fundamento capitalista, utilizadas hoje em dia pelos governos socialistas da Espanha, França e outros países, possam ser classificadas como tentativas, como prenúncios de uma reviravolta ideológica. Podemos estar presenciando a emergência de um novo humanismo socialista, não mais atrelado às ultrapassadas e anticientíficas concepções ideológicas que subsistem enganando dolorosamente os corações jovens. O 'ideal socialista' sonhado por tantos jovens filósofos e humanistas seria a manifestação cultural da necessidade de liberdade enraizada em nossa herança ancestral.

Francisco Di Biase é neurocirurgião com Pós-Graduação pela PUC-RJ, é chefe do Depto. de Pós-Graduação da Fundação Educacional Rosemar Piromel (FERP) em Barra do Piraí.

Um dos princípios básicos que regem o universo é o segundo princípio da termodinâmica, ou princípio de Carnot–Clausius. Segundo este princípio, se qualquer sistema é isolado do meio ou colocado em meio uniforme, as transformações energéticas (reações químicas, diferenças de potencial elétrico, de temperatura, etc.) tendem a se processar em direção a um estado de maior desordem molecular em que praticamente nenhuma variação química ou física ocorre. Deste postulado deriva uma quantidade física passível de mensuração denominada entropia, que é a medida do nível de degradação da energia de um sistema, ou seja, da desorganização do sistema. Qualquer fenômeno se

acompanha necessariamente de um aumento de entropia no interior do sistema em que se processa. O segundo princípio é o princípio universal que indica uma tendência geral no tempo e na evolução do universo em direção à desordem energética. Quanto mais desordenado for um sistema, maior será sua entropia, tendendo sempre os sistemas a afastarem-se de configurações menos prováveis para configurações mais prováveis, ou, o que é o mesmo, de estados mais organizados para estados mais caóticos. Desta forma a neguentropia de um sistema refere-se ao grau de organização deste sistema.

Notas

1. Neguentropia é o mesmo que entropia negativa.
2. Cf. os conceitos de campos quânticos, a teoria da matriz-S e principalmente a teoria da autoconsistência (*bootstrap*) do universo.

Referências Bibliográficas

1. ATLAN, H. 1972a. *L'organisation biologique et la théorie de l'information*. Paris, Herman, 1972.
2. ATLAN, H. 1972b. Du bruit comme principe d'auto-organisation. *Communications* 18, Centre d'Etudes des Communications de Masse, École Pratique des Hautes Études, Paris, Seull, 1972, p. 21-35.
3. BRILLOUIN, L. *Vie, matière et observation*. Paris, Albin Michel, 1959.
4. CAPRA, F. *The tao of physics*. New science Library, Shambhala – Boston, Second edition, revised and updated, 1985.
5. CAPRA, F. *O ponto de mutação*. São Paulo, Ed. Cultrix, 1987.
6. CRICK, F. H. C. O código genético. In: *A base molecular da vida, textos do Scientific American*. Ed. Univ. de São Paulo e Ed. Polígono, 1971.
7. DI BIASE, F. *O conceito atual de vida*. ALEPH, Ano 1, nº 1, Fundação Educacional Rosemar Pimentel, Barra do Pirai, RJ, 1978.
8. DI BIASE, F. Auto-organização nos sistemas biológicos. *Ci. e Cult.*, 33(9): 1155-1159, 1981.
9. DI BIASE, F. Ciências e humanismo. *Ci e Cult.*, 35(6): 703-708, 1983.
10. DI BIASE, F. Auto-organização e evolução: fundamentos para uma teoria piagetiana da evolução. *Ci e Cult.*, 38(1): 100-109, 1986.
11. G e M. BEADLE, 1966. *The language of life. Introduction to the science of genetics*. New York, apud Jakobson, R. A lingüística em suas relações com outras ciências. In: Roman Jakobson, *Lingüística, poética, cinema*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1970.
12. LABORIT, H. *L'agressivité déformée*, Paris, Union générale d'Éditions, 1970.
13. LABORIT, H. *La nouvelle grille*. Paris, Lafont, 1974.
14. LIMA, L. O. *Piaget para principiantes*. São Paulo, Summus Editorial, 1980.
15. LORENZ, K. *Trois essais sur le comportement animal et humain*. Éditions du Seull, 1970.
16. LORENZ, K. *Falava com as bestas, as aves e os peixes*. Editorial Labor do Brasil, S/A, 1977.
17. MAC LEAN, P. D. Some psychiatric implications of physiological studies on fronto-temporal portion of limbic system. *EEG, Clin. Neurophysiol.*, 4:407-418, 1952.
18. MAC LEAN, P. D. 'The triune brain, emotion and scientific bias' In: *The neurosciences, Second Study Program*, Rockefeller University Press, 1970.
19. MAC LEAN, P. D., 'Bases neurologiques du comportement d'imitation chez le singe-écureuil'. In: *L'unité de l'homme, Centre Royaumont pour une Science de l'Homme*, Paris, Seull, 1974.
20. MONOD, J. A ciência valor supremo do homem. *Raison Présente*, 5:11-9, nov/dec. Paris, Texto mimeografado, Curso de Mestrado em Educação, Fundação Getúlio Vargas, 1967.
21. MONOD, J. *O acaso e a necessidade*. Vozes. Petrópolis, 1971.
22. MONOD, J. Lição inaugural da Cátedra de biologia Molecular no Collège de France. In: *Das ciências na filosofia: da filosofia nas ciências*. Porto, Edições Rés Limitada, Cadernos de teoria e conhecimento 7, 1975.
23. MORIN, E. 1973. *Le paradigme perdu: la nature humaine*. Paris, Seull. Trad. brasil. *O enigma do homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
24. MOSCOVICI, S. *La société contre nature*. Paris, Union Générale d'Éditions, 1972.
25. PIAGET, J. *Adaptation vitale et psychologie de l'intelligence*. Paris, Herman, 1974.
26. PIAGET, J. La psychogénese des connaissances et sa signification épistémologique. In: *Théories du langage. Théories de l'apprentissage. Le débat entre Jean Piaget et Noam Chomski*. Centre Royaumont pour une science de l'homme, Paris, Seull, 1979.
27. PRIGOGINE, I. A termodinâmica da vida. In: *Biologia molecular, selecciones de La Recherche*. Madrid, H. Blue Ediciones, 1976.
28. PRIGOGINE, I. e STENGERS, I. *A nova Aliança*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, s. d.
29. SCHRÖDINGER, E. *What is life?* Cambridge University Press, 1967.
30. SEBEOK, T. A. *Animal communication*. Indiana University Press, 1973.
31. SERVAN-Schreiber, J. J. *O desafio mundial*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1980.
32. WIENER, N. 1950. *The human use of human beings: cybernetics and society*. Nova York, Doubleday, trad. bras. *Cibernética e sociedade* 4ª ed. São Paulo, Cultrix, 1973.

Abstract

The Cultural Revolution of the Sixties
Ethical and Political Consequences

The crisis of values in our civilization came to a head with the May '68 Revolt in France and spread like a chain reaction to the major capi-

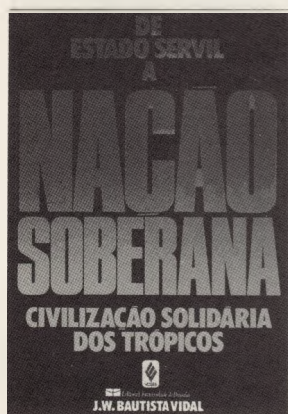
tals of the world. It emerged as an attempt to bridge the yawning gap between XXth-century science and the outmoded ethical systems that this selfsame science had toppled but to which societies still clung. This cultural effervescence gave birth to a new ecological conscience, new styles of behaviour and social customs, and to a new moral order. More than twenty years later, we can still feel the shock waves of this unconscious explosion of a whole generation's social ego. The socialist experiments with free markets and private initiative under way in Spain and France have their roots in the social protest of '68. They may be the harbingers of a new, more natural socialist humanism, free from the outworn ideologies of the XIXth century and grounded in the true human nature that today's science has mapped out.

Resumen

La revolución cultural de los años sesenta:
consecuencias éticas y políticas

En nuestra civilización, la crisis de valores alcanzó su auge con la revuelta de mayo del 68 en Francia, la que se arrastró como una reacción en cadena por las grandes capitales del mundo. Esta revolución emergió como tentativa de llenar el abismo existente entre la ciencia del siglo XX y los sistemas éticos superados, destruidos por esta misma ciencia, pero todavía utilizados por la sociedad. De esa efervescencia cultural nació una nueva conciencia ecológica, nuevos comportamientos y costumbres sociales, y una nueva moral. Después de veinte años, todavía podemos sentir las reverberaciones de esta explosión inconsciente del ego social de toda una generación. Las experiencias socialistas actuales que están ocurriendo en España y en Francia – con mercado libre e iniciativa privada – tienen sus raíces en la contestación social del 68. Éstas pueden ser un anuncio de un nuevo humanismo socialista más natural, es decir libre de las caricaturas ideológicas del siglo XIX, y fundamentadas en una verdadera naturaleza humana, demostrada actualmente por la ciencia.

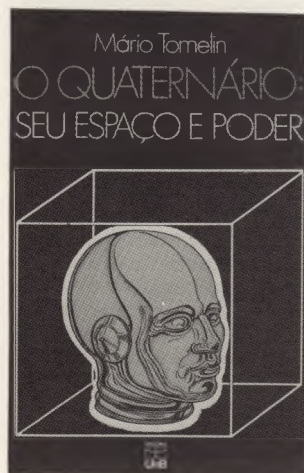
O CONHECIMENTO SEM FRONTEIRAS



AMÉRICA LATINA: HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO

Pablo G. Casanova (org.).

América Latina: História de Meio Século, em seu primeiro volume, traz um levantamento preciso e minucioso das transformações da política e da economia no Cone Sul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – no período que vai de 1925 a 1975. Em todos estes países, com pequenas variações, repetiu-se o mesmo esquema de dominação: de início a presença marcante do capitalismo inglês aliado às oligarquias latifundiárias; e após a primeira guerra mundial surge com maior força o capitalismo norte-americano. Assim, entre 1954 e 1976, os cinco países foram submetidos a ditaduras militares inspiradas pela ideologia de “segurança nacional”. 301 páginas.



DE ESTADO SERVIL A NAÇÃO SOBERANA

J. W. Bautista Vidal

Análise crítica do modelo de crescimento econômico brasileiro e seus principais efeitos, especialmente os que se mostraram de natureza perversa para a nação. O autor se debruça sobre a crise brasileira, busca suas causas primeiras e põe em discussão as possíveis salidas. Bautista Vidal acredita que só a união da sociedade, esclarecida pelo debate, poderá apontar os caminhos para a obtenção de um modelo de desenvolvimento que seja independente e nacional. 319 páginas. Código 10208.



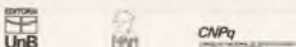
O QUATERNÁRIO: SEU ESPAÇO E PODER

Mário Tomelin

O quaternário: seu espaço e poder, de Mário Tomelin, é um livro pioneiro no Brasil por abordar de maneira sistemática o estudo da ciência e da tecnologia como componentes indispensáveis no jogo do poder em nossos dias: Professor da Universidade de Brasília, Mário Tomelin mostra de que maneira se posicionam os países hoje em relação a este novo estágio da economia. Por que há nações que produzem muito embora seus cidadãos tenham de trabalhar menos enquanto outras produzem pouco embora seus habitantes tenham de trabalhar em excesso? Qual o papel da ciência e da tecnologia na divisão do poder a nível mundial? As respostas para estas e outras perguntas estão em O Quaternário: seu espaço e poder.

Maria Heloisa Fénelon Costa

o mundo dos MEHINÁKU e suas representações visuais



A CONSTRUÇÃO DA CIÊNCIA NO BRASIL E A SBPC.

Ana Maria Fernandes

A autora analisa a formação, os objetivos, o papel e as tendências da SBPC, salientando que sua primeira campanha consistiu na defesa do cientista e da ciência, assim como no combate ao poder político ilimitado e intervencionista.

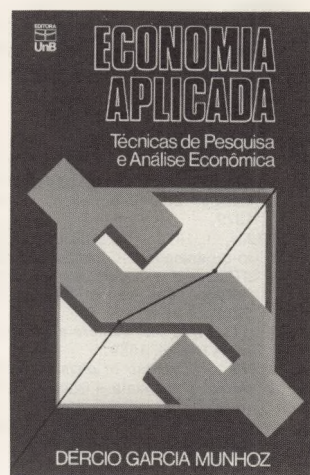
A seguir, Ana Maria examina dois casos extremos de intervenção militar em instituições acadêmicas e a condenação da SBPC ao regime repressivo, ao mesmo tempo que registra o entusiasmo desta pelo aumento do orçamento federal para a ciência e pela instituição da política científica.



O MUNDO DOS MEHINÁKU E SUAS REPRESENTAÇÕES VISUAIS

Maria Heloisa Fénelon Costa

Ao coletar e interpretar desenhos e pinturas dos índios Mehinaku, Maria Heloisa Fénelon Costa produziu um fascinante trabalho de antropologia de arte. Ela enriquece sua interpretação ao comparar as pinturas dos Mehinaku com as de outras nações indígenas do Xingu, em 70 pranchas a cores. A autora é antropóloga do Museu Nacional e responsável pelo maior acervo etnográfico do país. 159 páginas.



ECONOMIA APLICADA: Técnicas de Pesquisa e Análise Econômica

Dércio Garcia Munhoz

A longa experiência do autor como professor do Departamento de Economia da UnB, registrava que uma das dificuldades dos estudantes no desenvolvimento de trabalhos de investigação empírica na área de economia se localizava em superar a etapa inicial, na qual se deveria definir o que fazer, por que fazer, como fazer. Se um trabalho de pesquisa requer tais definições, então a conclusão lógica seria que uma investigação apenas deve ser iniciada quando o indivíduo tenha uma visão ampla, de tudo aquilo que deva analisar ao longo das diferentes etapas do trabalho.

QUEM TEMIE CRISES NÃO CRESCCE

Humanidades

a melhor resposta é a que provoca novas dúvidas

a UnB convive com a crise
cresce com a dúvida
aprende com a insegurança
e renasce pelo conflito.

Chegou a sua vez de fazer um curso de extensão universitária a distância

Veja como é fácil. Basta se inscrever em qualquer dos cursos a distância que o Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância da UnB oferece. Escolha e participe, de perto, das transformações sociais do País.

Redação como Libertação

Desmistificando a composição

O que propõe o curso? Segundo os organizadores, conscientizar as pessoas de que fazer uma boa redação é coisa simples, contanto que ela seja encarada como um processo libertador e não opressor como é praticada na escola. Visa, assim, "desmistificar o complexo impingido em nós pela escola, de que somos incapazes de escrever (...) e mostrar que fazer uma redação não é bicho/de/sete/cabeças".

Ciência e Tecnologia

Novos cursos novas oportunidades

Apropriação consciente do conhecimento científico e tecnológico, objetivo central do Programa em Educação Continuada em Ciência e Tecnologia confido no curso **Política de Ciência e Tecnologia para a Década de 90**.

Constituição Constituinte

Aula de cidadania

Subsidiar o cidadão/aluno para que ele possa contribuir mais efetiva e conscientemente para a consolidação e o avanço da democracia no Brasil. Este o objetivo geral do curso **Constituição & Constituinte**, uma coletânea organizada em 1986, em um momento pré-constituente, e reeditada com ligeiras modificações.

O curso, ademais, tem dupla preocupação: de um lado permitir a ampliação do conhecimento de cada cidadão; de outro, difundir o **mais amplamente** possível este conhecimento que, enquanto bem coletivo, pertence a toda humanidade. **Constituição & Constituinte** está estruturado em nove temas centrais, sob a forma de aulas, nos quais são discutidos tópicos que vão de "Direitos de Cidadania" a "Saúde e Meio Ambiente", passando por "A Questão da Educação, da Cultura e da Informação", "A Questão Agrária" e "A Questão da Soberania Nacional". O curso é, na verdade, uma aula de cidadania.

Drogas

Capacitando para prevenir e atuar

O objetivo do curso é contribuir para a diminuição do uso indevido de drogas no Brasil.

Destinado a profissionais que tratam com a população, sobretudo jovem, nas áreas da educação, assistência social, saúde e justiça, o curso está dividido em dois volumes, contendo cinco unidades cada volume. O primeiro volume faz uma abordagem histórica e antropológica das drogas, seus efeitos, as drogas perante a lei, a fase adolescente e as motivações para a droga, e a família e a droga. O segundo volume faz considerações históricas quanto à abordagem preventiva do uso indevido de drogas, apresenta medidas preventivas, o tratamento do toxicômano e outras considerações sobre a sociedade e consumo de drogas, além de usuários de drogas e a Sida/Aids.

Outros cursos a distância do Cead

Os cursos do Cead são a nível de extensão, com duração de 60 horas/aula, destinados à população em geral. Todo aluno terá direito a um certificado de conclusão, bastando apenas que apresente trabalho escrito após a finalização do curso escolhido.

Educação/Município

Valorizando a pessoa, a vida em comunidade e a boa administração

A idéia central do curso consiste na importância da pessoa humana, da vida comunitária e de uma boa administração (da própria vida individual e da vida comunitária) "no sentido de fazer as coisas que devem ser feitas da melhor maneira possível, com eficiência e com simplicidade, visando ao bem público".

Direito na Rua

Ensino comprometido com realidade social

O curso **O Direito Achado na Rua** se destina a advogados de assessorias populares e comissões de direitos humanos. Busca promover uma reflexão criativa do Direito, subsidiando assessores jurídicos e populares de direitos humanos em sua prática cotidiana, visando à democratização da justiça.

O que é Cead?

O Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância da UnB (Cead) é responsável pela promoção da Educação Aberta, continuada e a distância, formal e não-formal, visando à ampliação de oportunidade de acesso ao saber nas várias áreas do conhecimento.

A inscrição é gratuita

O material didático custa 5 BTN's. Para se inscrever, preencha a ficha ao lado e remeta para:
Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância - Cead
Universidade de Brasília
Cep. 70910 - Brasília - DF
Para maiores informações (061) 273-4299.

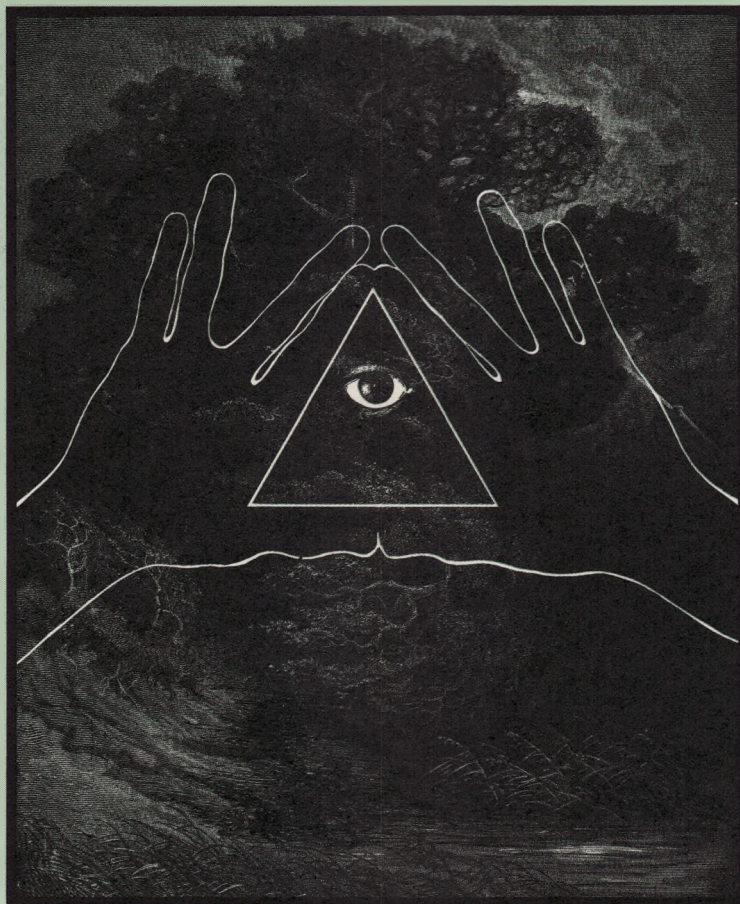
Ficha de Inscrição

UnB-CEAD		Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância		DEX011BL03	
1 NOME DO CURSO					
NOME DO ALUNO					
SEXO ☐ MASC. ☐ FEM.					
2 ENDEREÇO					
3 CEP					
CIDADE					
ESTADO					
PAÍS		DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO		Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE	
ÓRGÃO EXPEDIDOR		ESTADO			
4 DATA NASCIMENTO		ESTADO EM QUE NASCEU		PAÍS EM QUE NASCEU	
NACIONALIDADE		1-SIM 2-NÃO			
SIM. DESEJO ME INSCREVER NO CURSO ACIMA MENCIONADO DO CEAD UnB ASSINALE NOS QUADROS APRESENTADOS A OPÇÃO CORRESPONDENTE					
FORMA DE PAGAMENTO		☐ VALE POSTAL (ANEXO)		☐ CARTÃO DE CRÉDITO	
				☐ CHEQUE NOMINAL À EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (ANEXO)	
CARTÃO DE CRÉDITO (NOME DO CARTÃO)		VALIDADE		ASSINATURA	

Espaço Aberto

Evandro Salles





José Imaña Encinas

O SIGNIFICADO MÍSTICO DA ÁRVORE

“Na Ática existem montanhas que agora apenas podem sustentar abelhas, porém não faz muito tempo se achavam cobertas de um manto de belas árvores gigantes, que com sua madeira foram construídos os tetos dos grandes edifícios. Ainda existem armações construídas antanho com a madeira dessas árvores. Também abundavam as árvores frutíferas de grande nobreza e belas posturas. A chuva que cai cada ano não se perdia como agora no oceano, escorregando sobre terras nuas.”

PLATÃO, 400 a. C.

A Bíblia, um dos documentos mais antigos, manifesta em vários de seus versículos que a civilização humana inicia nos seus alvares com a aparição da árvore. Assim fala da “árvore da ciência do bem e do mal,” árvore que foi colocada por Deus no paraíso terrenal, cujo fruto foi proibido ao homem comer. Fala-nos também que Deus fez brotar no Jardim do Éden toda sorte de árvores. No meio desse jardim teria sido plantada a “árvore da vida” que tinha o poder de prolongar a existência (Gênesis, 2).

No Antigo Testamento encontramos descrições de que a madeira da acácia) provavelmente *Albissia* sp. ou *Acacia* sp.) foi freqüentemente utilizada na construção de altares e outros objetos (Êxodo, 27). Na construção do templo de Salomão utilizaram-se madeiras de cedro e cipreste (provavelmente *Cedrus* sp. e *Cupressus* sp., respectivamente) (I Reis 5-6). Ensinamentos do Antigo Testamento nos levam a crer na existência da ‘árvore do céu’, ‘árvore do inferno’, ‘árvore do paraíso’, ‘árvore de Maria’, dentre outras. O Novo Testamento nos ensina o simbolismo da ‘árvore da cruz’, ‘árvore do amor’, ‘árvore do pão’, ‘árvore da chuva’, cujas significações prevalecem ainda em nossos dias.

Podemos citar também que muitos povos, culturas e nações ficaram relacionados, direta ou indiretamente, com o simbolismo de alguma árvore. O pau-brasil (*Caesalpinia echinata* Lam.) identificava as terras descobertas por Cabral. As sequóias (da família das *Taxodiaceae*) representam a magnificência de certas regiões na América do Norte. Os cedros do Líbano (*Cedrus libani*) vinculam uma cultura milenar. A ‘árvore da vida’ (*Thuia orientalis*) é muito respeitada nas culturas chinesa e japonesa. O poderio naval da Holanda (construção de navios), no século XVI, se deu graças às florestas das margens do rio Reno.

Por volta de 1790, concluída a guerra da independência, em várias cidades norte-americanas foram plantadas as primeiras ‘árvores da liberdade’. Logo após a Revolução Francesa, esse costume estendeu-se por quase toda a França. Nas praças principais das cidades foram plantadas, com juramento solene, aos gritos de “liberté, égalité, fraternité”, várias mudas da ‘árvore da liberdade’.

Em Brasília, concluída a aprovação da atual Constituição, cada parlamentar plantou uma árvore, formando assim o bosque dos Constituintes.

E atualmente a sobrevivência de muitos povos da África e América Latina está, intimamente, relacionada com o consumo da madeira como lenha, fonte energética barata e de fácil colheita.

As transmissões apreciativas em relação à árvore

transcendem a épocas quando ainda não existia a escrita. O homem nessas épocas primárias viu nas árvores forças sobrenaturais, como sua aparente morte no outono e seu ressurgimento na primavera, características que deram expressões simbólicas de poderes divinos, dos quais o homem sentia-se dependente, já que da árvore recebia muito do que necessitava diariamente, enxergando nela o quadro sagrado de seu próprio ser.

Esse convencimento formou nas antigas civilizações a origem de mitologias e para muitos uma fé, fé que em algumas novas gerações é manifestada pelo homem, regando a árvore ou ajoelhando-se diante dela.

Na antiga cidade babilônica de Eridu, foi construída uma capela para o deus das árvores, Dumuzi. Segundo a mitologia fenícia, esse deus penetrava nas profundezas do solo quando o verão cobria a face da Terra com sua frondosa vegetação, para voltar nas épocas secas e no inverno, quando era chamado, veementemente, pelos povos dessas regiões. Os semitas chamavam-no de Adonai, gregos e romanos, de Adônis.

Na Ásia Menor, o deus das árvores, Atis, nasce da frutificação de uma semente de maçã com uma noz, para viver eternamente nos abetos (*Picea* sp.)

Na tumba de Tutmés III (sepultado em 1450 a. C.) no Vale dos Deuses, próximo à cidade de Luxor, pôde-se apreciar num dos murais que esse rei é protegido pela sua irmã, a deusa Ísis, esposa de Osíris, representada na figura por uma árvore sagrada levando o símbolo da fertilidade.

Na Índia, representa a figueira (*Ficus religiosa*), uma árvore sagrada. A lenda conta que Siddharta Gautama, o Buda, recebeu a iluminação divina ao pé dessa árvore, a qual é, desde então, plantada nos arredores dos templos budistas.

A divindade grega coloca quase todos os seus deuses junto a uma árvore representativa. No transluzir dos carvalhos (*Quercus* sp.) de Dodona aparece Zeus, o maior dos deuses. A deusa guerreira Atena, filha de Zeus, aparece entre a humanidade com a oliveira (*Olea europeal* L.), símbolo da sabedoria, da paz e da glória, espécie arbórea que teve muita significação mística nos povos do Mediterrâneo. O deus Apolo, também filho de Zeus, é representado muitas vezes por uma macieira (*Pyrus malus* L.). A deusa das florestas, Ártemis, é representada pelas nogueiras (*Juglans* sp.). Dionísio é conhecido pelos romanos como o deus Baco, rei das videiras, sendo Driade a ninfa espiritual das árvores e florestas.

Na mitologia germânica, a deusa da fertilidade e do amor, Frija, é representada pela tília (*Tilia* sp.), e uma das expressões do amor é a dança. Na mitologia dos saxões, para esse ato, era erguida uma plataforma nas copas das Tílias, lugar reservado aos deuses.

O deus da terra, Puscaitis, da mitologia lituana, segundo a lenda, vivia nas florestas, tendo poder sobre anões e gigantes, controlando assim a felicidade humana. Foi muito temido, principalmente por aqueles que de alguma forma foram culpados por perturbar a felicidade dos povos lituanos.

Deduzimos, então, que nas civilizações antigas existia um respeito supremo à natureza e que com isso as árvores tinham um papel preponderante na mentalidade dos povos daquela época.

Quando os deuses outorgavam a alguém a figura de uma árvore, era em reconhecimento a sua ação. Assim foi que Apolo, no oráculo de Delfos, concedeu à ninfa Dafne o loureiro (*Laurus* sp.). O mesmo deus transformou Ciparissus num cipreste (*Cupressus* sp.) por ter matado um lindo cervo. Filêmon e Báucis tiveram a sorte de sobreviver num carvalho e tília, respectivamente, como gratidão que Zeus e Hermes concederam-lhes por amizade.

Muitos povos antigos viram na árvore um mundo em si pequeno e complexo. O universo aparece nessas populações como uma árvore gigantesca que brota do oceano, mostrando sua grande capacidade pelos céus, cobrindo com seus ramos a face da Terra. Foi assim, na Suméria, onde profeta Isafas e o evangelista João de Pátmos profetizaram que essa árvore universal, no final dos séculos, será destruída por raios e tormentas, de cuja copa serão desprendidas estrelas como frutos que caem sobre a Terra.

Muitos povos transmitem nas suas tradições que a sua origem está nas árvores. Assim, Ask e Embla, na mitologia nórdica, têm como país de sua cultura o freixo (*Fraxinus* sp.) e o olmo (*Ulmus* sp.). Os Sioux amarraram duas árvores sobre o chão, até que uma cobra mordesse suas raízes para a aparição do homem que reinaria sobre eles.

Nas tradicionais festas de Natal, tanto no Velho Continente como no Novo Mundo, a representação da árvore de Natal (normalmente uma espécie das coníferas), junto ao nascimento do menino Jesus, simboliza não só uma festa de paz e alegria, como também a união e o entendimento entre os povos para fazer valer aquela frase que diz “amai-vos uns aos outros”.

Em muitos contos, lendas e mitologias, o homem e a árvore são similares. A árvore possui uma alma

igual à do homem e ambos possuem o mesmo desejo: crescer, viver e florescer.

Enfocando-se a importância da floresta para a humanidade, observa-se que a riqueza de um povo não se mede somente em função dos bens que ela proporciona ao homem e ao esforço que se faz em dominá-la para seu próprio benefício. A vida futura de um país depende em grande parte do uso racional que se faz dos recursos florestais. Conseqüentemente, a agricultura, a pecuária e a indústria em geral se transformam e se fortalecem ao dependerem da água e do solo, características ligadas, intimamente, à exploração florestal.

A rápida transformação tecnológica por que o mundo vem passando nos últimos anos, atingindo um potencial produtivo cada vez maior, parece ser hoje responsável pela contaminação do ar e das águas, sendo que, de certa forma, este perigo poderia ser evitado, em parte, pela ação purificante da vegetação. Ainda estamos em tempo de preservar grande parte de nossas florestas. Temos ainda a oportunidade e o dever de conscientizar as atuais e futuras gerações sobre a importância e o significado de preservar as nossas florestas.

Os últimos e lamentáveis acontecimentos de prolongadas secas em importantes regiões do país, as catastróficas inundações e violentos desmoronamentos ocorridos, as elevações dos níveis dos rios, destruição de vias de comunicação e cidades, perdas grandiosas na agricultura e pecuária com reflexos imediatos nos estoques de alimentos para a população e no desemprego são conseqüências lamentáveis e de difícil solução a curto prazo, sem considerar o aumento da miséria de muita gente diretamente atingida. Apesar desses danos catastróficos serem, em parte, inevitáveis, a ação das florestas começa a ter uma importância fundamental nas possíveis soluções a fim de evitar essas situações. O problema torna-se ainda mais complexo quando tentamos interpretar a catastrófica contaminação ambiental em nível mundial: o buraco sobre a Antártida, produzido por elementos de consumo diário como os aerossóis, as chuvas ácidas produzidas por complexos industriais que estão soltando na atmosfera quantidades imensuráveis de gases químicamente ativos, que voltam à superfície da Terra com a ação das chuvas, ocasionando a morte de grandes áreas de florestas e a contaminação de mares e rios pelo simples descuido humano.

Diariamente a imprensa mostra a destruição de nossas florestas, a sua exploração indevida, suas queimadas incontroladas, a ocupação de áreas sem o devido planejamento, etc. A não proteção das bacias hidrográficas mostrou, de forma evidente, para os

técnicos e políticos que o mau uso dos recursos florestais origina desequilíbrios na natureza, com características alarmantes que nos levam por um caminho cada vez mais grave até tornar-se uma verdadeira e irreparável catástrofe nacional e talvez continental. Oportuno se faz indicar que a ecologia não objetiva, simplesmente, proibir a intervenção humana no complexo ciclo da natureza, mas sim ensinar-nos os modos de tratar a natureza como fonte permanente de recursos naturais renováveis.

Os anseios por melhores condições socioeconômicas para o país como um todo, nesta e nas futuras gerações, estão intimamente relacionados com os recursos naturais renováveis. Ainda nesta moderna época tecnológica de vôos espaciais, nada determina tão diretamente nossa existência como os recursos naturais primários e insubstituíveis: água, solo e florestas, coluna vertebral da terra produtiva, da vida animal, e, finalmente, da natureza, fonte de sustento e segurança das próximas gerações. Estes conceitos dão a idéia exata dos fatores com os quais devemos trabalhar, todos nós, para a conservação de nossas riquezas naturais e conseqüentemente para nossa própria sobrevivência.

Em suma, a floresta é um regulador do microclima e do escoamento das águas provenientes das chuvas, que por sua vez são benéficas para a agricultura. A destruição das florestas, por um lado, e as violentas chuvas, por outro, ocasionam um constante processo de erosão do solo acelerando a sua esterilização.

Quando as florestas das zonas altas nas bacias hidrográficas são conservadas, as águas originadas das chuvas são armazenadas nestas vegetações e no seu solo, permitindo um escoamento normal e permanente dos rios. Enquanto que, com a destruição das florestas, as águas, não podendo ser armazenadas, se precipitam violentamente originando violentos crescimentos dos rios e conseqüentes inundações das zonas baixas com perigo de grandes perdas econômicas e sociais. Quando as águas nessas áreas decrescem nas épocas secas e a umidade diminui pela falta de cobertura vegetal, isto pode também ocasionar prejuízos incalculáveis.

Outro fator contrário à conservação da natureza é o sistema de agricultura nômade, propagado especialmente nas florestas tropicais. Por esta atividade são diminuídas grandes extensões de florestas. Em termos gerais esse tipo de agricultura é desenvolvido hoje nas florestas da bacia amazônica, onde as áreas cobertas de vegetação mantêm uma umidade relativa elevada. Para tanto, se faz necessário um profundo estudo prévio a fim de se conhecer a verdadeira vocação de uso desses solos.

Outra grande parte das florestas, cuja função

específica é de extração de madeira de forma permanente, deve também ser cautelosamente estudada. Conservar, ainda que pareça paradoxal, significa produzir mais e de melhor qualidade de forma permanente para o benefício das gerações presentes e futuras.

A conservação da natureza é a forma de viver uma filosofia que tem por princípio a observação criteriosa e a aplicação racional em conjunto dos recursos naturais renováveis. Milhões de hectares de florestas poderão ser transformados em fontes permanentes de capitalização, de trabalho, de divisas para o país, de benefícios diretos das populações rurais, desde que seu aproveitamento seja sempre devidamente estudado e observado um manejo sustentado dessas florestas para obter um rendimento efetivo de madeiras por meio de indústrias adequadas.

O aproveitamento de nossas florestas naturais, a criação de novas florestas artificiais, sua conservação, sua correta utilização, seu elo com o processo industrial e o desenvolvimento do país requerem, indubitavelmente, técnicas específicas, técnicas estas oferecidas pela ciência florestal. A fim de que essas técnicas fiquem corretamente apoiadas em princípios científicos, e a sociedade cobre respostas contundentes, se faz necessário o desenvolvimento da pesquisa dentro do setor florestal.

Um fato plenamente comprovado é que a utilização correta dos recursos florestais de um país depende essencialmente de uma eficiente administração florestal, que tenha uma importância proporcional a seus recursos florestais. A destruição trágica de áreas florestais, caso específico da região amazônica, só poderá ser freada criando-se uma administração florestal competente com técnicos e guardas florestais em número adequado e com os meios necessários. Recordamos com tristeza que algumas espécies madeireiras como o mogno (*Swietenia macrophylla* G. King), só para citar um exemplo, e espécies de animais selvagens, não faz muito tempo, existiam em grandes quantidades, ficando hoje restritas a áreas específicas de preservação (reservas e parques nacionais) e, possivelmente, em vias de extinção.

Se os recursos naturais, especialmente as florestas, constituem um importante capital para o desenvolvimento de uma região ou país, e constituem também o patrimônio que teremos que legar a gerações futuras, está justificada a intervenção governamental na planificação de uso racional, adequado e correto desses recursos, fortalecendo uma administração florestal eficiente, proporcionando-lhe

maior capacidade técnico-administrativa para formar um organismo eficiente e forte com poderes suficientes na intervenção ativa do aproveitamento de recursos florestais diretos (madeira, animais, etc.) e indiretos (água, erosão, etc.), a fim de que a sociedade também possa premiar ou cobrar diretamente as consequências dessas atividades.

No ano 400 a. C., o célebre filósofo Platão deixou escrito o seguinte: "Na Ática, existem montanhas que agora apenas podem sustentar abelhas, porém não faz muito tempo se achavam cobertas de um manto de belas árvores gigantes que com sua madeira foram construídos os tetos dos grandes edifícios. Ainda existem armações construídas antanho com a madeira dessas árvores. Também abundavam as árvores frutíferas de grande nobreza e belas posturas. A chuva que cai cada ano não se perdia como agora no oceano, escorregando sobre terras nuas."

Concluindo, dois mil anos mais tarde, ainda não aprendemos essas lições. Resta-me pedir a compreensão do caro leitor, pois com sua ajuda poderemos criar no país uma verdadeira consciência florestal a fim de que os organismos vinculados aos recursos florestais realizem a nobre e eficiente tarefa de conservação da natureza, na grande responsabilidade que lhes corresponde.

José Imaña Encinas é professor adjunto do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília.

Abstract

The Mystic Meaning of the Tree

"In Attica there are mountains that can now support nothing more than bees, but it is not so long since they were covered by a thick mantle of magnificent giant trees whose wood went to build the roofs of the great buildings. You can still see frameworks built in bygone days with the wood of those trees. There was also an abundance of fine, shapely fruit trees. The rain that falls each year did not wash straight down to the Ocean as it now does, streaming over barren land."

PLATO, 400 B.C.

Resumen

El significado místico del árbol

"En el Ática existen montañas que actualmente ni pueden sustentar abejas, sin embargo no hace mucho tiempo se encontraban cubiertas de un manto de bellos árboles gigantes que con su madera se construyeron los techos de grandes edificios. Todavía existen amazones de antaño construídas con la madera de esos árboles. También abundaban árboles frutales de gran nobleza y bellas posturas. La lluvia que cae cada año no se perdía como ahora en el océano, escurriendo sobre tierras desnudas."

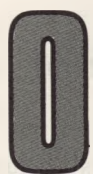
A VOLTA DO MITO E SEUS SIGNIFICADOS

Maria da Glória M. Gohn

No Brasil dos anos 80, com o fim do regime autoritário, o discurso político oficial incorporou ao seu ideário o termo comunidade, dentro de uma perspectiva cooptadora e clientelista, em oposição aos movimentos sociais reivindicatórios, em especial os movimentos de bairros.

Esses movimentos populares dão à palavra comunidade um sentido diverso, associando-a a um futuro melhor, construído a partir da organização nascida da luta por melhores condições de vida e de trabalho.





O objetivo deste trabalho é analisar uma problemática que ressurgiu no Brasil no interior de algumas práticas e discursos de diferentes agentes sociais, a partir dos anos 80, dando origem à emergência de forças sociais organizadas ou a políticas e expedientes neoclientelísticos. Trata-se da noção de comunidade, inserida no contexto de práticas comunitárias.

Sabemos que a noção de comunidade não é nova e tem sido utilizada, na prática concreta e nos discursos, por agentes históricos de diferentes matrizes ideológicas. Nos séculos XVIII e XIX ela esteve bastante associada às idéias dos socialistas utópicos, depois às correntes anarquistas em suas várias versões. No pensamento social-democrata ela também foi importante.¹

Em todas estas linhas de pensamento e de ação o ideal de comunidade teria sua contribuição a partir de uma nova rede de relações sociais na qual a luta de classes não teria espaço e o conflito social seria superado por relações de solidariedade.

No século XX a noção ressurgiu de duas formas. Pelas mãos dos capitalistas, como estratégia de dominação, via políticas sociais de desenvolvimento da comunidade. Nos anos 40, a Inglaterra foi a grande promulgadora deste estilo nos países africanos. Nos anos 60, os Estados Unidos e alguns países europeus entrarão em cena dirigindo suas atuações por meio de políticas assistenciais, particularmente para a América Latina.² No Brasil estas políticas se viabilizaram através do trabalho de missões religiosas, acordos culturais internacionais, etc.

A outra forma de ressurgimento da noção de comunidade foi no plano da produção intelectual, com duas vertentes básicas: uma alemã, representada por Max Weber, que retoma os conceitos de comunidade e sociedade de Tönnies, e a outra, norte-americana, representada pela escola de Chicago, particularmente os estudos de Park.

No Brasil, mudanças conjunturais na segunda metade dos anos 70 (luta contra a ditadura militar, emergência de novos movimentos sociais que reivindicavam nova qualidade de vida urbana, equipamentos coletivos básicos, igualdade de direitos, luta contra discriminações, etc; revitalização do movimento operário e sindical; retomada da vida político-partidária; crise econômica do modelo de acumulação; e

tantas outras mudanças, já analisadas por estudiosos da realidade brasileira) levaram ao ressurgimento da noção de comunidade.

No novo contexto ocorre a coexistência do ideal utópico elaborado nos séculos XVIII e XIX, agora transformado em força social organizada através de movimentos sociais da sociedade civil, com as estratégias capitalistas de dominação, agora transformadas em políticas oficiais coordenadas pelo Estado e implementadas com o auxílio da população.

AS PRÁTICAS E OS FUNDAMENTOS IDEOLÓGICOS DA NOÇÃO DE COMUNIDADE JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES URBANOS

Os dados básicos para análise deste tópico foram recolhidos na pesquisa realizada junto a alguns movimentos de luta pela moradia popular em São Paulo (Gohn 1987). A primeira questão é: quem são os agentes participantes daqueles movimentos?

As categorias sociais básicas que compõem o universo das pessoas que militam nos movimentos são de duas ordens: classes populares e camadas médias.³ Os indivíduos pertencentes às classes populares são os demandatários das moradias. Eles se subdividem em duas outras categorias: lideranças e bases dos movimentos. Os indivíduos pertencentes às camadas médias são assessores dos movimentos, exercendo diferentes tipos de assessoria: técnico-política específica (arquitetos, por exemplo); religioso-política (de várias ordens religiosas e de várias religiões); político-partidária (militantes de partidos políticos); técnico-política institucional (assessores que trabalham em órgãos estatais, assessores que pertencem a quadros de instituição específica de assessoria a movimentos populares, etc.)⁴

A noção de comunidade tem conteúdos diversos para as categorias assinaladas. Assim, para a grande maioria das lideranças dos movimentos pesquisados, a noção de comunidade tem uma matriz originária no ideário da Igreja Católica, em sua ala da Teologia da Libertação. Para os assessores dos movimentos, a matriz básica advém das teorias libertárias do século passado, revitalizadas nas décadas de 70 e 80 deste século, com as contribuições das abordagens reichianas e da filosofia contemporânea.

Para nós, o importante é explicar como a noção vaga e difusa de comunidade tem se transformado em força social organizada no meio popular. A resposta está, a meu ver, num primeiro momento, na análise do comportamento de parcelas da Igreja Católica no Brasil. Num segundo momento, devemos analisar as práticas, reais e ideológicas, dos assessores dos movimentos. A declaração de um bispo paulista, Dom Cândido Padin, é bastante esclarecedora a este respeito:

“Depois do espetáculo inédito no Brasil das emendas populares assinadas por cerca de 15 milhões de brasileiros, é preciso ser cego e surdo para não entender que se operou uma mudança qualitativa no comportamento das nossas camadas populares. A organização dos chamados movimentos populares, das mais variadas formas, demonstrou que uma grande parte dos mais simples e pequeninos já despertou a consciência de que tem uma força ainda não suficientemente explorada. É gente que já aprendeu a usar o método – ver, julgar, agir – nas conversas e debates dos seus grupos de bairros, de comunidade ou de sindicato, formando verdadeiras lideranças. Não são líderes que pretendem assumir figuras carismáticas de ‘salvadores do povo’, mas que são capazes de transmitir, com convicção, as aspirações de sua comunidade ou de seu grupo (Padin 1988).

Essa longa citação contém vários tópicos que ilustram nossos argumentos. O método – ver, julgar, agir – ainda pouco analisado pelos cientistas tem se constituído num instrumento de extrema eficácia na sensibilização e na mobilização de lideranças denominadas comunitárias. O sentido de comunidade tem um lastro geográfico espacial, uma delimitação territorial. São os moradores de um bairro, de uma região. Mas não é qualquer morador. A determinação espacial não basta. É preciso mais dois outros componentes. Primeiro, a afinidade ideológica: estar irmanado com os objetivos de uma comunidade específica, a cristã. Segundo, a carência material, econômica, o fato de pertencer ao segmento explorado e espoliado da população. É este último elemento que historiciza a noção de comunidade presente junto aos movimentos populares. São os pobres, oprimidos, membros de um grupo que sofreu as mesmas condições adversas de um dado tempo histórico, de uma certa conjuntura.

‘Lá na nossa comunidade’, expressão usual nas falas de lideranças populares, transfigura-se, por conta do contexto histórico, em força social organizada, de resistência e de formulação de propostas, organizando os indivíduos, dispersos no plano da estrutura produtiva, articulando seus interesses, no plano da vida cotidiana, como direitos de cidadania.

AS ASSESSORIAS ATUANTES JUNTO AOS MOVIMENTOS POPULARES

Os assessores dos movimentos populares de luta pela moradia, objetos de nossas investigações, pertenciam a camadas economicamente melhor aquinhoadas do que a grande massa dos demandatários dos movimentos. Eles têm concepções novas sobre a política, construídas a partir de velhas teorias (no sentido histórico-temporal). Suas idéias partem da noção de comunidade como uma meta, uma utopia, um dever do amanhã que deve ser exercitado a partir de hoje, através de experiências típicas. Os fundamentos de suas concepções estão em Saint-Simon, Owen, Fourier, Proudhon, Bakunin, Nietzsche, Rosa Luxemburg, Gramsci, Reich, Foucault, Deluze, Guatari, Castoriadis, etc. Como podem unir-se tantas correntes ainda que haja muitas semelhanças? Trata-se de uma nova forma de tratar o coletivo, de maneira individualizada.

A subjetividade desbanca todo critério de determinação objetiva. A análise histórica do lugar, a análise filosófica. As idéias têm mais poder de atração que os fatos históricos. Busca-se uma nova forma de fazer política, sem negar sua existência, mas negando o papel das elites e vanguardas esclarecidas.

Um dos pressupostos básicos de vários assessores de movimentos de luta pela moradia popular em São Paulo é que a alteração na forma da produção do espaço gera novas relações sociais. Assim, através da construção de um modelo de casa, pelo processo de mutirão, que contém uma série de etapas, onde são necessárias novas regras de divisão do trabalho no canteiro de obras, espera-se que se juntem relações sociais solidárias que gerariam um novo bairro. Como se pode observar, esta idéia era central no pensamento socialista utópico.

O resultado destas experiências tem sido bastante contraditório. Ao mesmo tempo que, de fato, qualquer alteração no padrão hierárquico mestre-pedreiro-ajudante altera o conjunto do processo de trabalho, estas alterações nem sempre têm sido pacíficas, em direção da esperada meta da solidariedade construída na luta.

Ao contrário, vários exemplos nos atestam que há um grande conflito interno que nem sempre é superado. As causas são diversas. Elas vão desde a falta de recursos de pessoal e infra-estrutura para realizar reuniões preparatórias, necessárias para conscientizar e amadurecer as pessoas sobre o tipo de empreendimentos em que estão envolvidas (cujo objetivo não consiste apenas na aquisição de um bem material) até os ‘desvios’ ocorridos durante o processo: barganhas

políticas, brigas pessoais, sumiço de materiais, etc.

A concentração excessiva do trabalho de assessoria junto ao canteiro de obras e o intensivo processo de negociação que se estabelece entre as lideranças-assessorias e as agências estatais financiadoras tornam o trabalho, em seu conjunto, um tanto quanto personalizado e perde-se a dimensão política do real. Determinados agentes políticos estatais passam a ser considerados como bons, por serem favoráveis a certas medidas ou terem apoiado o movimento em certo momento. Outros são considerados maus, por suas oposições ao movimento (e suas adesões às empreiteiras, etc.). Este quadro personalista favorece o desenvolvimento da política neoclientelista do Estado, que analisarei adiante.

Cumpra destacar que a proposta de assessoria na linha autogestionária, nos moldes dos anarquistas clássicos, é uma das correntes existentes no seio da luta popular pela moradia. A proposta dos assessores político-partidários, por exemplo, retoma a linha autogestionária de outra forma. A comunidade surge, neste caso, como grupos politicamente organizados, como bases partidárias. Ainda que haja bastante cuidado em demarcar os espaços do movimento e do partido, o trabalho organizatório os confunde. A noção de comunidade aqui é utilizada como um recurso estratégico, construído devido à contingência da história política brasileira: a descrença nos políticos e nos partidos. O assessor político-partidário tem um objetivo: capitalizar bases de apoio para sua legenda. Mas, para isso, ele tem que desenvolver um trabalho que não tenha cunho partidário. Tem que se colocar a serviço de um determinado grupo. A legenda partidária aparece no momento em que o grupo tem que negociar com o Estado. É o vereador ou o deputado que acompanha ou encaminha a reivindicação do grupo. O parlamentar passa a ser o guarda-chuva, elo de ligação entre a secretaria estatal em pauta e os representantes do movimento popular. Mas este encaminhamento não é regular. Usualmente ocorre nos estágios iniciais de um movimento ou em momentos de crise. Um movimento forte, com bases e lideranças, com estruturas, anda com suas próprias pernas, ou seja, suas lideranças, mais seus assessores⁵ encaminham-se sozinhos. Neste caso a assessoria político-partidária passa a desempenhar o papel do parlamentar.

A OUTRA FACE DA MOEDA – COMUNIDADE E NEOCLIENTELISMO

Nosso pressuposto é que a política participacionista e estatal aventada no Brasil no final dos anos 70 e implementada com grande furor nos anos 80 é a contra-resposta às ações dos movimentos populares e

a resposta capitalista, adequada e possível, nos tempos de crise de acumulação e recessão da economia mundial.

Construída como um conjunto de discursos e de planos (vide plano de governo do ex-governador paulista Paulo Egídio Martins, na década de 70), implementada em programas setoriais (Projeto Rondon, programas da COHAB, Promorar, etc.), ou como recurso demagógico eleitoral e de controle social (o ex-prefeito Reinaldo de Barros e seu programa de creches) e, posteriormente, elevada à categoria de meta de governo (criação de conselhos nas administrações do ex-governador Franco Montoro e do ex-prefeito Mário Covas), capitalizada como a saída para a crise econômica ou alternativa para o resgate da 'dívida social' (no programa de Tancredo Neves, e 'tudo pelo social' na Nova-Velha República de Sarney) o recurso ao *slogan* da participação da comunidade passou a ser palavra-de-ordem geral nos anos 80 no Brasil.

Os fundamentos da noção são antigos. Bebem na teoria clássica liberal. A participação é preconizada como necessária. Mas sua efetivação depende da elaboração de planos que passam por complexas redes de relações no interior dos aparelhos estatais, relações estas fundadas nos compromissos políticos.

Certamente que o maquiavelismo não é total. Há experiências que são bem-sucedidas, geram participação e organização da população, tais como as implementadas recentemente em Salvador, e no Recife pelo governador Miguel Arrais; os conselhos de saúde de São Paulo e Osasco na fase Montoro; assim como as experiências das prefeituras de Lages, Vitória e Piracicaba, ainda na fase do regime militar. Mas todas ficam no nível de experiências. Seu potencial é restrito e localizado. A tendência das políticas sociais locais tem sido a de ser tópicas, em cima de programas específicos, como leite, vale-transporte, mutirão para a construção de casas, etc. A participação é acionada para resolver problemas, reduzir custos ou suplementar o salário do trabalhador.

Entretanto, se os resultados das políticas sociais participacionistas ficassem apenas no âmbito de suas intenções, haveria ainda muita margem de manobra para implementar novas diretrizes no processo com potencialidades de mudanças significativas. Afinal, se a realidade se constrói a partir da ação dos homens, há sempre espaço para alterar o instituído. O problema é que este instituído, capenga, tem sido alterado não por pressão de seus usuários ou demandatários, mas por ações corruptoras de seus agentes implementadores.

O caso do ex-ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, no exercício da SEPLAN, em 1987, é bastante exemplificador. Conforme foi amplamente noti-

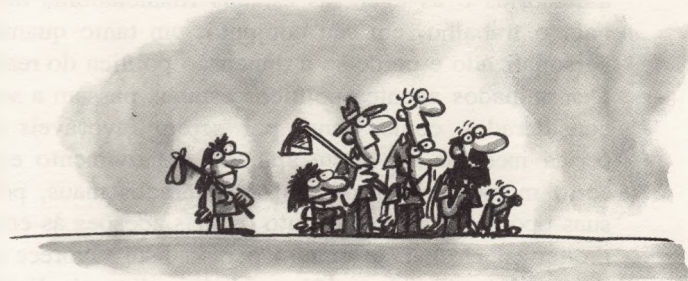
ciado na imprensa, o Sr. Aníbal Teixeira teve que se demitir após terem vindo a público os escândalos cometidos em sua administração com o dinheiro público. Segundo Fernando Gabeira: “pelas mãos de Aníbal Teixeira passaram uns 40 bilhões. Seu ministério atendeu a mais de 200 prefeituras”. Quais eram os programas básicos de seu ministério? Programas sociais é a resposta, tais como distribuição de leite a pessoas carentes, segundo a própria nomenclatura do órgão, cujos recursos foram desviados para campanhas eleitorais. Aos escândalos deve-se acrescentar que a distribuição desse leite passou a ser um instrumento de controle social. Cada cem famílias carentes cadastradas deveriam formar uma comunidade, uma associação que deveria eleger uma diretoria. E, certamente, ter ficha e inscrição no partido do ministro. Citando ainda Gabeira:

“O sonho de Aníbal é criar associações comunitárias. Sabe que os migrantes precisam de tudo na grande cidade, que têm medo da solidão. As associações são um amparo. Todo o seu trabalho é no sentido de criá-las e jogar dinheiro para que se desenvolvam” (Gabeira 1988).

O sonho do ministro não era ingênuo ao ponto de criar apenas associações. Seu programa de ação comunitária envolvia uma rede de relações de compromissos e de desvio de verbas. No nível do discurso, em matéria paga por ele publicada, nos principais jornais do país (cujo gasto foi orçado em sete milhões de cruzados, em janeiro de 1988), ele definiu o programa de ação comunitária como aquele que tem o propósito de fazer uma democracia participativa. Este programa abrangia 45 000 projetos entre hortas e pomares, serviços de mecanização e telefonia, centros esportivos, teatros e bibliotecas, cursos profissionalizantes, mutirões habitacionais, pontes, estradas e obras de saneamento, postos e creches comunitárias.

O ministro aderiu também ao movimento comunitário. Trata-se de um movimento com características fascistas, fundado por Plínio Salgado, entre outros, que prevê a organização das classes populares em associações rigidamente controladas e controladoras. Verdadeiras milícias nos bairros a patrulharem o comportamento dos cidadãos.

Além das ações assinaladas anteriormente, o ex-ministro mandou imprimir uma coleção de seis folhetos que glorificam os trabalhos de sua pasta. Os títulos destes folhetos, que seriam distribuídos às prefeituras e associações comunitárias, são reveladores: “Mutirão contra a pobreza”, “Povo e governo juntos”, “Fala a favela”, “O leite das crianças”, “Casa para todos” e “Ação comunitária em marcha”. Um destes folhetos diz: “Nas mudanças sociais, que se fundamentam na prioridade pelo pobre, está o gover-



no voltado para trabalhar com a comunidade, uma das mais importantes células formadoras da nacionalidade.” (O grifo é nosso.) A idéia final é uma das fundamentais do mencionado movimento comunitário brasileiro.

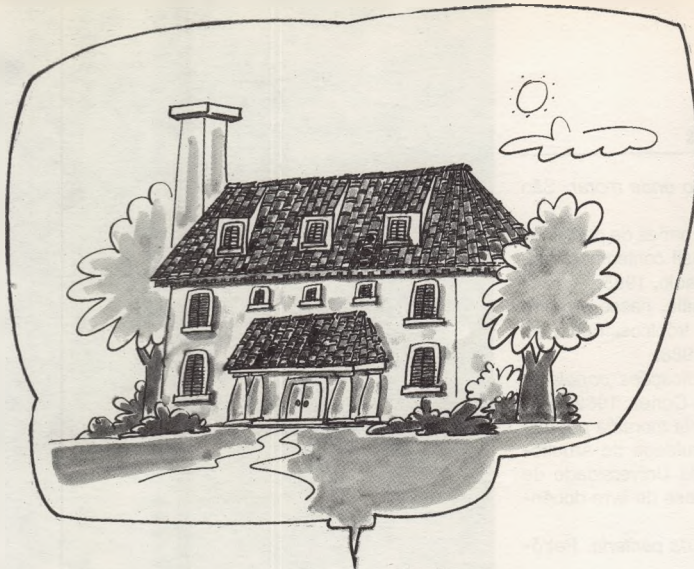
O escândalo na SEPLAN, que envolveu investigações até do serviço secreto de segurança nacional, assim foi caracterizado por Manuel Paulino Filho, um dos procuradores da República: “O esquema de liberação de verbas nas Secretaria do Planejamento (SEPLAN) e Secretaria de Ação Comunitária (SEAC), em que os prefeitos eram obrigados a pagar comissões a intermediários, revela a existência de uma máfia agindo dentro dos gabinetes ministeriais” (Paulino 1988).

Creio que já relatamos o suficiente dentro de nosso propósito que é o de demonstrar como a política social do participacionismo comunitário, implementada pelo Estado, nada mais tem sido do que um engodo neoclientelístico, que sequer delineia qualquer programa de reforma social, ainda que fosse de caráter conservador, como só o são as reformas.

CONCLUSÕES: JUNTANDO AS PARTES

Que podemos concluir desta realidade onde podemos observar três leituras bastante distintas do uso da noção de comunidade? Como elas se articulam na dinâmica das relações sociais? De forma bastante contraditória porque os projetos e as ideologias sobre o processo de mudança e transformação da sociedade são diferenciados segundo as três categorias analisadas, quais sejam, as lideranças dos movimentos, suas assessorias e as políticas sociais participativas estatais. Mas, na prática, necessariamente elas se articulam.

Os setores governamentais, no estilo da SEAC ou



da SEPLAN, tentam absorver as demandas e despolitizar os movimentos atuantes, ainda que organizadas em cima de demandas reais. Os movimentos – lideranças mais assessorias – trabalham com a noção de comunidade de forma semelhante ao seu significado no senso comum. Como aspiração ideal de fraternidade e solidariedade, numa sociedade conflituosa, competitiva e excludente. O real significado de seus projetos não vem à tona, esfumaça-se em divagações e promessas. A bem da verdade, os projetos dos movimentos populares são ainda esboços porque o elemento central que os configura é dado pela noção de igualdade de condições de carência e espoliação, num mundo de desigualdades.

Manter a unidade da comunidade participativa torna-se uma tarefa imperiosa, para resistir às investidas das ações do poder público e das organizações atreladas e manipuladoras. Este fato fez com que o sentido de igualdade se definisse por critérios ideológicos, não fundados em critérios abrangentes que colocassem como meta a liberdade e a superação das atuais estruturas opressoras. Isto explica, em parte, a dificuldade de os movimentos populares formularem projetos políticos mais abrangentes.

Que tendências este processo delineia? A de um novo momento histórico na acumulação capitalista periférica, até aqui tida como selvagem. A tendência é a humanização das relações sociais não pela diminuição da exploração da força de trabalho, mas pela melhoria das condições mínimas de sobrevivência, tal como ocorreu na Inglaterra, França e outros países no final do século passado. A periferia das grandes cidades passa a se institucionalizar. A autoconstrução é substituída pelo mutirão. A compra de um lote é substituída pela invasão de terra seguida da legalização da área. As favelas são reurbanizadas. Os padrões de construção se alteram para incorporar a chamada baixa renda. A legislação muda ou se am-

plia, pela criação de novos mecanismos disciplinadores da ocupação do solo.

E a participação popular? Qual tem sido seu saldo? Certamente avançou-se em consciência e organização. Mas, progressivamente, observamos que passou a ocupar lugares já previamente demarcados pelos estrategistas do poder, que, paulatinamente, têm se apropriado das bandeiras de luta dos movimentos sociais. Fatalidade? Desígnios do destino? Predestinação? É claro que não! Apenas não se atingiu um patamar de forças realmente consolidadas. Os projetos políticos dos movimentos sociais são débeis porque suas estruturas de apoio também o são. O exame da noção de *comunidade* nos demonstrou que os movimentos não construíram ainda projetos próprios que os projetem enquanto força social organizada *autônoma*. Seus fundamentos bebem em teorias e ideologias do passado, sem adequá-las o suficiente para o enfrentamento das condições atuais da acumulação capitalista. Mas, apesar de tudo, estes movimentos ainda são a esperança e a saída possível mais plausível das estruturas de dominação em que vivemos. Oxalá se fortaleçam e adquiram aquilo que preconizam nos discursos: autonomia e independência de organização. Em outros termos: autodeterminação.

Maria da Glória M. Gohn leciona na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

Abstract

The return of the myth and its meanings

With the demise of the authoritarian regime in Brazil in the 1980s, official political discourse incorporated the term community into its thinking, but viewing it from a cooptative and clientelistic perspective, contrary to the interests of social protest movements, especially those of neighbourhood movements.

These movements ascribe a different meaning to the word community, associating it with a better future, built upon the organization born of the struggle for better living and working conditions.

The relation between these two concepts – at once conflicting and complementary – redefines the possibilities and the limits of the existence of an organized and self-determining civilian society in Brazil.

Resumen

El retorno del mito y sus significados

Con el fin del régimen autoritario, en la década del 80, el discurso político oficial brasileño incorporó en su ideário el término comunidad, dentro de una perspectiva cómplice y clientelista, en oposición a los movimientos sociales reivindicatorios, en especial los movimientos de barrios. Esos movimientos populares le otorgan a la palabra comunidad un sentido diverso, asociándola a un futuro esperanzoso, construido a partir de la lucha por mejores condiciones de vida y de trabajo. En la relación entre las dos concepciones, ya sea de conflicto o de complemento, se redefinen las posibilidades y los límites de la existencia de una sociedad civil organizada y autodeterminada.

Notas

1. A bibliografia a respeito destes tópicos é bastante conhecida. Cumpre destacar apenas o espaço que ela vem ocupando no Brasil, nos anos 80. Várias coletâneas de autores clássicos do anarquismo foram traduzidas, assim como ocorreu o surgimento de inúmeros centros de estudos dedicados ao anarquismo. Os pensamentos social-democrata e socialista ganharam espaços antes ocupados pelas análises marxistas de cunho mais ortodoxo.
2. A antropologia e a área do serviço social em comunidade são as referências básicas para a bibliografia produzida neste período.
3. Entendemos por classes populares o conjunto socialmente heterogêneo de pessoas que possuem diferentes inserções no sistema produtivo, como trabalhadores dos setores primário, secundário ou terciário, desqualificado e informal, os inativos (aposentados, velhos e donas-de-casa); com estilo e padrão de vida semelhantes, hábitos culturais e práticas de consumo também semelhantes. A característica básica deste conjunto é dada pelas condições de subordinação e dominação ideológica a que está submetido e pela força social que, numericamente, representa, criando no plano imaginário das elites, enquanto massa social, perigo e ameaça a serem constantemente controlados.
Entendemos por camadas médias o conjunto de pessoas com inserção em funções do sistema produtivo que, embora subordinadas, exercem atividades que lhes possibilitam ter hábitos, valores e crenças específicas, um estilo de vida à moda da burguesia e uma relativa autonomia de escolha de seus padrões de consumo. A grande maioria destas camadas é afinada ideologicamente com os valores dos grupos dominantes. Entretanto, há exceções, como as assessorias dos movimentos populares.
4. A nomenclatura de político associado ao termo técnico ou ao termo religioso é para demarcar nossa posição quanto ao caráter das assessorias. São sempre *políticas*, no sentido da ação política em si, quanto aos seus objetivos e resultados.
5. Tenho sustentado a tese de que os movimentos sociais populares urbanos são um feixe de articulações entre base mais lideranças mais assessorias de vários tipos. Ignorar qualquer um dos três elementos em suas análises significa analisá-los parcialmente.

Referências Bibliográficas

1. BLAY, E. *Eu não tenho onde morar*. São Paulo, Nobel, 1985.
2. CARDOSO, R. C. L. Formas de participação popular no Brasil contemporâneo. *Rev. SEADE*, São Paulo, 1985.
3. GABEIRA, F. Em Brasília, nasce e morre um Watergate dos trópicos. *Folha de São Paulo*, 31 jan. 1988.
4. GOHN, M. G. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo, Cortez, 1982.
5. GOHN, M. G. *Lutas pela moradia popular em São Paulo*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1987. Tese de livre-docência.
6. GOHN, M. G. *A força da periferia*. Petrópolis, Vozes, 1985.
7. KOWARICK, L. F. *Espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
8. PADIN, C. Quem tem medo do povo. *Folha de São Paulo*, 22 de jan. 1988, p. 3.
9. PAULINO FILHO, M. *Folha de São Paulo*, 23, jan. 1988.
10. TASCHNER, S. P. A cidade que virou favela. *Espaço e Debates*, 12, São Paulo, Cortez.
11. VALADARES, L. P. (org.) *Repensando a habitação do Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.



Fotos. MILA PETRILLO

O enigma do feminino contribuiu decisivamente para a obra de Freud. Trata-se agora de estudar e apontar algumas incidências da psicologia do homem Freud, com relação às mulheres, sobre a própria teorização e prática psicanalítica.

Francisco Martins

O que quer uma mulher?

UM ESCOTOMA FREUDIANO

Freud e a mulher: pensamos que seria interessante tratar este tema indicando, inicialmente, a contribuição das mulheres a esta empreitada que, freqüentemente, tem sido referida como obra de um só homem. Tratar-se-ia, neste caso, de fazer um tributo a uma verdade histórica: a psicanálise é também obra feminina. No entanto, uma proposição mais específica, pontual, e que não exclui de forma alguma a assertiva anterior, foi aparecendo na medida em que fomos elaborando este texto. Isto é, surgiu no movimento de escritura a idéia de estudar e apontar algumas incidências da psicologia deste homem – Freud – com relação às mulheres, sobre a própria teorização e prática psicanalítica. Esta proposição se restringe a uma perspectiva essencialmente psicanalítica e a partir de textos psicanalíticos. Isto nos poupará, com certeza, de fazer incursões em outros terrenos, como a sociologia, a antropologia... que forneceriam leituras diversas com relação ao tema.

A HISTÉRICA NA FUNDAÇÃO DA PSICANÁLISE

O enigma da esfinge, esfinge no feminino, enigma da feminilidade, interpela Freud no percurso da vida. Longe de levá-lo a uma posição de evasão, de evitação (*Vermeidung*) neurótica do enigma, Freud reconhece esta interpelação. Ou seja, deixando-se interpelar ele se implica na renovação e retomada continuada de conceitos fundamentais da psicanálise. Este movimento de *Aufhebung* – movimento de retornar e reelaborar um mesmo conceito em um novo nível (mais elevado), sem que se excluam os conhecimentos adquiridos anteriormente, é característico da obra freudiana. A própria mudança de profissão, de Freud neurologista a Freud psicanalista, é pertinente a este respeito, já que Freud, diante de um paciente tabético, não excluiria seu saber a este propósito. Com a descoberta do inconsciente não ocorre a liquidação de outros conhecimentos, mas a necessidade de uma *mise en suspension* do saber por parte do analista (sujeito suposto saber). Não é este, entre outros, o ensinamento que as primeiras históricas deixaram ao criador da psicanálise?

Ora, é o enigma da histeria que inaugura a psicanálise. Se um dos primeiros objetivos de Freud era elucidar a etiologia da histeria, é importante notar que nesta investigação Freud sai acompanhado por outros conceitos, como por exemplo a adoção da associação livre. Neste aspecto, quem ensinou o essencial a Freud foram as suas históricas e não o saber adquirido na sua formação acadêmica. Seria então, no mínimo, enganoso não observar que a teoria erigida não tenha ligações com o próprio psiquismo do criador da psicanálise. Por vezes o acesso mais inteligível a determinados conceitos freudianos exige um mínimo de conhecimento da biografia de Freud. Quando isto não ocorre os leitores ficam privados de um esclarecimento mais definitivo e menos truncado. Esse é o caso de alguns sonhos e de alguns atos fa-

lhos, cuja inteligibilidade é prejudicada caso o trabalho não prossiga além das associações fornecidas: é assim o sonho de Irma,¹ onde Freud vê-se compelido a não fornecer mais material de análise sob pena de expor pessoas do seu círculo íntimo. Vai neste mesmo sentido o relato do esquecimento do nome próprio Signorelli.² Análises posteriores,³ que levaram em conta o sujeito produtor, permitiram uma melhor compreensão destes exemplos.

HISTERIA E ENCANTAMENTO

Assim, é legítimo interrogar-se sobre o pensar de Freud acerca daquelas mulheres históricas que julga serem as mais encantadoras e as que desempenham papel fundamental na vida amorosa da humanidade. Constatamos que dentro do círculo íntimo intelectual de Freud ele nunca se viu privado deste tipo feminino. Aliás, ele próprio fornece um relato pormenorizado acerca deste tipo de personalidade feminina:

“Tais mulheres exercem o maior fascínio sobre os homens, não apenas por motivos estéticos, visto que em geral são as mais belas, mas também por uma combinação de interessantes fatores psicológicos, pois parece muito evidente que o narcisismo de outra pessoa exerce grande atração sobre aqueles que renunciaram a uma parte de seu próprio narcisismo e estão em busca do amor objetual.”

E mais adiante indica como este tipo de mulher problematiza a vida amorosa dos homens:

“O grande encanto das mulheres narcisistas tem, contudo, o seu reverso; grande parte da insatisfação daquele homem que ama, de suas dúvidas quanto ao amor da mulher, de suas queixas quanto à natureza enigmática da mulher, tem suas raízes nesta *incongruência* entre os tipos de escolha de objeto.”⁴

Muito mais além do reconhecimento da realidade ou não, reconhecimento fenomenológico, social e/ou cultural desta apreciação freudiana, podemos nos interrogar sobre o modo de relação de transferência que Freud cultivou pessoalmente neste caso.

FREUD E A DUPLA ESCOLHA AMOROSA

É interessante notar que sua escolha amorosa pessoal vai justamente no sentido quase oposto da descrição acima. Martha Bernays, sua esposa, está longe de ser esta mulher por quem os homens são tão freqüentemente provocados nas suas inquietações mais profundas. É assim que constatamos que a escolha amorosa de Freud no casamento segue o exemplo da escolha de um tipo de mulher que o tranqüiliza, onde ele se coloca como o cavalheiro que corteja sua adorada princesa⁵, fazendo um laço amoroso sólido, de natureza complementar exemplar. Exemplar pela complementariedade de fundo, do bem maior: o amor.

No que diz respeito à segunda preferência, no plano intelectual Freud seguirá o modelo de escolha exatamente das encantadoras mulheres narcisistas.

A própria definição freudiana do normal: 'amar e trabalhar bem' vem esclarecer esta dupla escolha mantida por espaços de ação diferentes. Isto é, no campo doméstico do amor vemos Freud com Martha Bernays. Vemos também escolher no campo intelectual, como interlocutora no seu lar, sua cunhada Minna. Pensamos, no entanto, que é no campo do trabalho que Freud trava um maior conhecimento com estas 'mulheres encantadoras'. Elas formam um núcleo que, rapidamente, ganha um lugar no movimento psicanalítico. São todas encantadoras, narcisistas, freqüentemente poderosas.

Lou Andreas Salomé parece encarnar o protótipo dessas mulheres que exercem o maior fascínio nos homens: amante de Nietzsche, de Viktor Tausk (psicanalista brilhante do círculo de Freud) e futura mulher do poeta Rilke. A correspondência de Freud é prova da verdadeira consideração que ele nutria por esta fascinante mulher. Suas contribuições mostram a fineza de suas análises, de sua inteligência de escritora.

Anna Freud estava longe de ser somente a filha querida do criador da psicanálise. O desenvolvimento de toda uma teoria ligada à pedagogia de Maria Montessori o atesta. Seu dom de *meneur d'hommes* está longe de ser negligenciado, conforme mostra sua capacidade de organização da Associação Internacional de Psicanálise.

Já Marie Bonaparte, a última das Bonapartes, a última princesa que se tornou a mais fiel seguidora de Freud, a ponto de ser o personagem principal da operação de salvamento de Freud do nazismo, está bastante distante da imagem de uma mulher passiva. Ela é a principal fundadora da psicanálise na França, causa que ela tomou para si logo após sua análise com Freud. Suas contribuições, igualmente, estão longe de serem anódinas.

A lembrar ainda a poetisa Hilda Doolittle, que, possivelmente, escreveu a mais bela descrição de uma auto-análise com Freud.⁶

Percebe-se que a psicanálise, de um movimento original e essencialmente masculino, passa a receber cada vez mais a contribuição de analistas mulheres: Helen Deutsch, Jeanne Lampl de Groot, Melanie Klein, Karen Horney são exemplos dessa contribuição, que foi, aliás, substancial.

ANALISTAS DO SEXO FEMININO?

Freud está longe de considerar esta idéia um fato trivial. Ele considera mesmo essencial para o progresso da análise a contribuição feminina. Neste caso, dir-se-ia que a diferença dos sexos não se transforma em luta, ao contrário, contribui para esclarecer pontos cegos e campos novos de análise nos quais a construção original se via obscurecida.

A este título, o reconhecimento feito por Freud de que as análises por ele realizadas em mulheres acen- tuavam todos os problemas ligados ao complexo pa- terno, enquanto que o universo maternal ficaria fre-



qüentemente inexplorado, é bastante elucidativo.

“Tudo na esfera dessa primeira ligação com a mãe me parecia tão difícil de apreender nas análises – tão esmaecido pelo tempo e tão obscuro e quase impossível de revivificar – que era como se houvesse sucumbido a um recalque especialmente inexorável.”⁷

Dir-se-ia que este ponto cego de Freud, este escotoma, remete a questões ligadas a sua própria (auto) análise, freqüentemente referida à relação com Fliess. Esta não teria sido suficiente para propiciar a elaboração de aspectos mais regressivos.

‘SCHLOMO’ E A MULHER NA HORDA PRIMITIVA

Acusar o escotoma ressentido por Freud como sendo devido, unicamente, à moralidade vitoriana é, no mínimo, esquecer o essencial que a psicanálise ensina a este propósito. Todo o universo materno-infantil que caiu sob o rude golpe de um ‘recalque particularmente inexorável’ certamente encontra suas raízes na vida afetiva infantil do criador da psicanálise. A bela e decantada inocência infantil mais uma vez será aqui violentada. Isto pela constatação que pode ser feita das relações de sobre-determinação sintomática deste ponto cego nas primeiras e mais significativas relações do pequeno Sigmund Freud: ‘Schlomo’, apelido carinhoso que remete diretamente ao universo doméstico infantil dos Freuds.

A imagem feminina em Freud tem sido analisada a partir da relação do mesmo com três mulheres. Elas são, respectivamente, sua mãe Amalie, Monika Zajic, a governanta das crianças, e Maria, a esposa de seu meio-irmão Emanuel. Esta trilogia feminina se manifesta, largamente, nos escritos de Freud e retorna, especialmente, em alguns sonhos (por exemplo, o sonho dos parques), onde as imagens femininas são elaboradas em forma triádica. Reflexo de suas relações mais precoces com imagens femininas, estes sonhos permanecem como formações substitutivas de desejos infantis. Se estas três imagens retornam em forma de três pessoas, elas tendem a ser elaboradas, especialmente, com relação a duas delas. Isto é, especialmente com relação a sua própria mãe – Amalie – e à governanta das crianças – Monika. Maria fica situada entre as duas, representando, freqüentemente, para Freud as virtudes maternas tradicionais e a idéia de uma esposa perfeita, companheira. Ela ganha então o lugar de *companheira*.

É no amor de Freud por sua mãe, uma mulher ‘inacessível e encantadora’, que uma parte da questão pode ser respondida no que diz respeito àquela imagem da mulher narcísica, inacessível e fascinante da primeira infância. Amalie, freqüentemente, estava ausente; no entanto, essas ausências eram acompanhadas de um imenso desejo que o pequeno ‘Schlomo’ se tornasse um grande homem. Certamente, isto poderia ser um primeiro caminho que elucidaria a escotomização de Freud durante tanto tempo. Ou seja, é bastante doloroso constatar que ser o preferido para encarnar o desejo maternal não quer dizer que seja efe-



tivamente amado. Por isso Freud permanece um explorador no 'negativo' de espaços 'femininos' nunca atingidos, em oposição às imagens do final do século passado, e até mesmo do início do nosso século, da África como continente inexplorado, selvagem mas passivo, à mercê do colonizador. Por que temer uma tal exploração? A resposta freudiana parece corresponder ao seu próprio ideário terapêutico e de vida. Ou seja, melhor que temer, mais vale progredir na investigação. Afinal, progredir em psicanálise vai sempre na direção do universo paternal, enquanto que regredir consistiria, na sua essência, em um retorno à simbiose primeira. A opção de progredir, certamente, elaborou o essencial do drama do pequeno 'Schlomo', obrigado a elucidar o enigma simbólico, sob pena de ser devorado, inexoravelmente, pela dimensão mais regressiva maternal.

Amalie então propicia uma dupla vertente, fortemente impregnada de conteúdos afetivos. A primeira vertente diz respeito à idealização de ser o grande homem. Esta vertente nutre os ideais e a notável persistência de Freud que transparece no período de sua *splendid isolation* no início do século. A outra vertente corresponde à dolorosa ausência de Amalie, suficiente para amplificar a falta de contato materno de 'Schlomo'. Tocar esta segunda grande corrente afetiva inconsciente é certamente o que Freud mais teme, já que pode desencadear também fortes doses de agressividade contra a própria mãe. É justamente nesta 'ausência materna' que Freud encontra na governanta de crianças um mundo novo, acessível, e também marcado pelo universo católico e não mais pertencente à cultura judaica. É um mundo marcado pelo contato mais direto e erotizado, sendo Monika designada por Freud como sua primeira professora de sexualidade. O brusco desaparecimento de Monika, possivelmente, provocado por ter sido despedida por Jakob Freud, traumatizou 'Schlomo'. A partir de então passou a prevalecer a idéia inconsciente de que "se espera o desaparecimento, a perda de figuras maternas, e se teme sempre que o amor partilhado cesse brutalmente".⁸

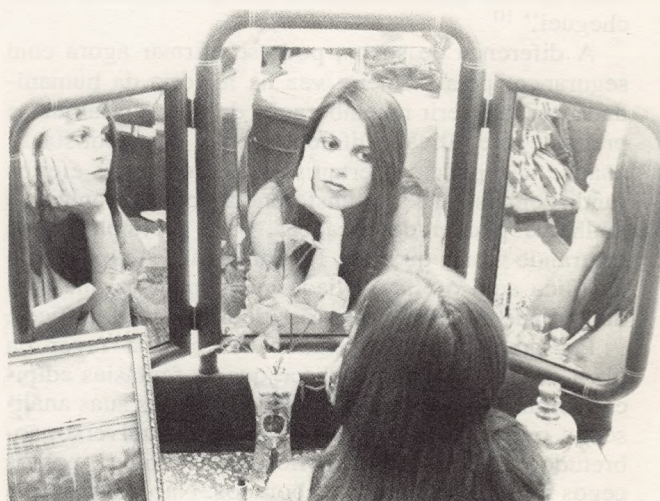
É por isso que reconhecer este ponto cego, indicando o privilégio de questões edipianas em análises por ele realizadas, já é um grande passo na análise da transferência de suas analisandas:

"Mas talvez tenha ficado com essa impressão porque as mulheres que estavam em análise comigo podiam aferrar-se à própria ligação com o pai em que se tinham refugiado da fase primitiva em questão."⁹

O ESCOTOMA FREUDIANO E A REGRESSÃO UTERINA

Neste ponto é interessante notar a própria dificuldade sentida por Freud em elaborar esta *fase primitiva* que servia de refúgio a muitas das suas analisandas. O complexo paterno neste caso serve, principalmente, de *porte à feu* de outras questões delicadas. É assim que ele enuncia:

"Na verdade, parece que as analistas femininas



– tais como, por exemplo, Jeanne Lampl de Groot e Helene Deutsch – foram capazes de perceber estes fatos mais fácil e claramente por terem sido auxiliadas, ao lidarem com as que se achavam em tratamento com elas, pela transferência a uma substituta materna adequada.”

E arremata suas dificuldades transferenciais com relação a este universo da seguinte maneira:

“Tampouco alcancei sucesso em divisar completamente o caminho em qualquer caso; portanto me limitarei a relatar as descobertas mais gerais e fornecerei apenas alguns exemplos das novas idéias a que cheguei.”¹⁰

A diferença de sexos, pode-se afirmar agora com segurança, pela primeira vez na história da humanidade vai interferir na elaboração de uma teoria que se pretende científica. Diferentemente do cientista, a análise não pode se permitir escamotear estes efeitos fundamentais que as transferências com as analistas mulheres podem desencadear, pura e simplesmente rasurando esta questão fundamental. A exigência analítica aqui é ética, filiada muito mais às questões da verdade do que às questões de método (científico).

Pensamos ter argumentado até aqui a favor da idéia de que Freud reconhece que as fantasias edípicas foram, freqüentemente, elaboradas nas suas análises, e que as fantasias que envolvem o universo, sobretudo maternal, tenham ficado a reboque, pontos cegos à espera de serem elaborados. Não é portanto à toa que Freud só reconhece como um dos fantasmas originários – sedução, cena originária, castração – as fantasias do retorno ao seio (fantasias de retorno ao útero, fantasias regressivas de retorno a um paraíso perdido para sempre) somente no final de sua vida. Regredir é sempre retornar ao universo maternal. E que no final de sua vida, como relata seu biógrafo principal, ele retorna a esta dificuldade especial que estudamos há pouco: “Pouca dúvida existe de que Freud julgava a psicologia das mulheres mais enigmática que a dos homens. Disse ele uma vez a Marie Bonaparte: ‘A grande questão que jamais foi respondida e que ainda não fui capaz de responder, apesar de meus 30 anos de pesquisa da alma feminina, é: ‘O que quer uma mulher?’”¹¹

Francisco Martins é psicanalista e professor de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

Referências Bibliográficas

1. FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*. ESB, IV-V, 1900.
2. FREUD, S. *A psicopatologia da vida cotidiana* (1901). ESB, VI, capítulo I. Mais especificamente as passagens acerca da Trafoi, etc.
3. ANZIEU, Didier. *L'auto-analyse de Freud et la découverte de l'inconscient*. Paris, Presses Universitaires de France, 1975.
4. FREUD, S. *Sobre o narcisismo: uma introdução*. ESB, XIV, 1984, p.105-106.
5. Um dos termos prediletos de Freud na sua correspondência amorosa, ao lado de outros não menos românticos: ‘linda amada’ ‘minha doce noivinha’, ‘adorada princesa’. FREUD, S. *Correspondência de amor (1873-1889)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
6. DOOLITTLE, Hilda. *Tribute to Freud*. New York, Routledge and Keagan, 1956.
7. FREUD, S. *Sexualidade feminina*. ESB, XXI, 1931, p. 260-261.
8. KRÜLL, Marianne. *Sigmund, fils de Freud*. Paris, Gallimard, 1953, p. 175.
9. FREUD, S. *Sexualidade feminina*. ESB, XXI, p. 260-261.
10. FREUD, S. *Sexualidade feminina*. ESB, XXI, p. 31.
11. JONES, Ernest. *Sigmund Freud: life and work*. London, Basic Books, 1955, v. 2, p. 468.

Abstract

What Does a Woman Want?
A Freudian Blind Spot

The enigma of the feminine contributes decisively to Freud's work. This study is concerned with identifying and examining certain incidences of the psychology of Freud the man with regard to women in the theory and practice of psychoanalysis itself.

Resumen

¿Qué quiere una mujer? Un escotoma freudiano

El enigma de lo femenino contribuyó enormemente en la obra de Freud. En estas líneas se intenta estudiar y anotar algunas incidencias de la psicología del hombre Freud, con relación a las mujeres, sobre la propia teorización y la práctica psicoanalítica.

o processo saúde-doença

Volnei Garrafa



A medicina no Brasil tem se desenvolvido, prioritariamente, no sentido da cura de males já instalados e na reabilitação do indivíduo portador desses males, mesmo assim, com resultados altamente duvidosos e questionáveis. Poucas vezes os organismos e autoridades responsáveis têm demonstrado preocupações concretas com a prevenção da doença. E, ainda menos, em defender na prática a premissa de que avanços importantes nos sistemas de saúde só se viabilizarão a partir de mudanças fundamentais no ordenamento social total.

"Saúde direito de todos dever do Estado."

Para se passar da teoria à prática com relação a essa difundida e discutida expressão há um longo caminho a ser percorrido. Neste trajeto, no entanto, diversas dificuldades teóricas ainda existentes merecem ser analisadas como contribuição ao enriquecimento da discussão. Saúde e doença devem ser vistas como situações ou momentos dinâmicos de um mesmo processo vital. A análise de uma ou de outra, isoladamente, leva, inevitavelmente, a desvios teóricos graves que deságuam numa prática médica equivocada, sofisticada, cara, inacessível, opressora e descomprometida sob o ponto de vista social.

Como uma das conseqüências da revolução industrial da metade do século passado, homens do quilate de Rudolf Virchow, com uma visão ampla das questões de saúde, viram-se obrigados a regressar aos exíguos espaços de seus laboratórios. Mais algumas décadas se passaram até que descobertas como as de Pasteur e Koch (importantíssimas, diga-se de passagem) assinalassem praticamente o início da era da chamada 'medicina científica'. A partir do início do século XX, a atenção médica passou a trilhar, exclusiva e furiosamente, caminhos biológicos, estimulando e amparando o florescimento da indústria de medicamentos, materiais e equipamentos médico-hospitalares. Concomitantemente, as razões sociais determinantes dos agravos à saúde foram caindo cada dia mais no esquecimento, devido aos 'milagres' das descobertas científicas.

As situações de saúde e doença das pessoas ficaram reduzidas a meros compartimentos estanques e mecanizados. A análise monocausal (biológica) do processo saúde-doença passou a ser incorporada pelos seus seguidores como a interpretação definitiva de uma realidade que é multicausal e que, portanto, apresenta numerosas interconexões. Os contingentes de anões e retardados mentais, que aumentam diariamente em um Nordeste faminto, por exemplo, muito pouco têm a ver com questões de foro biológico. O enfoque biologicista, principalmente no caso das doenças coletivas, tem restringido essas doenças a simples contradições entre seres biológicos (microrganismos *versus* homem),

ignorando a contradição fundamental existente entre o biológico e o social (o mundo biológico e a realidade e interesses sociais dos grupos humanos).

Nos últimos anos, no entanto, dois fatores fundamentais vêm abalando decisivamente os alicerces do paradigma mecanicista. O primeiro e principal deles diz respeito à deficiência desse paradigma em conceituar os problemas atuais da saúde humana. O segundo refere-se aos custos crescentes que esse tipo de medicina acarreta, tornando-a incompatível com os anseios de democratização da oferta de serviços médicos, principalmente em países do terceiro e do quarto mundo (Queirós 1986).

Neste artigo, são discutidos alguns aspectos teóricos considerados de fundamental importância para a análise e compreensão da dinâmica integral e integrada que representa o processo saúde-doença. Para a reformulação da teoria e prática desse processo, o ponto de partida é, necessariamente, o enfoque das ciências sociais na abordagem da medicina (Breihl & Gandra 1985). Isto não que dizer que uma ou outra abordagem seja a mais adequada ou importante. Pelo contrário, o conhecimento científico decorrente do estudo das duas ciências permite a visão unitária e total que o processo saúde-doença deve representar.

O presente trabalho está distante de pretender dissecar o imenso campo de estudo dos sociólogos, cientistas políticos e outros pesquisadores. Objetiva, sim, através da utilização de alguns conceitos e categorias consagrados pelas ciências sociais, uma aproximação mais concreta e comprometida ao significado real da saúde e da doença, dois momentos diversos, mas interdependentes, de um mesmo processo vital dinâmico e contraditório.

A UNIDADE: HOMEM, RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E SOCIEDADE

O estudo do homem, individual e coletivamente considerado, não poderá ser desenvolvido sem a evidente caracterização deste homem dentro da sociedade da qual faz parte, sociedade esta que é configurada a partir das relações sociais dos homens no processo da produção. Estas relações determinam a

existência de classes sociais, que se caracterizam pelas desigualdades verificadas entre os direitos e obrigações dos seus representantes. Nesta linha de idéias, considera-se *unidade* um todo orgânico, indivisível, inseparável, que, no entanto, não deve ser visualizado de maneira isolada, não integrada; trata-se da negação da fragmentação do homem e sociedade e do reconhecimento da totalidade social determinante das particularidades que nela ocorrem. Afirmarções idealistas caracterizam o homem como autogestor de sua vida, responsável pelo próprio progresso cultural, bem-estar material e pela formulação de seus valores e formas de ver a realidade.

Na prática, no entanto, observa-se um determinante social para a vida do homem, que lhe impõe, muitas vezes, uma concepção diferente da existência, alheia às suas aspirações, com introdução artificial de ilusões materiais que terminam alienando seu trabalho e sua própria forma de vida. A visão individualista do homem, anteriormente mencionada, leva à suposição de que por sua força de vontade, trabalho e ideologia poderá criar um mundo 'ideal' ao seu redor, progredindo material e culturalmente, assim como hierarquizando os valores sociais de acordo com sua visão de mundo e da qual ele, quer queira, quer não, é parte indissociável. Ainda dentro deste enfoque positivista se poderia considerar o sofisma de que o homem, pelo controle que teria sobre o seu meio, poderia dominar e/ou evitar as doenças que o ameaçam.

O homem deve produzir os meios indispensáveis para a satisfação das suas necessidades, sejam estas primárias ou secundárias, biológicas ou histórico-sociais. Produzir consiste na transformação consciente da natureza e não somente na sua utilização. Deste modo, ao produzir, o homem está construindo sua própria vida. Ao transformar a natureza, ao atuar sobre ela, os homens se relacionam entre si. A produção é, pois, um processo social e não somente um processo técnico; assim, também, a doença deve ser encarada como um processo social e não somente como um processo mórbido. De acordo com essa dimensão, a existência do homem (homem relacionado à natureza e homem relacionado à produção) constitui uma unidade indissolúvel. Na produção, os homens, através da propriedade, se rela-

cionam entre si e com a natureza de forma dinâmica, variável, configurando a sociedade que os cerca. O processo de produção, por sua vez, configura o *modus vivendi* deste homem; em última instância, determina a forma de viver e de morrer das pessoas.

Dessa maneira, a partir das relações de produção é que se formam as diversas classes sociais, cujo conjunto, por sua vez, constitui a sociedade. Retornando ao conceito de *unidade*, interessam, fundamentalmente, as formas de vida e como ocorrem os processos de saúde-doença na realidade, as razões da diferente distribuição dos inúmeros tipos de doenças de uma região para outra do planeta, as razões por que determinadas enfermidades ocorrem de maneira mais significativa em certos grupos sociais do que em outros, etc.

Vale a pena recordar que tanto os objetos do trabalho (matérias-primas) como os meios de trabalho (instrumentos) podem ser adquiridos por parte das pessoas que possuem o capital (homens ou grupo de homens que detêm o poder econômico de compra). O componente 'força de trabalho', no entanto, é de mais difícil aquisição pelo capital, considerando-se o processo tanto mais dinâmico quanto mais organizadas forem estas forças de trabalho (sindicatos, associações, etc.), a partir de reivindicações que se considerem justas pela energia despendida. Esta abordagem diz respeito às condições de saúde da força de trabalho, a partir da remuneração justa recebida e das características de segurança e vida (alimentação, moradia, educação, vestuário, etc.) dos indivíduos que compõem essa força de trabalho. Todo este contexto constitui um corolário de aspectos interligados e responsáveis pelas melhores ou piores condições de vida humana; maior ou menor número de pessoas sadias ou doentes; tipo e forma de ocorrência dos processos mórbidos; interesse e modo de prevenção e/ou controle destes problemas, etc.

No caso do câncer e das consequências de sua ocorrência, por exemplo, muitas situações relacionadas com este enfoque podem ser apresentadas: o câncer de lábio inferior acontece mais frequentemente em pescadores e agricultores de baixa renda que vivem em certas áreas geográficas; o câncer de colo uterino ocorre em maior proporção em áreas de subdesenvolvimento socioeco-

nômico; a cultura, ou subcultura, de certos grupos humanos lhes transmite o hábito da mascaração de tabaco e outras misturas, ocorrendo significativo aumento do câncer de soalho de boca e regiões jugais; os efeitos adversos da radioterapia em cabeça e pescoço se manifestam mais comumente e de forma mais grave em indivíduos com baixas condições socioeconômicas, relacionados a problemas de higiene bucal, hábitos alcoólicos e tabágicos, subnutrição, etc. (Garrafa 1980). Tudo isso significa que o componente social (dentro do qual estão incluídos o cultural, o político, o jurídico, o econômico, etc.) deve ser considerado como de alto significado no estudo da causalidade dos processos mórbidos, mesmo se tratando de doenças crônico-degenerativas. O estudo da doença no homem, quando se encerra individualmente nesse próprio homem, é considerado casuístico, discriminatório. O estudo das doenças na sociedade, vista de forma globalizada, relacionada às razões e formas de constituição dos diversos grupamentos sociais, é considerado científico, representando em sua essência o conceito de *unidade*.

São as condições de trabalho (e com elas as condições de vida), que emanam das relações sociais de produção, que determinam, em grande parte, a forma de viver, de adoecer e/ou de morrer dos indivíduos em uma sociedade. A consciência de saúde ou doença que uma população possui (historicamente entendida) depende de fatores ideológico-culturais relativamente autóctones, combinados com noções ideológicas externas (vindas da sociedade global e/ou de outras sociedades forâneas). Numa sociedade de classes, ocorre usualmente a legitimação das idéias da classe dominante, e a educação em saúde de toda a população está determinada por essas circunstâncias (Sepúlveda 1977-1978).

A TOTALIDADE CONCRETA

Para se entender o que significa a categoria *totalidade concreta*, é necessário discutir, inicialmente, o significado de *realidade*, pois a compreensão da primeira está intimamente ligada à aceitação da globalidade que a segunda deve expressar.

A compreensão da totalidade inclui não só os aspectos fenomênicos da realidade como também a sua essência, não

só as partes como o todo, não só o produto obtido como o processo da produção, não só a doença (quadro clínico, forma de ocorrência, causas biológicas, tratamento) como as razões intimamente relacionadas com sua deflagração (sociais, econômicas, etc.). Assim, por exemplo, na investigação dos problemas da nutrição, os empiristas separam o campo biológico do sociopolítico, entendendo que nesses casos a ciência deva ser feita exclusivamente na área biológica.

O conceito de *totalidade* alcançou notoriedade e gerou ampla discussão no século XX, estando, contudo, continuamente exposto ao perigo de ser entendido unilateralmente, transformando-se no oposto do que sugere sua idéia central, a qual parte de características dinâmicas da realidade. O maior problema reside no fato de que vem ocorrendo há décadas uma redução do conceito de totalidade a uma exigência meramente metodológica; esta degeneração conceitual leva a duas trivialidades: que tudo está em conexão com tudo e que o todo representa mais do que as partes. Com tal separação, a totalidade perde seu fundamento e coerência como princípio metodológico, fato que contribui para a interpretação idealista da questão e o empobrecimento do seu conteúdo (Kosik 1976).

Esta posição, apoiada pelos neopositivistas, aceita a separação do homem em partes, aspecto que favorece a fragmentação do real, com o aparecimento, por exemplo, das áreas de conhecimento e das disciplinas. Com a divisão do saber em diversas áreas do setor saúde (medicina, odontologia, enfermagem, psicologia, fisioterapia, nutrição, etc.), cada um dos setores estuda uma parte do homem sem chegar a interpretá-lo completamente e em suas relações dinâmicas com o ambiente, com a totalidade. Além desta divisão, encontra-se ainda uma maior fragmentação com a existência de diferentes especialidades surgidas no interior das disciplinas, que, por sua vez, se microfragmentam em partes de especialidades, e assim por diante, até a deflagração de núcleos tão reducionistas e a-sociais que dificultam em grande proporção uma visão mais abrangente do mundo.

A partir do famoso relatório Flexner, encomendado, especialmente, pela Fundação Carnegie, em 1910, nos Estados

Unidos, criou-se toda uma nova estrutura no ordenamento das disciplinas do setor médico, a qual determinou especialidades, sendo também co-responsável pelo atual tipo de atenção médica proporcionado à população. Naquela oportunidade, o homem foi dividido em partes: o estudo do homem-célula foi chamado citologia; o homem-tecido, histologia; o homem-função, fisiologia; o homem-corção, cardiologia; o homem-pulmão, pneumologia; o homem-dente, odontologia. Todas estas áreas, hoje, já estão, por sua vez, também subdivididas: a odontologia, por exemplo, criou o homem-gengiva, periodontia; o homem-obturação, dentisteria; o homem-canal, endodontia. A endodontia, por sua vez, já se microfragmenta em ultra-especialidades, registrando-se a existência de profissionais denominados endodontometristas: medidores da extensão dos canais dos dentes. Sem o conhecimento e utilização dos conceitos de totalidade aqui expressados, a possibilidade destes núcleos se tornarem absolutamente a-sociais ou desvinculados da realidade é flagrante. O conhecimento da realidade, a forma e a possibilidade de ser conhecida e interpretada, depende de uma concepção explícita ou implícita da mesma. O problema de como ser interpretado o real está precedido por outra interrogação fundamental: o que é a realidade?

Caso a realidade representasse apenas um complexo de fatos, de elementos simples e diretamente inderiváveis, se poderia justificar que o concreto significasse o conjunto de todos os fatos (as disciplinas médicas, as especialidades clínicas, etc.), e que a realidade, na sua concreção, tornar-se-ia, essencialmente, impossível de ser conhecida. De acordo com essa colocação, seria possível acrescentar a todo fenômeno ocorrido novas facetas e aspectos (ou disciplinas) — que foram esquecidas ou ainda não descobertas — e, mediante tal adição infinita, poder-se-ia chegar à máxima abstração (abstração pura), que, por sua vez, demonstraria a impossibilidade do conhecimento da realidade.

Existe no entanto uma diferença fundamental entre as opiniões que consideram a realidade como totalidade concreta (isto é, como um todo estruturado em vias de desenvolvimento e transformação) e o ponto de vista de acordo com o qual o conhecimento hu-

mano pode ou não alcançar a totalidade dos diversos aspectos e fatos, propriedades, coisas, relações e processos da realidade.

Kosik demonstra, por exemplo, que a totalidade não significa um conjunto de fatos e sim a realidade como um todo estruturado, dinâmico e inter-relacionado, a partir do qual se pode compreender, racionalmente, qualquer fato (classe de fatos, conjunto de fatos, etc.). Para ele, reunir todos os fatos não significa, ainda, o conhecimento da realidade, assim como todos os fatos (juntos) não constituem a realidade (Kosik 1976). Exemplificando, pode-se descrever completamente um determinado agravo à saúde — suas características clínicas, histopatológicas, bioquímicas e fisiológicas — e até se chegar a um diagnóstico e prognóstico, sem, contudo, poder explicar a forma de ocorrência deste fenômeno, seu desenvolvimento e múltiplas implicações com fatores sociais, políticos, econômicos ou culturais.

A leucemia é um tipo de neoplasia maligna, razoavelmente conhecida no que se refere ao seu contexto clínico propriamente dito. As mais de 110 mil mortes resultantes do cogumelo atômico lançado pelos norte-americanos em Hiroshima e Nagasaki, em 1945, por outro lado, são muitas vezes imputadas de forma simplista e reduzidamente biológica às radiações ionizantes emanadas da explosão nuclear, e que atuaram diretamente sobre a usina de formação dos glóbulos sangüíneos: a medula óssea das vítimas. Caso as razões políticas e econômicas não tivessem sido suficientemente fortes para determinar a deflagração da Segunda Guerra, a bomba não teria sido lançada, nem a leucemia vitimado tantos japoneses daquela região (Garrafa 1980).

Para Kosik, a totalidade concreta não constitui um método que pretende, ingenuamente, alcançar o conhecimento de todos os aspectos da realidade e oferecer um quadro 'total' desta realidade com seus infinitos ângulos e propriedades, mas, sim, constitui, uma teoria da realidade e de seu conhecimento como tal. Se a realidade é entendida como um todo concreto e que possui sua dinâmica, pode-se (através de seu estudo, descrição, compreensão, ilustração e explicação) tirar conclusões sobre certos assuntos particulares ou específicos da realidade (da física, da biologia, da polí-

tica, da medicina, etc).

Caso a realidade fosse vista somente como um conjunto de fatos, o conhecimento da mesma seria incompleto, aparente e falso. Este conhecimento sistemático-analítico de partes abstratas da realidade a tornaria impossível de ser reconhecida como um todo dinâmico. Exatamente porque a realidade é um todo estruturado que se desenvolve e se cria, contínua e constantemente, o conhecimento dos fatos (ou de conjunto de fatos da realidade) constitui a visão completa, real e verdadeira desta realidade.

Têm sido observados, por exemplo, inúmeros estudos cumulativos de casos de câncer que se apresentam a centros especializados, onde pesquisadores os descrevem somatoriamente, tirando conclusões (às vezes de caráter epidemiológico, cultural ou biológico) sem investigar as múltiplas razões que determinam que esses casos se apresentem a esses centros. Tais conclusões resultam abstratas, discriminatórias, incompletas, aparentes e, muitas vezes, até falsas, quando submetidas ao rigor do método científico que parte da realidade observada como um todo dinâmico e integrado. O correto estudo do câncer só poderá ser alcançado, então, na sua totalidade concreta. Dessa forma, não é suficiente a simples análise descritiva de um determinado número de casos, mas, sim, a procura das explicações e relações dos porquês de uma determinada ocorrência (Garrafa 1979).

É notório o aumento da ocorrência de câncer pulmonar em cidades como São Paulo e México, onde a poluição do ar atinge índices quase insuportáveis, como subproduto do desenvolvimento industrial. Nos principais congressos científicos de oncologia, desenvolvidos nestas capitais nas últimas décadas, os temas oficiais, invariavelmente, giraram em torno da modernização de métodos terapêuticos (cirúrgicos, quimioterápicos ou radioterápicos) utilizados no combate aos diversos tipos de tumores malignos avançados que atingem a região pneumológica. Praticamente inexistem nesses, congressos, registros mais contundentes e discussões mais responsáveis em relação à causalidade real do incremento do número absoluto e relativo de casos registrados.

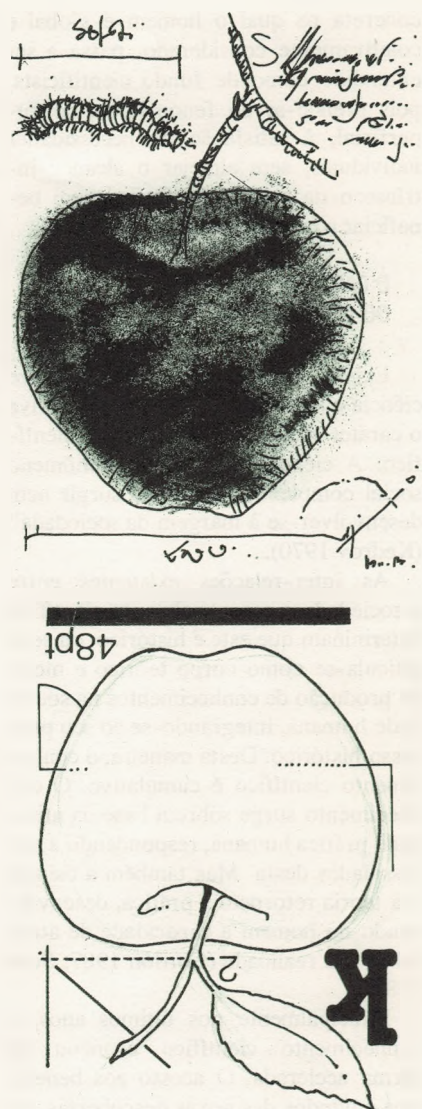
"A diferença entre o conhecimento sistemático cumulativo e o conheci-

mento racional é que o segundo parte de princípios relacionados com um processo dinâmico de adição constante de novos fatos, que fazem o pensamento humano trabalhar de uma forma espiral hipotética. Se a realidade constitui um conjunto dinâmico, integral e estruturado, o conhecimento concreto desta realidade consiste em um processo de concretização que vai do todo às partes e das partes ao todo, da totalidade às contradições e das contradições à totalidade; é precisamente neste processo de correlação em espiral que todos os conceitos entram em movimento recíproco e se iluminam mutuamente, alcançando a concreção. O conhecimento da realidade como um todo dinâmico e integrado significa um processo em espiral de penetração e esclarecimento mútuo dos conceitos" (Kosik 1976).

Ciência, Cientificismo e Sociedade

Durante o desenvolvimento de qualquer investigação científica, ou mesmo na fase de seu planejamento, o pesquisador se vê freqüentemente diante do dilema de não poder aplicar todas as muitas variáveis que poderiam ser utilizadas; esta limitação, no entanto, não tira a característica científica do processo. A seleção destas variáveis define o pesquisador, estando este aspecto intimamente vinculado aos valores ideológicos: "Quando o pesquisador não sabe distinguir as variáveis que lhe permitirão chegar à essência das coisas, e, ainda mais, por razões ideológicas, nega de forma prejudicial as relações que existem entre o que pretende pesquisar e as variáveis que contradizem sua ideologia, perde a característica científica e cai no cientificismo" (Soto 1978).

Nesta linha de idéias, não se pode julgar incorreta a afirmação de que nem sempre as profissões ditas universitárias (como a medicina, engenharia, economia ou matemática) podem ser consideradas científicas. Segundo o raciocínio exposto, a posição científica destas profissões está determinada pela interpretação que as mesmas dão da realidade concreta e a definição de variáveis de atuação que selecionam na procura da resolução dos problemas detectados. O enfoque curativo-reparador que as ciências da saúde têm dispensado às doenças, por exemplo, à luz da realidade



concreta na qual o homem é global e coletivamente considerado, passa a ser entendido como de fundo cientificista, pois prende-se ao fenomênico, ao superficial, à satisfação de necessidades individuais, sem almejar o alcance intrínseco da totalidade. Enfim, sem beneficiar a maioria das pessoas.

O CARÁTER SOCIAL DO CONHECIMENTO

Existe uma estreita vinculação entre ciência e sociedade; dessa relação deriva o caráter social do conhecimento científico. A ciência constitui um fenômeno social complexo, “não pode surgir nem desenvolver-se à margem da sociedade” (Kedrov 1970).

As inter-relações existentes entre a sociedade e o conhecimento científico determinam que este é histórico, ou seja, articula-se como corpo teórico e modo de produção de conhecimentos na sociedade humana, integrando-se ao seu processo histórico. Desta maneira, o conhecimento científico é cumulativo. O conhecimento surge sobre a base da atividade prática humana, respondendo a necessidades desta. Mas também a ciência e a teoria retornam à prática, desenvolvendo no homem a capacidade de atuar sobre sua realidade (Cordón 1987; Soto 1987).

Principalmente nos últimos anos, o conhecimento científico avançou de forma acelerada. O acesso aos benefícios advindos das novas descobertas, no entanto, tem-se mostrado cada dia mais difícil para as maiorias populacionais. O Brasil, recentemente, ingressou na era nuclear, com a construção da usina de Angra dos Reis. Da mesma maneira, desenvolveu, de forma extraordinária, os setores aeroespacial e de informática. Sonha com o trem-bala no estado de São Paulo... Ao lado do ‘progresso’, temos o outro Brasil: o Brasil da malária, da febre amarela urbana, da fome, da doença de Chagas, da esquistossomose, da poliomielite, da hanseníase, do mercado de sangue, da infecção hospitalar, da ausência de soros, da...

A doença de Chagas demonstra, de forma dramática, a inacessibilidade da população aos benefícios dos avanços científicos. Já faz muitos anos que o brasileiro Carlos Chagas descobriu os elementos essenciais relacionados às causas biológicas da doença. No entanto,

o Brasil convive com mais de 7 milhões de chagásicos, que contraíram a doença por viverem em moradias sub-humanas, convivendo com os temíveis barbeiros, insetos transmissores do *Trypanosoma cruzi*, o vetor da doença.

Assim, o conhecimento científico atualmente alcançado, ao invés de democratizar o acesso da coletividade aos novos frutos, por razões sociais, políticas e monetárias, exatamente alija-a das descobertas. Desta maneira, paradoxalmente, os magníficos resultados alcançados pela pesquisa na área médica são co-responsáveis, em significativa escala, pelos lamentáveis quadros sanitários oferecidos pelos progressos do século interplanetário a mais de dois terços da população mundial.

SAÚDE E DOENÇA: ELEMENTOS CONTRADITÓRIOS DE UM MESMO PROCESSO VITAL

Os estudiosos têm tido dificuldades em fugir da expressão ‘nível de vida’, quando tentam explicar o significado social de ‘desenvolvimento’. A determinação do que se entende por nível de vida é objeto de intermináveis discussões até os dias atuais, através de reuniões de *experts* em congressos e simpósios internacionais. Uma destas reuniões foi patrocinada há alguns anos atrás pela Organização das Nações Unidas (com participação da Organização Mundial da Saúde (OMS), Unesco, FAO e outras organizações), na qual foram especificados alguns componentes, indicadores e informações básicas, que teriam como objetivo permitir aproximações mais afinadas com vistas a futuras pesquisas (International 1961).

Nessa reunião, manifestou-se que “separadamente, nenhuma medida é considerada aceitável como expressão integral de nível de vida”, concluindo-se que a aproximação mais satisfatória para a medição do mesmo poderia ser estabelecida através da determinação de certos aspectos da situação vital global, quantificáveis com relativa segurança. Estes ‘aspectos’ ou ‘componentes’ do nível de vida proposto foram: saúde; consumo de alimentos e nutrição; educação; emprego e condições de trabalho; moradia; seguro social; vestuário; recreação e diversão; liberdades humanas.

Alguns desses componentes possuem indicadores que podem, pelo menos,

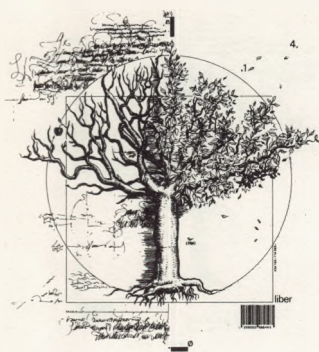
quantificá-los ou medi-los, proporcionando uma certa aproximação ao que significa nível de vida. No entanto, especialmente certos títulos que constam da relação deixam ainda mais dúvidas quanto à sua objetividade. Quantificar ‘saúde’ ou ‘liberdades humanas’ é tarefa das mais difíceis e nem sempre leva a resultados seguros e claros.

Em países subdesenvolvidos como a Bolívia e Guatemala, na América Latina, ou Botsuana, Zimbábue e Serra Leoa, na África, por exemplo, as principais causas de morte são as diarreias (gastrite e enterite); infecções respiratórias (gripe e pneumonia); doenças próprias da infância (sarampo, coqueluche).¹⁰⁻¹¹ No Brasil, hoje, generosamente situado entre as nações ‘em vias de desenvolvimento’, apesar de suas fantásticas contradições sociais, as cardiopatias já surgem como a principal causa de morte, seguidas de perto, porém, pelos problemas comuns das regiões paupérrimas do mundo.

Nos países desenvolvidos, onde os índices médios de vida atingem idades mais elevadas, aparecem nos primeiros lugares das estatísticas de mortalidade somente doenças crônico-degenerativas mais comuns à velhice: cardiopatias, câncer e lesões vasculares do sistema nervoso central, além, obviamente, dos acidentes (principalmente de trânsito, suicídios, etc.), como produto (ou subproduto...) do processo desenvolvimentista e do ‘progresso’. Há que se ressaltar, contudo, a existência paralela de uma robusta tecnocracia científica, que se expressa, exclusivamente, através da diplomacia terminológica internacional, utilizando-se farta e maciçamente de números, quadros, gráficos e outros instrumentos, muitas vezes, alienantes — dependendo do seu emprego —, para mascarar ou nublar situações que muitas vezes são claramente evidenciadas a uma simples vista de olhos.

A miséria e a fome são de forma inequívoca os elementos que mais matam no terceiro e no quarto mundo. Estas duras palavras, no entanto, são alijadas, diplomaticamente, das nomenclaturas relacionadas às causas de mortalidade, substituídas por termos mais brandos e politicamente ‘neutros’ tais como ‘doenças da primeira infância’, ‘infecções respiratórias’ e outros.

As causas da mortalidade refletem a forma ou o nível de vida das pessoas e



dos povos. A morte, que é algo concreto, tem sido vista de forma concreta pelos estudiosos; é facilmente avaliada e medida. A vida, que também é concreta, vem recebendo, principalmente dos governos e organismos internacionais, enfoques abstratos. A incompreensão existente no interior do próprio estudo da saúde reforça esta afirmação. Mesmo a visão internacionalista reforça tal confusão ao considerar o item saúde no mesmo nível de moradia, nutrição, emprego, educação ou seguro social, quando se sabe que os agravos à saúde das coletividades constituem, praticamente, uma consequência da acessibilidade ou inacessibilidade aos benefícios acima enumerados.

A fragmentação ideológica da realidade objetiva em dois campos separados e isolados – saúde por um lado e doença pelo outro – é a principal responsável pela dicotomia verificada, na maioria dos países pobres, entre as ações básicas implementadas no setor saúde e o atendimento médico propriamente dito. Tais atividades, na prática, significam dois organismos nacionais absolutamente estanques: um ‘ministério da saúde’ responsável pela atenção primária (vacinação, qualidade dos alimentos e medicamentos, combate às endemias, etc.); e um ‘ministério da doença’ no Brasil denominado Ministério da Previdência e Assistência Social, responsável, prioritariamente, pela atenção médica à população e apenas, secundariamente, dedicado aos benefícios sociais, como pensão, aposentadoria e outros.

As tentativas de definir saúde têm demonstrado dificuldades para deixar de lado a expressão bem-estar. A conotação de bem-estar está, intimamente, relacionada com ‘satisfação’, ‘alegria’, ‘felicidade’. A sociologia expressa o bem-estar social como “equilíbrio dinâmico alcançado por uma comunidade e que é produto da responsabilidade e solidariedade coletiva, e não simplesmente a ausência de determinados males sociais”.⁶ A filosofia o considera como um elemento da moral e “que satisfaz nossas necessidades e nossas ‘faculdades’; o bem moral, por sua vez, está relacionado com o valor (Cuvillier 1969). Os dicionários correntes da língua portuguesa registram “o estado de perfeita satisfação física ou moral”, “conforto”, “comodidade”, “boa situação” (Ferreira 1975; Jucá Filho 1969). Excetuando-se

o conceito sociológico, portanto, o bem-estar não estaria excluído de provas quantificáveis de *comfort*; isto é, estaria regido pelas leis de consumo, conduzindo o raciocínio, supostamente, à igualdade entre todos os homens. Baudrillard critica tais conceitos, segundo os quais, diante da necessidade e do princípio de satisfação, todos os homens são iguais frente ao valor utilitário dos objetos e bens, ao mesmo tempo que são desiguais e divididos em relação ao valor de troca. Ao se estabelecer a necessidade com base no valor utilitário, ocorre uma relação de utilidade objetiva ou de finalidade natural, frente à qual já não existe desigualdade social ou histórica (Baudrillard 1985).

Gonzaga Mota lembra que esta ideologia do bem-estar e da auto-satisfação individual começou a aparecer no Brasil nos anos 50, generalizando-se na década de 80, persistindo, no entanto, acentuadas diferenças que colocam os grupos sociais em diferentes patamares de acesso à sociedade de consumo (Mota 1987). As teorias do bem-estar ou felicidade baseadas nos objetos e bens de consumo, as quais se apóiam no pressuposto de que o crescimento (ou ‘desenvolvimento’) permitiria uma abundância tal que produziria uma estabilidade ou igualdade dos sujeitos sociais, são extremamente vulneráveis a críticas no que se refere especificamente ao campo da saúde (Gonzales 1977). Desta forma, os conceitos e práticas de saúde nos quais se coloca a expressão de alcance de bem-estar, quando aplicados em termos concretos às necessidades coletivas, caem quase que invariavelmente em abstrações futuristas. A saúde, tratada como um objeto de consumo, passa a ser acessível somente aos proprietários dos bens de capital; rasgam-se, assim, as páginas constitucionais que pretendem que a saúde se constitua em direito de todos, e dever do Estado proporcioná-la.

O estudo da saúde e da doença, vistas como elementos em constante movimento, dentro de um mesmo processo vital dialeticamente considerado, exige uma abordagem dinâmica, integrada, real. A demonstração gráfica de determinadas idéias, apesar das limitações inerentes, pode contribuir como elemento auxiliar na compreensão das mesmas. O quadro procura ilustrar, de maneira esquemática, a representação da

saúde e da doença como diferentes momentos interdependentes do processo de vida de uma pessoa. Esses dois momentos estão representados por um gradiente de íntimas relações quantitativas e qualitativas, determinados por componentes externos ao desenho que dizem respeito às relações sociais de produção: a própria produção e o consumo desses bens.

Se considerarmos a linha pontilhada movendo-se da esquerda para a direita, significa que o indivíduo está perdendo saúde e tornando-se, portanto, doente. A localização da linha pontilhada dentro do processo vital de um indivíduo está na dependência direta dos elementos externos aqui considerados (produção e consumo). A ausência da linha, no quadro, poderia corresponder a duas situações antagônicas: a higidez absoluta ou "completo estado de bem-estar físico, mental e social", que é impossível de ser conseguido, apesar do conceito de saúde da OMS; e o êxito letal ou morte. Isso significa que, na medida em que a pessoa perde um pouco de saúde, concomitantemente está se tornando doente, e vice-versa. Esta representação, conforme foi dito, não pretende ser numérica, servindo exclusivamente como abstração útil a objetivos educacionais.

Os fenômenos de saúde e doença repetem-se, embora sem periodicidade, como o dia e a noite. É impossível a determinação de um momento exato em que o dia termina e se inicia a noite; como é impossível e irreal a determinação da hora exata do fim da madrugada e do princípio de uma nova alvorada. Há uma passagem gradativa de um momento para o outro, de um fenômeno para o outro, na dependência da época do ano, da distância entre Sol e Terra, das condições climáticas do dia em que os fatos ocorrem (se nublado ou límpido) ou do local onde se encontra o observador. Da mesma maneira, é abstrato e impossível determinar-se o momento em que o indivíduo passa de sadio a enfermo, como é abstrato e absurdo criarem-se programas para sadios e programas para doentes, isoladamente, desconectados. O que acontece, também na situação anterior, é a passagem mais lenta ou mais rápida de um momento de mais saúde (ou menos doença) para um momento de menos saúde (ou mais doença). Diferentemente do Sol ou das estações do ano, a dinâmica do processo saúde-

doença é determinada pelas condições de vida em que se insere a pessoa, individual ou coletivamente considerada: moradia, transporte, trabalho, educação...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da visão exclusiva de 'tratar doenças' ou 'proporcionar saúde' (esta última, mais raramente defendida), a atenção médica no Brasil vem sendo desenvolvida prioritariamente no sentido estrito da cura de males já instalados e na reabilitação do indivíduo portador desses males, e, mesmo assim, com resultados altamente duvidosos e questionáveis. Poucas vezes os organismos e autoridades responsáveis têm demonstrado preocupações concretas com a prevenção e o ataque amplo aos males, e, muito menos, em defender na prática a premissa de que avanços importantes dos sistemas de saúde só se viabilizarão a partir de mudanças fundamentais no ordenamento social total.

Os problemas de saúde refletem os problemas da própria sociedade em geral e não podem ser separados dela. Infelizmente está demonstrado que os sistemas de atenção médica atualmente utilizados no Brasil não consideram a saúde e a doença como elementos interligados de um mesmo processo dinâmico, componente da totalidade concreta que conforma o mundo. Principalmente por estas razões, tais sistemas mostram-se ineficazes, ineficientes, individualizados, cientificistas, distantes do social como globalidade e incapazes de atuar de forma transformadora nos agudos problemas coletivos de saúde que afligem o povo brasileiro. Os momentos contínuos e constantes que fazem parte do mesmo processo saúde-doença não podem ser vistos separadamente, isoladamente. Um depende do outro e está em íntima relação com o outro. Esta inter-relação é que deve ser reproduzida na prática da atenção médica.

Em maio de 1986, aconteceu em Brasília a 8ª Conferência Nacional de Saúde, desdobrada, posteriormente, no transcurso do ano, em diversas conferências setoriais (saúde do trabalhador, saúde do consumidor, saúde bucal, saúde da mulher, etc.). Tais eventos constituíram, sem dúvida, momentos de inegável reoxigenação, pelo menos teórica, dos anseios de acesso da grande massa



de trabalhadores brasileiros aos benefícios que o setor saúde pode e deve proporcionar.¹⁷ No discurso de abertura da conferência, o próprio ministro afirmava que a saúde “foi o setor artificialmente bifurcado e danosamente diferenciado em parcelas que, na verdade, constituem um todo coerente e indivisível”. Naquela ocasião, os demais discursos e intervenções eram praticamente unânimes em defender a integralidade da atenção à saúde e a descentralização das ações; regionalização e hierarquização dos serviços; unicidade administrativa em nível federal; redefinição das relações entre os setores prestadores de serviços; reorientação das políticas científica, tecnológica e de recursos humanos para a saúde; e o controle social do sistema.

Todos esses pontos, acrescidos de outros, como a reforma tributária nacional, e que não dizem respeito exclusivamente à saúde, representam a base da mobilização pela *reforma sanitária*, a qual vem sendo defendida, enfaticamente, pelos setores da área de saúde comprometidos com as questões coletivas, como o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), o Movimento Brasileiro de Renovação Odontológica (MBRO), sindicatos e associações progressistas e outros.

A Assembléia Nacional Constituinte definiu muitas coisas. Outras, não. Mas a luta não se encerrou. Pelo contrário, “as contradições existentes não serão resolvidas pela reflexão teórica, mas pelas necessidades táticas da luta ideológica que travam os profissionais em seus respectivos campos” (Breihl & Gandra 1985), com a indispensável participação e apoio do povo, o maior interessado e beneficiário de toda esta longa e difícil luta que depende mais de avanços conjunturais globais do que de escaramuças ou batalhas isoladas em setores específicos.

Volnei Garrafa é cirurgião-dentista e doutor em ciências. Professor titular da Faculdade de Ciências da Saúde, foi Decano de Extensão da Universidade de Brasília (1985-1989). Autor de obras sobre saúde, é professor visitante da Universidad Tecnológica de México e consultor temporário da Organização Pan-Americana da Saúde.

Referências Bibliográficas

1. BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa, Edições 70, 1985.
2. BREIHL, J. & GANDRA, E. *Los nuevos rumbos de la epidemiología*. In: NUNES, E. D. *Ciencias sociales en la América Latina*. Washington, Organización Panamericana de la Salud, 1985, p. 251-261.
3. CORDÓN, J. A. Introducción a la investigación científica. In: MENÉNDEZ, O. R. *Investigación científica en el que hacer de la salud-enfermedad*. Guatemala, Ed. Universitaria, 1987, p. 15-16.
4. CUVILLIER, A. *Pequeno vocabulário da língua filosófica*. São Paulo, Ed. Nacional, 1969, p. 16.
5. DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA. Porto Alegre, Globo, 1969, p. 48.
6. FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975, p. 197.
7. GARRAFA, V. Epidemiologia do câncer bucal. In: TOMMASI, A. F. & GARRAFA, V. *Câncer bucal*. São Paulo, Medisa, 1980, p. 59-159.
8. GARRAFA, V. Epidemiologia: desarrollo histórico de su concepto. *Rev. CERON*, Caracas 4(1): 23-27, 1979.
9. GONZALES, C. P. Salud-enfermedad y el consumo médico. *Temas odont* 15 (126-127): 7-13, 1977.
10. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Informe cuatrienal sobre las condiciones sanitarias de las Américas*. 1958-1961. Washington, 1962.
11. UNICEF. Importância do crescimento. In: UNICEF. *Situação mundial da infância*. 1987, p. 55-70.
12. INTERNATIONAL definition and measurement of levels of living; an interim guide, 1961.
13. JUCÁ FILHO, C. *Dicionário escolar das dificuldades da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro, MEC/FENAME, 1969, p. 101.
14. KEDROV, J. K. & SPIRKIN, K. *La ciencia*. México, Grijalbo, 1970, p. 22.
15. KOSIK, D. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 33-54.
16. MOTA, G. Jovem te quero jovem. *Humanidades* (14): 5-10, 1987.
17. CONFERÊNCIA Nacional de Saúde, 8ª. *Anais*. Brasília, Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1986.
18. QUEIRÓS, M. S. O paradigma mecanicista da medicina ocidental moderna: uma perspectiva antropológica. *Rev. Saúde Públ.* 20(4): 309-17, 1986.
19. SEPÚLVEDA, J. *Consideraciones generales sobre salud y ciencias sociales*. Doc. CES-007; Curso de Entrenamiento en Servicio; BID/OPS/UNAN; León (Nicarágua) (mimeo.), 1977/1978.
20. SOTO, A. Conocimiento científico: dialéctica del conocimiento. In: MENÉNDEZ, O. R. *Investigación científica en el que hacer de la salud-enfermedad*. Guatemala, Ed. Universitaria, 1987, p. 23-41.
21. SOTO, A. Ser o no ser científico: ciencia y científicismo. *Rev. ALAFO* 13(2): 99-100, 1978.

Abstract

The Health-Illness Process

Health and illness are contradictory elements of a single vital process. The dynamics of the health-illness process are determined by the living conditions to which people, taken individually or collectively, are exposed. There is also a direct link between science and society. Science is a complex social phenomenon which "cannot arise or evolve beyond the pale of society".

Resumen

El proceso salud-enfermedad

La salud y la enfermedad son elementos contradictorios de un mismo proceso vital, y su dinámica se determina por las condiciones de vida en que se inserta la persona, considerada individual o colectivamente. También existe una estrecha vinculación entre la ciencia y la sociedad. La ciencia constituye un fenómeno social complejo que no puede surgir ni desarrollarse al margen de la sociedad.

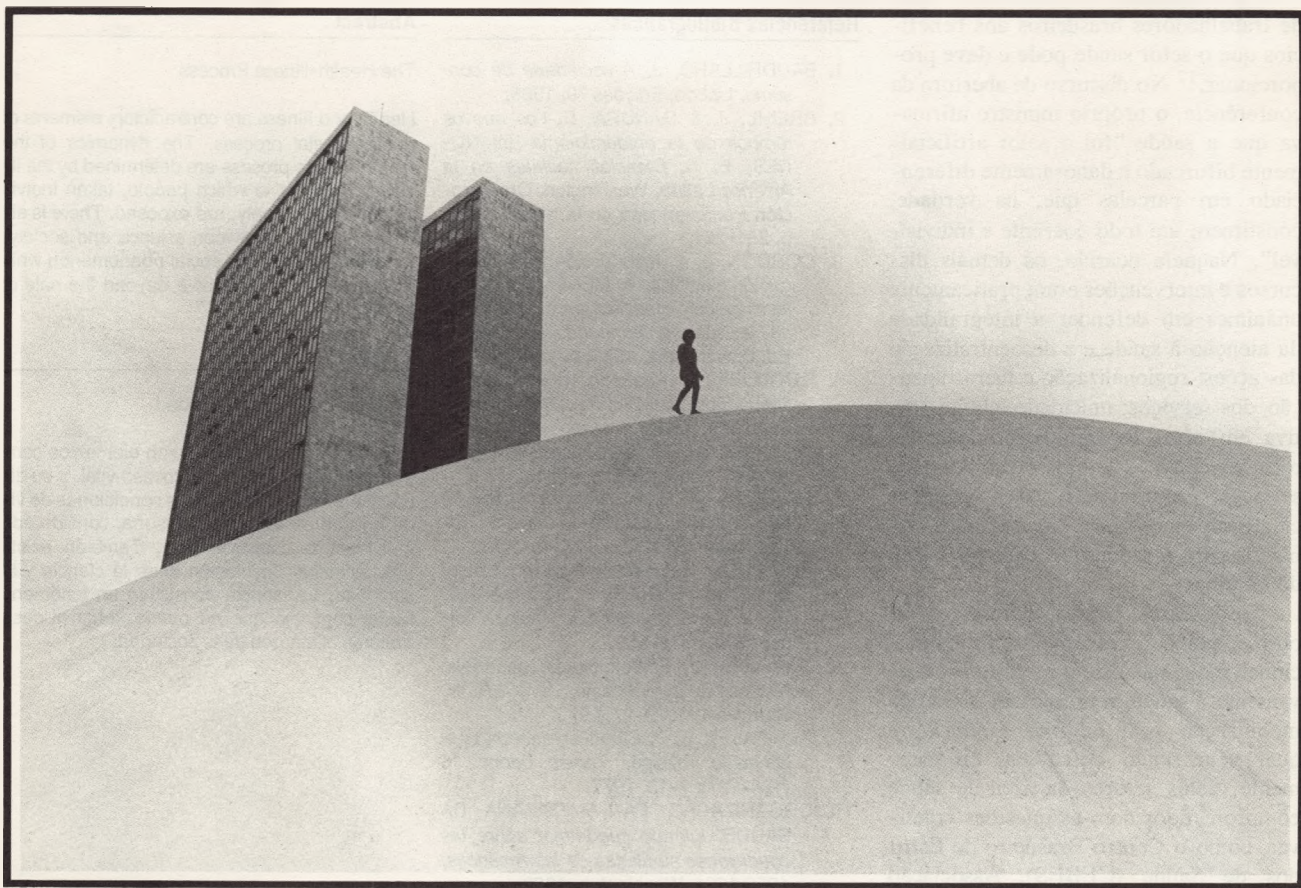


Foto. LUÍS HUMBERTO

BRASILIA E MOSCOU

Ronaldo Mota Sardenberg

O ex-embaixador brasileiro em Moscou apresenta, neste depoimento, a evolução das relações Brasil/URSS com o toque pessoal necessário para tornar o tema abordado de fácil leitura e elucidativo da política externa brasileira na época da perestroika.

Humanidades



Foto. STEFAN KOLUMBAN/F4

capitais que se aproximam

ao fazer uma avaliação pessoal da vida e do trabalho diplomático em Moscou, cada chefe de missão estrangeira terá experiências diferentes e seu próprio modo de transmiti-las aos leitores. Para cada caso, serão importantes fatores, como a personalidade, a situação familiar, a formação cultural e a experiência profissional e política. Por outro lado, circunstâncias certamente mais objetivas, como a intensidade e o caráter das relações bilaterais e a possibilidade real de fazê-las progredir, o tamanho e a qualidade da missão diplomática que dirige, o ritmo das atividades desta, etc. têm também relevância direta, especialmente sob o ângulo da vida internacional.

Alguns dados biográficos, ainda que perfunctórios, e certas informações sobre o andamento das relações Brasil-URSS permitirão entender o estado de espírito e as expectativas com que cheguei a Moscou, em fevereiro de 1985, como novo embaixador brasi-

leiro junto ao governo soviético.

Vinha eu de Brasília, onde trabalhara onze anos seguidos junto à cúpula do Ministério das Relações Exteriores. A exemplo do que ocorre em outros países, a diplomacia no Brasil é uma carreira, ou seja, uma atividade profissional organizada, a cuja classe inicial se pode ser admitido apenas por meio de concurso competitivo realizado em escala nacional e na qual se ascende de forma regulamentar. O Itamaraty tem longa e ininterrupta tradição de atuação diplomática, desde os tempos em que o Brasil era Império.

A formação acadêmica que recebi pode ser tida como característica dos diplomatas brasileiros de minha geração, quando se alargava o recrutamento para os quadros do Itamaraty: concluí o curso universitário de Direito, na Universidade do Brasil, e passei pelo Instituto Rio Branco — a academia diplomática brasileira —, em 1962. A opção pela profissão de diplomata seguramente foi muito influenciada pelo fato

de grande parte de minha família há muito dedicar-se ao serviço público, tradição que persiste na atual geração.

Profissionalmente, minha experiência inicial no exterior realizou-se nos EUA. Durante sete anos (1967-1974) trabalhei, como jovem diplomata, nas áreas econômica e política da Embaixada do Brasil em Washington e na Missão Permanente junto às Nações Unidas. Em Nova Iorque, pela primeira vez interagi diretamente com colegas soviéticos. Guardo dessa época nas Nações Unidas algumas amizades e fortes impressões, uma das quais é de que existe o que se poderia chamar de 'escola soviética de diplomacia', caracterizada pelo profissionalismo, operatividade, coordenação e clareza nas posições. O estilo dessa 'escola' tem evoluído através dos tempos, mas seus traços básicos são permanentes.

Quando retornei ao Brasil, fui convidado a ocupar várias posições, inclusive a de membro e, posteriormente, chefe da equipe encarregada do planejamento político da chancelaria brasileira. Fui professor da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco, em cadeiras voltadas para a política internacional. Por sete anos (1968-1974), coube-me ser conselheiro político de dois eminentes ministros de Estado das Relações Exteriores, os Embaixadores Azeredo da Silveira e Saraiva Guerreiro.

Participei, nesse período, da formulação e execução das principais operações diplomáticas realizadas pelo Brasil, a começar pelo estabelecimento de relações diplomáticas com a China em 1974 e pelo reconhecimento dos países africanos de expressão portuguesa, naquele ano e no seguinte. Com relação à União Soviética, tomei parte, desde 1980, no esforço do Itamaraty para criar condições favoráveis à reativação das relações bilaterais.

Sempre tive interesse por esse país. Lembro-me que, ainda estudante secundário, já havia lido bastante sobre a URSS, valendo-me – ironicamente para a época (a década dos cinquenta) – da biblioteca que a Embaixada norte-ame-

ricana então mantinha em meu bairro no Rio de Janeiro. Certas coincidências me pareciam, de uma forma ou de outra, curiosas. No último ano de estudos secundários, cheguei a ganhar um prêmio em concurso, cujo tema havia sido a URSS. Esse prêmio – ainda uma ironia – foi uma bela edição da *História dos Estados Unidos da América*, de Morisson e Commager... No final da década de cinquenta, recordo-me que, jovem de dezoito anos, tive a ocasião de, por motivos puramente circunstanciais, conversar com membros da primeira missão comercial soviética que viajou ao Brasil no quadro dos esforços que então se faziam com vistas a restabelecer os laços diplomáticos bilaterais rotos desde 1947. Recordo-me que, mais tarde, em meu concurso para o Itamaraty, a URSS foi o tema central de um dos exames.

Antes de ser designado embaixador em Moscou, passei pelo crivo da Comissão das Relações Exteriores do Senado Federal, onde, além de se discutirem questões substantivas do relacionamento bilateral, examinaram-se minhas qualificações profissionais. Como se observa de minha formação, não sou propriamente um 'soviólogo', ou seja, um perito em assuntos soviéticos. Acredito, contudo, que a passagem pelos EUA, a formação que tive na área multilateral – a qual normalmente induz a capacidade de apreciar os matizes de opinião – a experiência na esfera acadêmica, assim como no campo do planejamento político e do assessoramento em decisões-chave de política externa muito facilitaram a análise dos desafiantes processos em curso na URSS e a avaliação de desenvolvimento das relações bilaterais.

Cheguei a Moscou em fevereiro de 1985, literalmente às vésperas de importantes mudanças não apenas na vida soviética, mas também na brasileira. Tocou-me, portanto, conviver com dois processos simultâneos de transição: enquanto a URSS iniciava a era da *perestroika*, no Brasil caminhava-se a passos largos para a democracia. Os dois países, cada um em seus próprios termos e seguindo suas próprias opções, marchavam para a afirmação do que, coincidentemente, definiam como sendo a meta do Estado de direito.

Encarei o posto a que fora destinado pelo governo brasileiro como um desdo-

bramento natural, mas muito importante, de minha carreira. Via nos anos que se abriam à minha frente um grande desafio profissional e uma valiosa oportunidade do ângulo da experiência de vida. Estivera em Moscou, em 1982, por um período de dois meses, o qual, embora não permitisse mais que uma tomada superficial de contato, levava a antecipar uma estada produtiva e culturalmente enriquecedora.

Como se poderia esperar, grande parte de meus contatos em Moscou foi feito com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MID), embora habitualmente também me dirigisse a outros órgãos ligados ao comércio, à cultura, à ciência e à tecnologia. Em várias ocasiões, fui oficialmente recebido pelo Ministro Chevardnadze, com o qual mantive proveitosas conversas. Pude, dessa forma, conhecer diretamente sua visão esclarecida da política internacional e apreciar seu interesse pelo desenvolvimento das relações com o Brasil.

Nos diferentes setores do MID, inclusive no protocolo, pude, seja pessoalmente, seja por intermédio dos diplomatas brasileiros que comigo trabalhavam, tratar de todos os temas bilaterais e multilaterais de interesse direto do Brasil. Na área encarregada da América Latina, quer em nível de vice-ministro, quer de direção-geral, encontrei por parte de meus interlocutores invariável cortesia, atenção e competência. Essa dedicação profissional sem dúvida facilita a aproximação entre os dois países.

Ao avaliar, em Moscou, o trabalho dos colegas soviéticos, pude acrescentar uma nova dimensão à minha visão anterior, o respeito pela criatividade e pela solidez da diplomacia que praticam. Por sua capacidade de aproveitar as oportunidades internacionais, bem como por saber criar novas estruturas e espaços políticos para a atuação externa, Moscou transformou-se, nos últimos quatro anos, mais do que em qualquer outra época de paz, numa das principais capitais diplomáticas do mundo. Os anos recentes foram de reavaliação de posições, redefinição de conceitos fundamentais e formulação de uma nova proposta de política externa.

Aumentam as oportunidades para contatos com os meios políticos, jornalísticos e intelectuais. Os *briefings* à imprensa incorporaram-se ao cotidiano

da comunidade de diplomatas e jornalistas estrangeiros. Facilitam-se o acompanhamento permanente dos acontecimentos e o bom entendimento dos objetivos que perseguem o governo e a sociedade soviética. Surgem mais ocasiões para a convivência e para a amizade.

A vida diária do chefe de missão estrangeiro, como de qualquer outra pessoa, não se compõe, porém, apenas do seu trabalho. A ida freqüente ao Teatro Bolshoi, ao Conservatório Tchaicovski, aos museus e às exposições de artes plásticas, mas, também, ao Circo de Moscou, aos estádios de futebol e de hóquei sobre o gelo, aos parques da cidade de Moscou, além da realização de viagens às diferentes repúblicas e regiões do país, são outras tantas oportunidades de informação, de lazer e de convívio com os soviéticos.

Pouco depois de estabelecer-me na capital soviética, e vencida a grata etapa da apresentação de minhas credenciais, entendi que, para o bom cumprimento de minhas instruções, deveria – para além das atividades de representação – informar com a possível objetividade o governo brasileiro sobre o radical processo de mudança que se iniciava e trabalhar para a atualização das relações bilaterais. Essas viriam a ser as duas vertentes principais de meu trabalho em Moscou.

A questão da informação se colocava de maneira imediata. Tornara-se necessário formar, no Brasil, uma visão abrangente dos eventos que, na URSS, começavam a descobrir-se velozmente. Era preciso, sobretudo, buscar as compatibilidades entre essa visão e os caminhos que as relações bilaterais deveriam passar a trilhar. É verdade que as políticas de *perestroika* e *glasnost* logo começaram a criar melhores condições para essa tarefa. Tais políticas, penso, vieram a explicitar a complexidade inerente à URSS, enquanto país, a suscitar novas questões para o debate público e a permitir a introdução de novos matizes na análise da evolução socioeconômica do país.

No meu entender, tratava-se, desde o primeiro momento, de ver a União Soviética com olhos críticos, mas não preconceituosos. Tratava-se de evitar filtros ideológicos e considerações ligadas ao poder que caracterizam necessariamente as relações Leste-Oeste, mas que

devem ter pouco espaço no relacionamento entre a URSS e o Brasil.

Essa atitude mental me parecia uma premissa indispensável ao trabalho de ampliação do relacionamento bilateral. Reconhecer e entender os problemas soviéticos, inclusive no que afetavam os laços com o Brasil, assim como afastar da análise determinados estereótipos, eram passos essenciais. Nesse contexto, aliás, é útil lembrar que, quando o Senhor Mikhail Gorbatchov chegou ao poder, em março de 1985, as relações da URSS com o Ocidente – e, mais especificamente, com os EUA – ainda estavam sob o impacto do que alguns analistas chamavam da ‘segunda guerra fria’. O recrudescimento das tensões, característico do início da década dos oitenta, acarretava consequências sobre a cena internacional e sobre cada um dos países.

A esse respeito, o Brasil se encontrava em situação particularmente desfavorável. Por motivos de ordem interna, o país não pudera aproveitar a *détente* dos anos setenta para colocar suas relações com a URSS no nível apropriado. A base real das relações brasileiro-soviéticas era, penso, simplesmente muito estreita e ainda contaminada pela falta de compreensão recíproca, limitando-se quase exclusivamente a algumas atividades no setor econômico-comercial, que se explicavam e justificavam por si mesmas.

A meta era mudar rapidamente essa situação, criar nova mentalidade e superar os entraves existentes. E isso começou a ser feito, note-se, antes mesmo que amainasse a ‘segunda guerra fria’.

Desde 1945, ano em que foram estabelecidos os laços diplomáticos entre Brasil e URSS, três características fundamentais e correlatas marcavam, a meu ver, diretamente esse relacionamento: a pronunciada ideologização, a baixa intensidade (salvo em dois breves períodos) e a concentração na esfera comercial.

O problema central das relações bilaterais era ‘normalizá-las’, isto é, eliminar sua letargia, fazê-las progredir e alargar suas bases, de modo a assegurar a estabilidade a longo prazo dos avanços que viessem a ser obtidos.

É verdade que, ao abrir-se a década dos oitenta, o diálogo diplomático brasileiro-soviético de alto nível, congelado

desde 1964, começara a ser recomposto. Com um encontro, em Nova Iorque, entre os então chanceleres Guerreiro e Gromiko, reiniciou-se, em 1981, a prática de reuniões ministeriais, por ocasião da Assembléia-Geral das Nações Unidas. Tais reuniões tiveram a clara utilidade de indicar o interesse subjacente de elevar o patamar das relações, mas se mantiveram muito genéricas. Naquele mesmo ano, foi assinado o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, o qual, apesar da lenta implementação inicial, com o tempo, ganhou – creio – importância primordial no desenvolvimento dos vínculos entre os dois países.

Do lado brasileiro, passos cruciais haviam sido dados, no conjunto da política externa, no sentido do pragmatismo, da universalização de seu escopo e da modernização de seus conceitos. Esse processo de longo prazo se iniciara em 1974 e visava à progressiva superação da postura ideologizada, no que diz respeito à afirmação e defesa dos interesses externos brasileiros.

Também no início da década dos oitenta, o Brasil evitou associar-se a quaisquer ‘sanções’ ou medidas semelhantes com relação à URSS, participou da Olimpíada de 1980 e continuou a comerciar normalmente com Moscou, mantendo o relacionamento diplomático nos níveis preexistentes e até reforçando-o ligeiramente.

De modo geral, porém, as relações bilaterais conheceram, de 1964 a 1985, longo período de estagnação, ao final do qual permaneciam subdesenvolvidas. Dado o caráter limitado e rotineiro dos contatos com a URSS, fatores adicionais de entorpecimento se faziam sentir pesadamente nos últimos anos do período, como o pronunciado desconhecimento recíproco, exceção feita a certos especialistas, e a falta de tradição substantiva no relacionamento.

Caíra-se, em minha opinião, numa espécie de círculo vicioso: não se progredia porque faltava às partes suficiente sensibilidade recíproca e isso ocorria porque as relações eram acanhadas e escassamente desenvolvidas. Aos olhos um do outro, o Brasil e a URSS aparentavam carecer de prioridade política e se conduziam com pouca flexibilidade prática.

Ao final de 1984 e início de 1985,

inaugurava-se nova fase. Alargavam-se, do ponto de vista brasileiro, as perspectivas do relacionamento. Começava-se a rever a posição minimalista que o enfocava basicamente pelo ângulo mercantil, em prol de uma atitude mais abrangente. Chegava-se, por exemplo, ao entendimento de que não se deveria restringir a avaliação da importância da URSS ao aspecto militar, mas ter-se em conta sua influência política, recursos naturais e avanço econômico, científico e tecnológico. Aceitava-se que a URSS – em equilíbrio estratégico com os EUA – se constitui num dos principais fatores que condicionam o andamento da política internacional.

Desde 1985, afirmou-se, nos meios oficiais, a tendência sempre favorecida pelo Itamaraty de utilizar plenamente a capacidade brasileira de diálogo, reconhecendo-se, porém, as realidades da interação com a URSS. Procurar-se-ia, nos anos seguintes, ir aos fatos do relacionamento, manter orientação pragmática e perseguir o interesse mútuo.

Já se podia detectar clara disposição de caminhar para a ampliação ordenada das relações políticas com a URSS, campo em que maiores haviam sido os obstáculos. A ênfase passou a ser colocada no estabelecimento e manutenção de contatos regulares com os meios governamentais, intelectuais e de imprensa soviéticos.

As relações bilaterais começaram a ser percebidas como tendo seu valor próprio, independente de outras considerações. Reconhecia-se, porém, que elas somente se desenvolveriam caso houvesse um concurso de vontades políticas. Parecia necessário, pois, que o governo soviético também sinalizasse sua disposição positiva, observados os princípios geralmente aceitos no relacionamento entre Estados soberanos com regimes políticos diferenciados, o que efetivamente ocorreu.

Nada disso significava uma intenção brasileira de diminuir os esforços na área econômica-comercial. Pelo contrário, estes prosseguiram e foram intensificados, ainda que, por motivos estruturais, não hajam produzido, até hoje, os resultados que seria lícito esperar.

Em outras palavras, começava o processo de normalização das relações, que veio a culminar com a visita do presidente José Sarney a Moscou e Leninegrado, em 1988. Pragmatismo, serenidade,

objetividade e mutualidade de interesses eram as novas palavras-de-ordem no esforço para engajar um diálogo mais produtivo. O novo enfoque – sublinhe-se – tornou-se possível com a evolução da política interna brasileira no bojo da transição para a democracia, com o lançamento da Nova República e, posteriormente, a ampliação dos termos do debate político interno, no quadro da elaboração da nova Constituição.

Quase simultaneamente, iniciava-se, por seu turno, a reconstrução da economia e da sociedade soviéticas, mundialmente conhecida como *perestroika*. As transformações internas engendraram mudanças sensíveis de estilo e de conteúdo também na política externa soviética, sob a égide do ‘novo modo de pensar’.

A ênfase na movimentação diplomática levou a URSS a novos horizontes de atuação internacional. Para além das situações específicas de Cuba e da América Central e dos pronunciamentos de Moscou, em momentos críticos, como o das Malvinas, os países latino-americanos e a região em sua totalidade entraram no mapa propriamente diplomático da URSS.

Embara com cautela, a atitude quanto ao Brasil começou a ser reavaliada. Com o passar do tempo, esse processo se acelerou, beneficiando-se da transformação operada nas circunstâncias internacionais, em consequência, inclusive, de iniciativas da URSS e da reforma geral por que passou sua política externa.

A ascensão ao posto de ministro dos Negócios Estrangeiros do Senhor Eduard Chevardnadze, o qual, por coincidência, havia visitado, em ocasião anterior, o Brasil, à frente de uma delegação parlamentar, foi outro fator importante. Ao viajar a Nova Iorque, em setembro de 1985, para pronunciar o discurso de abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas, o presidente Sarney recebeu o chanceler soviético, no quadro das conversações anuais já mencionadas, ocasião em que lhe transmitiu, de viva voz, a nova posição brasileira.

A esta altura, já se haviam consolidado alguns dos parâmetros que deveriam reger, ao ver de Brasília, as relações bilaterais, entre os quais poderiam ser citados os seguintes:

– respeito às soberanias e não-ingência nos respectivos assuntos internos;

– reconhecimento de que o Brasil e a União Soviética, apesar de posições, responsabilidades internacionais e regimes sociais diferenciados, devem orientar-se pelo princípio geral de que todos os Estados têm a obrigação de contribuir para o fortalecimento da paz e da segurança internacionais;

– ênfase nas *relações de amizades de Estado e Estado*, a se desenvolverem de forma ordenada e realista;

– obediência, nessas relações, à lógica dos interesses mútuos, evitando-se a injeção de fatores a elas exógenos; e

– busca sistemática de benefícios recíprocos bem como construção de uma relação estável e sem conotações assistencialistas.

Pouco depois, em dezembro de 1985, visitava a União Soviética o então chanceler Olavo Setúbal. Em Moscou, Setúbal expressou o interesse brasileiro no avanço das relações e reconheceu, com toda franqueza, os problemas existentes na área econômico-comercial. Por iniciativa brasileira, foi negociado e concluído um memorando de entendimento, que passou a estimular a realização de consultas políticas entre as duas chancelarias a respeito de uma gama crescente de temas diplomáticos. Mais tarde, a URSS se valeria desse modelo, para expandir seu relacionamento com outros países, inclusive latino-americanos.

A inovadora visita de Setúbal – a primeira de um chanceler brasileiro à URSS – assim como a que, no ano seguinte, fez a Moscou o então ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, foi muito bem sucedida e marcou etapa importante e necessária. Essas visitas provocaram, na minha opinião, uma mudança de mentalidades e uma abertura de horizontes, ao deixarem patente a existência de amplo campo para a cooperação.

Quando, mais tarde, se começou a preparar a visita que o ministro Chevardnadze faria ao Brasil no final de setembro de 1987, já havia ampla consciência de que estavam maduras as condi-

ções para um novo tipo de relacionamento, que permitisse passar a uma atitude diplomática essencialmente negociadora. No interesse de desemperrar as relações, já se procurava reduzir, em toda a linha, as possibilidades de equívocos e desencontros.

Percebia-se, ainda, que a aproximação com a URSS se realizava num período de dificuldades entre o Brasil e os países desenvolvidos – com os EUA à frente – cuja face mais visível eram (e continuam a ser) os problemas financeiros e comerciais. Diante de um quadro de pressões externas, fazia sentido político que o governo brasileiro tentasse a viabilidade a longo prazo e o valor intrínseco do relacionamento com a URSS. Não se tratava (nem era objetivo brasileiro ou soviético) de substituir os EUA, ou o Ocidente, na pauta diplomática brasileira, mas de um esforço deliberado de tornar os vínculos Brasil-URSS tão amistosos, operativos e abrangentes quanto possível. E sempre me foi dado a entender, em Moscou, que a União Soviética iria tão longe quanto o Brasil, nesse caminho.

A política de normalização das relações facilitava a defesa dos interesses brasileiros no cenário internacional mais amplo, nesta época de rápidas mutações e de risco de fragmentação da economia mundial, especialmente no plano Norte-Sul. Por outro lado, já se tornara perceptível a aproximação política e econômica não só entre variadas capitais européias e Moscou, mas, também, entre esta e Washington. Especificamente, antecipava-se, desde 1987, o pleno desencadeamento da diplomacia de cúpula e que, em consequência, os entendimentos entre os EUA e a URSS cobririam as chamadas situações de crise regional, além das questões de natureza global. Percebia-se, ainda, uma seletividade aperfeiçoada por parte da URSS, quanto a seu envolvimento em situações de tensão ou conflito, bem como sua maior contenção, no que diz respeito à corrida armamentista. À luz desses desdobramentos, não era hora de retardar ou minimizar o relacionamento com a URSS, mas de galgar novos patamares.

Nesse espírito, o ministro Chevardnadze foi recebido no Brasil, Sua viagem – igualmente, a primeira. para um

chanceler soviético – obteve, como pude testemunhar, grande repercussão nos meios governamentais e junto ao público. A relação bilateral – orientada pelo que o ministro Abreu Sodré denominou de “espírito maduro e construtivo” – foi fortemente impulsionada, ao mesmo tempo que contribuiu para consolidar no Brasil uma nova imagem soviética.

O ministro Chevardnadze, em discurso que pronunciou no Itamaraty, revelou sensibilidade para o país e para a oportunidade ímpar de fazer progredir as relações. Manifestou, também, a preocupação de que não viessem a ser perturbados os laços históricos que o Brasil mantém com seus vizinhos. Recordo-me de sua declaração de que “[...] países como a URSS e o Brasil, com seus enormes potenciais e dinamismo inesgotável, muito podem dar ao mundo, à família da humanidade, à paz, como estado natural e melhor [...] e se fomos aliados na guerra mais cruel da nossa época, porque não poderemos ser parceiros na criação de um mundo qualitativamente novo [...] queremos conhecer a opinião desta grande nação que é o Brasil sobre os problemas da paz, segurança, cooperação [internacional] e futuro da humanidade [...]”¹

Foram desdobramentos como estes que tornaram possível a visita que o Presidente Sarney empreendeu à URSS, em outubro de 1988. Em menos de quatro anos, as relações entre Brasil e URSS haviam ganho novo espírito e se tornaram diversificadas e abrangentes. Em diferentes níveis, o governo brasileiro, assim como o soviético, esteve fundamentalmente empenhado em impulsionar o processo de normalização e modernização.² Em agosto e setembro de 1988, por exemplo, havia sido franqueada outra etapa, com o início dos contatos entre militares brasileiros e soviéticos.

A visita do presidente Sarney traduziu-se por um claro êxito. Seus objetivos precisos eram marcar a transição para o novo tipo de relacionamento e consolidar o diálogo de alto nível com a liderança soviética, o que foi alcançado. Desejava afirmar, também no plano das relações com a URSS, a modernidade e o espírito democrático de nosso país. Almejava explicitar os ideais de desenvolvimento econômico e bem-estar, lado a lado com a preocupação quanto às grandes questões que afligem a humani-

dade, como a guerra e a paz, o desenvolvimento, especialmente nuclear, a fome e a privação, a aplicação dos progressos científicos e tecnológicos ao desenvolvimento, o respeito aos direitos humanos e a proteção e utilização do meio ambiente.

Em termos amplos, a visita significou o encerramento do período de ideologização da política externa brasileira. Alcançou-se a meta de melhorar substancialmente as relações com a URSS, que hoje aparece como um parceiro necessário. O Brasil, que não é membro de blocos, oferece à URSS uma interação dinâmica e mutuamente benéfica. De outra parte, como assinalou o presidente Gorbachov, no discurso com que saudou o presidente Sarney, no Kremlin, “[...] são infinitas as possibilidades de cooperação econômica entre a URSS e o Brasil, com os amplos recursos naturais, tremendo potencial e vontade de acelerar o progresso econômico, que ambos possuem”.

A Declaração Sarney-Gorbachov (Declaração sobre os Princípios da Interação em Prol da Paz e da Cooperação Internacional), firmada em Moscou, em 19 de outubro de 1988, é símbolo do êxito da política de normalização e constitui moldura apropriada para a promoção dos interesses comuns. Entre os principais tópicos dessa Declaração, figura a posição compartilhada de que “[...] a preservação da civilização e o desenvolvimento da cooperação internacional pressupõem a *convivência pacífica e harmoniosa* e a promoção de uma ordem internacional mais justa, equilibrada e democrática”.

A “convivência pacífica e harmoniosa” é, penso, uma idéia-chave para a última década deste século. Pressupõe mais do que a existência dos Estados, de forma paralela, lado a lado, mas estancue. Aponta para um relacionamento que efetivamente aproxime os Estados, tornando-os muito mais solidários do que os obriga o imperativo da simples sobrevivência diante do pesadelo das armas nucleares. Idéias como a da “convivência pacífica e harmoniosa” podem prenunciar uma nova etapa da civilização em que a espécie humana virá verdadeiramente a conviver, como uma família, dentro de “uma ordem justa equilibrada e democrática”.

Humanidades

Com os ganhos obtidos em razão da visita presidencial, pode-se considerar praticamente encerrada a fase que se abriu em 1985. As relações bilaterais não mais padecem dos problemas que anteriormente as marcavam. Inicia-se uma época de construção e cooperação estáveis e sem preconceitos.

O ano de 1989 registra avanços encorajadores, nesse caminho. Com a superação das abordagens compartimentadas, alentam-se os contatos e as atividades de cooperação. No relacionamento, existem já nítidas interfaces entre os distintos setores – político, econômico-comercial, cultural e científico-tecnológico.

O bom andamento das relações brasileiro-soviéticas, em seu conjunto, demandaria, por exemplo, avanços mais significativos no campo econômico e comercial. Não faria sentido se esse setor, de óbvia vocação dinâmica, se transformasse num entrave ao desenvolvimento ulterior dos vínculos brasileiro-soviéticos. Tenho conhecimento de vários projetos inovadores de cooperação e de iniciativas com a participação de empresas estatais e grupos privados brasileiros. Pretende-se, em especial, organizar e operar novas *joint ventures* no Brasil, na URSS e em terceiros países. É necessário que tais projetos sejam agilizados e que a cooperação se torne mais ampla, concreta e eficaz. Penso também que estão amadurecendo as condições para que se inicie um diálogo direto entre o Brasil e o Conselho Econômico de Assistência Mútua (COMECON), independentemente das relações que com essa entidade já mantém o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA).

Na área cultural, com o funcionamento normal do acordo que rege a cooperação, o maior desafio é estabelecer um fluxo permanente e ampliado de atividades brasileiras na URSS. Mais de um milhão de soviéticos já viajaram ao Brasil, em 1989, com o fim de promover atividades artísticas e culturais. Se o Brasil lograr uma imagem mais bem definida nos meios de divulgação e se, em consequência, for melhor conhecido do público soviético, mais rapidamente se fortalecerão a amizade recíproca e os entendimentos de todos os tipos, inclusive econômico-comerciais.

Começaram a ser exploradas, nos úl-

timos anos, as possibilidades de divulgação das atividades culturais e artísticas brasileiras junto ao grande público soviético, em setores como o esporte (futebol, voleibol, etc.), música popular, cinema e televisão.

Este é realmente apenas o início: a normal expansão das relações bilaterais requer que se avance, nesse terreno como em outros, muito além do que possa parecer meramente curioso (ou exótico) e, para tanto, o intercâmbio no campo da televisão é – creio – um vetor privilegiado.

A cooperação científica e tecnológica – assinala-se – tem amplas possibilidades de crescimento. Apesar das desproporções existentes com relação à URSS, o Brasil é um país reconhecidamente dinâmico, no que diz respeito a variados ramos da aplicação da ciência. No domínio da cooperação espacial, por exemplo, a possibilidade de pesquisas conjuntas com o emprego de satélites e, entre outras aplicações, a análise de imagens geradas por sistemas de sensoriamento remoto podem levar a atividades em outros campos. Entre as áreas de particular interesse, à luz da atualidade da questão ecológica, cite-se o projeto ora em andamento de medições simultâneas de ozônio e radiação espacial na atmosfera. Exemplos adicionais, na esfera ambiental, são as propostas de cooperação sobre transporte e produção de energia 'ecologicamente limpos', biogenética e florestamento. A cooperação nessas esferas e nas da informática, dos supercondutores e da química fina oferece – quero crer – uma promissora agenda qualitativa para o incremento dos contatos entre os dois países.

Há, seguramente, bons motivos para acreditar que as relações bilaterais muito prosperarão nos próximos anos. No plano da política mundial, a retomada em escala ampliada do processo de abrandamento das tensões parece estimular uma tendência geral favorável ao fortalecimento dos laços de cooperação Brasil-URSS. É particularmente muito significativo e inovador, nesse contexto, que a mencionada Declaração Sarney-Gorbatchov haja assinalado que os dois países aspiram a que suas relações sirvam de exemplo de cooperação equilibrada entre Estados com diferentes sis-

temas sociopolíticos. Existe, pois, um quadro global e uma disposição brasileiro-soviética positivos, coincidência que não deixará de ser aproveitada.

Registre-se, em outro plano, a percepção comum de que o desenvolvimento das relações bilaterais se apóia realistamente nas vastas dimensões e potencialidades dos dois países. Acredito que ambos deverão assumir, nos próximos anos, papéis de crescente relevo no encaminhamento das questões globais, de interesse para toda a humanidade. Ademais, numa fase em que melhoram radicalmente as relações Leste-Oeste, mas em que persistem ou se agravam os impasses Norte-Sul, Brasília e Moscou, assim como outras capitais, certamente se sentirão estimuladas a trilhar novos caminhos diplomáticos. Se as potências centrais dos mundos capitalista e socialista, que se opõem, de maneira, ao que se dizia, decisiva, souberam modernizar seu relacionamento, seguramente será factível ativar outros eixos da vida internacional.

Com essa idéia, aliás, o presidente Sarney sugeriu, em Moscou, que se fizesse especial esforço para tornar mais criativo o relacionamento entre os países do Leste e do Sul. Essa dimensão, até hoje praticamente inexplorada na política (e na economia) internacional, ressalta à medida que a URSS confirma a revitalização de seu interesse pela cooperação internacional.

Não só a URSS tem, hoje, papel importante na pauta diplomática brasileira, mas também os meios políticos soviéticos têm atribuído ao Brasil posição de maior relevo, como atestam os discursos do presidente Gorbatchov, nas Nações Unidas, em dezembro de 1988, e em sua recente visita a Havana. Por contar com experiência válida e por estar entre os 'gigantes industriais' que vão surgindo na América Latina, o Brasil parece ser avaliado em Moscou como um país que deve ser, internacionalmente, ouvido e com o qual se deve cooperar de forma mais intensa. Todas as indicações são no sentido de que os dirigentes soviéticos reconhecem e acompanham com interesse o processo de democratização e modernização do Brasil e da América Latina, como um todo. Além disso, têm expressado a convicção de que países como o Brasil têm responsabilidades importantes a desempenhar no processo internacional atual e futuro.

Interessa, portanto, a ambas as partes a expansão das conversações e consultas políticas que vêm realizando. Temas candentes, como o tratamento multilateral da dívida externa dos países em desenvolvimento, questão sobre a qual Brasília e Moscou têm freqüentemente se pronunciado, poderiam, penso, ser, no momento oportuno, incorporados à pauta dessas conversações. Além disso, como demonstra a experiência dos dois últimos anos, as visitas de altas autoridades dos dois países, que se têm visivelmente intensificado,³ tendem a transformar-se em pontos focais para a identificação de novas oportunidades de progresso nas relações. Justifica-se, pois, a expectativa generalizada de que, quando puder concretizar-se a projetada visita do presidente Gorbachov ao Brasil, o ciclo de aproximação bilateral venha a receber novo e fundamental impulso.

Ronaldo Mota Sardenberg, Embaixador do Brasil em Moscou de 1985 até 1989.

Notas

1. Firmaram, nessa ocasião, os ministros Abreu Sodré e Chevardnadze importantes instrumentos, inclusive o acordo sobre a cooperação cultural, que há muitos anos vinha sendo objeto de atenção e do qual se espera permita desenvolver, de forma regular e equilibrada, o intercâmbio, nesse campo.
2. O próprio presidente Sarney, além de receber, com freqüência, visitantes soviéticos, tem trocado mensagens sobre temas substantivos de política com o presidente Gorbachov.
3. Em 1989, visitaram o Brasil o marechal-doutor Alexandr Efimov, chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, o presidente da Academia de Ciências da URSS, acadêmico Guri Martchuk, e o senhor Vitali Vorotnikov, na chefia de uma delegação do Soviète Supremo da URSS, além de delegações específicas, nas áreas da informática e das atividades espaciais para fins pacíficos. Estiveram naquele país, por outro lado, o ministro do Interior João Alves Filho, os governadores do estado do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, e de São Paulo, Orestes Quêrcia, o senador Fernando Henrique Cardoso e os deputados Nelson Jobim e Maurício Fruet.

Abstract

Brasília and Moscow: Capitals Growing Closer Together

In this testimonial, the Brazilian Ambassador to Moscow lends a personal touch to a consideration of the evolution of Brazilian/Soviet relations, making the subject easy reading whilst also providing insight into Brazilian foreign policy in the age of *perestroika*.

Resumen

Brasília y Moscú, capitales que se aproximan

El embajador brasileño en Moscú presenta la evolución de las relaciones entre el Brasil y la Unión Soviética. Le da, a este trabajo, un toque personal para hacer del tema abordado una lectura fácil y a la vez esclarecedora de la política externa brasileña en este momento de la *perestroika*.

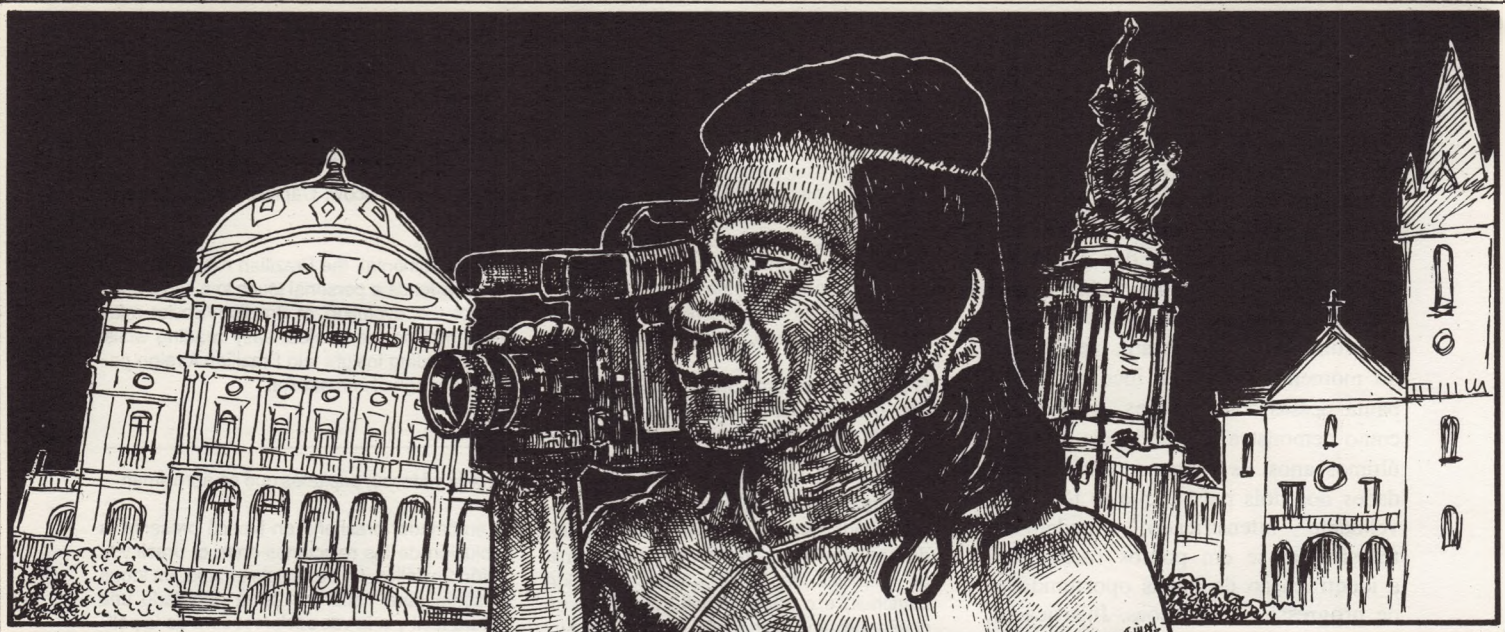


Ilustração JÔ OLIVEIRA

M·A·N·A·U·S

IMPASSES DA MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA

Brasilmar Ferreira Nunes

Na Amazônia, no Nordeste e no Brasil, em geral, o desenvolvimento do capitalismo se faz através da internacionalização da economia. Nota-se que a essência da política de incentivos sempre esteve inclinada a dinamizar um parque industrial localizado **no país** e não **do país**. Particularmente no caso da Amazônia a questão assume uma proporção maior: atrair capitais para esta região passava pela oferta de vantagens comparativas mais atrativas, além de um esforço tecnológico que iria provocar maiores vantagens ainda para os capitais externos. A Zona Franca de Manaus surge neste contexto.

A ECONOMIA DE MANAUS

O estudo ora apresentado a respeito de Manaus procura chamar a atenção sobre as características principais da atividade econômica na cidade e em sua área de influência. Interessa, portanto, detectar os elementos, reais e potenciais, indutores da dinâmica econômica da cidade, procurando, neste sentido, destacar os fatos, os atores envolvidos e suas perspectivas.

Ressalte-se que ao se falar de Manaus não se irá recuperar a origem histórica de sua economia que se confunde com a ocupação da Amazônia.¹ O auge da cidade, quando se analisam os diferentes ciclos econômicos deu-se em dois momentos distintos: a consolidação do extrativismo da borracha, na primeira metade deste século, e a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967.

O primeiro momento caracteriza-se por um processo tradicional de exploração de 'produtos exóticos' para o mercado internacional. Uma vez dominada a técnica de cultivo da planta, racionaliza-se sua cultura e o extrativismo perde sua importância econômica. De 'produto exótico' passa-se a um produto da agroindústria e as questões ligadas à tecnologia, manejo e produtividade passam a ocupar o lugar da então disponibilidade natural do produto. De principal espaço produtor da borracha, a Amazônia passa a um espaço extremamente secundário no mercado internacional do produto. Para se ter uma idéia deste processo cíclico basta dizer que em 1920 produziam-se 20 mil toneladas desta matéria-prima, que passou para 10 mil toneladas em 1930. Este processo vai significar uma regressão da economia mercantil da borracha e das atividades dela dependentes para uma economia de subsistência.²

O segundo momento tem seu início com a criação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) através da Lei nº 173, de 27/10/66. É interessante frisar que nos anos 60 a questão regional no Brasil passa a ser tratada de maneira econômica/institucional dentro de uma estratégia fiscal do governo federal.³ Neste momento toda a Amazônia legal passa a ser um espaço privilegiado de investimentos capitalistas, disputando a preferência na alocação de um excedente econômico gerado pelo conjunto da economia brasileira. A imensa disponibilidade de terras virgens faz com que o volume de investimentos que se dirige para a Amazônia seja aos poucos voltado sobretudo para as atividades agropastoris, ao contrário, por exemplo, do Nordeste brasileiro, onde a indústria urbana aparece como setor prioritário. O quadro a seguir ilustra o percentual dedicado a financiamentos de atividades econômicas pela SUDAM, permitindo visualizar esta situação:

QUADRO 1

Incentivos Fiscais Liberados Pela SUDAM. Distribuição Setorial, Percentual – 1965 – 1973

ANOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS BÁSICOS
1965		100.00	
1966	12.42	87.58	
1967	34.13	65.69	0.18
1968	37.17	46.60	16.23
1969	50.48	45.30	4.22
1970	51.41	37.24	11.35
1971	50.42	40.48	9.10
1972	55.48	35.97	8.55
1973	50.27	46.51	3.22
TOTAL	50.39	41.50	8.11

FONTE: D.I.; D.P.I.; SUDAM
IN: Amazônia: Expansão do Capitalismo
Op. cit., pag. 160

É interessante comparar os dois momentos acima destacados no que se refere à sua contextualização. A borracha aparece em um momento em que toda a economia brasileira se 'especializa' na produção agrícola para o mercado externo. São basicamente o café e a borracha, e em menor escala o cacau e o açúcar, que permitem carrear as divisas necessárias à importação de bens industriais. Estes bens importados iam sobretudo atender às necessidades dos setores exportadores (basicamente infra-estrutura de circulação) e dos consumidores urbanos então em expansão (basicamente os chamados bens-salários).⁴ É importante destacar ainda que os produtos exportáveis não se sobrepunham no espaço territorial: a borracha na Amazônia, o açúcar na Zona da Mata do Nordeste, o cacau no sul da Bahia e o café no atual Sudeste do país. Esta distribuição da produção exportável pelo território praticamente cria economias regionais sujeitas a dinâmicas próprias, decorrentes do comportamento do produto principal no mercado externo. Assim, um nível de renda e, portanto, um mercado consumidor real e potencial vai consolidando as tendências econômicas regionais do país. As coisas se passam como se existissem diferentes economias regionais, e a economia nacional sendo o somatório destas.

De fato era sobretudo ao nível da política fiscal do governo federal que as articulações inter-regionais se estabeleciam. Evidentemente, a circulação nacional do valor gerado na economia iria favorecer, sobretudo, aquelas regiões que detinham o poder político e que poderiam se autobeneficiar do processo. O Sudeste (sobretudo São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) passa, portanto, a concentrar um excedente que extravasava a própria capacidade da economia cafeeira, apresentando uma excelente capacidade de capitalização, *vis-à-vis* das demais regiões do país.⁵

Além deste aspecto, aliás bastante estudado nas teses e trabalhos econômicos da história brasileira,

cumpre ressaltar um outro que nos interessa mais particularmente. Enquanto que a agricultura implicava sempre o cultivo racional da terra e esta era, portanto, um fator de produção depositário de valor, este não era um princípio do extrativismo. Surge aí uma distinção essencial entre a economia amazonense e as demais do país. Enquanto que nestas a atividade econômica implicou o aparecimento e consolidação de classes sociais claramente determinadas economicamente, naquela, a atividade não consolidou um grupo social que se mantivesse coeso na defesa de seus interesses. A mata era uma fonte de riqueza por si; o seringueiro não era, necessariamente, um proprietário no sentido de um senhor de engenho ou proprietário de fazendas de café. Os comerciantes urbanos que vão se enriquecer durante o auge do ciclo não conseguem se estruturar enquanto grupo com poderes concretos, mesmo porque perdiam a sua base essencial de sustentação, uma vez que não se envolviam diretamente com a geração do valor, ou melhor, com a produção propriamente dita.

Uma vez arrefecida a demanda internacional do produto, toda a estrutura econômica interna de produção se desarticula, com claros indícios de uma economia de subsistência com base na infinita disponibilidade de bens naturais que a mata oferecia. A economia urbana se desaquece em um ritmo lento e moroso de reprodução, sem uma base econômica capaz de dinamizar e se ampliar. A população da Amazônia, que cresceu a taxas elevadas durante o ciclo da borracha, passa a apresentar taxas quase vegetativas de evolução, num claro indicio da decadência econômica. É este fenômeno, que as demais economias regionais não apresentam, que vai especificar a dinâmica econômica da Amazônia. Décadas de marginalização nas prioridades econômicas nacionais só vão ser superadas nos anos 60 com a necessidade e as exigências de consolidação de um capitalismo urbano/industrial. Neste momento o território nacional passa a ser tratado dentro de uma perspectiva homogeneizante onde as situações singulares, específicas, são transformadas segundo uma lógica única de acumulação. A SUDAM surge neste contexto.

O país estava vivendo situações particulares sob diversos pontos de vista. Já se fez referência ao papel que a política regional vai desempenhar na estratégia de garantir uma ampliação da capacidade de acumulação por parte da indústria. Resta lembrar, sob este aspecto, que estavam em voga as teses 'cepalinas' sobre as economias latino-americanas onde, na essência, a indústria aparecia como a atividade principal para uma estratégia de desenvolvimento. Para um país de dimensões continentais como o Brasil, aliadas às disparidades regionais nos níveis de desenvolvimento interno, estas estratégias, então preconizadas

pela CEPAL, serviam como uma luva.⁶

Simultaneamente, a construção de Brasília abria uma extensa região praticamente desocupada e até então economicamente secundária para se integrar naquele processo nacional. O Centro-Oeste e a própria Amazônia (pelo menos em seus limites mais acessíveis) se integram à dinâmica capitalista: a geopolítica se une à estratégia desenvolvimentista abrindo espaços e recriando as territorialidades no país.

Com esta sequência de fenômenos, a infra-estrutura de transportes começa a canalizar excedentes, facilitando uma integração e consolidando uma economia nacional sob comando do pólo hegemônico de São Paulo. De um somatório de economias regionais o país passa a uma economia única sob a lógica maior do capital urbano/industrial. Todos os movimentos que irão ocorrer na economia e na sociedade estarão inseridos nesta lógica: generalização do trabalho assalariado, presença maciça do Estado na economia, entrada forte da empresa multinacional. Do ponto de vista espacial as migrações internas aparecem como fenômeno de peso sob um processo acelerado de urbanização que se generaliza para o território nacional no seu conjunto.

QUADRO 2

População Total, Urbana e Rural Estado do Amazonas e Manaus 1940 a 1980

ANO	ESTADO DO AMAZONAS			MANAUS		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
1940	438.008	104.789	333.219	106.399	—	—
1950	514.099	137.736	376.363	139.620	—	—
1960	708.459	232.917	475.542	173.703	152.432	21.271
1970	955.235	405.831	549.404	311.622	283.685	27.937
1980	1.432.090	871.398	560.692	633.383	611.763	21.624

FONTE: F. IBGE — Anuário Estatístico
CODEMA — Projeção da População do Estado e de Manaus.

Na evolução da população do estado do Amazonas entre 1940 e 1980, apresentada no quadro 2 destaca-se o crescimento absoluto da população urbana do estado. Enquanto a população total cresceu, aproximadamente, quatro vezes no período, a urbana aumenta oito vezes: de cerca de 438 000 pessoas no total em 1940, atinge-se 1 400 000 em 1980; das 104 000 residentes na área urbana em 1940, passa-se para 870 000 em 1980. Manaus praticamente concentra toda a população urbana do estado: 633 000 em 1980. Para um estado extremamente amplo em termos territoriais, isto vai implicar um esvaziamento populacional que deve significar esvaziamento econômico do seu *hinterland*.

As tendências observadas a partir de 1940 e projetadas até 1990 conduzem a um acirramento desta

primazia de Manaus: neste horizonte Manaus concentrará aproximadamente 80% da população urbana do estado; a rural deverá apenas beirar os 20% do total (vide figura 1); como consequência mais palpável desta situação coloca-se a possibilidade de encampamento de bens alimentares para atender às demandas urbanas. Este fenômeno já é palpável em Manaus de hoje. A cidade se especializou na exportação de bens industriais e na importação de bens alimentícios numa bizarra recriação da tradicional relação centro-periferia entre países industriais e agrícolas. O fenômeno é tão mais complexo se se levar em conta que a terra é, exatamente, o fator de produção abundante na despovoada Amazônia.

Se situarmos a SUDAM neste contexto, a estratégia de ocupação recente da Amazônia começa a delinear uma lógica mais palpável. A Amazônia sempre surgiu no imaginário brasileiro como uma área despovoada, desconhecida e inacessível, apesar de não se ter muito claro o que isto poderia significar. A defesa do território amazônico era quase que a segurança de uma reserva possível de expansão. Do ponto de vista da opinião pública internacional, o isolamento em que se encontrava a região, aliado à crescente conscientização sobre sua importância enquanto reserva ecológica da humanidade, levava à formulação de propostas internacionalizantes. Na medida de sua importância e na consciência da incapacidade brasileira de ocupá-la, a Amazônia se transforma em alvo de cobiça generalizada: terra de ninguém, terra de todos.

É importante que se retome aqui a reflexão apresentada anteriormente onde expusemos o fenômeno do extrativismo e sua incapacidade em produzir interesses consolidados e grupos sociais mais estáveis: se este fenômeno foi verdadeiro e produziu uma sociedade original, é verdade também que nos anos 60 a dinâmica regional começa a interessar grupos urbanos na própria Amazônia. Basicamente, Belém e Manaus começam a ser palco de clamores regionalistas característicos de uma 'consciência regional' em fase de consolidação. Intelectuais, profissionais liberais, políticos, cada segmento social começa a expressar posturas diante do fenômeno amazônico e a sua ocupação mais recente.

Se de um lado esta tomada de consciência vai ser uma das consequências naturais do processo tal qual ele vinha se dando, de outro, ele é o sintoma de uma sutileza específica deste processo: a ocupação da Amazônia pós-SUDAM significou a internacionalização de sua economia. Vista com o recuo do tempo, a estratégia militar de garantia do espaço nacional implicou entregar sua economia aos interesses internacionais. Esta aparente ambigüidade (entregar para garantir) guarda sua lógica. Se não vejamos:

– A internacionalização da economia brasileira era um fenômeno que já vinha rapidamente se processando. A estrutura produtiva mais moderna que se instala no Centro-Sul, ainda nos anos 50, estava, em grande parte, articulada a grupos extranacionais. Neste sentido a industrialização de regiões como a Amazônia e o Nordeste não poderia se justificar com base em argumentos nacionalistas. O caso do Nordeste com a SUDENE é ilustrativo. A primeira legislação que se adotou para regular o acesso aos incentivos fiscais era bastante rígida na sua destinação exclusiva para grupos nacionais. Evidentemente que estas normas duraram pouco, pois a essência da política de incentivos era no sentido de dinamizar um parque industrial localizado *no país* e não *do país*. Em momento de entrada maciça de capitais externos nos setores-chave da indústria não fazia muito sentido recriar 'regiões nacionais' para a produção interna. Em síntese, internacionalizar a produção era condição inerente ao processo de expansão do capitalismo no Brasil.

– Particularmente no caso da Amazônia a questão assume uma proporção maior, tendo em vista o vazio demográfico e o esforço que significava ocupar uma área desconhecida. Atrair capitais para esta região passava pela oferta de vantagens comparativas mais atrativas, além de um esforço tecnológico que iria provocar maiores vantagens ainda para os capitais externos. A Zona Franca de Manaus surge neste contexto.

Criada em 28 de fevereiro de 1967, através do Decreto-Lei nº 288, a Zona Franca de Manaus pode ser encarada como uma estratégia de desenvolvimento sub-regional, dentro de uma política maior de ocupação econômica da Amazônia tal qual exposta nas páginas anteriores. De um lado, ela tem uma abrangência espacial bastante ampla, cobrindo as áreas que vão até Rondônia, no sudoeste da Amazônia legal, e Roraima, no noroeste. De outro, ela é formulada de tal forma que beneficia, basicamente, investimentos industriais urbanos. Concebeu-se uma estratégia que visava criar uma "área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar, no interior da Amazônia, um centro industrial, comercial e agropecuário, dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento em face de fatores locais e da grande distância em que se encontram os centros consumidores de seus produtos", no bojo de um conjunto de medidas destinadas a promover a ocupação e integração da Amazônia.

Um aspecto relativamente original para o conjunto de incentivos oferecidos é o fato de que estes privile-

giam, sobretudo, a etapa de comercialização da produção. Isto faz com que aqueles segmentos industriais mais produtivos tenham mais condições de enfrentar as limitações de uma localização tão desfavorável. Talvez esteja aí uma das explicações para o fato de que setores completamente independentes de fatores locacionais que a Amazônia possa oferecer são, pouco a pouco, consolidados como os principais na Zona Franca. Estamos nos referindo aqui, por exemplo, à eletrônica, ao setor de 'duas rodas', ao relojoeiro, etc., que podem ser compreendidos num parque industrial diversificado como o japonês, europeu ou mesmo paulista, mas jamais em uma cidade com uma indústria incipiente, uma população despreparada para atender às demandas de força de trabalho de tais setores, um mercado local completamente inexpressivo e uma distância continental dos centros produtores de tecnologia ou do mercado dos bens finais. No entanto, são exatamente estes os setores que vão conduzir o processo industrial em Manaus. A zona de livre comércio passa a se restringir fundamentalmente a Manaus, e a cidade, juntamente com Belém, passa a ser responsável pela polarização quase que absoluta da estrutura urbana na região, caracterizando um esvaziamento do *hinterland* amazonense já bastante rarefeito em termos populacionais e econômicos.

Entre 1970 e 1985 a estrutura industrial de Manaus se transforma radicalmente, e a atividade urbana da economia do estado passa a se restringir quase que exclusivamente à capital e sua zona franca.

QUADRO 3

Estabelecimento, Pessoal Ocupado e VTI Indústria
no Estado do Amazonas e Manaus 1980

SETORES	Nº ESTABELECIM.		PESSOAL OCUPADO		VTI VALOR (Cz\$)
	QUANT.	%	TOTAL	%	
Minerais não metálicos	41	6,8	1374	2,9	600.018
Metalurgia	76	12,7	2445	5,1	2.281.36
Mat. Elétrico e Comunicação	43	7,2	18230	38,4	32.150.808
Mat. Transporte	24	4,0	4467	9,4	5.369.542
Madeira e mobiliário	113	18,9	5305	11,2	2.593.026
Prod. mat. Plástica	13	2,2	1260	2,6	726.911
Têxtil	23	3,8	3347	7,0	3.797.679
Vestuário,					
Calçados tecidos	19	3,1	-	-	-
Produtos Alimentares	98	16,4	2214	4,6	1.415.675
Edil. e Grafia	33	5,5	871	1,8	236.994
Química	13	2,1	431	0,9	2.413.245
Manaus (A)	596	-	47404	-	59.129.745
Amazonas (B)	998	-	51536	-	61.027.326
(A)/(B)	-	60%	-	92%	97%

FONTE: F. IBGE - Censo Industrial - 1980.

Conforme pode-se observar no quadro 3 a indústria amazonense está praticamente toda em Manaus. Os 596 estabelecimentos aí existentes (pelo censo de 1980) correspondiam a 60% dos existentes no estado; estas unidades produtivas empregavam 92% do pessoal ocupado na indústria do estado e 97% do valor da transformação industrial (VTI). Considerando estes dados pode-se deduzir que as empresas localizadas fora de Manaus (40% do total) são praticamente constituídas por pequenos estabelecimentos sem maior expressão econômica.

O quadro permite ainda algumas considerações:

. as indústrias dos setores 'madeira e mobiliário', 'produtos alimentares' e 'metalúrgico' são responsáveis por 47% dos estabelecimentos industriais (18%, 16% e 13%, respectivamente);

. esta predominância não se repete quando consideramos o pessoal ocupado. De fato, 'material elétrico e de comunicações' emprega 38% do total dos operários; em seguida, aparece o setor 'madeira e mobiliário' (11%) e o 'têxtil' (7%) e o de 'material de transporte' (9%). Estes três setores se responsabilizam por 65% dos trabalhadores industriais;

. os quatro setores mais importantes na oferta de emprego industrial são também aqueles que mais agregam no valor da transformação industrial do estado. Entretanto, cabe ainda destacar o 'metalúrgico' e o de 'produtos alimentares' com participação também importante no total do VTI.

O fenômeno industrial no estado é tão acelerado e original que o Amazonas passa a ser praticamente o único estado brasileiro onde o setor terciário (englobando setor formal e 'informal') participa em menores proporções que o industrial nas suas grandes cidades. É também interessante observar que o padrão de industrialização instalado implicou a formação de um mercado de trabalho urbano original, significando a passagem de um estágio pré-industrial para um quase pós-industrial no período de uma década. Esta assertiva pode ser comprovada se nos detivermos nos principais produtos fabricados na Zona Franca de Manaus nestes últimos anos. São todos produtos ligados ao consumo de sociedades urbano-industriais, em princípio, com elevado nível de renda.

No subsetor 'serviços' do terciário a concentração em Manaus é praticamente absoluta: 90% da receita neste subsetor são gerados na capital, conforme quadro 5.

QUADRO 4

PRINCIPAIS PRODUTOS FABRICADOS
NA ZONA FRANCA DE MANAUS

QUANTIDADES EM UNID.

PRODUTOS	PERÍODOS		
	1985	1986	1987 (*)
ELETROELETRÔNICOS			
TV em cores	1.484.810	2.153.000	1.165.900
TV preto e branco	551.350	691.200	407.200
Videocassete	65.071	161.300	117.400
Video Game	656.505	665.900	252.300
Rádio portátil	1.411.450	1.609.957	779.100
Rádio relógio	442.985	546.400	395.400
Aparelho de som 3 em 1	322.461	375.800	308.000
Auto-rádio c/s toca fitas	567.152	846.600	462.100
Rádio gravador	766.065	1.109.518	638.900
Receiver	153.189	256.000	125.200
Tape Deck	145.966	202.396	105.300
Amplificador	33.054	33.800	30.500
Toca-discos	199.114	211.100	98.300
Gravador Portátil	221.195	130.200	61.500
Calculadora Portátil	1.310.318	1.809.300	1.089.700
Calculadora de mesa	489.768	536.700	298.800
Caixa registradora	12.684	36.600	10.000
OUTROS			
Telefone	374.152	409.300	423.000
Forno de microondas	27.370	70.300	49.000
Motocicleta e motoneta	106.900	153.300	96.600
Ciclomotor	28.800	35.200	18.500
Bicicleta	700.000	89.700	48.300
Isqueiro	83.017.350	74.567.300	49.178.700
Caneta	190.169.040	193.327.200	136.538.300
Lâmina e cartucho	254.324.952	289.104.000	387.785.500
Microcomputador	40.200	32.900	13.900
Máquina de escrever	14.387	31.500	17.000
Fitas de videocassete	2.766.182	5.873.000	3.838.700
Fita de videocassete	448.828	1.250.800	1.588.200
Relógio de pulso e bolso	8.235.000	7.779.000	3.161.300
Óculos	294.564	456.400	290.200
Lente	2.946.576	4.386.850	3.477.400

(*) PRODUÇÃO DE JANEIRO A JULHO

FONTE: SUFRAMA - Elaboração: SUFRAMA/SAP/NBP

QUADRO 5

ESTABELECIMENTOS, PESSOAL OCUPADO E VALOR DAS NOS "SERVIÇOS"
MANAUS - 1980

CLASSE E GÊNERO DE SERVIÇOS	ESTABELEC. PES.OCUPADO				RECEITA		
	Quant.	%	Quant.	%	Total (Cz\$1000)	%	Manaus AM
1. Alojamento e manutenção	804	35,9	4537	28,7	2338	25,7	77,5
2. Reparação, confec. sob medida	721	32,2	2255	14,3	860	9,4	82,0
3. Serv. pessoais higiene pessoal	288	12,8	656	4,1	182	2,0	83,1
4. Radiolusão, televisão, e divers.	22	1,0	504	3,2	401	4,4	86,3
5. Serviços aux. diversos	376	16,5	7591	48,0	4719	51,9	98,6
6. Compra, venda, Inc. bens imov.	30	1,3	297	1,7	591	6,5	99,8
Total	2241	100,0	15820	100,0	9086	100,0	89,8

FONTE: FIBGE - CENSO COMERCIAL E DE SERVIÇOS

O 'comércio' em Manaus apresentou um acréscimo de 87% no número de estabelecimentos recenseados entre 1975 e 1980. O crescimento destes estabelecimentos correspondeu a acréscimos da ordem de 61% do pessoal ocupado no setor. Estes acréscimos foram observados para o conjunto do 'comércio' com uma ligeira concentração no comércio 'varejista' em relação ao 'atacadista'. A discriminação dos setores do comércio varejista demonstra a especialização do Amazonas de fato, Manaus na comercialização de produtos industriais tais como: máquinas, aparelhos elétricos, produtos farmacêuticos, odontológicos e medicinais. De fato, Manaus além de ter-se transformado em pólo industrial de peso, consolidou-se também como o pólo comercial da Região Norte do país.

Qual foi, de fato, o esforço para que este fenômeno de modernização econômica e sua concentração espacial ocorressem? Para melhor explicitá-lo poderiam ser considerados dois agentes que formam o tripé responsável pela modernização da economia brasileira: o estado e as multinacionais. Já se tratou do assunto em rápidas pinceladas acima, mas é talvez necessário descer um pouco mais nos detalhes para podermos compreender o fenômeno. Do ponto de vista do estado, é essencial sua atuação para a concretização da ocupação amazônica. Seja na oferta da infraestrutura necessária (transportes, comunicações, equipamentos coletivos sociais e industriais, etc.), seja na implantação de uma política econômica e fiscal que atraísse investimentos. Considerando a estrutura da rede urbana na Amazônia dá-se conta de que apenas Manaus, Belém e, em menor escala, Santarém são núcleos com certo grau de 'economias de aglomeração'; o restante da rede urbana regional é composto por cidades pequenas sem maiores condições de disputarem localizações com estes centros.

A opção por Manaus passa a ser também uma questão política onde aspectos ligados à estratégia geopolítica do governo federal aliados a pressões de grupos sociais devem ter induzido a localização da Zona Franca.⁷ Simultaneamente, a situação geográfica de Manaus pode também ser considerada dentro de uma perspectiva de abranger o mercado dos países vizinhos: Venezuela, Peru, Colômbia, Guianas, etc. Entretanto, essa assertiva deve ser encarada com restrições, pelo menos até o momento. Se por um lado a Zona Franca constitui-se na política de desenvolvimento regional de grande êxito no que se refere à desconcentração espacial,⁸ sua principal deficiência ainda se encontra na baixa capacidade de penetração no mercado internacional através do aumento de suas exportações. Esta constatação é, aliás, percebida por grupos locais e mesmo pela administração federal aí instalada que insistem na criação de mecanismos especiais de exportação. Observa-se aqui um ponto ne-

vrágico na relação da estratégia da Zona Franca com os interesses dos industriais das demais regiões. A proposta de criação das zonas de processamento de exportações (ZPE) aparece assim como uma alternativa consistente. De qualquer forma; o mercado latino-americano vizinho ainda é, por várias razões, extremamente secundário na absorção da produção industrial de Manaus. A inexistência de uma tradição de comércio internacionais na região amazônica é talvez uma das limitações de maior peso. Aliado a isso, ou melhor, em decorrência deste fato cabe lembrar a inexistência de infra-estrutura de transportes entre os países vizinhos. Embora não se disponha de dados concretos, um fator que pode ainda ser limitativo desta situação é a própria estrutura de renda para consumo industrial em países tais como Colômbia, Peru, etc., que não seriam mercados atrativos, pelo menos a curto prazo. Mesmo porque a produção de Manaus é quase que integralmente consumida no mercado nacional.

Dados mais recentes, apresentados no documento acima citado, demonstram que as compras nacionais assumem uma significativa preponderância seja na oferta de insumos industriais seja para a colocação dos produtos finais. Para os primeiros é significativo lembrar que a compra dos insumos no mercado nacional é de duas a três vezes maior que o valor das compras externas. Esta informação é extremamente importante: ela vai comprovar que o parque fabril de Manaus é intimamente articulado à indústria nacional, o que significa maior integração dos processos produtivos à economia nacional no seu conjunto.

Se considerarmos, por exemplo, os dados sobre 'índices médios de nacionalização' dos produtos na Zona Franca é possível deduzir uma estreita vinculação com o parque industrial brasileiro, sobretudo do Centro-Sul. Com exceção das 'calculadoras eletrônicas' e de 'fotocopiadoras', que apresentam baixos níveis relativos de nacionalização, todos os demais produtos apresentam elevadas taxas de componentes nacionais. Destacam-se, sobretudo: 'TV em cores', 'TV preto e branco', 'motocicleta 125 c. c.', 'rádio portátil' e 'barbeador', com níveis próximos a 100%.

Claro que esta interligação da indústria de Manaus à do país não significa relações estabilizadas de intercâmbio. Ao contrário, os grupos dirigentes locais, e mesmo parte da burocracia aí instalada, cientes do significado desta dependência vão encontrar nessa contradição os elementos para as próprias alternativas de maior autonomia.

Nesse sentido, é premissa básica dos órgãos regionais de desenvolvimento incentivar o incremento do parque local produtor de insumos, visando favorecer as indústrias produtoras de bens finais implantadas, aumentar o valor agregado regional e, conseqüente-

QUADRO 6

ÍNDICES MÉDIOS DE NACIONALIZAÇÃO - ZFM - 1987

PRODUTOS	%
TV EM CORES	93
TV PRETO E BRANCO	98
MOTOCICLETA 125 CC	94
MOTOCICLETA 450 CC	63
VIDEOCASSETTE	52
FORNO DE MICROONDAS	78
APARELHOS DE SOM 3 EM 1	85
RÁDIO PORTÁTIL	93
RELÓGIO DE PULSO	57
BARBEADOR	92
MÁQUINA DE ESCRIVER ELETRÔNICA	72
FOTOCOPIADORA	35
CALCULADORA ELETRÔNICA	27

FONTE: SUFRAMA

ELABORAÇÃO: SUFRAMA/SAP/NBP.

QUADRO 7

QUOTAS DE IMPORTAÇÃO
ZFM - 1976/1986

ANOS	QUOTAS A PREÇOS CORRENTES		QUOTAS A PREÇOS CONSTANTES DE 1976	
	Valores Nominais	Variação Percentual	Valores Reais	Variação Percentual
	Em US\$1.000.000	Em Relação a 1976	Em US\$1.000.000	Em Relação a 1976
1976	300,0	-	300,0	-
1977	350,0	16,7	328,6	9,5
1978	385,0	28,3	335,9	12,1
1979	443,0	47,7	347,4	17,8
1980	445,0	48,3	307,5	2,5
1981	445,0	48,3	278,5	(7,2)
1982	500,0	66,7	294,4	(1,9)
1983	400,0	33,3	228,2	(23,9)
1984	440,0	46,7	241,3	(19,6)
1985	384,0	28,0	203,4	(32,2)
1986	550,0	83,3	285,6	(4,8)
TOTAL	a=4.642,0	-	b=3.150,8	-

a-b = US\$ 1.491.200.000,00

FONTE: SUFRAMA

ELABORAÇÃO: SUFRAMA/SAP/NBP

mente, fortalecer as variáveis emprego, investimento e renda interna. Se observarmos o volume financeiro das importações pode-se concluir a existência de uma margem razoável de manobra no sentido de internalizar ainda mais o processo industrial na região. O quadro 8 permite visualizar esta situação; em preços constantes, o valor das importações da Zona Franca, em 1986, já era inferior àquele observado em 1976; mesmo assim, ainda é um montante razoável (US\$ 285 milhões, em 1986, contra os US\$ 300 milhões, em 1976).

Com base na série de argumentos acima levantados é talvez interessante agregar ainda alguns dados sobre os efeitos da Zona Franca, 20 anos depois de deflagrada esta estratégia de desenvolvimento:⁹

– a população de Manaus, ponto de convergência de toda a economia da região, nos fins de 1960 era de cerca de 300 mil habitantes; hoje aproxima-se de um milhão;

– o distrito industrial, administrado pela SUFRAMA, tem hoje cerca de 3 bilhões de dólares em investimentos, distribuídos entre trinta setores: eletroeletrônico, bebidas, metalúrgico, mecânico, material de transporte, madeireiro, papel e papelão, etc. O maior volume de investimentos foi feito no setor eletroeletrônico, considerado o maior da América Latina, com 46 empresas já instaladas e um total de 313 milhões de dólares já aplicados. Esse setor oferece, atualmente, cerca de 18 mil empregos diretos, e a previsão é de que se atinjam 25 mil com os projetos em carteira já aprovados.

As considerações sobre o mercado da produção industrial envolvem, levando-se em conta o volume dos investimentos e a relativa pequena escala do mercado regional, as exportações. Conforme havíamos explicitado, estas se dirigem sobretudo para o mercado nacional.

QUADRO 8

ZFM: Valor das Vendas das Empresas Incentivadas 1985/1987 (1º Semestre)

DESTINO DAS VENDAS	EMP. BENS FINAIS		EMP. BENS INTERMED.	
	1985	1987	1985	1987
Estado do Amazonas	3,0	3,0	82,0	83,0
Norte, Nordeste,				
Centro-Oeste (1)	9,0	6,0	1,0	1,0
Sul, Sudeste	88,0	91,0	17,0	16,0

Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

IN: ZPES – PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO, OP. CIT. PÁG. 10

(1) = EXCLUI O ESTADO DO AMAZONAS.

É interessante observar que a atividade exportadora não era prevista na legislação que gerou o modelo da Zona Franca e somente começou a ser praticada a partir do início desta década, após a criação do PROEX. Tratava-se de um programa de apoio às exportações implantado pela SUFRAMA em fins de 1979. O sucesso do programa é inquestionável. Entretanto, não se pode medi-lo apenas pelos volumes quantificados nas exportações. Isto porque, nesta quantificação, apenas parte dos produtos é contabilizada na pauta de exportações de Manaus; uma grande maioria de componentes embutidos em bens finais sai

através de outros portões de exportação, como o de Santos, em São Paulo. É o que se conhece nos meios locais como 'desvio de mercado'.¹⁰

As exportações da ZFM serão viabilizadas somente através de uma política estratégica especial para tal fim. Isto é verdadeiro sobretudo se se levar em conta dois fatores adversos:

– a distância de Manaus em relação aos centros consumidores (a cidade está a mais de quatro mil quilômetros de São Paulo, por exemplo) o que encarece o frete de transporte;

– o isolamento da capital em relação aos centros abastecedores de matéria-prima e componentes.

Os grupos envolvidos com os interesses da exportação parecem concordar com o fato de que o segundo ponto acima explicitado é o mais importante. A questão de fundo é a de aumentar a competitividade da Zona Franca frente aos outros centros produtores no país ou no mundo. É neste sentido que o plano diretor elaborado pela SUFRAMA, e mesmo o documento sobre a '*Zona de Processamentos de Exportações em Manaus*'¹¹, chama a atenção para a necessidade de verticalização dos processos industriais – entendida, por exemplo, como maior aproveitamento das matérias-primas locais – e a fabricação dos componentes na própria Zona Franca. Em 1986, o valor das exportações somava cerca de 60 milhões de dólares, dois por cento apenas do faturamento da Zona Franca no exercício anterior, quando a receita somou aproximadamente três bilhões de dólares e pouco menos de dez por cento da cota de importações consumida pelo comércio (110 milhões) e pela indústria (500 milhões), que foi de 610 milhões de dólares.

Apesar dos elementos acima deve-se insistir no fato de que a exportação ainda é uma atividade inexpressiva. Os dados de 1984, por exemplo, nos indicam que 'neste ano' dos US\$ 61 milhões exportados, cerca de US\$ 30 milhões foram obtidos com produtos industrializados, o que representou menos de 1,5% do faturamento das 240 empresas industriais operando na região. A grande maioria dos produtos industrializados exportados se dirige aos mercados da América Latina e alguns poucos do chamado Terceiro Mundo. Argentina, México, Venezuela, Chile e Colômbia constituem os mercados básicos para a colocação de produtos industriais exportados de Ma-

naus. Conforme relatório encomendado pela SUFRAMA, esta situação se deve, em parte, não só a custos de transportes menos onerosos mas, principalmente, às preferências tarifárias e cambiais no âmbito da ALADI, além das conhecidas reservas ou acordos internacionais de mercado no âmbito interno das empresas multinacionais. Essa concentração torna as exportações locais instáveis, devido às notórias dificuldades enfrentadas pelos países da América Latina em seus balanços de pagamentos.¹² As exportações de produtos de origem primária, por outro lado, são destinadas em quase sua totalidade aos mercados dos países industrializados, por serem mais competitivos e suportarem os elevados custos de transportes. Os dados indicam assim uma 'especialização' de mercados externos: industrializados, para os países periféricos, e primários, para os países industrializados. O quadro 9 é ilustrativo do mercado atual dos produtos exportados pela Zona Franca.

QUADRO 9

PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES DO ESTADO DO AMAZONAS, POR MERCADORIAS 1984

MERCADORIAS	US\$ 1000 Fob
1. Lâminas para aparelhos de barbear	6.231
. Venezuela	3.464
. México	1.025
. Argentina	014
2. Outros produtos químicos e prepar. não compr. em outra parte	6.183
. Estados Unidos	4.302
. Japão	979
. Bélgica	585
3. Castanha do Brasil	4.178
. Estados Unidos	1.438
. Reino Unido	1.147
. Alemanha Ocidental	628
4. Aparelhos de barbear	3.711
. Chile	1.966
. Panamá	528
. Peru	337
5. Parte ou peça separada p/aparelho transmissor e receptor de radiotelefonia	3.477
. Argentina	3.477
6. Cacao em amêndoas, cru	3.333
. Países Baixos	1.305
. Alemanha Ocidental	616
. Espanha	550
7. Out. madeira serrada long. com espessura inf. a 5mm	2.669
. Estados Unidos	1.869
. Alemanha Ocidental	710
. Israel	80

MERCADORIAS	US\$ 1000 Fob
8. Guaraná	2.457
. Estados Unidos	2.250
. Japão	190
. Alemanha Ocidental	15
9. Isqueiros	2.170
. Argentina	1.850
. Suíça	110
. Uruguai	93
10. Cacao em massa ou em pães	1.917
. Hungria	810
. Países Baixos	470
. Alemanha Ocidental	289
11. Madeira compensada com adição de outras matérias	1.748
. Reino Unido	952
. Estados Unidos	458
. Trinidad-Tobago	173
12. Máquina de calcular eletrônica	1.629
. Argentina	1.382
. México	245
. Japão	1
13. Óleo essencial	1.595
. Estados Unidos	1.365
. França	131
. Reino Unido	56
14. Compostos de ouro	1.491
. Alemanha Ocidental	1.491
15. Ferro ário e outras ligas pirofóricas	1.489
. Estados Unidos	781
. França	503
. México	195
16. Relógio de pulso	1.432
. Suíça	534
. Egito	471
. Estados Unidos	281
17. Tecidos de juta lisos, crus	1.428
. Argentina	1.038
. Estados Unidos	390
18. Estruturas flutuantes diversas	1.418
. Colômbia	1.418
19. Outras madeiras serradas long. comp. espessura superior a 5mm	1.131
. Estados Unidos	631
. Espanha	183
. Alemanha Ocidental	159
20. Motocicletas	1.101
. Japão	758
. Colômbia	156
. Costa Rica	45
21. Peixes vivos	621
. Estados Unidos	236
. Alemanha Ocidental	182
. Países Baixos	89

MERCADORIAS	US\$ 1000 Fob
22 Mercadorias para consumo de bordo	579
23. Aparelhos receptores de radiofusão	523
. Chile	146
. Paraguai	133
. Rep. Sul Africana	79
24. Aminoplásticos	513
. Suriname	513
25. Aparelhos mistos de gravação e reprodução de som	505
. México	406
. Argentina	47
. Rep. Sul Africana	17
26. Disco magnético para computador eletrônico	484
. Estados Unidos	150
. Argentina	123
. Chile	118
27. Mulatanga, serrada, long. em espessura inferior a 5mm	
. Estados Unidos	230
. Israel	188
. Alemanha	11
28 Artigos de adorno pessoal, de madeira	404
. Estados Unidos	279
. Austrália	113
. Alemanha	6
29. Betume e asfalto natural	396
. Peru	296
30. Outras estruturas de ferro e aço para construção	358
. Colômbia	358
31 Aparelhos telefônicos	310
. México	221
. Suriname	32
. Uruguai	30
32. Acessórios para caneta e lapiseira	303
. Guatemala	136
. Equador	93
. México	74
33. Aparelhos de reprodução de som	302
. México	148
. Reino Unido	116
. República Sul Africana	1
34. Artigos e bijuteria de ouro	286
. Suíça	286
35. Saco e sacola para embalagem	268
. Estados Unidos	268
36. Aparelho receptor de TV	261
. Paraguai	250
. Japão	11

MERCADORIA	US\$ 100 Fob
37. Lentes para óculos	247
. Reino Unido	180
. Venezuela	23
. Itália	12
38. Fitas para máquinas de escrever	236
. Argentina	110
. Singapura	126
39. Bálsamo-de-Copaiba	210
. Estados Unidos	126
. França	40
. Alemanha Ocidental	32
40. Farelos de cereais	204
. Alemanha Ocidental	188
. Guiana Francesa	16
Total geral Amazonas	61.351

FONTE: SUFRAMA

A essa discussão sobre a indústria em Manaus é necessário acrescentar o fato relativo à diversificação atualmente existente no parque industrial amazonense que, de produtor de bens de baixa tecnologia destinados ao mercado nacional, passou para o estágio de fabricação de produtos finais e intermediários de alta tecnologia, voltados ao atendimento da demanda do mercado nacional. E aqui se destaca, sobretudo, a capacidade que a indústria aí localizada tem de absorver novas tecnologias oriundas de centros inovadores de tecnologia. Na vasta gama de produtos fabricados são encontradas tecnologias recém-introduzidas no mercado mundial, como, por exemplo:

a) nos áudios: *compact disk player (laser)*, sintonia PLL (*phase locked loop*), indicadores digitais, memória de sintonização, etc;

b) nas motocicletas: ignição eletrônica, motores de alto rendimento, amortecedores com regulação eletrônica, etc;

c) nos televisores: controle remoto de raios infravermelhos, digitais com *display* de cristal líquido, som estéreo, telões com cinescópio de 37 polegadas;

d) o mesmo comportamento tecnológico é adotado na produção de videocassete, auto-rádio, lousa eletrônica, fotocopadora, informática; etc.

A verticalização do setor moderno da economia industrial do estado está propiciando as condições necessárias à consolidação do processo de industrialização advindo da Zona Franca de Manaus. "A inte-

Humanidades

gração da indústria de bens finais com o mercado de fatores disponíveis na região restringia-se, na fase inicial, basicamente à mão-de-obra e alguns serviços. Atualmente, já adquire no mercado local 23% de seus insumos com tendência a um crescimento acentuado, à proporção que órgãos governamentais induzem à regionalização de bens intermediários e a indústria aumenta a sua produção de bens finais. Considerando apenas as compras nacionais, as regionais significaram, em 1985, 33% do total adquirido, demonstrando a crescente expressividade do valor agregado regional.” 13

Mesmo levando em conta este conjunto de informações relativas à indústria moderna instalada em Manaus, é também importante salientar a indústria tradicional: esta tem sido impulsionada, principalmente, pela economia de aglomeração gerada pelo dinamismo da indústria moderna, pois tem na cidade de Manaus seu principal – quase sempre único – mercado consumidor. Em 1977 possuía 444 empresas instaladas em Manaus e, em 1985, esse número aumentou para 646.

De qualquer maneira, o faturamento industrial por subsetor em Manaus evidencia a predominância absoluta do setor eletroeletrônico; este foi responsável por 55% das vendas faturadas em 1986 e, até agosto de 1987, já atingia 60%. Em seguida, na ordem de importância aparecia o setor químico (9% e 10%, respectivamente, para 1986 e 1987), o setor ‘veículos de duas rodas’ (5% e 8%) e o relojoeiro (5% e 4%, para o mesmo período). Estas informações apenas confirmam assertivas já ressaltadas anteriormente no sentido de caracterizar Manaus como área industrial de ponta.

QUADRO 10

FATURAMENTO INDUSTRIAL POR SUBSETOR
ZONA FRANCA DE MANAUS

Valores em US\$ milhões

SUBSETOR	1986		1987 (*)		Nº DE EMPRESAS
	VALOR	%	VALOR	%	
ELETROELETRÔN.	2378,4	55,3	1478,3	59,6	65
RELOJOEIRO	231,6	5,4	90,9	3,7	13
ÓTICO	38,3	0,9	24,1	1,0	6
VEÍC. 2 RODAS	225,6	5,2	191,2	7,7	5
TERMOPLÁSTICO	79,3	1,8	51,7	2,1	10
BEBIDAS	38,9	0,9	23,5	0,9	5
METALÚRGICO	75,1	1,7	61,1	2,5	15
MECÂNICA	70,6	1,6	53,1	2,1	13
MADEIREIRO	37,7	0,9	26,1	1,1	19
QUÍMICO	397,9	9,3	245,0	9,9	7
TÊXTIL	95,2	2,2	62,5	2,5	5
CUTEL. ESCRITA	100,9	2,3	72,3	2,7	5
DIVERSOS	530,5	12,3	99,6	4,0	46
TOTAL	4.300,0	100,0	2479,5	100,0	—

FONTE: SUFRAMA (SAD/NDP)

(*) Dados referentes ao faturamento de 214 empresas, que correspondem a 95% do faturamento total do setor, de janeiro a agosto.

Um outro indicador do dinamismo industrial na área é a perda de importância relativa do setor terciário na economia do estado. De acordo com o estudo já citado sobre a ZPE de Manaus, os dados referentes ao comportamento da arrecadação do ICM no período 1972-1986 demonstram:

– redução da participação do setor comercial, de 87,2% para 46,2% no total arrecadado;

– aumento de 275% na arrecadação decorrente do setor comercial, enquanto a oriunda da atividade industrial cresceu 2 729%.

O setor comercial tem grande relevância na geração de emprego, pois, considerando apenas as 3 671 empresas cadastradas na SUFRAMA – importadoras de mercadorias estrangeiras e nacionais – geram, aproximadamente, 51 000 postos de trabalho.

A Zona Franca que pode ser considerada um modelo ‘para fora’ da região amazônica encontra validade na sua estruturação, embora não anule as questões ligadas à integração econômica do estado do Amazonas. É necessário, do ponto de vista da perspectiva de evolução econômica para as próximas décadas, garantir ao estado e à região um padrão de crescimento que venha a significar a generalização da dinâmica de Manaus ao conjunto. Em outras palavras, um crescimento auto-sustentado de Manaus pressupõe a interiorização do processo de forma que a cidade possa capitalizar os ganhos advindos do desenvolvimento de sua área de influência. De fato, Manaus sendo o pólo urbano/industrial na região garante a canalização de parcela ponderável do excedente econômico do Amazonas para sua economia. A figura 2 evidencia as polarizações de Manaus, considerando apenas os municípios do estado. Cabe salientar que as ligações com Roraima, Acre e Rondônia são também, positivamente, canalizadas para Manaus.

Assim sendo, ponderável parcela de potencial de crescimento econômico previsto para a região é explicitado no documento *Cenários da Amazônia para o ano 2000*. Deverão ser considerados, sobretudo aqueles que irão ocorrer dentro do próprio estado do Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia, espaços potenciais da polarização de Manaus. Além destes macroprocessos, é necessário também se ater a estudos sobre os perfis econômicos da região a fim de detectar as vocações das sub-regiões e, então, estimular os investimentos e, com isso, criar atividades econômicas estáveis no *hinterland*. Este é um esforço multi-institucional que deveria envolver órgãos de desenvolvimento regional com a SUFRAMA, o INPA, EMBRAPA e CODERAMA. Apesar do sucesso relativo do modelo ZFM é importante alertar para sua natureza caudatária da tecnologia internacional. Isso vai significar que o distrito industrial aí instalado é

extremamente frágil às crises e não tem como reagir a avanços tecnológicos internacionais. A interiorização do desenvolvimento vai significar, portanto, um certo grau de autonomia do modelo. Sua consolidação vai ser decorrência de uma vontade do poder público local e da ênfase que o governo federal dará a esta estratégia. Esta ênfase deverá ser, necessariamente, proporcional à prioridade governamental dada à Zona Franca, ao risco de permanecer, enquanto estratégia, secundária.

Neste sentido, o grande estrangulamento presente em todos os estudos consistentes feitos sobre a região ainda é a questão tecnológica. Trata-se, num sentido maior, de uma região desconhecida. Sabe-se de seu potencial, mas não se dominam os mecanismos de aproveitamento de grande parte deles. A tecnologia aparece, portanto, como uma variável essencial, seja no modelo urbano/industrial, seja na estratégia de interiorização do processo econômico. Neste segundo aspecto é necessário insistir que a Zona Franca não utilizou os recursos naturais da região. Por suas próprias características, as indústrias aí instaladas não o fizeram em função de uma disponibilidade de matéria-prima. O que será importante agora é que surjam empresas voltadas para a utilização dos recursos naturais da região. Para se ter um exemplo deste potencial basta dizer que a bacia amazônica, só na parte compreendida pelo estado do Amazonas, produz cerca de 70 000 a 80 000 toneladas de peixes, anualmente; por outro lado, a disponibilidade de madeiras na região é inestimável. Em ambos os casos — peixe e madeira — o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) desenvolve tecnologias das mais avançadas no mundo, para o aproveitamento econômico. Seria talvez importante o estudo de mecanismos de difusão tecnológica para permitir a socialização do conhecimento adquirido.

O governo do estado vem pensando em algumas alternativas que valem a pena ser explicitadas. No momento, toda a produção da nova fronteira agrícola — norte do Mato Grosso, Rondônia e Acre — é transportada por rodovia e ferrovia até o porto de Paranaíba, no Paraná, saindo de lá para outros países. Prevê-se a criação de um pólo exportador no Amazonas — através dos portos de Manaus, Parintins e Itacoatiara — que envolverá, aproximadamente, 40 milhões de dólares da Portobrás; a idéia é embarcar essa produção agrícola em Porto Velho e escoá-la pelo rio Madeira, utilizando um dos três portos do pólo exportador. É importante lembrar que, a partir da Amazônia, os mercados da Europa, Oriente Médio e Estados Unidos estão mais próximos do que qualquer porto brasileiro por mais privilegiado que possa ser.

Em termos de recursos minerais basta lembrar o petróleo e o gás em Urucu e o potássio em Nova

Olinda a 150 km de Manaus. Esta disponibilidade de potássio (estimativa de 150 milhões de toneladas de fertilizante potássico) é suficiente para garantir o abastecimento nacional. A avaliação preliminar da Petromisa é de que serão produzidas cerca de 1 milhão e 500 mil toneladas/ano de cloreto de potássio, por um prazo de 20 anos.

O exemplo do Centro de Pesquisas de Produtos Florestais do INPA, já mencionado anteriormente, apresenta uma extensa lista de serviços e assistência técnica, contemplando temas de muita importância para o setor moveleiro, entre os quais se destacam:

- a) caracterização de espécies para uso na indústria de móveis;
- b) assistência técnica em *lay-out* e fluxograma de produção e na escolha de máquinas e equipamentos;
- c) assistência técnica em montagem e acabamento de móveis;
- d) avaliação na qualidade de chapas de madeiras (compensados, aglomerados e chapas de fibras);
- e) assistência técnica à indústria de compensado;
- f) avaliação físico-mecânica de lâminas e painéis de compensado;
- g) consultoria em projetos de engenharia de madeira;
- h) treinamento técnico-prático para operador de secadores, etc.

Toda essa gama de aspectos ilustra a complexidade da tecnologia de produtos e de processos que devem ser desenvolvidos. O centro do INPA é um dos mais modernos no mundo, e a utilização de sua produção depende da percepção que o empresário local tem da sua importância e dos ganhos daí advindos. Esta complexidade pode se generalizar para o conjunto dos produtos ou das atividades econômicas na Amazônia.

O extrativismo, tal qual praticado em períodos anteriores, está há cerca de 30 anos em decadência na Amazônia. A maior empresa exportadora da Amazônia, com um faturamento médio anual de 7 a 10 milhões de dólares, localizada em Óbidos, no Pará, pediu concordata (jornal *Amazonas* em tempo 31.1.1988) e pode fechar suas portas. As exportações de guaraná para os Estados Unidos estão suspensas há dois anos. A euforia da exportação deste produto aconteceu quando se descobriu o seu valor energético, com alto teor de cafeína. Foi, porém, essa mesma cafeína que derrubou as exportações. O governo americano simplesmente limitou as importações do guaraná e o mercado desabou. Grupos de empresários da região acreditam no ressurgimento de um setor poliextrativista tecnológico ou de silvicultura ou, ainda, de manejo florestal científico. Esse proces-

so, entretanto, depende de muitos investimentos científicos e, principalmente, de muitos anos de maturação.

A interiorização do crescimento citada, anteriormente, como uma alternativa para um desenvolvimento mais auto-sustentado não vai, portanto, significar uma desvinculação da Amazônia dos interesses multinacionais.¹⁴ O processo de integração econômica, se persistir o atual modelo, está umbilicalmente ligado aos interesses do grande capital, mundializado. É a sua dinâmica que vai condicionar as prospecções futuras da região. Neste sentido, qualquer estratégia econômica na região passa pela necessária articulação dos diversos atores presentes neste espaço. Manaus é, no conjunto, um grande projeto, tal qual o é Carajás, Jari, etc. A região amazônica só encontra alternativas dentro da lógica de mercado quando tratada segundo suas reais potencialidades: as ações que devem ou podem ser desenvolvidas na região só se justificam quando alcançam porte de vulto, comparável a grandes empreendimentos nacionais e/ou internacionais. De qualquer forma, enquanto região de fronteira, trata-se de um dos últimos espaços no mundo onde o capitalismo avança.

Brasilmar Ferreira Nunes é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e professor do doutorado conjunto FLACSO/UnB.

Notas

1. Manaus foi fundada no século XVII situando-se em um ponto estratégico na conquista do território (confluência dos rios Negro e Solimões); sua fundação deveu-se aos portugueses e religiosos envolvidos em uma estratégia geopolítica de conquista do espaço do norte da colônia pelo Império Colonial de Portugal.
2. Para detalhes vide: MULLER, G. & CARDOSO, F. H. *Amazônia: expansão do capitalismo*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1978, sobretudo o 1º capítulo.
3. No início dos anos 60 criou-se a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e a implantação da estratégia de incentivos fiscais ao empresariado. Este momento está ligado, dentro da economia nacional, a uma crise aguda no modelo de consolidação do capitalismo urbano-industrial no país e as 'economias regionais' vão desempenhar papel fundamental na retomada do processo. Ver por exemplo OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma região*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
4. Sobre a dinâmica da economia agroexportadora vide o já clássico trabalho de TAVARES, Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976. Vide o também clássico trabalho de OLIVEIRA, Francisco de. Economia brasileira: crítica à razão dualista, in Estudos CE-BRAP, nº 1, São Paulo, 1977.
5. A estratégia da 'política do café com leite', onde São Paulo e Minas Gerais se alternavam no poder, encontra sua lógica a partir deste raciocínio.
6. Sobre a filosofia desenvolvimentista da CEPAL a melhor referência é o livro-síntese *El pensamiento de la CEPAL*, Colección Tiempo Latinoamericano, CEPAL, Santiago, 1969.
7. É bom lembrar que a localização de atividades governamentais se define, em larga medida, por critérios políticos. Na Amazônia, por exemplo, a SUDAM e o BASA já se localizavam em Belém, Ma-

naus é a solução conciliatória, no sentido de não criar arestas entre as forças da região e o governo federal.

8. "Até outubro de 1987 os projetos aprovados pela SUFRAMA na Amazônia Ocidental somavam 506, dos quais 279 implantados na cidade de Manaus, introduzindo no mercado nacional produtos de alta tecnologia cujas vendas totalizaram, em 1986, US\$ 4,5 bilhões" conforme governo do estado do Amazonas - *Proposta para implantação da zona de processamento de exportação do município de Manaus*, Manaus, nov., 1987, p. 1.
9. Dados e Informações apresentados pela revista *Brasil Especial* edição comemorativa dos 20 anos de criação da Zona de Franca Manaus, fev., 1987.
10. Segundo o presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas, Sr. Fernando Bonfim: "Não temos uma estatística confiável, mesmo porque é extremamente difícil levantar com precisão esses números. Mas é certo que se forem contabilizados os produtos embutidos que saem através de Santos, nossa balança pode ser superavitária. A seguir ele lembra ainda que para cada dólar importado atualmente a indústria da região compra três dólares do mercado nacional - cf. *Brasil Especial*, op. cit., p. 10.
11. Segundo o presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas, o mercado anual de componentes intermediários é da ordem de um bilhão de dólares. O presidente da Associação dos Exportadores da Zona Franca considera que o 'desvio de mercado' representa um volume de pelo menos 300 milhões de dólares não contabilizados no saldo exportador da região.
12. Cf. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. *Avaliação das possibilidades exportadoras da Zona Franca*. Relatório final, p. 4.
13. op. cit., p. 4.
14. Empresas nacionais, estrangeiras e estatais controlam atualmente 81,4% das áreas de pesquisas e produção de bens minerais na região amazônica. Os grupos econômicos detêm 60% ou 14 459 áreas; as empresas isoladas ou firmas individuais detêm 16% ou 3 870 áreas; as empresas não-identificadas detêm 1 111 áreas. Das 14 459 áreas do grupo, o capital estrangeiro controla 47,2%, os grupos nacionais controlam 31,7% e as estatais, 21,1%. O principal grupo estrangeiro identificado e que detém o maior controle das áreas é o conjunto de sócios BRASCAN Ltda. do Canadá, e a British Petroleum Co., da Inglaterra, que juntos detêm 70% do total das áreas. O consórcio BRASCAN - British Petroleum se interessa sobretudo por ouro e estanho, detendo 100 áreas no Amapá, 286 no Amazonas, 298 em Rondônia, 465 em Mato Grosso, 605 no Pará, 95 em Roraima, 909 em Goiás e 6 no Maranhão.

Abstract

Manaus: Deadlocks in Economic Modernization

In the Amazon region, in the Brazilian Northeast and in the Country as a whole, capitalism has developed through the internationalization of the economy. One can detect that, at heart, the policy of creating incentives has always tended towards building up an industrial park located in the Country but not actually belonging to it. In the particular case of Amazonia, this issue is all the more critical: attracting capital to the region has meant offering comparatively more attractive advantages and has demanded greater technological input, which has in turn provided foreign capital with even greater advantages. It is in this context that the Manaus Free Trade Zone came into being.

Resumen

Manaos: atolladero de la modernización económica

En la región amazónica, en el nordeste y en el Brasil, el desarrollo del capitalismo se hace a través de la internacionalización de la economía. Es fácil advertir que la esencia de la política de incentivos siempre estuvo inclinada a dinamizar un parque industrial localizado en el país y no del país. En el caso de la región amazónica el problema asume una proporción mayor, pues atraer capitales pasaba por la oferta de ventajas atractivas, sin contar el esfuerzo tecnológico que iría provocar aún más ventajas para el capital externo. La zona libre de Manaos surge en dicho contexto.

MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas.** São Paulo, Brasiliense.

De acordo com os últimos dados (de outubro de 1989) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 30% dos eleitores brasileiros fazem parte das classes A e B. É nesta faixa que se concentra o bloco dos 8% dos brasileiros que conseguiram entrar na faculdade. Isto nos dá um número aproximado de 1 900 000 estudantes.

O que os dados do IBGE não dizem é que, no Brasil, 70% da formação do ensino superior são feitos por instituições privadas que, após o golpe de 64, conseguiram sua regulamentação acordada com o regime autoritário imposto ao país. Com toda a ideologia da segurança nacional da Escola Superior de Guerra codificada em seus estatutos, essas escolas não só passaram a oferecer uma qualidade de ensino comprometida mas, sobretudo, impediram a pedagogia da democracia que deve ser exercida a partir dos bancos escolares.

Uma reflexão sobre essa faixa de eleitores nos levará, sem dúvida, a uma análise mais profunda sobre o ensino superior brasileiro nas três últimas décadas, o exato período em que o país se absteve de uma eleição presidencial. Para auxiliar nesta análise, é de vital importância esta coletânea de estudos dos sociólogos do Grupo de Trabalho Educação e Sociedade, da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), organizada pelo sociólogo Carlos Benedito Martins, da Universidade de Brasília.

O livro mostra que, no início da década de 60, o contingente de estudantes nas instituições de ensino superior não atingia a casa dos cem mil. De lá para cá, essa significativa expansão na demanda não foi acompanhada por uma equivalente dotação orçamentária ao ensino público que pudesse garantir maior qualidade no campo pedagógico. Essa grave omis-

são do governo provocou o proliferamento de faculdades privadas que, a partir da década de 70, penetraram no campo educacional objetivando prioritariamente a obtenção de lucro e a acumulação do capital. Essa visão do ensino, despida do caráter educacional, captou a ideologia do 'desenvolvimento e segurança' pós-64. Com ela minava-se o espaço da transmissão e do saber crítico, armando-se a despolitização no campo universitário.

Promulgada a Constituição e realizada a eleição presidencial — a primeira depois de 29 anos — a questão da educação deixa de ser tratada no âmbito do poder executivo. A discussão hoje é mais ampla e dela participam não só técnicos e analistas da educação, mas a própria população, que, prejudicada em um de seus direitos básicos de cidadania, clama por reformas que preservem pelo menos os princípios já definidos na lei.

Este livro trata de pontos fundamentais para entendimento dos processos histórico-sociais que têm condicionado o curso das mudanças mais gerais da sociedade brasileira e que, sem dúvida, abrangem determinadas características da configuração do ensino brasileiro hoje.

Carlos Benedito Martins analisa a mudança pela qual passou o ensino superior e o surgimento do novo ensino superior privado. Em "Resgatando o significado do departamento na universidade brasileira", Arabela Campos Oliven (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) visualiza-o, em termos amplos, dentro da questão da democratização da produção universitária (serviços prestados à comunidade e à abertura de novas fronteiras no campo da ciência, da tecnologia e das artes) e não simplesmente nos termos estritos de racionalização e padronização (da produtividade ou do patrolhamento ideológico) para os quais ele foi originalmente pensado. Os interesses sociais que se refletem nos planos e leis governamentais

sobre "Ensino superior e política científica e tecnológica" são discutidos por Fernanda Fonseca Sobral (Universidade de Brasília), que mostra que sem a pesquisa das instituições públicas não há condições de se propor inovações ao sistema produtivo, que é predominantemente dependente de capital e tecnologia externas.

"Para repensar a universidade", Niuvenius Paoli (Universidade de São Paulo) não nega a necessidade de elaboração de propostas e alternativas estruturais de grande envergadura. Ele indica que o trabalho de construção de novas estruturas precisa também "passar pelo desenvolvimento das disputas por perspectivas em espaços particulares, deve passar por formas peculiares de resistência, e passar por formas criativas de transformação".

Dissertando sobre "A modernização da universidade brasileira e a questão da avaliação", Irene de Arruda Ribeiro Cardoso (Universidade de São Paulo) retoma a questão da autonomia da universidade, relação estabelecida no âmbito do relatório do GERES (Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior) de setembro de 1986. É justamente este relatório um dos documentos analisados por Maria Francisca Sales Pinheiro (Universidade de Brasília) em sua indagação: "Nova ou Velha reforma do ensino superior?" Repensar o ensino superior é discutir a crise pela qual ora atravessa o sistema educacional brasileiro como um todo. Se nos omitirmos de fazê-lo, continuaremos afundados em uma sociedade social e politicamente perversa, onde não só apenas 1 900 000 conseguem atingir o ensino superior, porém, mais gravemente, menos de 50% terminam o primeiro grau.

MARIA JANDYRA CUNHA é professora da Universidade de Brasília.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções.** São Paulo, Pólis/APB, 1989. 96 p.

No Brasil, algumas áreas do conhecimento ainda engatinham em termos de produção científica. A ciência da informação é uma dessas áreas. Por tratar-se de um campo, na maioria de suas atividades, técnico, o conhecimento gerado baseia-se em pesquisas empíricas, em revisões de literatura e em alguns trabalhos mais 'decididos', interessados em unir a ciência da informação às demais áreas, analisando-a do ponto de vista sociológico, filosófico, econômico ou histórico.

Por tudo isso, os trabalhos que surgem no campo da ciência da informação, mais especificamente na biblioteconomia, antes de mais nada, vão servir na formação de um lastro teórico nesta área que continua alvo de antigas dúvidas: será a biblioteconomia arte ou técnica?

O livro *Desenvolvimento de coleções*, de Waldomiro Vergueiro, professor da disciplina administração de bibliotecas, no curso de biblioteconomia da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, consiste em discutir um tema, cada vez mais candente dentro da especificidade da biblioteconomia, de forma clara e objetiva, através de linguagem não-acadêmica, dirigida, principalmente, a alunos e bibliotecários, a fim de tornar o assunto mais próximo do dia-a-dia do profissional e compreensível às necessidades de informação dos alunos dos cursos de biblioteconomia.

A obra aborda temas fundamentais dentro do processo seleção-aquisição-descarte de material bibliográfico. Abordagem essa direcionada à intenção maior do trabalho, qual seja, a de demonstrar a necessidade de se formar (ou desenvolver) e manter coleções pertinentes e compatíveis com as necessidades das comunidades atendidas por esses acervos bibliográficos.

Políticas para desenvolvimento de coleções, estudos de comunidade, seleção e censura de materiais bibliográficos, descarte (ou como quer o professor 'desbasta-

mento') são os temas discutidos neste livro que, torno a dizer, tem linguagem muito clara, permeado por histórias bem-humoradas.

Assunto sempre delicado para os bibliotecários, o 'desbastamento' de coleções (o livro, numa biblioteca, infelizmente ainda é tratado como material permanente, assim como o são as estantes, mesas e cadeiras, funcionando o número de tombo como número de patrimônio) é encarado por Waldomiro de modo enfático. Diz o professor: "Em torno de livros e outros materiais cria-se, assim, uma verdadeira aura de respeito, como se tais materiais fossem mais ou menos sagrados e sua conservação, sob qualquer condição, um dever inalienável. Gera-se, dessa forma, um verdadeiro drama psicológico que muitas vezes impede o profissional de tomar a decisão correta, ou seja, retirar da coleção, definitivamente, aqueles materiais que não possuem justificativa alguma para nela permanecerem" (p. 75).

O livro de Waldomiro Vergueiro enriquece a bibliografia brasileira na área da ciência da informação, por tratar um assunto técnico, sobre o qual pouco se escreve, de forma responsável e objetiva. Um trabalho que merece ser lido não só por alunos de graduação, ávidos por novidades bibliográficas, mas, principalmente, por bibliotecários que diariamente deparam-se com situações semelhantes às tratadas pelo professor em seu livro.

VERA CRISTINA NEUMANN é bibliotecária da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pós-graduanda em biblioteconomia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

LÖWY, Michael. *Redemption et utopie; le judaïsme libéral en Europe Centrale*. Paris, Presses Universitaires de France, 1988. 258 p.

O que têm em comum Lukács, Ernst Bloch, Erich Fromm, Walter Benjamin e Franz Kafka, entre outros, autores conhecidos, mas que, salvo o fato de serem to-

dos judeus, não estamos habituados a considerar como pertencendo à mesma constelação? E, ainda mais, o que têm todos eles em comum com os teóricos latino-americanos da teologia da libertação? A resposta à primeira pergunta é a tese central deste livro de Michael Löwy. A segunda questão, cuja resposta demandaria um ensaio, foi a que nos ocorreu quando lemos esse livro, motivo pelo qual o consideramos merecedor da atenção do público brasileiro.

O livro de Löwy objetiva mostrar que esses e outros autores menos conhecidos (no todo, uma dezena) partilham de uma dimensão fundamental comum: a perspectiva do messianismo judeu fusionado com a utopia libertária do socialismo. Não de todo socialismo, mas de sua vertente anarquista, radicalmente antistatal e antieconomicista, contraponto perfeito do socialismo stalinista que se consolida a partir dos anos 30. Essa constelação de autores constitui, assim, uma geração de 'vencidos' que apareceu numa época e num lugar precisos: o espaço geográfico formado pela Alemanha e o Império Austro-Húngaro, no contexto histórico da vaga revolucionária que varreu a Europa entre 1905 (primeira revolução russa) e 1923 (derrota da revolução alemã). Como pano de fundo cultural de tudo isso, o 'romantismo anticapitalista' tipicamente alemão, com sua nostalgia da comunidade pré-moderna e sua crítica da civilização industrial burguesa.

Certo, nem sempre as duas dimensões evidenciadas por Löwy – a messiânica e a utópica – encontram-se com a mesma clareza em todos esses autores. É precisamente aí, então, que se inscreve o trabalho do sociólogo, cuja tarefa é a de encontrar e realçar a corrente subterrânea que os liga. Löwy o faz utilizando-se do conceito de 'afinidade eletiva', uma relação que não se reduz à determinação causal direta ou à simples influência no sentido tradicio-

nal do termo, mas cuja existência, ao contrário, depende de um "movimento de convergência, de atração recíproca, de confluência ativa, de combinação que pode ir até a fusão".

Ora, a análise de uma relação desse tipo não pode negligenciar o papel ativo que nela exercem os autores abordados. A afinidade entre eles é 'eletiva', isto é, releva de uma escolha subjetiva que a simples determinação socioeconômica não explica inteiramente. Como salienta Löwy, as determinações sociais definem apenas as 'condições de possibilidade' para que o fenômeno cultural analisado ocorra, mas elas não podem, de forma alguma, dar conta do itinerário pessoal de cada autor, da "Gestalt única e singular de cada obra". Nesse sentido, o trabalho de Löwy aparece como um bem-sucedido exemplo de uma combinação da análise sociológica – sempre em busca das determinações de base – com uma perspectiva que não dispensa o concurso da subjetividade dos atores sociais na explicação do fenômeno cultural abordado.

Löwy empreende um mergulho na vida e na obra dos autores analisados para estabelecer a rede de relações pessoais em alguns casos, noutros as referências bibliográficas comuns, noutros a participação ou simpatia por idênticos movimentos políticos que os unem. Ao fim desse percurso, alguns autores são, por assim dizer, revisitados, pois Löwy procura iluminar os aspectos messiânicos que normalmente não estamos acostumados a ver destacados em suas obras.

Assim ocorre com Benjamin, em quem vemos normalmente um renovador da estética marxista, e de quem Löwy destaca sobretudo a filosofia da história. Benjamin cujas teses sobre o conceito de história ele não hesita em considerar tão importantes quanto as *Teses sobre Feuerbach*, de Marx. As diferenças entre ambos não são negligenciáveis. Contrariamente a Marx (ou pelo menos ao

Marx economicista dos manuais saídos da ortodoxia da III Internacional), Benjamin não acredita que o desenvolvimento das forças produtivas trará por si só uma melhoria da condição humana, ou que os socialistas têm que seguir o movimento irresistível do progresso material para estabelecer uma sociedade emancipada. Homem do século XX, aterrorizado pelas possibilidades destrutivas das técnicas modernas, Benjamin, numa linguagem de onde exala um estonteante sentimento religioso, anuncia que a revolução proletária "pode e deve operar a interrupção messiânica do curso do mundo"... De Kafka é destacada, sobretudo, a "atmosfera estranha de religiosidade" que impregna seus grandes romances inacabados. De Fromm, um autor cuja fama se viu um tanto prejudicada pelo sucesso de público de sua – se podemos assim falar – 'fase americana', Löwy relembra principalmente *O dogma de Cristo*, obra de 1931, onde o autor defende a tese de que o cristianismo foi, na sua origem, "um movimento messiânico revolucionário". Essa dimensão religiosa, mesmo se as ambigüidades não faltam, perpêssas as obras de todos esses autores, sobretudo na sua fase juvenil. Assim se dá com Bloch, a quem seus contemporâneos de juventude viam como alguém que se acreditava "o precursor de um novo messias"; como também com um Lukács, que, antes de aderir ao partido comunista húngaro, viveu sua fase de 'religiosidade atêica'. Se em muitos deles a dimensão religiosa vai posteriormente atenuar-se, em todos persiste, sempre, um fundo comum de romantismo comunitarista, de recusa radical da sociedade burguesa.

Isto dito, será ainda necessário relevar a importância e a atualidade dessa corrente de pensamento no Brasil de hoje, onde a teologia da libertação aparece como um dos mais importantes fermentos políticos?

LUCIANO OLIVEIRA é pesquisador da

Fundação Joaquim Nabuco e doutorando em sociologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), Paris.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Rede urbana*. São Paulo, Ática, 1989.

Roberto Lobato Corrêa, geógrafo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresenta um estudo que deve ser encarado dentro do objetivo da série Princípios, da Editora Ática, voltada para iniciantes de várias áreas. Conforme o autor, o presente trabalho "não deve ser encarado como uma longa, exaustiva e sistemática revisão bibliográfica, mas apenas indicadora das principais vias de abordagem do tema". Na mesma série o autor publicou os volumes *Região e organização espacial* e *O espaço urbano*.

O livro apresenta-se dividido em três partes: na primeira, o autor mostra o que foi a produção geográfica sobre redes urbanas; na segunda, e mais importante, faz considerações mais evidentes da natureza e do significado da rede urbana, e, por último, conclui apresentando algumas proposições com a finalidade de permitir "uma maior compreensão e significado da vida urbana brasileira".

A questão urbana nos nossos dias ganha uma dimensão cada vez maior, não só no que se refere ao desenvolvimento regional, como também ao próprio aparelhamento das cidades, já que "a rede urbana passou a ser o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente".

Considerações sobre a hierarquia das cidades juntamente com a idéia de função urbana estão ligadas ao conceito de divisão internacional do trabalho verificado não só nas sociedades subdesenvolvidas como nas desenvolvidas, já que o processo de urbanização ocorreu a partir da especialização de algumas regiões do planeta, provocando, assim, a concentração de serviços em grandes cidades e ao longo dos corredores de

exportação, em detrimento de seu processo global. A rede urbana, que ganhou um grande incentivo por parte dos planejadores no Brasil no período de 1970 a 1977, sob a óptica desenvolvimentista, é um bom exemplo. Ela fomentou a prática da 'primazia', permitindo o crescimento das metrópoles, mas, como o efeito de difusão esperado não atingiu toda a rede urbana, o que se observa é um inchaço dos grandes centros, devido não somente ao crescimento vegetativo como também aos imigrantes que chegam todos os dias, aliados a um aparelhamento incipiente das cidades menos privilegiadas.

Ao abordar a definição de localização, ao mesmo tempo em que analisa o grau de interação das cidades, o autor nos dá uma visão ampla de como os centros urbanos se relacionam, além das funções centrais que caracterizam cada um. O autor consegue, de forma didática, apresentar essa relação, tentando estabelecer critérios mínimos de observação e análise.

GEORGENOR CAVALCANTE PINTO é geógrafo.

MOREL, R. M. *A ferro e fogo — construção e crise da 'família siderúrgica': o caso de Volta Redonda (1941-1968)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1989. Tese de Doutorado

A tese de doutoramento de Regina Moraes Morel sobre a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) é um amplo e, ao mesmo tempo, denso e sensível trabalho. Amplo porque a autora, com inegável competência, e a partir de fontes diversas, nos apresenta o processo de constituição da empresa em todas as suas implicações. Denso e sensível porque ela o faz sem perder de vista as condições desse processo, nem, sobretudo, os efeitos sobre seus atores significativos: os trabalhadores/cidadãos de Volta Redonda.

O estudo começa por analisar o contexto histórico em que se dá

a criação da CSN. Num cenário em que a instalação de indústrias de base, ao lado do reaparelhamento militar e da proteção ao subsolo se justificavam em termos do 'nacionalismo' e da 'defesa nacional' e em que a superação do atraso econômico se impunha como meta prioritária, a CSN simbolizou o esforço mais genuíno do Estado brasileiro de constituir uma base produtiva interna, estratégica para o desenvolvimento da indústria nacional e também para a penetração do capital estrangeiro. Em seguida, a autora recupera o processo não só de formação da empresa e da cidade como de seus trabalhadores. É um dos momentos privilegiados da tese, em que Regina acompanha, minuciosamente, a construção da 'família siderúrgica', desde o recrutamento, seleção e treinamento, passando pela rígida disciplina presente na esfera da produção, até alcançar o controle sobre a própria esfera da reprodução dos trabalhadores, através da concessão de moradias e outros 'benefícios', e da intervenção na sua vida familiar.

Com isso, pretendia-se fixar os operários e reforçar os laços corporativos entre eles, a empresa e, por consequência, o Estado. Mas a autora mostra como o caráter contraditório dessas medidas, à luz dos princípios de justiça e equidade que vão constituir o patrimônio cultural da primeira geração dos trabalhadores, termina por convertê-las em objeto de reivindicações, sedimentando a unidade e a resistência operárias.

Durante os anos 50, apesar da expansão de vendas e do aumento da produção, a CSN enfrenta dificuldades financeiras crescentes, causadas por alterações no sistema cambial (1953-1957), além da perda de isenções tributárias. São introduzidas modificações na estrutura administrativa visando aumentar a produtividade, e, embora não se abandone o projeto de consolidação da 'família siderúrgica' e seus mecanismos assistencialistas,

acentuam-se os conflitos entre empresa e trabalhadores. É o período em que o sindicato (formado com apoio da empresa desde a década de 40), já agora com a presença atuante dos comunistas, politiza o espaço fabril e amplia sua penetração junto aos trabalhadores, e em que a luta pela aplicação da CLT o opõe fortemente à empresa. O crescimento da cidade e de sua autonomia em relação à CSN só complica esse quadro, já que novos atores sociais e políticos entram em cena.

A autora se apropria de todos esses dados para analisar e questionar cuidadosamente as características atribuídas ao sindicalismo populista e à atuação supostamente passiva e 'dirigida' dos trabalhadores das empresas públicas. Ela prefere apontar para a ambigüidade que marcou as relações entre os trabalhadores e a empresa nesse caso específico, em que trações 'paternalistas' não conseguiram obscurecer plenamente a lógica subjacente da dominação capitalista.

A venda das casas e a entrega do controle da esfera urbana para a prefeitura de Volta Redonda, nos anos 60, fecham finalmente o ciclo em que a CSN, dados os problemas financeiros acumulados e diante da retração do mercado e da concorrência da Usiminas e da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), recentemente instaladas, transfere os recursos imobilizados em imóveis para investimentos na produção. Para os trabalhadores, no entanto, os efeitos desse período foram particularmente desastrosos e, aliados ao arrocho salarial, à adoção do FGTS e à repressão política, configuraram um quadro a que o passado mais remoto se opunha muitas vezes com vantagem. Regina reproduz, nas representações dos trabalhadores, o processo de lembranças referidas a trajetórias e experiências diversas, delineando a heterogeneidade do grupo. Identifica, por outro lado, com bastante clareza, os pontos em tornos dos quais se constitui o

núcleo de suas tradições culturais e políticas: a crença no valor moral do trabalho, a avaliação do passado condicionada pelo projeto de ascensão social, a preservação da 'imagem' da CSN. E, acima de tudo, a forte presença da companhia estatal na memória operária, articulando a biografia pessoal e familiar, a identidade profissional, a história da empresa, a história da cidade. A passagem pela CSN marcou essa geração indelevelmente, e é por aí, por essa história, como conclui Regina, "gravada a ferro e fogo", que seu exemplo pode lançar luz sobre outras situações e dar margem a ricas indicações para o futuro.

ELIANA G. DA FONTE PESSANHA é mestre em sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MACHADO, Maria Salete. Estado e movimentos sociais em Natal: Ponta Negra. São Paulo, Universidade de São Paulo. Tese de doutoramento.

Natal é hoje conhecida como uma das capitais mais limpas e bonitas no Nordeste. Suas praias, com dunas extraordinárias, e uma rede hoteleira de primeira fizeram da cidade um dos pólos turísticos mais importantes da região. Antes, porém, nos anos 50, Natal era conhecida como uma cidade de militares. Sua função estratégica na Segunda Guerra Mundial, quando os americanos a utilizaram como base avançada para os ataques contra os alemães na África, deu-lhe aquela fama. Nos anos 60, os movimentos sociais, estimulados pela Igreja progressista, tomaram conta da cidade. O mais famoso traduziu-se na campanha 'De pé no chão também se aprende a ler', desenvolvida pela prefeitura de Natal, no mandato de Djalma Maranhão.

Em todos os tempos, porém, a cidade foi conhecida como sede das maiores e mais estáveis oligarquias do Nordeste. Praticamente duas famílias, os Alves e os Maías, controlaram, nas últimas

décadas, a política estadual, provindo delas os governadores do estado e prefeitos da capital. Domínio que se conserva até hoje. Atualmente a prefeita é Vilma Maia, que sucedeu a um Alves, sobrinho do ex-ministro Afúlio Alves, um dos patriarcas desta família. Por sinal, derrotado por um Maia, nas eleições para governador em 1982.

O controle familiar da política norte-rio-grandense reflete-se na formação de 'partidos oligárquicos', fazendo com que os grandes partidos políticos tenham práticas similares, ou seja, clientelísticas. Assim, não há quase distinção entre PDS, PMDB e PFL nas plagas potiguares, pertencentes todos ao padrão oligárquico de comportamento político. Mesmo partidos de esquerda, como o PDT, foram absorvidos pelas duas grandes famílias, com o ingresso de Vilma Maia, no ano passado, no partido de Brizola.

Os sucessivos governos controlados por estas famílias estimularam a participação política das populações mais pobres da capital na segunda metade dos anos 70. Criaram-se, assim, entidades de bairro em toda a capital. Os planejamentos eram, sobretudo, participativos, com consulta às associações organizadas nos bairros periféricos da cidade. Comportamento que assinalava, em primeiro lugar, a capacidade de adaptação daquelas oligarquias às mudanças dos tempos. Pois o participacionismo não tinha outro objetivo, para os seus promotores, que o de melhor controlar as populações pobres, redutos maiores dos processos eleitorais que cresciam em importância com a democratização. Porém, nem toda história é escrita de 'cima para baixo', nem todos os acontecimentos são produzidos pelas elites, nem todos os processos são conduzidos pelos dominantes. A participação, se de um lado possibilitou a 'modernização' das velhas oligarquias, por outro lado criou canais reais de contestação da população mais pobre da ca-

pital. Aparentemente foi esta a forma que se manifestou, em Natal, o que Guattari propunha como a caracterização maior da produção do espaço urbano: "a contínua luta de dominação e insubmissão".

É inspirada nesta observação do filósofo francês que se ergue a tese de doutoramento de Maria Salete Machado sobre os movimentos sociais em Natal. A ocupação da professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília é o de (re)construir as práticas políticas que produzem o espaço urbano. Concebido como um espaço político, um espaço de luta, de confronto, ou seja, de manipulação e controle, mas também de contestação. Ela busca, assim, a existência de práticas políticas distintas do velho clientelismo oligárquico que domina a cidade e seu entorno. E constata que esta prática diferenciada existe, e convive com as velhas. O exemplo mais brilhante é o movimento contra a construção dos espigões em Ponta Negra, bairro natalense de composição social diversificada, eleito como o exemplo central de reflexão da tese.

O estudo é minucioso. A autora inicia fazendo um levantamento da literatura a respeito dos movimentos sociais no Brasil, constatando as suas deficiências espaciais (centralização nas grandes cidades do Brasil, particularmente Rio e São Paulo) e teóricas (prisão de um certo subjetivismo que vagueia entre a apologia e o pessimismo elitista). Sem descuidar de assinalar aqueles trabalhos, como o de Eder Sader e Lúcio Kovalick, que rompem com o quadro ideológico da 'incapacidade nata do povo'.

Em seguida, a autora examina o histórico da cidade e do bairro, acentuando, neste, a sua composição social. Formado por três 'territórios distintos' na acepção de Raquel Rolnik — as casas da praia, onde habita a classe média alta; o conjunto habitacional, onde reside a classe média baixa e, fi-

nalmente, a vila, onde se encontram pescadores e rendeiros, os habitantes históricos do local, portadores de menor renda e poder de consumo.

Antecede a análise do movimento específico a descrição do processo de criação das entidades de moradores, tanto da vila como do conjunto habitacional, ambas promovidas pelo governo, mas aos poucos ganhando autonomia própria e poder de contestação. Ou seja, organizações que já existiam e possuíam alguma experiência reivindicativa, preciosa para o desempenho na luta contra a construção dos espigões.

Desenhado o contexto, em termos espaciais, históricos, sociais, demográficos e políticos, a ex-professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte concentra-se na análise do conflito, mapeando os diversos atores envolvidos — capital imobiliário, prefeitura, partidos políticos, moradores, técnicos do estado, associados profissionais, universidade, meios de comunicação, etc. — desenhando seus interesses, instrumentos e mecanismos de luta, alianças e manobras.

Utilizando um farto material, escrito e oral, e uma vivência extremamente rica, Salete traduz para o leitor, em termos vivos e concretos, o processo de formação de novos atores sociais. Ela nos conduz a visualizar como o movimento de luta contra os espigões dá um novo sentido à participação popular e cria uma nova identidade no seio dos habitantes do bairro. Embora com representações e interesses distintos — uns querendo garantir sua qualidade de vida e outros querendo assegurar sua sobrevivência —, os diversos componentes sociais do bairro unem-se, formando uma visão comum (nós, aqueles que querem preservar a paisagem) contra os outros, definidos como elementos estranhos e opostos (eles, que querem destruir o meio ambiente).

A escolha do movimento de Ponta Negra deve-se não apenas

à multiplicidade de atores envolvidos, não somente pela riqueza do desenvolvimento do conflito, mas também pelo fato de que ele se constituiu em um movimento vitorioso, ganhando, assim, uma maior visibilidade quanto à emergência de práticas políticas diferenciadas, novas.

O trabalho central da tese é o de desfazer a trama que se tece devagar, no lusco-fusco do movimento dos atores. São manhosos estes personagens — particularmente os políticos tradicionais —, que tão rápido se aliam ao capital imobiliário quanto se colocam ao lado dos moradores. Com tal habilidade que no momento das eleições desaparecem os promotores dos espigões, permitindo que um editor de jornal local escreva: "Pronto. Tudo não passou de um delírio. Até então eu tinha pensado que era verdade. Eu pensava que as entrevistas [...] defendendo os espigões também eram verdadeiras, mas vejo agora que tudo não passou de um imenso delírio coletivo."

O mais interessante é que, no microespaço de um bairro, Saleté nos revela não a cidade, ou mesmo a região, mas o Brasil. 'Estratégia do transformismo' é o nome que David Fleischer dá a este comportamento habilidoso das oligarquias potiguares, encontráveis, segundo o cientista político da Universidade de Brasília, em todo o país. Portanto, quem pensa que a tese fala de Natal e Nordeste, está delirando. É do Brasil que ela fala. A convivência de velhas e novas práticas políticas, no mesmo espaço, no interior de um mesmo movimento, é uma característica nacional. Reside aí, aliás, a beleza da tese, a importância de sua leitura.

ELIMAR PINHEIRO DO NASCIMENTO é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

MARONI, Amnéris. **A estratégia da recusa**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

A primeira pergunta a ser colocada é a seguinte: por que uma resenha deste livro publicado há sete anos? Simplesmente porque se trata de um trabalho pioneiro sobre o significado do ressurgimento da classe operária na cena pública. Ano de 1978: um marco na história dos trabalhadores brasileiros com as famosas 'greves das máquinas paradas', o ponto de partida para o ressurgimento das mobilizações de diferentes categorias profissionais no país. Os metalúrgicos paulistas deram o primeiro passo em direção à expansão da cidadania do trabalhador ao reivindicarem novos direitos econômicos, sociais e políticos.

Maroni mergulha no cotidiano da fábrica e revela o processo de opressão/resistência em vigor, descobrindo nas greves de 1978 um elemento novo: o questionamento da racionalidade embutida na organização do processo de trabalho. Destaca o caráter da luta operária como 'múltipla e diferenciada', solicitando canais diversos de expressão, deixando de lado a perspectiva partidária ou sindical que acaba por embaçar a dinâmica da própria luta operária na sua pluralidade e criatividade.

Este posicionamento de Maroni alinha-se, de um lado, à proposta da autonomia operária, buscando no cotidiano fabril a contradição básica da classe trabalhadora. De outro, vincula-se à valorização dada por Castoriadis¹ à luta 'implícita e informal dos operários' contra a organização da produção, como resposta coletiva, autônoma e anônima ao planejamento 'racional' da empresa. Recusando-se a serem tratados como apêndice das máquinas, desenvolvem lutas contra os cronometristas encarregados da elaboração das normas produtivas impostas através da coerção, fraude e espionagem. Está aí o cenário da contradição permanente entre a realidade coletiva da produção versus a organização individualizada da empresa capitalista.

Maroni propõe um olhar sobre

a nova classe operária emergente nos anos 50 como responsável pelo desencadeamento de uma luta clandestina individual e coletiva no interior das fábricas contra a organização do processo de trabalho. A prática da sabotagem individual (fazer peças com defeito, 'matar o tempo', desgastar ferramentas, etc.) e coletiva (operação zelo, operação soluço, operação tartaruga, etc.) esteve presente, principalmente, na década de 70, caracterizando o espaço da 'iniciativa operária' na produção. Além disso, os grupos de base formados espontaneamente para enfrentar problemas concretos de interesse coletivo foram adquirindo conhecimento sobre o processo produtivo e assumiram uma postura de contestação da lógica do processo de trabalho centrado no indivíduo.

Frederico² confirma esta prática na indústria metalúrgica paulista dos anos 70, considerando-a uma forma de expressão de determinado descontentamento vigente (oposição aos chefes, baixos salários, resistência ao ritmo de trabalho, etc.) e uma forma de preservação da identidade operária. Em relação aos grupos de base, um estudo feito pela Urplan³ sobre as experiências desses grupos na indústria metalúrgica de Osasco indica seu processo de formação a partir de problemas de interesse pessoal e da fábrica (horário, ida ao banheiro, hora extra, alimentação, etc.), crescendo a partir de pequenas lutas que foram acumulando forças, permitindo sustentar as greves que eclodiram em 1978, tendo como objetivo principal a formação das comissões de fábrica.

As greves de 1978 são o ponto de indagação central da pesquisa: surgiram quase de modo imprevisível, sem direção explícita no setor metalúrgico, mas demonstraram uma forma de organização inédita (comissões de fábrica). Esta escolha temática volta-se para o conflito interno à fábrica desvelado a partir do discurso da ação, ou seja, da "experiência

obscurecida, oculta, não-explicita" que não oferece visibilidade, mas precisa ser captada além do social institucionalizado, dos esquemas teóricos e dogmas políticos. É a busca da luta 'aqui e agora', onde o discurso da ação é a porta de entrada: "não verbaliza propostas políticas, mas elas existem; não propõe alvos claros contra os quais se desenvolve o combate, porém eles não estão ausentes; não define estratégias explícitas para alcançar o fim desejado, porém estas se fazem a todo momento presentes". Daí a escolha dos movimentos de maio de 1978 como concretização da democracia a partir da produção, inventando e reinventando formas de luta e de organização com resultados não-previsíveis.

Definindo a fábrica como um 'campo de lutas', Maroni critica tanto as posturas marxistas tradicionais que consideram a organização capitalista do processo de trabalho como 'progresso histórico', e 'fator necessário de desenvolvimento econômico da sociedade', como a postura taylorista que se propõe a incrementar a produtividade tendo como base o trabalho alienado e forçado. Também realça o papel do tempo e do espaço como instrumentos estratégicos da dominação capitalista, referindo-se a Foucault (conceito de poder disciplinar) quanto ao 'esquadrinhamento' do comportamento operário através do olhar hierárquico, da sanção normalizadora e do exame. Neste campo, os regulamentos internos das fábricas cumprem função exemplar ao "prever, evitar e reprimir o conflito interno à fábrica".

As greves de 1978 são o momento de transformação de espaço da fábrica (opressor) em espaço de resistência e luta através da comunicação horizontal (bilhetinhos, recortes de jornais, bochichos, etc.), do elemento surpresa, do planejamento minucioso (avaliação dos setores estratégicos da empresa, da forma de organização do processo de trabalho em cada seção, etc.) e da exclusão

das chefias do mesmo. A autora destaca São Bernardo, onde o sindicato teve expressão nos movimentos, enquanto em São Paulo ficaram a cargo das comissões de fábrica.

Os elementos subjetivos (ansiedade, medo, solidariedade) combinaram-se com um processo de lutas difuso a partir de grupos informais, configurando uma *proposta política da classe* contra o verticalismo da organização produtiva. Sustentado por militantes, os movimentos foram vitoriosos, demonstrando a força das comissões de fábrica como canais de organização e representação operária.

Avaliando os resultados das três greves analisadas (MWM Motores Diesel, Massey Ferguson do Brasil e Caterpillar do Brasil), Maroni mostra o papel significativo das comissões que passam a ser objeto de interesse patronal no sentido de restringir seu campo de ação e diminuir as oportunidades de representação. Ocorre, a partir desses movimentos, um processo de isolamento das mesmas, tomando-as mais frágeis e sem condições de fazer frente à investida da ação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (normas contra a ação das comissões de fábrica), da Justiça do Trabalho (reconhecimento das demissões dos membros das comissões de fábrica) e do próprio sindicato (caso de São Paulo) que assina um acordo patronal desvantajoso após o movimento de novembro de 1978. Se de fato houve um solapamento das comissões no espaço fabril, é preciso concordar com Maroni quanto ao papel fundamental que cumpriram ao discutir características das condições de trabalho não incluídas na CLT (chefias, ritmo de trabalho, etc.), questionando aspectos significativos da organização do processo de trabalho e recuperando o conflito no plano da fábrica.

Sem dúvida, os movimentos de maio de 1978 inauguram uma problemática nova que passa pela democratização da fábrica e do

sindicato. A criação do mecanismo das assembleias de fábricas e das organizações de base tende a ocupar um espaço na vida operária de modo a garantir a efetivação da participação das bases nas decisões. Cria-se, a partir daí, uma nova tendência que vai se afirmar progressivamente, tendo como eixo o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo que incorpora novas reivindicações relacionadas ao processo de trabalho (questiona regulamentos fabris, proíbe serviços insalubres, luta pelo fim das horas extras, jornada de 40 horas, aumento de salário de acordo com a produtividade, contrato coletivo de trabalho, negociação direta, etc.). Conforme menciona Moisés⁴, o aparelho sindical tem limites e nos movimentos de 1978 a estrutura sindical corporativista entrou em 'colapso' na tentativa de representar e mobilizar os trabalhadores durante a greve, mostrando a contradição entre a mobilização da base e a institucionalização do conflito como um desafio, mesmo para sindicatos mais atuantes e criativos.

Como palavra final, pode-se visualizar o trabalho de Maroni dentro de um 'campo de forças' composto por dois personagens centrais: a dominação e a resistência; direito e avesso de um mesmo processo, centrado na organização capitalista da produção e do trabalho, fazendo do conflito permanente o eixo dos aspectos indefinidos e indeterminados que dão margem a novas esferas de luta.

NAIR HELOÍSA BICALHO DE SOUZA é doutoranda em sociologia pela Universidade de São Paulo e autora do livro *Construtores de Brasília*. (Petrópolis, Vozes, 1983).

1. CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
2. FREDERICO, Celso. *A vanguarda operária*. São Paulo, Símbolo, 1979.
3. GRUPO de Fábrica: *torjando o aço, torjando a luta. Cadernos do Trabalhador nº 2*.
4. MOISÉS, José A. *Lições de liberdade e opressão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

ISR - 47-580/85
UP CT/GOP
DR/BSB

CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL
NÃO É NECESSÁRIO SELAR

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

70099

--	--	--	--	--

ENDEREÇO

REMETENTE

COLE AQUI

A UnB PRODUZ

OBRAS PUBLICADAS

Afinidades Brasileiras - M. A. Reichert (Disco) - Odele Ernest Dias • Aves Comuns do Planalto Central - Paulo Antas e Roberto Cavalcanti • Brasil-Argentina-Uruguai: A Integração em Debate - Renato Baumann (Org.) • Brasília: Uma Metrópole em Crise - Aldo Paviani • Cidadão, Estado e Política no Brasil Contemporâneo - João Gabriel L. C. Teixeira (Org.) • Constituição e Constituinte (Curso) Maria R. de Abreu (Org.) • De Estado Servil a Nação Soberana - José Walter Batista Vidal • Da Distensão à Abertura - As Eleições de 1982 - David Fleischer (Org.) • Doença de Chagas e Outras Doenças por Tripanossomos - Antonio Teixeira • O Eixo Brasil-Argentina-Montevideo - José Geraldo de Souza (Org.) • Doença de Chagas e do Brasil (3ª Edição) - Cesar Melatti • Fronteiras - Catherine Aubertin (Org.) • História dos Partidos Brasileiros (2ª Edição) - Vanirlei Chacon • Os Índios Hugo N. Nazareno • Na Fronteira do Futuro - João Gabriel L. C. Teixeira • Mecânica Estatística e Funções de Green - Fernando Bastos • Vladimir Carvalho • Os Metalúrgicos de Salvador - Cristovam Buarque • Panorama das Ideias Estéticas no Ocidente (2ª Edição) - Maria Terezinha G. de Castro • Para Entender a Economia Capitalista - Vânia Lomônaco Bastos • Os Partidos Políticos - Volumes I e II (Curso) - David Fleischer (Org.) • Perspectivas Estéticas do Cinema Brasileiro - Malu Moraes (Org.) • Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - Volumes I e II (Curso) - Maria Terezinha G. de Castro • Poder - Roberto B. Piscitelli (Org.) • Redação Como Liberdade e Política Social no Brasil - Leda de Paiva (Org.) • O Sistema Tributário e a Nova Constituição (2ª Edição) - João Gabriel L. C. Teixeira (Org.) • Transição Democrática e Metropolização: A Gestão dos Conflitos em Brasília - Aldo Paviani (Org.) • A Universidade Brasileira e a Constituinte - João Gabriel L. C. Teixeira (Org.)

TEXTOS UNIVERSITÁRIOS: para o ensino

Alemão para Brasileiros - Herbert Andres Welker • Algumas Informações Úteis para a Implantação de Áreas Irrigadas com Autopropelidos tipo Traveler - Clécio Lopes da Silva • Cadernos de Patologia - Volumes I a IV - Mário A. Pinto de Moraes • Capital e Juros no Setor Florestal - Humberto Ângelo • Chave de Mineralogia: Guia para Determinação de Minerais. Minérios em Seções Polidas - Karl Eike Gierth • Cidade Apropriada ao Clima: A Forma Urbana como Instrumento de Controle do Clima Urbano - Paulo Marcos Paiva de Oliveira • Classificação das Contas nos Orçamentos Públicos (2ª Edição) - Gilberto Tristão • Discussão Crítica Sobre a Administração da Educação - Dirce Mendes da Fonseca • Elementos de Engenharia Econômica (2ª Edição) - Maria José Braga Ribeiro • Os Estados Unidos e o Princípio da Não-Intervenção - José Carlos de Enfermeiros - Maria Dirce Colares • Espanha Viva - Maria José Braga Ribeiro • Gênese do Sistema Inter-Americano - Carlos Peregrino • Introdução à Linguística: A Língua no Contexto Geral da Comunicação - Hilde Onório do Couto • Lee Comigo - Volumes I e II - Maria José Braga Ribeiro • Manual de Técnicas de Apreensão do Espaço Urbano - Maria Elaine Kohlsdorf • Objetivos do Ensino: Fundamentos e Usos - José Florêncio Rodrigues Júnior • A Rede Urbana da Região Geo-Econômica de Brasília - Ricardo L. Farret e Raimundo Santana • Textos de Pesquisa do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais - Aldo Paviani (Org.) • Um Estudo de Estruturas Aplicado às Esculturas em Cerâmica - Tânia Regina Fraga da Silva

PERIÓDICOS APOIADOS

Anuário Antropológico - Departamento de Antropologia • Cadernos do CEAC - Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituição • Cadernos do CEAM - Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares • Histórias em Construção - Departamento de História • Psicologia: Teoria e Pesquisa - Instituto de Psicologia • Religião e Sociedade - Departamento de Antropologia • Revista Brasileira de Ciência Política - Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais • Sociedade e Estado - Departamento de Sociologia

A EDITORA PUBLICA

Entre os expressivos títulos de seu catálogo, a Editora Universidade de Brasília apresenta mais de 100 obras de autoria dos docentes da UnB. Produtos do vigor intelectual da universidade e do rigor do Conselho Editorial. São pesquisas e textos didáticos das mais diferentes áreas do conhecimento. Conheça o que a UnB produz. E publica.

FAÇA SEU PEDIDO OU PROCURE NAS MELHORES LIVRARIAS.



CX, Postal 15-3001 - CEP 70910 - Tel. (061)274-3182

Concha acústica.



Música, teatro, dança, cinema e pintura: a Shell está sempre atenta aos sons, às cenas, aos movimentos, às imagens e às cores da cultura brasileira. Sempre se emocionando.

E a cada forma de expressão corresponde uma ação da Shell, que vai do apoio a eventos à premiação de artistas, do patrocínio de atividades à aquisição de obras de arte.

Isso é envolvimento. Assim a Shell reconhece os mais genuínos talentos da nossa terra e incentiva um grande número de manifestações artísticas Brasil afora.

Isso é sensibilidade. Valorizando palcos, salas e espetáculos, a Shell se destaca por sua permanente receptividade aos que produzem e promovem a cultura nacional.

Shell. Uma verdadeira concha acústica.

Nosso melhor negócio é acreditar no Brasil.

